

Fontes e práticas historiográficas: entre a teoria e o método

Organizadores

João Paulo Pacheco Rodrigues
Jardel Silva França



Fontes e práticas historiográficas:
entre a teoria e o método

(Organizadores)

João Paulo Pacheco Rodrigues

Jardel Silva França

Fontes e práticas historiográficas: entre a teoria e método

**Rio Branco, Acre
2025**



Edufac

Fontes e práticas historiográficas: entre a teoria e o método

João Paulo Pacheco Rodrigues, Jardel Silva França (org.)

Esta coletânea nasce do encontro entre pesquisa, docência e extensão, e parte de uma convicção: a prática historiográfica é, antes de tudo, um exercício público de interpretação do mundo. Escrever história implica produzir e discutir evidências, mediar memórias, interrogar silêncios e, sobretudo, colocar a pesquisa em diálogo com as comunidades que a inspiram. Nessa chave, os capítulos aqui reunidos visitam patrimônios e afetos, escutam vozes indígenas, leem imagens, alimentam debates sobre cidade, cultura e conhecimento, e examinam como novas materialidades digitais exigem que a escrita da história se reinvente. Longe de um mosaico casual, os textos convergem na apostila de que a história, quando praticada com rigor e abertura, produz sentido compartilhado e oferece ferramentas críticas para enfrentar problemas do tempo presente. Que esta coletânea, resultado também do Projeto de Pesquisa Institucional: História Cultural e Fontes Contemporâneas: Metodologias Críticas e Representações Sociais, do Prof. Dr. João Paulo Pacheco Rodrigues, seja mais do que um registro acadêmico. Que ela convide à escuta atenta das pessoas e dos lugares, à crítica generosa das fontes, à invenção de perguntas melhores e à circulação mais democrática do conhecimento (trechos da Apresentação).



Fontes e práticas historiográficas: entre a teoria e o método
João Paulo Pacheco Rodrigues, Jardel Silva França (org.)

ISBN 978-85-8236-159-7 • *Feito Depósito Legal*

Copyright©Edufac 2025

Editora da Universidade Federal do Acre (Edufac)

Rod. BR 364, Km 04 • Distrito Industrial

69920-900 • Rio Branco • Acre // edufac@ufac.br

Editora Afiliada



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Diretor da Edufac

Gilberto Mendes da Silveira Lobo

Coordenadora Geral da Edufac

Ângela Maria Poças

Conselho Editorial (Consedufac)

Alanderson Alves Ramalho, Alcides Loureiro Santos, Ângela Maria Poças (vice-presidente), Carlos Eduardo Garção de Carvalho, Cláudio Luiz da Silva Oliveira, Daniel Queiroz de Sant'Ana, Ewerton Ortiz Machado, Gilberto Mendes da Silveira Lobo (presidente), Giselle Xavier d'Ávila Lucena, José Mauro Souza Uchôa, Karlla Barbosa Godoy, Leonardo Lani de Abreu, Manoel Coracy Saboia Dias, Pierre André Garcia Pires, Rosane Garcia Silva, Vagne de Melo Oliveira

Coordenadora Comercial • Serviços de Editoração

Ornifran Pessoa Cavalcante

Comitê Técnico-Científico

João Paulo Pacheco Rodrigues

Jardel Silva França

Michel Ferreira dos Reis

Ramon Nere de Lima

Revisão Textual

Cainã Falcão Santos

Hilary Caterine Furtado Arambulo

Márcio Brandão de Mendonça

Michel Ferreira dos Reis

Pedro Gabriel Enes de Souza

Projeto Gráfico e Arte da Capa

Jardel Silva França

Ramon Nere de Lima

A revisão textual e das normas técnicas é de responsabilidade dos autores.

Universidade Federal do Acre

Biblioteca Central

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F683f **Fontes e práticas historiográficas: entre a teoria e o método [recurso digital] / organizadores João Paulo Pacheco Rodrigues, Jardel Silva França. – Rio Branco: Edufac, 2025.**
344 p. : il.; [6.4 MB]

ISBN: 978-85-8236-159-7

1. Historiografia. 2. Pesquisa. 3. Patrimônio cultural. 4. Cultura. 5. Extensão universitária I. Rodrigues, João Paulo Pacheco (org.). II. França, Jardel Silva (org.). III. Título.

CDD: 907.2

Sumário

APRESENTAÇÃO	6
SEÇÃO 1 - PATRIMÔNIO	11
CAPOEIRA NO ACRE: REPRESENTAÇÕES, TRAJETÓRIAS E DESAFIOS DA PATRIMONIALIZAÇÃO CULTURAL	12
<i>João Paulo Pacheco Rodrigues, Sara Thalita Monteiro Cordeiro e Sergio Emory Pereira da Costa Ugalde</i>	
DEGUSTANDO O PASSADO PARA RESISTIR AO PRESENTE: UM CONVITE À GOVERNANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR NO ESTADO DO ACRE	28
<i>Amilson Albuquerque Limeira Filho e Maria da Luz França Maia</i>	
O BAQUEMIRIM NO ACRE: MEMÓRIA, IDENTIDADE E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL	52
<i>Lívia Oliare Cardoso Pessoa</i>	
ZONA DE PRESERVAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL (ZPHC): PERCEPÇÕES SOBRE A DESVALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM RIO BRANCO-AC	81
<i>Nicolas Smith Oliveira dos Santos</i>	
PRÁTICAS ALIMENTARES NO MERCADO DO BOSQUE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A BAIXARIA	103
<i>Julyana Bezerra Amaral</i>	
SEÇÃO 2 - MEMÓRIA E NARRATIVA	117
A CONSTRUÇÃO DO PASSADO NA ERA DAS NARRATIVAS DIGITAIS	118
<i>Arnaldo Szlachta e Roberta Duarte da Silva</i>	
PALAVRAS QUE HABITAM A FRONTEIRA: A POESIA DE HELENA KOLODY ENTRE O ACONTECIMENTO FOUCAULTIANO E A SAUDADE UCRANIANA	141
<i>Tiago Boruch</i>	
O QUE A HISTÓRIA OFICIAL NÃO CONTA: O PROCESSO DE REOCUPAÇÃO DA CIDADE DE MARUMBI-PR	160
<i>João Paulo Pacheco Rodrigues</i>	
HISTÓRIA E MEMÓRIA NA CASA DE ACOLHIDA SOUZA ARAÚJO: ESTIGMAS E PRECONCEITOS EM TORNO DA HANSENÍASE	179
<i>Raylane Ferreira Gomes</i>	
ATÉ OS BOÊMIOS SOFREM: REPRESSÃO E RESISTÊNCIA NA NOITE DE RIO BRANCO	202
<i>João Pedro de Souza Santos</i>	
SEÇÃO 3 - INDÍGENAS	227
A RESISTÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR ACREANO: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA (2020-2024)	228
<i>Ângela Nunes Silva Manchinery</i>	
DEZ ANOS DE CONSTITUIÇÃO CIDADÃ: AS REPRESENTAÇÕES SOBRE OS INDÍGENAS NO PERIÓDICO ALTO MADEIRA DE PORTO VELHO-RO EM 1998	247
<i>Rodrigo dos Santos e Marlene Schulz</i>	
ENTRE O RIO E O VERBO: O JURUÁ COMO ESCRITA DA AUSÊNCIA E PROMESSA DE REINVENÇÃO	264
<i>Ramon Nere de Lima</i>	
SEÇÃO 4 - ENSINO	281
OPERACIONALIZAÇÃO E EDIÇÃO DE PERIÓDICOS ELETRÔNICOS: OFICINA COMO CONTIBUTO PARA ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	282
<i>Jardel Silva França</i>	
ANALISANDO PODER BÉLICO E IDEOLOGIA COMO FERRAMENTAS DO AUTORITARISMO A PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES CONSTRUÍDAS EM KUNG FU PANDA 2 (2011) E ONE PIECE (1997)	289
<i>Lucas Nascimento Assef de Carvalho</i>	
LEITURAS VISUAIS NO ENSINO DE HISTÓRIA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA A PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO BÁSICO	311
<i>José Marcos Nascimento Pontes e Lucas Matheus Araújo Bicalho</i>	
ENTRE RISCOS E RABISCOS: O INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DO “SER” DOCENTE	329
<i>Lucas Santos Nobre, José Lucas da Costa Costa e Mariana Ferreira Maia</i>	
SOBRE OS AUTORES	341

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea nasce do encontro entre pesquisa, docência e extensão, e parte de uma convicção: a prática historiográfica é, antes de tudo, um exercício público de interpretação do mundo. Escrever história implica produzir e discutir evidências, mediar memórias, interrogar silêncios e, sobretudo, colocar a pesquisa em diálogo com as comunidades que a inspiram. Nessa chave, os capítulos aqui reunidos visitam patrimônios e afetos, escutam vozes indígenas, leem imagens, alimentam debates sobre cidade, cultura e conhecimento, e examinam como novas materialidades digitais exigem que a escrita da história se reinvente. Longe de um mosaico casual, os textos convergem na apostila de que a história, quando praticada com rigor e abertura, produz sentido compartilhado e oferece ferramentas críticas para enfrentar problemas do tempo presente.

A importância dos temas abordados se revela já na primeira seção, dedicada ao patrimônio. Em “Capoeira no Acre: representações, trajetórias e desafios da patrimonialização cultural”, João Paulo Pacheco Rodrigues, Sara Thalita Monteiro Cordeiro e Sergio Emory Pereira da Costa Ugalde analisam a capoeira como bem cultural e como memória viva no Acre, mobilizando um corpus audiovisual recente e uma reflexão metodológica que articula história cultural, memória e políticas de salvaguarda. O capítulo situa a capoeira como expressão de pertencimento e resistência, destacando a atuação de mestres locais e o percurso de institucionalização que permitiu seu reconhecimento como patrimônio, além de propor perguntas de pesquisa e procedimentos de análise coerentes com o estatuto do patrimônio imaterial.

Em seguida, “Degustando o passado para resistir ao presente: um convite à governança e soberania alimentar no estado do Acre”, de Amilson Albuquerque Limeira Filho e Maria da Luz França Maia, mostra como comida é memória, política e futuro. O texto argumenta que as práticas alimentares amazônicas condensam uma memória socioambiental que vincula povos, territórios e biodiversidade, e propõe a soberania alimentar como horizonte de ação pública capaz de enfrentar desafios

estruturais como fragmentação de políticas e racismo ambiental. A comida aparece como linguagem de resistência e como agenda de governança participativa.

No capítulo “O Baquemirim no Acre: memória, identidade e preservação do patrimônio imaterial”, Lívia Oliare Cardoso Pessoa investiga a trajetória de uma associação cultural que tem se dedicado à salvaguarda de bens materiais e imateriais, realçando o protagonismo de mestres e mestras e a educação patrimonial como prática de transmissão de saberes. A autora visita plataformas digitais e ações no território, delineando a rede de projetos que sustenta o movimento e seu papel formativo na Amazônia acreana.

O texto “Zona de Preservação Histórico Cultural: percepções sobre a desvalorização do patrimônio histórico em Rio Branco AC”, de Nicolas Smith Oliveira dos Santos, discute o diálogo entre instrumentos normativos municipais, a lei que institui a ZPHC e as formas pelas quais a comunidade reconhece e valoriza seus bens culturais. O foco recai sobre eficácia das políticas, memória coletiva e desafios de implementação, lançando uma pergunta central sobre a capacidade de o poder público promover salvaguarda efetiva.

Fechando a seção, “Práticas alimentares no Mercado do Bosque: um estudo de caso sobre a baixaria”, de Julyana Bezerra Amaral, toma um prato emblemático de Rio Branco como porta de entrada para narrar migrações, trocas culturais e sociabilidades urbanas. A pesquisa situa o Mercado do Bosque como espaço de memória e identidade alimentar, propondo que cada prato servido conta uma história social da cidade.

A segunda seção se volta à memória e à narrativa e abre com “A construção do passado na era das narrativas digitais”, de Arnaldo Szlachta e Roberta Duarte da Silva. O texto argumenta que posts, vídeos, podcasts, repositórios colaborativos e até materiais gerados por sistemas de inteligência artificial se consolidaram como fontes e objetos legítimos da história, reconfigurando regimes de visibilidade, disputas por verdade e formas de autoridade. Com base em reflexão epistemológica, os autores discutem oportunidades e dilemas metodológicos, de autenticidade a circulação algorítmica.

No capítulo “Palavras que habitam a fronteira: a poesia de Helena Kolody entre o acontecimento foucaultiano e a saudade ucraniana”, Tiago Boruch propõe uma leitura da poesia como fonte histórica, articulando espaço e memória. A análise desloca a poesia do mero lirismo para o terreno das experiências e dos lugares, explorando as imagens de cidade e campo e o modo como heranças migrantes atravessam a obra da poeta.

“O que a história oficial não conta: o processo de reocupação da cidade de Marumbi PR”, de João Paulo Pacheco Rodrigues, revisita narrativas hegemônicas sobre pioneirismo no norte do Paraná e devolve centralidade a sujeitos e grupos frequentemente silenciados, como mulheres e trabalhadores. Ao ampliar o escopo narrativo, o texto defende uma memória mais inclusiva das comunidades e sugere que explicar melhor passa por narrar com mais vozes.

Em “História e memória na Casa de Acolhida Souza Araújo: estigmas e preconceitos em torno da hanseníase”, Raylane Ferreira Gomes lê a instituição como espaço de memória e resistência, discutindo políticas de isolamento, formas de exclusão e a necessidade de reconhecer os sujeitos como detentores de direitos e de histórias. A reconstrução histórica evidencia como o estigma foi produzido e como é possível reorientar olhares no presente.

“Até os boêmios sofrem: repressão e resistência na noite de Rio Branco”, de João Pedro de Souza Santos, toma a boemia como prática social e observa um espaço de sociabilidade noturna, marcado por encontros artísticos e culturais e por tensões com formas de controle. Ao focalizar um bar que se tornou referência da cena alternativa, o autor entrelaça lazer, política e cidade.

A terceira seção reúne pesquisas sobre povos indígenas. Em “A resistência indígena no ensino superior acreano: desafios e estratégias de permanência”, Ângela Nunes Silva Manchinery apresenta entrevistas com estudantes indígenas e analisa condições estruturais que atravessam acesso e permanência, como políticas afirmativas insuficientes, discriminação e ausência de infraestrutura adequada. A

pesquisa mapeia estratégias de resistência e pertencimento e destaca o Acre como território sensível para compreender essas trajetórias.

Em “Dez anos de Constituição Cidadã: as representações sobre os indígenas no periódico Alto Madeira de Porto Velho RO em 1998”, Rodrigo dos Santos e Marlene Schulz analisam a imprensa como microcosmo social e indagam como o jornal representou povos originários uma década após a Constituição. Ao recusar juízo moral sobre o periódico e optar pela compreensão histórica das representações, o estudo devolve densidade às disputas por visibilidade e sentido.

“Entre o rio e o verbo: o Juruá como escrita da ausência e promessa de reinvenção”, de Ramon Nere de Lima, ensaia uma crítica historiográfica do texto clássico de Onofre de Andrade e propõe leitura discursiva que vê o Juruá como personagem e linguagem. A análise insiste que textos forjam realidades e que o trabalho do historiador é também interpretar espetros, silêncios e excessos de uma escrita que modela território e memória.

A quarta seção desloca o foco para ensino e mediações do saber histórico. Em “Operacionalização e edição de periódicos eletrônicos: oficina como contributo para ensino, pesquisa e extensão”, Jardel Silva França relata uma experiência formativa com a plataforma OJS, detalhando contexto, metodologia e resultados de uma ação que articulou revista, núcleo de estudos e formação técnica como política de democratização editorial.

O capítulo “Analizando poder bélico e ideologia como ferramentas do autoritarismo a partir das representações construídas em Kung Fu Panda 2 e One Piece”, de Lucas Nascimento Assef de Carvalho, utiliza narrativas midiáticas contemporâneas para pensar conceitos históricos e políticos, apostando no diálogo entre cultura pop e ensino como estratégia de letramento crítico.

Em “Leituras visuais no ensino de História: contribuições teóricas metodológicas para a prática docente no ensino básico”, José Marcos Nascimento Pontes e Lucas Matheus Araújo Bicalho defendem a imagem como fonte e linguagem,

e discutem procedimentos de análise visual que ajudam estudantes a construir argumentos históricos a partir de diferentes suportes.

Por fim, “Entre riscos e rabiscos: o início da construção do ser docente”, de Lucas Santos Nobre, José Lucas da Costa e Mariana Ferreira Maia, acompanha processos de formação inicial e a aprendizagem da docência como experiência marcada por incertezas, experimentos e descobertas, reafirmando o ensino como espaço de pesquisa e reflexão.

Lidas em conjunto, as quatro seções mostram como a prática historiográfica se fortalece quando conjuga procedimentos rigorosos com abertura para novas fontes e vozes. O patrimônio emerge como campo de disputas por reconhecimento e salvaguarda, a memória e a narrativa como laboratórios de linguagem e crítica, as experiências indígenas como fronteira viva de direitos e saberes, e o ensino como lugar de criação metodológica e de cidadania.

Que esta coletânea, resultado também do Projeto de Pesquisa Institucional: História Cultural e Fontes Contemporâneas: Metodologias Críticas e Representações Sociais, do Prof. Dr. João Paulo Pacheco Rodrigues, seja mais do que um registro acadêmico. Que ela convide à escuta atenta das pessoas e dos lugares, à crítica generosa das fontes, à invenção de perguntas melhores e à circulação mais democrática do conhecimento. Desejamos a você uma excelente leitura e, com ela, a alegria dos novos saberes e aprendizados que só o encontro entre pesquisa e vida é capaz de gerar.

SEÇÃO 1

Patrimônio

CAPITULO 1

CAPOEIRA NO ACRE: REPRESENTAÇÕES, TRAJETÓRIAS E DESAFIOS DA PATRIMONIALIZAÇÃO CULTURAL

João Paulo Pacheco Rodrigues
Sara Thalita Monteiro Cordeiro
Sergio Emory Pereira da Costa Ugalde

INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem por objetivo analisar a prática da Capoeira no estado do Acre à luz das discussões sobre o patrimônio cultural imaterial, buscando identificar seus elementos constitutivos, os desafios que permeiam sua preservação e as possibilidades de sua valorização no contexto regional. Para a consecução dessa proposta, adota-se uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, tendo como fonte empírica central o documentário *Capoeira no Acre – Relatos e memórias de roda* (Iphan, 2023), em articulação com os aportes teóricos de Roger Chartier (1990) e Francisco Bento da Silva (2013).

Produzido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e disponibilizado no YouTube em 2023. A obra apresenta uma narrativa sobre a trajetória da capoeira no estado do Acre, a partir de depoimentos de mestres, praticantes e estudiosos da área. O documentário evidencia não apenas o processo de consolidação da capoeira como prática cultural na região, mas também seu papel como expressão de resistência, identidade e pertencimento.

Além de registrar memórias individuais e coletivas, o filme destaca o papel de figuras centrais, como o Mestre Rodolfo, na institucionalização e interiorização da capoeira no Acre. Por meio de uma abordagem audiovisual que articula história oral, memória social e práticas corporais, o documentário contribui para a valorização da capoeira como patrimônio imaterial, reafirmando sua relevância como bem cultural a ser preservado e transmitido às futuras gerações.

Diante do exposto, o presente capítulo tem como recorte espacial a análise da capoeira como expressão cultural afro-brasileira no contexto da cidade de Rio Branco, com ênfase em seu processo de institucionalização e patrimonialização. A questão central que orienta esta investigação é: de que modo a capoeira, enquanto prática cultural historicamente marginalizada, foi ressignificada e reconhecida como patrimônio imaterial no Acre, especialmente a partir da atuação de mestres locais? Para responder a essa pergunta, o trabalho se propõe a: (1) contextualizar a capoeira como bem imaterial no cenário brasileiro; (2) analisar os registros históricos e representações locais da prática no estado do Acre; e (3) examinar o papel da memória e das representações culturais na valorização da capoeira como patrimônio coletivo.

O CONCEITO DE PATRIMÔNIO NO BRASIL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Antes de 1988, a noção de patrimônio estava restrita a bens materiais, como monumentos e edificações, conhecidos como bens de pedra e cal, seriam: igrejas, pontes, fortes, entre outros (Abreu; Chagas. 2003). Essa visão limitada e tangível do patrimônio ignorava a riqueza e diversidade das expressões culturais, com a nova Constituição, o conceito foi ampliado para incluir expressões culturais imateriais, como tradições, festas, línguas, rituais, lendas, danças, mitos, música e inúmeros saberes populares que se diversificaram, passando a ser oficialmente reconhecidos, protegidos e preservados pelo Estado.

Pela primeira vez, o texto constitucional reconheceu formalmente o valor das manifestações culturais imateriais, rompendo com uma tradição que privilegiava exclusivamente os bens materiais, como edifícios históricos, monumentos e obras de arte. Com isso, abriu-se espaço para uma compreensão ampliada de patrimônio, sensível à diversidade étnica, regional e simbólica que caracteriza o país. Essa ampliação conceitual pode ser compreendida como uma das primeiras medidas efetivamente preservacionistas voltadas ao reconhecimento do patrimônio intangível,

o que exigiu novos instrumentos legais, metodológicos e institucionais por parte do Estado brasileiro.

De acordo com o Pelegrini e Funari (2006), não se trata de negar a importância da preservação dos bens materiais – que seguem sendo elementos centrais da memória arquitetônica e urbanística –, mas de reconhecer que as manifestações intangíveis, como saberes tradicionais, práticas religiosas, festas populares, expressões orais e corporais, também carregam consigo valores históricos, sociais e identitários. A emergência do debate sobre o patrimônio imaterial mobilizou novas forças e exigiu uma reestruturação das políticas de reconhecimento cultural, incorporando demandas de comunidades historicamente excluídas dos processos formais de patrimonialização. Assim, o patrimônio passou a ser concebido não apenas como herança, mas como processo social vivo e dinâmico, construído na e pela ação coletiva.

Segundo Rodrigues (2022), no ano de 1997, em comemoração aos 60 anos de criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), foi realizado um seminário internacional na cidade de Fortaleza, com o objetivo de promover o debate sobre estratégias e instrumentos voltados à proteção do patrimônio cultural de natureza imaterial. De acordo com Rhoden (2002), as discussões concentraram-se na problematização do conceito de patrimônio intangível, resultando na proposição de estudos voltados à formulação de mecanismos legais específicos, como o instituto do registro, entendido como ferramenta essencial para a preservação de bens culturais imateriais. Esse conjunto de reflexões deu origem ao documento conhecido como “Carta de Fortaleza”.

As diretrizes estabelecidas neste encontro foram fundamentais para a elaboração do Decreto nº 3.551, de agosto de 2000, que instituiu oficialmente o registro como forma de reconhecimento e salvaguarda dos bens de natureza imaterial no Brasil. O decreto também ampliou o escopo da política patrimonial brasileira ao incluir, entre os bens passíveis de proteção, não apenas o patrimônio cultural intangível, mas também o patrimônio natural e o patrimônio genético, reconhecendo-

os como elementos cruciais para a preservação da identidade e da memória coletiva do povo brasileiro.

A consolidação desse novo paradigma envolveu não apenas mudanças na legislação, mas também a criação de novos marcos institucionais. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que até então operava com base em critérios técnico-estéticos voltados à materialidade dos bens, passou a elaborar instrumentos específicos para o registro de bens imateriais, como o Livro de Registro das Formas de Expressão, o Livro dos Saberes, o Livro das Celebrações e o Livro dos Lugares. Essa iniciativa permitiu reconhecer e proteger oficialmente práticas culturais como o ofício das baianas do acarajé, o samba de roda, a arte kusiwa dos povos indígenas e, posteriormente, a capoeira — incluindo a roda e o ofício dos mestres — como patrimônios culturais do Brasil.

Rodrigues (2022) destaca que a patrimonialização do imaterial envolve desafios específicos, pois se trata de preservar práticas vivas que dependem da transmissão geracional, da continuidade dos contextos sociais e do protagonismo das comunidades. Diferentemente dos bens materiais, que podem ser restaurados ou musealizados, os bens imateriais exigem políticas de salvaguarda voltadas ao fortalecimento das condições que permitam sua reprodução e valorização.

Isso inclui apoio à formação de mestres, incentivos à prática comunitária, fomento à pesquisa e à documentação, bem como o reconhecimento público de suas contribuições para a diversidade cultural nacional. Nesse sentido, a capoeira, com sua complexa articulação entre arte, luta, música e resistência, tornou-se um símbolo da vitalidade e profundidade do patrimônio imaterial brasileiro.

As políticas de Patrimônio Imaterial possibilitam que vozes historicamente marginalizadas sejam ouvidas, que tradições populares sejam valorizadas e que a cultura seja compreendida em sua pluralidade e complexidade. A partir desse novo olhar, a preservação deixa de ser um ato meramente técnico e passou a ser uma ação política de reconhecimento, justiça cultural e fortalecimento da cidadania. A capoeira, ao ser inscrita nesse processo, ilumina não apenas sua própria trajetória, mas também

a importância de uma memória que se constrói no corpo, na música, na oralidade e na resistência cotidiana.

A CAPOEIRA COMO REPRESENTAÇÃO: CORPO, HISTÓRIA E DISPUTA DE SENTIDOS NO ACRE

A capoeira, enquanto expressão cultural afro-brasileira, constitui um dos mais significativos símbolos de resistência da história e da cultura negra no Brasil. Oriunda dos processos de resistência dos africanos escravizados e seus descendentes, ela incorpora elementos de luta, dança, música e religiosidade, configurando-se como prática multifacetada e profundamente enraizada nas experiências de enfrentamento à violência colonial e ao racismo estrutural. Após a abolição da escravidão em 1888, longe de ser reconhecida como patrimônio ou expressão legítima, ela foi alvo de criminalização e perseguição estatal. Durante as primeiras décadas do século XX, os praticantes foram enquadrados em legislações que os associavam à vadiagem, à marginalidade e à desordem urbana.

De acordo com a obra “A ginga na terra do Aquiry: dimensões históricas, etnográficas e mapeamento da capoeira no Acre”, de Cledir de Araújo Amaral et al. (2023), a capoeira é compreendida como uma “expressão cultural” que se consolidou como um dos principais emblemas da resistência negra no Brasil. O texto aborda registros da prática capoeirística no território acreano já por ocasião do chamado “primeiro surto da borracha”, no final do século XIX. Conforme relatam os autores, as promessas de enriquecimento rápido e de fácil acesso à terra impulsionaram um fluxo migratório significativo para a região. No entanto, essas expectativas foram, em grande parte, ilusórias, alimentadas por campanhas que mascaravam as duras condições de trabalho e vida impostas aos migrantes.

Os registros históricos indicam que, mesmo antes da incorporação oficial do Acre ao território brasileiro em 1903, já havia circulação de grupos sociais considerados “indesejáveis” pelas elites das regiões centrais. Conforme relatam Amaral et al. (2023), entre os migrantes enviados compulsoriamente ao Acre estavam indivíduos oriundos

do Rio de Janeiro, classificados pelas autoridades da época como “vadios” ou “elementos perigosos”. Muitos deles eram ex-escravizados, mestiços e trabalhadores pobres envolvidos – ou suspeitos de envolvimento – em revoltas urbanas, como a Revolta da Vacina (1904) e a Revolta da Chibata (1910). Esses sujeitos foram desterrados para as regiões de fronteira amazônica como forma de punição e dispersão social, sendo frequentemente rotulados como “escória” pela retórica higienista e repressiva do Estado.

Esse processo de desterro forçado ilustra como a construção social da marginalidade esteve intrinsecamente associada à cor da pele, à origem social e à resistência política dos indivíduos. Ao serem deslocados para áreas periféricas como o Acre, esses sujeitos não apenas carregaram consigo estigmas e exclusões, mas também difundiram práticas culturais, entre elas a capoeira, que passou a circular e se enraizar no contexto amazônico. Assim, a presença da capoeira no Acre pode ser compreendida não apenas como manifestação espontânea, mas como resultado direto de dinâmicas históricas marcadas por opressão, exclusão territorial e resistência cultural.

A despeito das adversidades, a prática da capoeira resistiu e se adaptou, sendo transmitida oralmente e performaticamente entre gerações, mesmo em meio à repressão. A chegada desses grupos ao Acre representa um momento-chave para compreender a interiorização de práticas afro-brasileiras e os processos de reconfiguração identitária em espaços distantes dos grandes centros urbanos. Nesse cenário, a capoeira não foi apenas mantida como forma de expressão, mas transformou-se em linguagem de afirmação comunitária, territorial e histórica, conectando o passado de lutas à construção da memória cultural da região.

Silva (2013) salienta:

No período colonial se degredava e se desterrava amiúde os indesejáveis (fossem criminosos civis ou religiosos). No Império há uma mudança significativa em relação a esse tipo de punição, mas as práticas (Silva, 2013, p. 57).

Entre esses grupos estavam as “prostitutas, cafetões, capoeiras, malandros e revoltosos”, que eram considerados “subalternos” e, portanto, desterrados para essa região mais afastada. Essa exclusão não apenas os privou dos seus direitos, mas também criou estigmas acerca deles, tornando-os invisíveis para a sociedade.

O autor destaca ainda que:

São esses sujeitos, reais e “chargeados”, que em situações de normalidade da cidade já levavam vidas difíceis, muitos embora não fossem criminosos ou vivessem eventualmente de práticas à margem da lei, tornam-se estereotipados como marginais de fato ou potenciais. E no momento em que ocorrem convulsões sociais na cidade eles são tidos como espécimes de monstros de múltiplos tentáculos, que se espalhavam levando perigos e subversões ao meio social. É apropriado aqui apontar que naquele momento havia uma visão do urbano assentada em bases funcionalistas (Silva, 2013, p. 121).

A citação de Silva (2013, p. 121) revela com profundidade o processo de construção social da marginalidade no contexto urbano brasileiro, especialmente no que diz respeito aos grupos subalternizados. A imagem dos sujeitos “reais e chargeados” ilustra o modo como a representação caricatural de determinados indivíduos – como os capoeiristas, malandros, desempregados e outros trabalhadores informais serviu para cristalizar estigmas sociais que os identificavam, a priori, como perigosos e desviantes. Trata-se de uma construção simbólica que transcende a realidade objetiva desses indivíduos, pois, como destaca o autor, muitos sequer tinham envolvimento direto com a criminalidade. No entanto, o simples pertencimento a determinadas camadas sociais, raciais ou culturais era suficiente para que fossem lidos como potenciais ameaças à ordem.

De acordo com o autor, esse processo se intensifica em momentos de crise ou “convulsões sociais”, quando a cidade se torna palco de disputas, protestos ou mudanças abruptas que afetam sua estrutura. Nesses momentos, os sujeitos marginalizados são vistos como catalisadores do caos, como “monstros de múltiplos tentáculos” – metáfora que denuncia o imaginário social que transforma a diferença em perigo. Essa percepção é alimentada por uma lógica funcionalista do urbano, na

qual cada elemento da cidade deve ocupar uma função ordenada e previsível. Tudo aquilo que escapa a essa normatividade – inclusive práticas culturais como a capoeira, à época criminalizada – passa a ser percebido como disfunção, ruído ou ameaça à estabilidade.

A reflexão de Silva (2013) permite compreender que a criminalização de práticas como a capoeira não se deu apenas por seu conteúdo físico ou simbólico, mas, sobretudo, por quem a praticava. A seletividade social e racial do controle urbano, ao definir os “desviantes”, reforçava as fronteiras entre o centro e a periferia, entre o civilizado e o bárbaro, entre o aceitável e o reprimido. Nesse sentido, a prática da capoeira carrega não só a marca da resistência cultural, mas também a herança do preconceito institucionalizado, que relegou seus praticantes a um lugar de invisibilidade ou hostilidade dentro do espaço urbano

A construção da ponte “Juscelino Kubitschek” que iniciou em 1970 marca a chegada de capoeiristas baianos ao Acre para trabalhar em sua edificação, dentre os quais se destaca um dos nomes mais importantes da capoeira no estado: o Mestre Rodolfo.

A década de 1970 sinaliza uma época crucial dentro das narrativas sobre a capoeira no Acre, postos os primeiros relatos em torno de capoeiristas baianos, que teriam se deslocado da Bahia para o Acre com a finalidade de trabalhar na construção da ponte. Assim, enfatizamos o contexto da edificação das pontes (Imagem 1) e a relação com a presença dos baianos (Amaral *et al.*, 2023, p. 30).

A construção da ponte aponta para uma possível imigração de pessoas vindas da região da Bahia para sua edificação. Os autores apontam o papel do Mestre Rodolfo na consolidação da capoeira como prática cultural reconhecida e sistematizada no estado do Acre. Ainda que as informações biográficas sobre sua trajetória sejam escassas, sua atuação se inscreve de forma marcante na memória coletiva das comunidades capoeiristas locais.

Apesar de poucas informações sobre a vida de Rodolfo (não há dúvidas quanto à sua importância e compromisso para com a capoeira, especialmente, por ter sido o responsável

pela abertura da primeira escola de capoeira no Acre, assim como o primeiro a organizar um batizado de capoeira em Rio Branco, evidenciando, por sua vez, um novo momento no percurso da capoeira no estado e, particularmente, por todo trabalho desenvolvido com o grupo “Cativeiro” nos municípios de Rio Branco, Feijó e Tarauacá, logo se tornando um dos precursores da capoeira acreana (Amaral *et al.*, 2023, p. 45).

Com sua chegada ao Acre, Mestre Rodolfo promoveu uma série de transformações que contribuíram para consolidar a capoeira como uma prática sistematizada, com características de escola, seu trabalho foi decisivo para a institucionalização da capoeira no estado, não apenas por organizar treinamentos regulares, mas também por incentivar amplamente a participação da comunidade.

Segundo depoimentos presentes no documentário *Capoeira no Acre – Relatos e memórias de roda* (Iphan, 2023), diversos indivíduos, oriundos de distintas classes sociais – característica marcante da capoeira enquanto prática inclusiva – participavam das atividades sob a liderança do Mestre Rodolfo.

A escolha do documentário como principal fonte empírica se justifica por seu caráter polifônico e representativo, uma vez que reúne depoimentos de sujeitos diretamente envolvidos na prática da capoeira no Acre, além de registros visuais e sonoros que permitem compreender as dimensões performativas, simbólicas e afetivas dessa manifestação cultural. Diferentemente de fontes escritas ou entrevistas pontuais, o documentário oferece uma síntese narrativa construída por meio da escuta e da valorização das memórias locais, permitindo acessar não apenas informações factuais, mas também sentidos e sentimentos atribuídos à prática pelos próprios agentes culturais.

Entretanto, é necessário reconhecer as limitações da fonte audiovisual utilizada. Marco Napolitano (2005), no capítulo “Fontes Audiovisuais, a História depois do Papel” presente no livro *Fontes Históricas*, revela que por ser um produto elaborado institucionalmente, com objetivos de divulgação e valorização cultural, o documentário opera por meio de seleções e enquadramentos que podem silenciar tensões ou conflitos internos.

Além disso, o formato audiovisual, embora potente na transmissão de emoções e imagens, pode restringir a profundidade analítica e a complexidade histórica dos eventos retratados. Dessa forma, a leitura crítica da fonte requer atenção à sua natureza mediada, bem como a consciência de que ela representa uma entre diversas possíveis narrativas sobre a capoeira no Acre.

Apesar da riqueza simbólica apresentada, o documentário deixa lacunas significativas ao tratar da história da capoeira. Um dos principais silêncios diz respeito ao contexto de repressão jurídica que marcou os séculos XIX e XX. A criminalização da capoeira pelo Código Penal de 1890, que enquadrava seus praticantes como “vadios” ou “desordeiros”, não é devidamente abordada. Esse apagamento compromete a compreensão mais ampla da capoeira enquanto prática social historicamente estigmatizada, sobretudo nos grandes centros urbanos do Brasil.

Como destacam Amaral *et al.* (2023), a associação histórica entre capoeiristas e o estigma da vadiagem é central para compreender os processos de marginalização e resistência que marcaram a formação dessa prática cultural. A ausência dessa discussão no documentário enfraquece sua proposta de apresentar a capoeira como expressão de luta e resiliência, esvaziando o peso estrutural do racismo institucional que moldou as trajetórias de muitos praticantes.

Outra lacuna importante diz respeito à ancestralidade africana da capoeira, especialmente sua relação com o engolo, arte marcial de origem angolana. Pesquisas recentes têm apontado as semelhanças entre o engolo e certos movimentos característicos da capoeira, como o rabo de arraia, a ginga e os golpes circulares. Tais estudos ajudam a consolidar a ideia de que a capoeira é fruto de um processo de recriação cultural no Brasil, a partir de práticas corporais africanas reinterpretadas no contexto da diáspora.

No entanto, o documentário limita-se a generalizações sobre as origens africanas da capoeira, sem apresentar elementos concretos que estabeleçam esse vínculo técnico e simbólico com o engolo. Ao não aprofundar essa relação, perde-se a oportunidade de evidenciar os vínculos profundos entre corporeidade, memória e

ancestralidade que caracterizam a prática da capoeira, bem como sua complexidade histórica enquanto manifestação da cultura afro-diaspórica.

Segundo o documentário produzido pelo Iphan, além de seu papel como incentivador, Mestre Rodolfo, destacava-se pela sua capacidade de transformar uma prática historicamente associada às ruas e à marginalidade em uma atividade organizada e respeitada. A capoeira, nesse novo contexto, passou a ser praticada em ambientes formais, com normas definidas, uso de uniformes e um ensino mais estruturado, voltado à formação técnica e ética dos praticantes. Esse processo representa uma transformação significativa na forma como a capoeira passou a ser compreendida e praticada na região, atribuindo-lhe novos significados e conferindo-lhe maior legitimidade social enquanto manifestação cultural.

Mestre Rodolfo ampliou ainda mais o alcance da capoeira no Acre ao interiorizar essa prática cultural, levando-a a diversos municípios do estado. Por ser piloto de avião, teve a possibilidade de circular amplamente pelo território acreano, o que contribuiu significativamente para a difusão da capoeira além da capital. Conforme destaca o documentário “Capoeira no Acre – Relatos e memórias de roda” (Iphan, 2023), “além de ser o primeiro mestre a institucionalizar a capoeira em termos de graduação, uniforme e realização de batizados, foi também o primeiro a interiorizar a capoeira no Acre”¹

O Capoeirista Amaral destaca que:

Com o Mestre Rodolfo é que a capoeira de fato ela se consolida enquanto prática e aí com toda uma organização com a identidade de um grupo [...] O Sesc se torna o grande centro de desenvolvimento da capoeira onde ele consegue fazer os primeiros eventos que a gente tinha também mais um batizado de capoeira aqui no Acre, ele protagonizou isso nos anos 80, 5 eventos trouxe os maiores ícones da capoeira no Brasil, daquele período. Então mestres de renome internacional estavam aqui no Acre para prestigiar e fortalecer a nossa capoeira, e muita gente de todas as classes sociais como é a

¹ Trecho retirado do documentário, que reproduz a fala do Pesquisador Ádamo Gabriel, min: 18:43 – Capoeira no Acre – Relatos e memórias de roda (2023) – Iphan) e disponibilizado no YouTube).

característica da capoeira, participava dessas atividades com o Mestre Rodolfo, lideradas pelo Mestre Rodolfo².

Com esse trecho do documentário, analisamos que esse feito foi, sem dúvida, um dos mais relevantes no processo de institucionalização da capoeira no Acre. Além disso, Mestre Rodolfo exerceu papel fundamental na formação e na influência de outros capoeiristas reconhecidos nacionalmente, contribuindo para o fortalecimento e a legitimação da prática no estado. Sua atuação também foi decisiva no processo de patrimonialização da capoeira, conferindo-lhe visibilidade e reconhecimento enquanto expressão cultural representativa. Os batizados organizados pelo mestre reuniam praticantes de destaque e mestres renomados, o que possibilitou não apenas a consolidação de sua autoridade no campo da capoeira, mas também a ampliação do alcance simbólico da prática e do próprio estado do Acre no cenário nacional.

Nesse sentido, é importante destacar que o reconhecimento da capoeira como patrimônio imaterial pelo Iphan, em 2008, e posteriormente pela Unesco, em 2014 – especificamente na categoria “Roda de Capoeira” – não implica sua simples descoberta como patrimônio, mas sim representação como tal. Trata-se de um processo de construção simbólica marcado por disputas, negociações e tomadas de decisão envolvendo diferentes agentes sociais, entre os quais se destacam mestres de capoeira, pesquisadores, instituições estatais e as próprias comunidades praticantes.

A capoeira, enquanto prática corporal e manifestação cultural de raízes afro-brasileiras, oferece um campo fértil para reflexão à luz do conceito de *representação* tal como formulado por Roger Chartier (1990). Segundo o historiador francês, as representações não são meras imagens passivas da realidade, mas formas ativas de construção do mundo social, pois “elas expressam, mas também produzem, os modos de pensar e agir dos indivíduos e grupos” (Chartier, 1990).

Para Chartier (1990), as representações não devem ser entendidas como simples reflexos do real, mas como *modos ativos de construção da realidade social*. Elas resultam

² Capoeira no Acre – Relatos e memórias de roda (2023) – Iphan e disponibilizado no YouTube. Min: 5:47.

de práticas discursivas, visuais e institucionais que organizam o mundo simbólico, modelando percepções, comportamentos e relações de poder. Ao investigar as representações, o historiador não busca apenas o conteúdo das ideias, mas os mecanismos sociais e culturais que lhes conferem legitimidade, circulação e eficácia.

Aplicado ao universo da capoeira, esse conceito permite analisar como essa prática – nascida em contextos de resistência e sociabilidade entre populações afrodescendentes – foi ao longo do tempo alvo de representações que oscilaram entre a criminalização e a consagração patrimonial. Nos séculos XIX e início do XX, por exemplo, a capoeira era representada nos discursos jurídicos, médicos e jornalísticos como prática violenta, associada à vadiagem e à subversão da ordem pública. Essa imagem alimentou legislações repressivas, como o Código Penal de 1890, que criminalizava expressamente a capoeira, enquadrando seus praticantes como elementos perigosos à moral e à segurança urbana.

No entanto, essas representações não permaneceram inalteradas. A partir da década de 1930, com a valorização do folclore e da identidade nacional impulsionada pelo Estado Novo, observa-se uma inflexão importante. A capoeira começa a ser reconfigurada como expressão autêntica da cultura brasileira. Nesse novo contexto, a capoeira passa a ser representada como símbolo de brasiliidade, resistência e disciplina corporal – uma representação que não eliminou os estigmas anteriores, mas que passou a coexistir com eles em um campo simbólico disputado.

Chartier (1990) nos alerta que toda representação é também um terreno de disputa e negociação entre diferentes agentes sociais, dotados de capital simbólico e interesses diversos. No caso da capoeira, tais agentes incluem mestres e praticantes, pesquisadores acadêmicos, gestores culturais, órgãos do Estado, instituições de ensino e a mídia. Cada um desses atores contribui para a produção e circulação de sentidos sobre o que é, o que foi e o que deve ser a capoeira. Tais disputas não se restringem ao campo discursivo, mas envolvem também práticas concretas: decisões sobre como se ensina a capoeira, quais rituais devem ser mantidos, quais instrumentos são legítimos, que narrativas devem ser privilegiadas em processos de patrimonialização.

Além disso, através da leitura de Chartier (1990), podemos compreender que essas representações não devem ser vistas apenas como práticas de dança e luta, pois, por trás de sua forma corporal e estética, há um profundo movimento de resistência, que remonta à trajetória histórica dos povos escravizados no Brasil.

Nesse sentido, a capoeira, ao ser reconhecida como patrimônio imaterial, passou a ocupar um novo lugar simbólico na sociedade. A capoeira deixou de ser compreendida exclusivamente como uma prática popular marginalizada – cujos praticantes, conforme destacam Amaral *et al.* (2023), foram historicamente associados ao estigma de “vadios” – e passou a ser progressivamente valorizada como um símbolo, em âmbito nacional e internacional, da diversidade cultural e da resistência histórica dos povos afro-brasileiros. Esse reconhecimento institucional e simbólico conferiu maior visibilidade à trajetória de luta, repressão e superação vivenciada por esses grupos ao longo do tempo, reafirmando a capoeira como uma expressão legítima de identidade, memória e patrimônio cultural.

Inserindo nesse contexto, de patrimonialização, a capoeira ilustra com clareza a importância de preservar as expressões culturais enquanto formas vivas de identidade e resistência. Salvaguardar tais manifestações é um gesto fundamental para a sociedade, pois permite não apenas honrar a memória histórica, mas também fortalecer a continuidade de práticas que ainda hoje servem como instrumento de luta, afirmação cultural e pertencimento. E, ao fazer isso, reforça-se também o compromisso com a justiça social e com a valorização das identidades historicamente invisibilizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste capítulo, buscou-se analisar a capoeira como patrimônio cultural imaterial, com ênfase nas práticas desenvolvidas no estado do Acre, especialmente em Rio Branco. A partir de uma abordagem qualitativa e fundamentada em referenciais teóricos como Roger Chartier (2002) e Francisco Bento da Silva (2013), foi possível compreender como essa expressão afro-brasileira, marcada por uma trajetória de resistência e estigmatização, passou por um processo de ressignificação e

valorização, culminando em seu reconhecimento como patrimônio pelo Iphan e pela Unesco.

O percurso histórico da capoeira no Acre revela uma dimensão ainda pouco explorada pela historiografia, especialmente no que tange ao papel desempenhado por sujeitos marginalizados e à atuação de mestres como Rodolfo, que foi fundamental para a institucionalização e interiorização dessa prática na região. Sua contribuição extrapola o ensino técnico da capoeira, configurando-se como ação pedagógica, política e cultural de grande impacto para a legitimação da prática no cenário estadual e nacional.

A discussão permitiu verificar que o processo de patrimonialização da capoeira não é neutro nem espontâneo, mas envolve disputas simbólicas, mediações institucionais e a atuação estratégica de comunidades praticantes. Tais processos revelam como o patrimônio imaterial é resultado de construções sociais complexas, nas quais as representações desempenham papel central na definição daquilo que deve ser lembrado, celebrado e preservado.

Nesse sentido, compreender a capoeira como patrimônio cultural implica reconhecer suas múltiplas dimensões: prática corporal, linguagem simbólica, memória coletiva, resistência histórica e expressão identitária. Preservá-la significa, portanto, garantir a continuidade de uma herança viva que transmite saberes, valores e sentidos profundos às gerações presentes e futuras. A capoeira, no caso acreano, não é apenas uma prática histórica: é também presente, é memória e é projeto de futuro.

Referências

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio** – ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2003.

AMARAL, Cledir de Araújo et al. **A ginga na terra do Aquiry**: dimensões históricas, etnográficas e mapeamento da capoeira no Acre. Rio Branco: Ifac, 2023.

CHARTIER, R. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

DOCUMENTÁRIO | **Capoeira no Acre** – Relatos e Memórias de Roda. [Vídeo]. Iphan. YouTube, [21 de nov. de 2023]. Disponível em: https://youtu.be/80iAF9Uo8sY?si=XLQrfy6_R3ct2EPE. Acesso em: 12 fev. 2025.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 235-289.

PELEGRINI, Sandra. FUNARI, Pedro. **Patrimônio Histórico-Cultural**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2006.

RODRIGUES, João Paulo Pacheco. Memória e cultura popular: narrativas sobre a cavalgada em louvor a São Sebastião. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p. 121-136, dez. 2022.

SILVA, Francisco Bento da. **Acre, a Sibéria tropical**: desterrados para as regiões do Acre em 1904 e 1910. Manaus: UEA Edições, 2013.

CAPITULO 2

DEGUSTANDO O PASSADO PARA RESISTIR AO PRESENTE: UM CONVITE À GOVERNANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR NO ESTADO DO ACRE

Amilson Albuquerque Limeira Filho
Maria da Luz França Maia

INTRODUÇÃO

A culinária e a gastronomia de uma região transcendem a mera satisfação de necessidades fisiológicas; elas se configuram como complexos sistemas culturais, sociais e ambientais que encapsulam a história, a identidade e as interações de um povo com seu território. Na Amazônia brasileira, e em particular no estado do Acre, essa relação é ainda mais intrínseca, dada a riqueza da biodiversidade, a pluralidade de povos e saberes tradicionais, e a dinâmica socioambiental singular que moldou as práticas alimentares ao longo do tempo.

O Acre, com sua história marcada pelo ciclo da borracha, pela presença de povos indígenas e comunidades extrativistas, e pela influência de migrações internas e externas, desenvolveu uma gastronomia que é um verdadeiro mosaico de memórias, sabores e resistências.

A comida, nesse contexto, não é apenas um produto final, mas um processo que envolve a relação com a floresta, o rio, a terra, e os conhecimentos ancestrais sobre o manejo dos recursos naturais. Ingredientes como o açaí, o tucumã, o pirarucu, a castanha-do-brasil, a pupunha, o cupuaçu, e o pequi, entre tantos outros, são mais do que simples componentes de pratos; eles são elos vivos com ecossistemas específicos, com ciclos sazonais e com modos de vida que dependem diretamente da saúde ambiental. A forma como esses ingredientes são cultivados, coletados, processados e consumidos reflete uma memória socioambiental profunda, transmitida de geração em geração, que inclui não apenas técnicas culinárias, mas também valores, crenças e uma cosmovisão particular sobre a interdependência entre humanos e natureza.

No entanto, essa riqueza cultural e ambiental enfrenta desafios significativos em um cenário de globalização alimentar, de avanço do agronegócio e de mudanças climáticas. A padronização dos hábitos alimentares, a desvalorização dos produtos locais e a fragilização dos sistemas alimentares tradicionais ameaçam não apenas a diversidade gastronômica, mas também a memória socioambiental que a sustenta. A perda de conhecimentos sobre o manejo de espécies nativas, a diminuição da disponibilidade de ingredientes da floresta e a alteração dos padrões de consumo podem levar a uma desconexão entre o povo acreano e suas raízes territoriais e culturais.

Nesse panorama, emerge a necessidade de compreender as complexas relações entre a comida e a memória socioambiental do povo acreano. A comida, enquanto repositório de saberes e práticas, atua como um vetor de resiliência cultural e ambiental. Os pratos típicos, as festas e rituais alimentares, as técnicas de preparo e conservação, e as narrativas associadas aos alimentos são elementos que mantêm viva a conexão com o passado e com o território.

Essa memória, por sua vez, pode ser um poderoso convite à ação, impulsionando a reflexão sobre a governança e a soberania alimentar na região. Governar a alimentação em um território tão peculiar como o Acre implica em garantir o acesso a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados, promover a produção sustentável, valorizar os sistemas alimentares locais e fortalecer a autonomia das comunidades sobre suas escolhas alimentares.

A soberania alimentar, nesse sentido, vai além da segurança alimentar, pois enfatiza o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, respeitando suas culturas e a diversidade de seus sistemas produtivos.

Diante desse contexto, o presente capítulo busca responder à seguinte questão de pesquisa: **quais as relações entre a comida e a memória socioambiental do povo acreano e como tais registros podem ser um convite à governança e soberania alimentar na região?**

Para abordar essa problemática, o capítulo estabelece os seguintes objetivos específicos: i) abordar a literatura especializada sobre o tema (tópico 2.1), explorando conceitos como memória socioambiental, cultura alimentar, sistemas alimentares e governança/soberania alimentar, com foco em contextos amazônicos e, se possível, acreanos; ii) indicar as principais práticas gastronômicas que englobam as vivências e saberes acreanos (tópico 2.2), descrevendo ingredientes, pratos, técnicas e as narrativas associadas que revelam a memória socioambiental do povo; iii) analisar o sistema de governança alimentar, suas ausências e nuances no contexto do estado acreano (tópico 2.3), identificando os atores envolvidos, as políticas existentes e os desafios para a promoção da soberania alimentar.

Para guiar a investigação, conjecturam-se as seguintes hipóteses: 1) a culinária acreana, em suas práticas e ingredientes, constitui um repositório significativo da memória socioambiental do povo, refletindo a interdependência entre os modos de vida e a floresta amazônica; 2) a valorização e o reconhecimento dessas práticas gastronômicas e da memória socioambiental a elas associada podem servir como um catalisador para o fortalecimento da governança alimentar participativa e para o avanço da soberania alimentar no Acre e, por último, 3) a ausência de políticas públicas integradas e de mecanismos de governança alimentar robustos no Acre contribui para a fragilização dos sistemas alimentares tradicionais e para a perda da memória socioambiental, tornando urgente a proposição de agendas de ação.

A metodologia adotada neste capítulo é de natureza qualitativa, com caráter exploratório e descritivo. A pesquisa será predominantemente bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica consistirá na revisão sistemática da literatura especializada em áreas como antropologia da alimentação, sociologia rural, ecologia política, geografia da alimentação, estudos amazônicos, e políticas públicas de alimentação e nutrição. Serão priorizados artigos científicos, teses, dissertações, livros e relatórios de instituições de pesquisa e órgãos governamentais que abordem a temática da alimentação, memória, governança e soberania alimentar, com especial atenção para o contexto amazônico e, quando disponível, acreano.

A pesquisa documental envolverá a análise de documentos oficiais, como planos de desenvolvimento estaduais, relatórios de órgãos de agricultura e meio ambiente, e documentos de organizações da sociedade civil que atuam no Acre, buscando identificar políticas, programas e iniciativas relacionadas à produção, distribuição e consumo de alimentos. As técnicas de pesquisa incluirão a análise de conteúdo dos materiais coletados, buscando identificar padrões, temas emergentes e lacunas na literatura e nas políticas existentes. A abordagem será crítica e analítica, visando detalhar a compreensão das relações entre comida, memória e governança alimentar no Acre.

Dessa forma, este capítulo está estruturado em quatro seções principais: após esta introdução, o tópico 2 apresentará o desenvolvimento do tema, aprofundando a discussão sobre o problema de pesquisa e detalhando os objetivos específicos. O tópico 3 trará os resultados da pesquisa, incluindo as principais literaturas localizadas, as práticas gastronômicas relevantes e a análise do sistema de governança, com quadros e tabelas de agendas de implementação. Por fim, o tópico 4 apresentará as considerações finais, sintetizando os achados e suas implicações.

DEGUSTANDO FLORESTANIAS: DA LITERATURA À MEMÓRIA GASTRONÔMICA ACREANA

A comida é, por excelência, um elemento central na construção e manutenção da identidade cultural de um povo. No Acre, essa centralidade é amplificada pela íntima conexão com a floresta e seus recursos.

A memória socioambiental, por sua vez, não é um mero registro passivo do passado, mas uma força ativa que molda o presente e projeta o futuro. Ela se manifesta nas práticas cotidianas, nos saberes transmitidos oralmente, nas paisagens transformadas pela ação humana e na própria composição dos pratos que chegam à mesa.

A desvalorização ou a perda dessa memória pode significar não apenas o empobrecimento cultural, mas também a fragilização dos sistemas de subsistência e a

diminuição da capacidade de resiliência das comunidades frente às mudanças ambientais e socioeconômicas.

Neste tópico, abordaremos a literatura especializada sobre o tema, indicaremos as principais práticas gastronômicas acreanas que englobam as vivências e saberes locais, e analisaremos o sistema de governança alimentar no estado, suas ausências e nuances.

Gastronomia, memória socioambiental e governança alimentar

A relação entre comida e memória é um campo vasto e interdisciplinar, que se estende da antropologia da alimentação à sociologia, da história oral à geografia cultural. A comida, em sua materialidade e simbolismo, é um poderoso gatilho mnemônico, capaz de evocar lembranças individuais e coletivas, conectando gerações e reforçando laços sociais (Poulain, 2004).

No contexto socioambiental, a memória se manifesta não apenas nas receitas e nos sabores, mas também nas práticas de manejo da terra, na relação com os ciclos da natureza e na transmissão de conhecimentos sobre a biodiversidade. A memória socioambiental, portanto, pode ser entendida como o conjunto de saberes, práticas, narrativas e experiências que um grupo social acumula e transmite sobre sua interação com o ambiente ao longo do tempo.

Essa memória é fundamental para a adaptação e a resiliência das comunidades, especialmente em contextos de alta biodiversidade e vulnerabilidade ambiental, como a Amazônia. Ela inclui o conhecimento sobre plantas medicinais, sobre os períodos de cheia e seca dos rios, sobre as técnicas de caça e pesca sustentáveis, e sobre a localização de recursos alimentares na floresta (Diegues, 2000).

A comida, nesse sentido, é um veículo privilegiado para a preservação e a transmissão dessa memória, pois cada ingrediente, cada prato, cada modo de preparo carrega consigo uma história de interação com o ambiente e com outros grupos sociais.

A cultura alimentar de um povo é um reflexo direto de sua memória socioambiental. Ela abrange não apenas o que se come, mas como se come, com quem

se come, e o significado atribuído aos alimentos. Em regiões como o Acre, a cultura alimentar é profundamente influenciada pela diversidade étnica e pelos modos de vida tradicionais. Os povos indígenas, por exemplo, possuem um vasto conhecimento sobre a floresta e seus recursos, que se traduz em uma dieta rica em produtos da caça, pesca e coleta, além de cultivos adaptados às condições locais (Cunha; Almeida, 2000).

As comunidades ribeirinhas e extrativistas, por sua vez, têm suas práticas alimentares moldadas pela relação com os rios e com os produtos da floresta, como a castanha-do-brasil e a borracha, que historicamente foram a base de sua subsistência (Schmink; Wood, 1992). A fusão dessas influências, somada à chegada de migrantes de outras regiões do Brasil, resultou em uma culinária acreana singular, que é um testemunho vivo da complexa história de ocupação e interação com o território.

Os sistemas alimentares, por sua vez, referem-se a todo o conjunto de atividades que envolvem a produção, processamento, distribuição, consumo e descarte de alimentos. Em um mundo globalizado, esses sistemas tornaram-se cada vez mais complexos e, muitas vezes, desterritorializados, com longas cadeias de suprimentos que desconectam produtores e consumidores. Essa desconexão pode levar à perda da memória socioambiental, à desvalorização dos produtos locais e à fragilização da autonomia alimentar das comunidades (Wilkinson, 2013).

A análise dos sistemas alimentares no Acre, portanto, deve considerar não apenas a produção em si, mas também as dinâmicas de mercado, as políticas de abastecimento e as preferências de consumo que afetam a disponibilidade e o acesso a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados.

Nesse cenário, os conceitos de governança alimentar e soberania alimentar ganham relevância. A governança alimentar refere-se aos processos, instituições e arranjos pelos quais as decisões sobre os sistemas alimentares são tomadas e implementadas. Ela envolve a participação de múltiplos atores – governo, sociedade civil, setor privado, academia – e busca garantir que as políticas alimentares sejam justas, equitativas e sustentáveis (HLPE, 2014). Uma governança alimentar eficaz deve ser capaz de mediar os conflitos de interesse, promover a transparência e a

accountability, e fortalecer a capacidade dos atores locais de influenciar as decisões que afetam suas vidas e seus territórios.

No contexto amazônico, a governança alimentar é ainda mais desafiadora, dada a imensa diversidade cultural e ambiental, a fragilidade das instituições e a presença de interesses econômicos poderosos que muitas vezes se contrapõem à conservação e aos direitos das comunidades tradicionais (Assis; Scherer, 2017). Sobre os desafios acerca dos processos de educação ambiental e conscientização coletiva:

A escola do campo, da floresta, a escola indígena e dos quilombos precisa ser entendida dentro de um projeto de desenvolvimento brasileiro, pensado a partir das demandas apresentadas pelos povos que lá residem. Romper com os desmandos historicamente arquitetados pelas oligarquias agrárias, expressão maior no campo do capitalismo expansionista e excludente, é o primeiro grande desafio dos coletivos sociais (Souza, 2013, p. 119).

A soberania alimentar, por sua vez, é um conceito mais abrangente e radical, que vai além da segurança alimentar. Proposto pelo movimento Via Campesina em 1996, ele defende o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, priorizando a produção local para alimentar a população, o acesso à terra, à água e a outros recursos produtivos, e a valorização dos saberes e culturas alimentares tradicionais (Via Campesina, 1996).

A soberania alimentar implica em uma transformação profunda dos sistemas alimentares, deslocando o poder das grandes corporações para as comunidades locais e para os pequenos produtores. No Acre, a busca pela soberania alimentar está intrinsecamente ligada à defesa da floresta em pé, à valorização dos produtos da sociobiodiversidade e ao fortalecimento das cadeias produtivas locais, garantindo que a comida seja um instrumento de autonomia e bem-viver, e não de dependência e exploração (Porto-Gonçalves, 2006).

A literatura sobre a Amazônia tem abordado a relação entre alimentação e ambiente de diversas formas. Estudos sobre a pesca artesanal, por exemplo,

demonstram como as práticas de manejo dos recursos pesqueiros estão intrinsecamente ligadas ao conhecimento dos ciclos dos rios e à memória das comunidades ribeirinhas (Goulding *et al.*, 2003).

A produção de farinha de mandioca, um alimento básico na dieta amazônica, também é um exemplo de como saberes ancestrais sobre o cultivo e o processamento da mandioca são transmitidos de geração em geração, mantendo viva uma parte importante da memória cultural e socioambiental (Emperaire; Pignarre, 2011). Além disso, a emergência de conceitos como “florestania” (Carneiro, 2008), que valoriza a cultura e os modos de vida dos povos da floresta, reforça a ideia de que a alimentação é um componente fundamental da identidade amazônica e um vetor para a construção de um desenvolvimento mais justo e sustentável.

No entanto, a literatura específica sobre a culinária e a gastronomia acreana, e sua relação com a memória socioambiental e a governança alimentar, ainda é incipiente. Embora existam trabalhos que abordam aspectos da cultura local e da produção agrícola, a articulação desses elementos em uma análise integrada dos sistemas alimentares e de suas implicações para a soberania alimentar é um campo a ser mais explorado.

Principais práticas gastronômicas que englobam as vivências e sabores acreanos

A gastronomia acreana é um reflexo da sua rica diversidade cultural e ambiental, resultado da confluência de influências indígenas, nordestinas, sulistas e, mais recentemente, de migrantes de países vizinhos. Essa culinária, profundamente enraizada na floresta amazônica e nos rios que cortam o estado, é um repositório vivo de saberes e vivências que constituem a memória socioambiental do povo acreano. As práticas gastronômicas não se limitam ao ato de cozinhar, mas englobam o ciclo completo do alimento, desde a coleta ou cultivo até o consumo, passando pelo processamento e pela transmissão de conhecimentos.

Os ingredientes são a espinha dorsal da culinária acreana e revelam a íntima conexão com a biodiversidade local. O tucumã (*Astrocaryum vulgare*), fruto de uma palmeira amazônica, é onipresente na mesa acreana, consumido *in natura*, em sorvetes,

doces ou como acompanhamento de café da manhã. Sua presença remete à floresta e ao extrativismo. A pupunha (*Bactris gasipaes*), outra palmeira, é apreciada cozida, em farofas ou como base para pratos salgados e doces. O açaí (*Euterpe oleracea*), embora mais associado ao Pará, é largamente consumido no Acre, muitas vezes de forma tradicional, sem adição de açúcar, acompanhando peixe ou farinha. O pequi (*Caryocar brasiliense*), fruto do Cerrado, mas presente no Acre, é utilizado em pratos salgados, conferindo um sabor e aroma marcantes. A castanha-do-brasil (ou castanha-da-amazônia, *Bertholletia excelsa*), um ícone da floresta, é consumida *in natura*, em doces, farofas e óleos, e sua coleta está ligada à história dos seringais e à subsistência das comunidades extrativistas. Frutos como cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), buriti (*Mauritia flexuosa*) e bacaba (*Oenocarpus bacaba*) são amplamente utilizados em sucos, sorvetes e doces, representando a riqueza frutífera da região.

Os peixes de rio são a base proteica da dieta acreana, com destaque para o pirarucu (*Arapaima gigas*), o tambaqui (*Colossoma macropomum*), o pintado (*Pseudoplatystoma corruscans*) e o pacu (*Piaractus mesopotamicus*). O preparo desses peixes varia desde assados na brasa, fritos, cozidos em moquecas ou caldeiradas, até o famoso “pirarucu de casaca”, um prato elaborado com camadas de pirarucu desfiado, banana pacovã frita, farofa e batata palha (Santos, 2012).

A pesca, seja artesanal ou de subsistência, é uma prática ancestral que envolve conhecimentos sobre os ciclos dos rios, os hábitos dos peixes e as técnicas de captura sustentável, transmitidos de geração em geração. Essa prática é um elo direto com a memória socioambiental, pois a abundância ou escassez de peixes reflete a saúde do ecossistema aquático e as mudanças no regime hídrico.

Entre os pratos emblemáticos que expressam as vivências e saberes acreanos, destacam-se:

- Baixaria: Um prato robusto e popular, especialmente no café da manhã, que consiste em uma mistura de carne moída, farofa, ovo frito e cheiro-verde, servido sobre uma cama de cuscuz ou pirão. Sua simplicidade e saciedade o

tornam um alimento cotidiano que reflete a praticidade e a força da culinária local.

- Tacacá: Embora de origem amazônica mais ampla, é um caldo quente e aromático, feito com tucupi (sumo da mandioca brava), goma de tapioca, jambu (erva que provoca dormência na boca) e camarão seco. É um prato que evoca a floresta e o conhecimento indígena sobre o processamento da mandioca, um saber milenar que transforma um ingrediente tóxico em alimento (Lima; Almeida, 2017).
- Pato no Tucupi: Outro prato de origem amazônica, mas com forte presença no Acre, que utiliza a carne de pato cozida no tucupi e jambu. É um prato festivo, que celebra a abundância e a conexão com a floresta.
- Galinha Caipira: Preparada de diversas formas, seja ensopada com pirão, assada ou em galinhada, a galinha caipira representa a culinária do interior, das pequenas propriedades rurais e da agricultura familiar, onde o alimento é produzido de forma mais orgânica e sustentável.
- Farofas: A farinha de mandioca é um acompanhamento essencial em quase todos os pratos acreanos. As farofas, preparadas com manteiga, ovos, castanha, ou carne seca, são um testemunho da versatilidade da mandioca e da criatividade culinária local. A produção da farinha, desde o plantio da mandioca até o seu processamento em casas de farinha, envolve um complexo sistema de saberes e práticas que são parte integrante da memória socioambiental.

As técnicas de preparo e conservação também são elementos cruciais da memória socioambiental. A defumação de carnes e peixes, a produção de farinhas e gomas, a extração de óleos de frutos nativos, e a fermentação de bebidas são saberes transmitidos oralmente, que garantem a segurança alimentar e a diversidade da dieta ao longo do ano, especialmente em períodos de escassez ou de difícil acesso a mercados (Diegues, 2000). Essas técnicas refletem uma profunda compreensão dos

recursos naturais e da necessidade de otimizar seu uso, evitando o desperdício e garantindo a subsistência das comunidades.

Além dos pratos e ingredientes, as narrativas e vivências associadas à comida são fundamentais para a memória socioambiental. As histórias sobre a origem de um ingrediente, sobre a caça de um animal específico, sobre as festas e rituais que envolvem a comida, e sobre as dificuldades enfrentadas para obter alimentos em tempos de escassez, são transmitidas de geração em geração, enriquecendo o significado da culinária acreana. As feiras livres, os mercados municipais e os quintais produtivos são espaços onde essa memória é constantemente reativada, através da troca de produtos, de saberes e de histórias entre produtores e consumidores.

Em síntese, as práticas gastronômicas acreanas são muito mais do que um conjunto de receitas; elas são um complexo sistema de vivências, saberes e memórias que revelam a profunda interdependência entre o povo acreano e seu ambiente. A valorização e a promoção dessa culinária não são apenas uma questão de preservação cultural, mas uma estratégia fundamental para fortalecer a memória socioambiental, impulsionar a governança e a soberania alimentar, e garantir um futuro mais sustentável para a região.

Sistema de governança alimentar no contexto do estado acreano

A governança alimentar, como discutido no tópico 2.1, abrange os processos, instituições e arranjos pelos quais as decisões sobre os sistemas alimentares são tomadas e implementadas (Hlpe, 2014). No Acre, a complexidade desse sistema é acentuada pela vasta extensão territorial, pela diversidade de ecossistemas e modos de vida, e pela presença de múltiplos atores com interesses por vezes conflitantes.

O sistema de governança alimentar no Acre, embora em desenvolvimento, ainda apresenta lacunas e nuances que dificultam a plena efetivação da soberania alimentar. Os atores envolvidos nesse sistema são diversos e incluem:

Quadro 1 – Principais atores e seus âmbitos de atuação no sistema alimentar do Acre

Categoría	Âmbito de Atuação	Exemplos/Detalhes
Órgãos Governamentais	Nível Estadual: Fomento à produção agrícola e pecuária; gestão ambiental e conservação da biodiversidade; segurança alimentar e nutricional; apoio técnico aos produtores rurais.	SEPROR (Secretaria de Estado de Produção e Agronegócio): Fomento à produção agrícola e pecuária. SEMA (Secretaria de Estado de Meio Ambiente): Gestão ambiental e conservação da biodiversidade. SESACRE (Secretaria de Estado de Saúde): Segurança alimentar e nutricional. EMATER-AC (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Acre): Apoio técnico aos produtores rurais.
	Nível Municipal: Agricultura e meio ambiente.	Secretarias municipais de agricultura e meio ambiente (com capacidades e recursos variados).
Organizações da Sociedade Civil (OSCs)	Defesa dos direitos dos povos da floresta; promoção da agroecologia; segurança alimentar; valorização dos produtos da sociobiodiversidade; fortalecimento das cadeias produtivas locais e autonomia alimentar das comunidades.	Cooperativas de produtores; associações de extrativistas; organizações indígenas; movimentos sociais.
Setor Privado	Produção em larga escala; processamento de alimentos; distribuição e varejo.	Empresas do agronegócio; indústrias de processamento de alimentos; distribuidores; varejistas. (Atuação alinhada à lógica do capital, priorizando commodities e gerando pressões sobre recursos naturais e sistemas alimentares tradicionais).
Academia e Instituições de Pesquisa	Contribuição com estudos sobre biodiversidade amazônica, sistemas agrícolas sustentáveis, segurança alimentar e nutrição; fornecimento de subsídios técnicos e científicos para políticas públicas.	Universidades no Acre; institutos de pesquisa.

Fonte: Própria, 2025.

As políticas existentes no Acre, embora importantes, ainda não formam um arcabouço integrado e robusto para a governança e soberania alimentar. Existem iniciativas voltadas para o fomento da agricultura familiar, para a regularização fundiária e para a conservação ambiental.

No entanto, a fragmentação das políticas e a falta de coordenação entre os diferentes órgãos governamentais são ausências notáveis no sistema de governança. Muitas vezes, as políticas setoriais operam de forma isolada, sem uma visão sistêmica

que considere a interconexão entre produção, ambiente, saúde e cultura alimentar.

Tais nuances são marcadas por:

Tabela 1 – Projeção dos desafios inerentes ao Sistema de Governança Alimentar no estado do Acre

Desafios	Projeção no Sistema de Governança Alimentar
Conflitos de Interesse	A coexistência de diferentes modelos de desenvolvimento (agronegócio, extrativismo sustentável e agricultura familiar) gera tensões e disputas pelo uso da terra e dos recursos naturais. O sistema de governança alimentar demonstra ausência na capacidade efetiva de mediar esses conflitos, resultando em: a) Dificuldade em assegurar o respeito aos direitos das comunidades tradicionais; b) Comprometimento da priorização da conservação ambiental frente a interesses divergentes.
Fragilidade Institucional	O sistema de governança alimentar no Acre é marcado por fragilidades institucionais que compromete a eficácia das políticas públicas. Essa fragilidade se manifesta através de: a) Recursos escassos, limitando a execução de programas e projetos; b) Falta de pessoal qualificado, impactando a capacidade técnica e operacional; c) Burocracia excessiva, que lentifica e dificulta a efetivação de ações de promoção da soberania alimentar e proteção dos sistemas alimentares tradicionais.
Desvalorização dos Produtos Locais	Apesar da rica sociobiodiversidade acreana, o sistema de governança alimentar apresenta certa desvalorização dos produtos locais . Há uma tendência de valorização de produtos industrializados e commodities agrícolas em detrimento dos alimentos nativos e da produção da agricultura familiar, o que acarreta: a) Impacto negativo na renda dos pequenos produtores; b) Desestímulo à manutenção das práticas de manejo sustentável e à preservação da cultura alimentar local.
Dificuldades de Acesso a Mercados	Pequenos produtores e comunidades extrativistas enfrentam dificuldades significativas no acesso a mercados justos e equitativos , uma ausência crítica no sistema de governança alimentar. Os desafios incluem: a) Falta de infraestrutura de transporte adequada para escoamento da produção; b) Ausência de canais de comercialização que promovam a valorização dos alimentos locais; c) Concorrência desleal com produtos de baixo custo, que dificultam a inserção e sustentabilidade da produção familiar e extrativista.
Racismo Ambiental	Populações étnico-raciais em situação de vulnerabilidade são desproporcionalmente afetadas por catástrofes climáticas e degradação ambiental. Esta injustiça se reflete na governança alimentar, pois: a) As vozes e necessidades dessas comunidades podem ser marginalizadas, comprometendo sua participação e representatividade; b) A soberania alimentar dessas populações é fragilizada devido à falta de reconhecimento e atendimento de suas especificidades e vulnerabilidades.

Fonte: Própria, 2025.

Apesar desses desafios, existem oportunidades para fortalecer a governança e a soberania alimentar no Acre. A crescente demanda por alimentos orgânicos e sustentáveis, a valorização da sociobiodiversidade amazônica e o reconhecimento dos

saberes tradicionais podem impulsionar o desenvolvimento de políticas mais integradas e participativas.

O fortalecimento das redes de cooperação entre os diferentes atores, a promoção da educação alimentar e nutricional, e o investimento em infraestrutura para o escoamento da produção local são estratégias que podem contribuir para a construção de um sistema alimentar mais justo, equitativo e resiliente.

A análise do sistema de governança alimentar no Acre, portanto, revela a necessidade urgente de uma abordagem mais sistêmica e participativa, que reconheça a comida como um direito humano, um patrimônio cultural e um vetor de desenvolvimento sustentável.

A superação das ausências e a mitigação das nuances desse sistema são passos fundamentais para garantir a soberania alimentar do povo acreano e para fortalecer sua memória socioambiental em um cenário de mudanças globais.

RESULTADOS DA PESQUISA

O presente estudo viabilizou a identificação e análise das principais relações entre a comida e a memória socioambiental do povo acreano, bem como as dinâmicas do sistema de governança alimentar na região. Os resultados obtidos são fruto da revisão da literatura especializada e da análise de documentos, que, embora não incluam dados primários, fornecem um panorama consistente sobre a problemática abordada.

Principais literaturas localizadas e suas contribuições

A revisão bibliográfica confirmou a relevância da comida como elemento central na construção da identidade cultural e na preservação da memória socioambiental. Autores como Poulain (2004) e Diegues (2000) foram fundamentais para embasar a compreensão da memória como um processo ativo, transmitido através das práticas alimentares e da relação com o ambiente. A obra de Diegues (2000), em particular, ressaltou a importância dos saberes tradicionais sobre o manejo dos recursos naturais para a adaptação e resiliência das comunidades amazônicas.

A literatura sobre cultura alimentar e sistemas alimentares, com destaque para Wilkinson (2013), permitiu compreender como a globalização e a desterritorialização das cadeias de suprimentos podem impactar a autonomia alimentar e a memória socioambiental. A análise da cultura alimentar acreana, embora careça de estudos aprofundados específicos, pode ser contextualizada por trabalhos sobre a Amazônia que abordam a diversidade étnica e os modos de vida tradicionais, como os de Cunha e Almeida (2000) sobre povos indígenas e Schmink e Wood (1992) sobre comunidades extrativistas.

No campo da governança e soberania alimentar, a pesquisa se apoiou em referências como o relatório do HLPE (2014), que define a governança alimentar e seus desafios, e nos princípios da Via Campesina (1996), que fundamentam o conceito de soberania alimentar. A aplicabilidade desses conceitos ao contexto amazônico foi enriquecida por autores como Assis e Scherer (2017) e Porto-Gonçalves (2006), que discutem as particularidades e os conflitos inerentes à gestão dos sistemas alimentares na região.

A literatura sobre o Capitaloceno, com Moore (2016; 2017) e Malm (2016), foi crucial para contextualizar a crise ambiental como uma manifestação da lógica de acumulação capitalista, permitindo uma análise crítica das pressões sobre os sistemas alimentares locais no Acre. A inclusão de Haraway (2016) e Cucuereanu e Meirieux (2020) trouxe a dimensão das injustiças de gênero, raça e colonialidade, que se refletem no racismo ambiental e na vulnerabilidade de certas populações, como as do Acre.

Práticas gastronômicas de maior relevância no estado e sua conexão com a memória socioambiental

As práticas gastronômicas acreanas são um testemunho da riqueza da sociobiodiversidade e da resiliência cultural do povo. Esta pesquisa identificou uma série de ingredientes e pratos que são pilares dessa culinária e que carregam uma profunda memória socioambiental:

- Ingredientes da Floresta e do Rio: A ubiquidade de frutos como o tucumã, a pupunha, o açaí, o pequi, o cupuaçu, o buriti e a bacaba na dieta acreana

demonstra a dependência e o conhecimento sobre o ecossistema amazônico. A castanha-do-brasil e os peixes de rio (pirarucu, tambaqui, pacu) são não apenas alimentos, mas símbolos da relação extrativista e da subsistência das comunidades. A forma como esses ingredientes são obtidos (coleta, pesca artesanal) reflete saberes ancestrais sobre o manejo sustentável dos recursos, que são parte integrante da memória socioambiental.

- Pratos Emblemáticos: Pratos como a Baixaria, o Tacacá, o Pato no Tucupi e o Pirarucu de Casaca são mais do que receitas; são narrativas culinárias que contam a história das migrações, das adaptações e das fusões culturais. O Tacacá, por exemplo, com o tucupi e o jambu, evoca o conhecimento indígena sobre o processamento da mandioca brava, um saber que transforma um ingrediente tóxico em alimento nutritivo e saboroso. A farinha de mandioca, em suas diversas formas de farofa, é um elo com a agricultura familiar e com as casas de farinha, espaços de produção e de socialização que mantêm viva a memória do trabalho coletivo e do sustento da terra.
- Técnicas e Saberes Tradicionais: A defumação de carnes e peixes, a produção artesanal de farinhas, a extração de óleos de frutos e a fermentação de bebidas são técnicas que expressam a inteligência adaptativa das comunidades. Esses saberes, transmitidos oralmente, são cruciais para a segurança alimentar e para a valorização dos produtos locais, reforçando a autonomia das comunidades sobre seus sistemas alimentares.

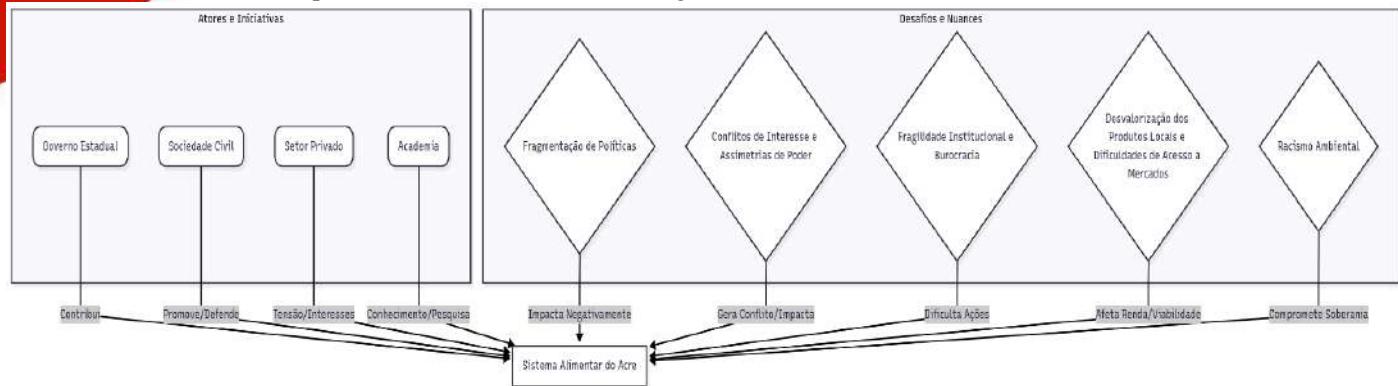
Essas práticas gastronômicas são, portanto, registros vivos da memória socioambiental, pois cada elemento da culinária acreana está intrinsecamente ligado a uma história de interação com o ambiente, com os ciclos naturais e com as comunidades que habitam e manejam a floresta.

A preservação e a valorização dessa culinária são, consequentemente, estratégias fundamentais para a manutenção da identidade cultural e da resiliência socioambiental do povo acreano.

Sistema de governança alimentar no contexto do estado acreano

A análise do sistema de governança alimentar no Acre revelou um cenário complexo, com a presença de diversos atores e algumas iniciativas importantes, mas também com notáveis ausências e nuances que comprometem a efetivação da soberania alimentar, como indicado a seguir:

Figura 1 – Representação no formato de Diagrama do Sistema de Governança Alimentar do Acre



Fonte: Própria, 2025³.

Apesar dessas lacunas, a valorização crescente da sociobiodiversidade e a demanda por alimentos sustentáveis representam oportunidades para aprimorar a governança alimentar no Acre. A memória socioambiental, encapsulada na culinária, pode ser um ponto de partida para fortalecer a autonomia das comunidades e construir um sistema alimentar mais justo e resiliente.

³ São os atores e iniciativas existentes: a) Governo Estadual: Órgãos como SEPROR, SEMA, SESACRE e EMATER-AC atuam em frentes relacionadas à produção, meio ambiente, saúde e extensão rural; b) Sociedade Civil: Cooperativas, associações de extrativistas e movimentos sociais desempenham um papel crucial na defesa dos direitos e na promoção da agroecologia e da sociobiodiversidade; c) Setor Privado: Embora atuante, muitas vezes seus interesses se alinham à lógica do agronegócio, gerando tensões com os sistemas alimentares tradicionais; d) Academia: Universidades e institutos de pesquisa contribuem com conhecimento técnico e científico. Tal sistema é modulado pelos seguintes desafios, ausências e nuances: a) Fragmentação de Políticas: A principal ausência é a falta de uma política de governança alimentar integrada e transversal. As políticas existentes são setoriais e operam de forma isolada, sem uma visão sistêmica que conecte produção, meio ambiente, saúde e cultura alimentar. Isso impede uma abordagem holística para os desafios do sistema alimentar; b) Conflitos de Interesse e Assimetrias de Poder: A coexistência de diferentes modelos produtivos (agronegócio vs. agricultura familiar/extrativismo) gera conflitos pelo uso da terra e dos recursos. A governança atual demonstra dificuldades em mediar esses conflitos de forma equitativa, muitas vezes permitindo que interesses econômicos dominem sobre os socioambientais; c) Fragilidade Institucional e Burocracia: A capacidade limitada de implementação e fiscalização das políticas, devido a recursos escassos e excesso de burocracia, dificulta a efetivação de ações que promovam a soberania alimentar e a proteção dos sistemas tradicionais; d) Desvalorização dos Produtos Locais e Dificuldades de Acesso a Mercados: A preferência por produtos industrializados e a concorrência com commodities desvalorizam os alimentos nativos e a produção da agricultura familiar. A falta de infraestrutura e canais de comercialização adequados impede que os pequenos produtores acessem mercados justos, afetando sua renda e a viabilidade de seus sistemas produtivos; e) Racismo Ambiental: O racismo ambiental é uma nuance perversa que se manifesta na distribuição desigual dos ônus ambientais sobre populações vulneráveis. Isso impacta diretamente a soberania alimentar, pois essas comunidades, já fragilizadas, têm sua capacidade de acesso e controle sobre os alimentos comprometida.

Os quadros 2 e 3 apresentam algumas sugestões direcionadas à implementação de ações, agendas políticas e projetos de leis que contribuam para o aprimoramento do sistema de governança e soberania alimentar no Acre.

Quadro 2 – Ações para Fortalecimento da Governança Alimentar no Acre

Eixo Estratégico	Ação Proposta	Descrição Detalhada	Atores Envolvidos	Indicadores de Sucesso
I. Integração e Coordenação de Políticas	Criar um Comitê Intersetorial de Governança Alimentar	Instância permanente para articulação e coordenação de políticas entre SEPROR, SEMA, SESACRE, EMATER-AC e outros órgãos relevantes.	Governo Estadual (Secretarias), Conselhos de Políticas Públicas, OSCs	Número de reuniões intersetoriais realizadas; Elaboração do Plano Estadual de Segurança e Soberania Alimentar.
	Elaborar Plano Estadual de Segurança e Soberania Alimentar (PESSAN)	Documento estratégico com diretrizes, metas e ações integradas para o sistema alimentar do Acre, considerando a sociobiodiversidade e os saberes tradicionais.	Comitê Intersetorial, Academia, OSCs, Comunidades Tradicionais	Aprovação e implementação do PESSAN; Inclusão de metas específicas para produtos da sociobiodiversidade.
II. Valorização da Sociobiodiversidade e Produtos Locais	Criar Selo de Origem e Qualidade para Produtos da Sociobiodiversidade e Acreana	Certificação que garanta a procedência, a qualidade e o manejo sustentável de produtos como castanha-do-brasil, açaí, pupunha, peixes de rio.	SEPROR, SEMA, EMATER-AC, Cooperativas, INMETRO	Número de produtos certificados; Aumento da renda dos produtores locais.
	Fomentar Redes de Comercialização Justa e Solidária	Apoiar e expandir feiras de produtores, mercados institucionais (PNAE, PAA) e plataformas de venda direta que	EMATER-AC, CONAB, Prefeituras, Cooperativas, OSCs	Aumento do volume de comercialização de produtos locais; Redução da dependência de

		conectem produtores e consumidores.		intermediários .
III. Fortalecimento da Participação Social e Combate ao Racismo Ambiental	Criar Fóruns Regionais de Soberania Alimentar	Espaços de diálogo e deliberação participativa em diferentes regiões do estado, com foco nas comunidades tradicionais e vulneráveis.	Governo Estadual, Prefeituras, OSCs, Lideranças Comunitárias	Número de fóruns realizados; Propostas de políticas públicas geradas e implementadas a partir dos fóruns.
	Desenvolver Programas de Educação Alimentar e Nutricional com foco na Cultura Local	Campanhas e atividades educativas que valorizem a culinária acreana, os saberes tradicionais e a importância da sociobiodiversidade para a saúde e a sustentabilidade.	SESACRE, SEMA, Secretarias de Educação, Universidades, OSCs	Aumento do consumo de alimentos locais; Melhoria dos indicadores nutricionais das populações.
	Instituir Observatório do Racismo Ambiental e da Injustiça Alimentar	Monitoramento e denúncia de casos de racismo ambiental e de violações do direito à alimentação, com foco nas populações mais vulneráveis.	Ministério Público, Defensoria Pública, Universidades, OSCs	Número de denúncias investigadas; Ações de reparação e mitigação implementadas.
IV. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	Incentivar Pesquisas sobre o Potencial Nutricional e Econômico da Sociobiodiversidade	Fomentar estudos sobre o valor nutricional de frutos e peixes nativos, e sobre o potencial de agregação de valor e desenvolvimento de novos produtos.	Universidades, Institutos de Pesquisa (Embrapa), SEPROR	Número de pesquisas publicadas; Desenvolvimento de novos produtos e tecnologias.
	Mapear e Sistematizar Saberes	Registro e valorização dos conhecimentos	Universidades, OSCs, Comunidades	Criação de bancos de dados de

	Tradicionais sobre Alimentos e Manejo	ancestrais sobre o cultivo, coleta, processamento e uso de alimentos da floresta.	Tradicionais, IPHAN	saberes; Publicações e materiais educativos.
--	---------------------------------------	---	---------------------	--

Fonte: Própria, 2025.

Quadro 3 – Propostas de Leis e Políticas para a Soberania Alimentar no Acre

Tipo de Instrumento	Proposta de Lei/Política	Objetivo	Articulação com a Memória Socioambiental
Lei Estadual	Lei de Fomento à Agricultura Familiar e Agroecologia	Estabelecer diretrizes e mecanismos para o apoio integral à produção familiar e agroecológica, incluindo acesso a crédito, assistência técnica e mercados.	Reconhecimento e valorização das práticas de cultivo e manejo tradicionais, que preservam a biodiversidade e a memória do trabalho no campo.
Lei Estadual	Lei de Proteção e Promoção da Gastronomia Acreana como Patrimônio Cultural e Ambiental	Reconhecer oficialmente a culinária acreana como patrimônio imaterial, garantindo a proteção dos saberes, ingredientes e práticas associadas.	Preservação da memória socioambiental através do reconhecimento legal e do fomento à transmissão intergeracional dos saberes culinários.
Política Pública	Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Sociobiodiversidade (PEAAS)	Instituir cotas mínimas para a compra de produtos da sociobiodiversidade por órgãos públicos (escolas, hospitais, presídios), fortalecendo a produção local.	Estímulo à produção e consumo de alimentos nativos, conectando a memória da floresta à alimentação institucional e à economia local.
Política Pública	Política de Incentivo à Criação e Fortalecimento de Bancos de Sementes Crioulas Comunitários	Apoiar a organização de bancos de sementes mantidos por comunidades, garantindo a conservação da agrobiodiversidade e a autonomia dos agricultores.	Preservação da memória genética e cultural das espécies cultivadas, fundamental para a soberania alimentar e a adaptação às mudanças climáticas.

Fonte: Própria, 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação das relações entre a comida e a memória socioambiental do povo acreano, e sua interface com a governança e soberania alimentar, revelou a profundidade e a complexidade de um tema que transcende o âmbito meramente nutricional.

A culinária do Acre, com sua riqueza de ingredientes da floresta e do rio, seus pratos emblemáticos e suas técnicas de preparo e conservação, emerge como um repositório vivo e dinâmico da história, da cultura e da interação do povo com seu território amazônico.

Cada sabor, cada aroma, cada prática culinária é um elo com a memória socioambiental, que inclui os saberes ancestrais sobre o manejo da biodiversidade, os ciclos da natureza e as vivências de comunidades indígenas, ribeirinhas e extrativistas. Essa memória, longe de ser estática, é constantemente reativada e ressignificada nas práticas cotidianas, nas feiras, nos mercados e nos quintais produtivos, atuando como um poderoso vetor de resiliência cultural e ambiental.

De modo geral, verifica-se como válida a hipótese de que a culinária acreana é, de fato, um significativo repositório da memória socioambiental, refletindo a interdependência entre os modos de vida e a floresta amazônica. A valorização e o reconhecimento dessas práticas gastronômicas e da memória a elas associada são, portanto, um catalisador fundamental para o fortalecimento da governança alimentar participativa e para o avanço da soberania alimentar no Acre.

A análise do sistema de governança alimentar no estado, contudo, apontou para a persistência de desafios significativos, como a fragmentação de políticas, os conflitos de interesse, a fragilidade institucional e a desvalorização dos produtos locais, que são nuances de um sistema ainda em desenvolvimento. A presença do racismo ambiental, que afeta desproporcionalmente as populações mais vulneráveis, é uma das manifestações mais perversas das assimetrias de poder que comprometem a soberania alimentar.

Reforça-se, assim, a urgência de uma abordagem sistêmica e participativa para a alimentação no Acre. A comida, nesse sentido, é um convite não apenas à celebração cultural, mas à ação política.

Ao reconhecer e valorizar a memória socioambiental encapsulada em seus sabores, o povo acreano pode fortalecer sua capacidade de autogoverno sobre seus sistemas alimentares, resistindo às pressões do Capitaloceno e construindo um futuro

onde a alimentação seja um direito plenamente exercido, um patrimônio cultural preservado e um vetor para a resiliência socioambiental.

A soberania alimentar no Acre é, portanto, um horizonte a ser construído coletivamente, onde a comida se torna o elo entre o passado, o presente e um futuro mais justo e sustentável para todos.

REFERÊNCIAS

ASSIS, William S.; SCHERER, Eliana F. Governança alimentar e nutricional na Amazônia brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 7, p. 2321-2330, jul. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/zQJzC7zT7Yg6B8rS5pL5H9P/?lang=pt>. Acesso em: 05 jul. 2025.

CARNEIRO, Maria do Socorro. **Floresta e cultura: a florestania na Amazônia acreana**. Rio Branco: Edufac, 2008.

CUCUEREAU, Rodica; MEIRIEUX, Paul. Unnatural disasters: gender, race and the politics of vulnerability in the Capitalocene. **Global Environmental Politics**, v. 20, n. 4, p. 94-114, 2020. Disponível em: <https://direct.mit.edu/gep/article-abstract/20/4/94/96637/Unnatural-Disasters-Gender-Race-and-the-Politics>. Acesso em: 05 jul. 2025.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. B. de. **Enciclopédia da floresta: o Acre**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos S. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza**. São Paulo: Hucitec, 2000.

EMPERAIRE, L.; PIGNARRE, J. A mandioca na Amazônia: saberes e práticas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 6, n. 2, p. 301-318, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/J9x7G7z2X4mY8n9P8q9R6k/?lang=pt>. Acesso em: 05 jul. 2025.

GOULDING, M.; BARTHEM, R.; FERREIRA, E. J. G. **The Smithsonian Atlas of the Amazon**. Washington, D.C.: Smithsonian Books, 2003.

HARAWAY, Donna J. Staying with the trouble: kin in the Chthulucene. **Environmental Humanities**, v. 6, n. 1, p. 11-28, 2016. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/environmental->

humanities/article/6/1/11/101037/Staying-with-the-Trouble-Kin-in-the-Chthulucene. Acesso em: 05 jul. 2025.

HLPE. **Food security and climate change**: a report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome: HLPE, 2014. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i3437e/i3437e.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2025.

LIMA, Deborah de Magalhães; ALMEIDA, Mauro W. B. de. **Mandioca na Amazônia**: cultura, história e biodiversidade. Manaus: EDUA, 2017.

MALM, Andreas. **Fossil Capital**: The Rise of Steam Power and the Roots of Global Warming. London: Verso, 2016.

MOORE, Jason W. **Capitalism in the Web of Life**: Ecology and the Accumulation of Capital. London: Verso, 2016.

MOORE, Jason W. The Capitalocene, Part I: On the nature and origins of our ecological crisis. **Journal of Peasant Studies**, v. 44, n. 3, p. 594-630, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2016.1235072>. Acesso em: 05 jul. 2025.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**: uma abordagem à ecologia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

POULAIN, Jean-Pierre. **Sociologias da alimentação**: os comedores e o espaço social alimentar. Tradução de Mônica Stahel. Florianópolis: Ed. UFSC, 2004.

SANTOS, Ronaldo dos. **Sabores do Acre**: a culinária do estado. Rio Branco: Gráfica e Editora Acre, 2012.

SCHMINCK, Marianne; WOOD, Charles H. **Contested frontiers in Amazonia**. New York: Columbia University Press, 1992.

SOUZA, F. V. J. **Educação do Campo e da Floresta**: Um olhar sobre a formação docente no programa Asas da Florestania no Alto Juruá/AC. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2013.

VIA CAMPESINA. **Declaración de Tlaxcala sobre Soberanía Alimentar**. Tlaxcala, México, 1996. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/declaracion-de-tlaxcala-sobre-soberania-alimentaria/>. Acesso em: 05 jul. 2025.

WILKINSON, John. O que é um sistema alimentar? In: WILKINSON, John; HERMANN, Michael; EXNER, Eva (Org.). **Sistemas alimentares sustentáveis na América Latina e Caribe**: conceitos, desafios e oportunidades. Brasília, DF: IICA,

2013. p. 19-38. Disponível em:
<https://repositorio.iica.int/bitstream/11324/16087/1/BVE17042578p.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2025.

CAPITULO 3

O BAQUEMIRIM NO ACRE: MEMÓRIA, IDENTIDADE E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL

Lívia Oliare Cardoso Pessoa

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa buscou analisar o Baquemirim no estado do Acre, observando alguns projetos que foram desenvolvidos por essa associação e qual a sua importância para a cultura da Amazônia Acreana e o sentimento de pertencimento e identidade para a população que está envolvida ativamente com este movimento.

Segundo o site oficial⁴ da organização, o Baquemirim foi fundado em 2007 pelo músico e pesquisador Alexandre Anselmo, porém, somente no ano de 2019, foi constituído oficialmente como uma Organização da Sociedade Civil, como filial do Instituto Nova Era de Desenvolvimento Socioambiental (INEDS). Por meio deste blog, é possível termos uma noção geral do que vem a ser essa associação, pois é um site bem-organizado e de fácil manuseio, contendo diversas informações, tais como: “Sobre nós”, “Projetos”, “Estúdio Tutak”, “Baque do Acre”, “Parceiros”; “Blog” e “Contatos”. Todo o site é bem interativo e lúdico, proporcionando uma experiência de conhecimento e cultura ao acessá-lo.

O Baquemirim possui um perfil no Instagram⁵ e também uma sede física, localizada na Área de Proteção Ambiental “Raimundo Irineu Serra” – APARIS na cidade de Rio Branco, capital do estado do Acre, estendendo sua atuação também para os municípios de Mâncio Lima, Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Xapuri, Bujari, entre outros. No perfil do Instagram dessa organização, podemos encontrar diversos conteúdos que demonstram os seus movimentos culturais, a partir de vídeos e postagens que demonstram uma valorização da cultura acreana por meio de sua escola de Baques.

⁴ BAQUEMIRIM. Disponível em: <https://baquemirim.org/>. Acesso: 18 jul. 2025

⁵ @Baquemirim. Disponível em: <https://www.instagram.com/baquemirim/>. Acesso: 18 jul. 2025

O propósito central do movimento Baquemirim é contribuir para a preservação dos patrimônios artísticos material e imaterial da cultura local, dando destaque a mestres e mestras como protagonistas da cultura popular. Para isso, promove-se ações de salvaguarda e de educação patrimonial, amparadas nas tradições orais para a transmissão de conhecimentos, utilizando-se também de recursos fonográficos, audiovisuais e eventos culturais para que haja o fortalecimento da produção e da defesa da cultura acreana (Baquemirim, 2019). É importante salientar que o baque foi registrado como patrimônio imaterial pelo Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – em 2021, a partir do registro do forró.

Assim, a problemática central deste trabalho foi buscar compreender o significado do termo “baque”, o que veio a ser o “Baquemirim” e a sua importância para o fortalecimento da cultura da Amazônia Acreana e do patrimônio imaterial local. Foi realizado também um apanhado histórico de análise desse movimento como um fator importante para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e reconhecimento cultural para a sociedade local.

O objetivo geral deste estudo foi compreender o Baquemirim como um protetor do patrimônio imaterial da cultura acreana e a sua influência. Já os específicos consistiram em examinar as suas práticas culturais e como elas podem se configurar como um patrimônio imaterial local, e perceber como a população se vê representada e como ele é um exemplo de identidade acreana para a comunidade local.

PATRIMÔNIO CULTURAL: FUNDAMENTOS CONCEITUAIS E EVOLUÇÃO HISTÓRICA

O Patrimônio Histórico-cultural se caracteriza pelo conjunto de bens materiais e imateriais que representam significados e importância para a cultura de grupos, sociedades, comunidades ou nações e que devem ser preservados com o passar do tempo, sendo transmitidos de geração para geração para que não se perca com o passar do tempo.

De acordo com Sandra Pelegrini e Pedro Funari, em seu livro “Patrimônio Histórico e Cultural” (2009), o histórico do patrimônio cultural até o seu reconhecimento se deu através de vários períodos e acontecimentos da história mundial. Os autores afirmam que vivemos diante de uma situação contraditória, levando em consideração que se entende como patrimônio histórico a existência de grandes igrejas, palácios, grandes monumentos, etc.; mas também se nota diversos outros projetos de preservação, em tantas outras partes do país, sobre coisas não-tangíveis que remetem à cultura e aos costumes de determinada sociedade.

A palavra “Patrimônio” possui origem latina *patrimonium*, que significa “aquivo que pertence ao pai”, sendo esse um conceito da sociedade romana aristocrática, e naquela época o “patrimônio era patriarcal, individual e privativo do aristocrata” (Pelegrini; Funari, 2009, p. 11). Durante a Idade Média, o patrimônio passa a obter um caráter mais simbólico e coletivo através da influência da Igreja Católica, que passa a valorizar as relíquias e o culto aos santos, algo que permanece até a atualidade. Com a vinda do Renascimento, essa perspectiva é alterada por meio do Humanismo nascente que traz coleções e vestígios da Antiguidade Clássica.

Todos esses três períodos mantêm bases aristocráticas e privadas dessa ideia de patrimônio como algo voltado ao colecionismo. A ruptura com esse ideal ocorre somente com o surgimento do Estado-Nação moderno, a partir da Revolução Francesa. Dessa maneira, o patrimônio passa a ganhar novos significados, sendo ele pertencente a um povo de única língua e em um mesmo território (Pelegrini; Funari, 2009).

A ideia de Patrimônio, segundo os autores, refere-se a duas perspectivas: a individual, que se transmite de geração a geração, por meio de heranças móveis ou imóveis, e espiritual, através de crenças, receitas, etc.; há também o patrimônio coletivo, e, para compreendê-lo é necessário a reflexão sobre a vida coletiva (Pelegrini; Funari, 2009). Os autores trazem uma análise sobre a trajetória do patrimônio no contexto mundial, como foi brevemente citado acima acerca de alguns desses momentos.

Trazendo a discussão para o cenário brasileiro, a temática sobre políticas de preservação do patrimônio no país foi inaugurada somente no ano de 1934, na carta constitucional que proibiu a evasão de obras, mas, apenas em 1937, foi sancionada a lei do Tombamento (Decreto-lei nº 25/1937), o principal instrumento jurídico utilizado pelo Serviço de Proteção Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1936 (depois renomeado Instituto-Iphan). Nesse momento, somente era considerado patrimônio edificações (matriz francesa), incluídas nos currículos da Escola de Belas Artes e do Curso Politécnico. Esse cenário só muda a partir do decreto 3551/2000 (mais de 60 anos após a criação do IPHAN), que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial (Pelegrini; Funari, 2009).

Os autores defendem que ocorreu um espectro de preservação, pois por muitas vezes elas ocorreram diante de interesses comerciais, desconsiderando as populações carentes das regiões. O ponto central não é negar a importância do que foi realizado, mas sim considerar as limitações que ocorrem diante de critérios sociais. Para que haja o registro do patrimônio imaterial, existe divisão em livros de Registros: o Livro de Registros dos Saberes, o Livro de Registros das Formas de Expressão, o Livro das Celebrações, e o Livro dos Lugares. Os autores concluem que “há muito por fazer, mas podemos afirmar que a experiência patrimonial no Brasil tem sido assumida no seu sentido mais completo, em sintonia com a coletividade [...]” (Pelegrini; Funari, 2009, p. 55). Nota-se que o patrimônio cultural possui um histórico amplo e com diversas dissonâncias que permeiam a sua trajetória em busca de preservação, implementação de políticas e educação patrimonial para que haja a efetivação dos tombamentos, dos registros dos saberes e de um entendimento mais amplo de patrimônio e sobre práticas sociais inclusivas (Pelegrini; Funari, 2009).

Após compreender acerca do que seria o conceito e a história do Patrimônio Cultural de maneira geral, discutiremos sobre o que vem a ser o Patrimônio Cultural Imaterial e suas características, de acordo com o livro *O que é Patrimônio Cultural Imaterial* (2008) dos autores Sandra Pelegrini e Pedro Funari, em que tratam de questões relacionadas à cultura, ao patrimônio e à imaterialidade, voltados aos bens

culturais intangíveis. Apresenta-se na obra uma abordagem didática e reflexiva sobre o conceito de patrimônio imaterial, sua importância e os desafios de sua preservação. Assim,

Se a apreensão dos bens culturais imateriais como expressões máximas da “alma dos povos” conjuga memórias e sentidos de pertencimento de indivíduos e grupos, evidentemente fortalecem os seus vínculos identitários (Pelegrini; Funari, 2008, p. 9).

Os autores discorrem sobre a ideia de patrimônio cultural imaterial, que significa considerar as expressões culturais intangíveis de cada povo ou sociedade como um fazer que manifesta sentimentos de pertencimento e identidade de grupos ou indivíduos, havendo, então, um fortalecimento e aproximação com os seus iguais e com suas ancestralidades.

A definição de Patrimônio Material e Imaterial se resume ao que é tangível e intangível, como por exemplo: a Casa do Chico Mendes, localizada na cidade de Xapuri-Acre é um patrimônio material, ou seja, tangível, pois é possível tocar; enquanto as músicas celebradas pela organização do Baquemirim, que remontam aos saberes dos seringueiros e povos indígenas, podem ser consideradas um patrimônio imaterial, intangível, pois é uma celebração ensinada e sentida por meio da oralidade.

Os bens culturais imateriais representam elementos identitários enraizados na cultura de um povo ou comunidade, sendo seus valores transmitidos de geração a geração. Grande parte desses bens não possui registros literários ou audiovisuais, o que reforça a importância da oralidade e das práticas tradicionais para a sua preservação e transmissão para que não se perca com o passar do tempo. É importante compreender como as tradições orais, os saberes, os modos de fazer, as celebrações e as expressões artísticas populares constituem formas de identidade e memória coletiva, diferenciando-se do patrimônio material por sua natureza dinâmica e intangível.

Os autores enfatizam que o patrimônio cultural imaterial não se limita à memória ou ao passado, mas se renova constantemente, sendo transmitido e ressignificado por diferentes gerações. A fluidez e a oralidade são elementos essenciais para a compreensão desse tipo patrimônio, pois deve se considerar sua importância para a identidade e o sentimento de pertencimento de uma sociedade ou grupo específico (Pelegrini; Funari, 2008). O patrimônio imaterial fortalece a identidade dos povos e comunidades, destacando sua relevância social e simbólica. Alguns dos principais obstáculos na proteção do patrimônio cultural imaterial atualmente é a globalização, que busca a uniformização e a mercantilização da cultura, que visa somente o econômico, desconsiderando as pessoas envolvidas. Para que isso seja superado, enfatiza-se a necessidade de políticas públicas eficientes. Assim, conforme Pelegrini:

Os artigos 215 e 216 da Constituição de 1988 ofereciam garantias ao “pleno exercício dos direitos culturais” e ao “acesso às fontes da cultura nacional”, além de admitir a contribuição dos indígenas e negros na formação da “nação” brasileira. Após a implantação do Decreto no. 3551/2000, a salvaguarda dos bens imateriais passou a ser efetuada oficialmente em quatro livros: dos Saberes; das Formas de Expressão; das Celebrações e dos Lugares (Pelegrini, 2007, p. 510).

Segundo Pelegrini (2007), o patrimônio imaterial começou a ser efetivado oficialmente a partir das leis, decretos e obras citadas anteriormente, como a Constituição Federal de 1988, que em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial. Somente no ano de 2003, quando aconteceu a “Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial”, houve um debate para discutir a problemática de reconhecimento e preservação dos bens culturais imateriais ou intangíveis.

Os patrimônios culturais imateriais são dinâmicos e sujeitos a transformações, frequentemente influenciadas por processos de globalização e interculturalidade. Esses bens imateriais enfrentam riscos de desaparecimento, uma vez que sua

transmissão ocorre de geração a geração, sendo impactada por deslocamentos populacionais que afastam indivíduos e grupos de seus territórios de origem.

A cultura popular possui raízes profundamente vinculadas a contextos regionais e pode se fragilizar diante do afastamento de seus praticantes de seus espaços tradicionais. Um dos principais fatores que contribuem para essa perda é a estreita relação entre as práticas culturais e os elementos naturais locais, incluindo os recursos materiais utilizados em suas manifestações, as condições climáticas, as crenças religiosas e o pertencimento a um grupo social distinto. No entanto, é importante ressaltar que, mesmo longe de seus locais de origem, alguns grupos preservam suas características culturais (Pelegrini; Funari, 2008).

As medidas adotadas pela Unesco visam identificar os patrimônios culturais imateriais para promover sua valorização turística, garantir sua preservação e reconhecer os membros ativos de uma determinada comunidade. Ainda no documento da “Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial”, foram identificados campos do patrimônio cultural imaterial ou intangível, sendo eles: tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial; expressões artísticas; práticas sociais, rituais e atos festivos; conhecimentos e práticas relacionadas à natureza e ao universo; técnicas artesanais tradicionais (Pelegrini; Funari, 2008).

Apesar de grande parte dos patrimônios culturais imateriais estar associado à cultura popular, não se pode afirmar que esses bens pertencem exclusivamente às tradições populares ou às práticas restritas a determinados grupos sociais. Contrariando previsões de alguns estudiosos, a globalização não resultou no desaparecimento das criações culturais locais (Pelegrini; Funari, 2008).

Apesar da disseminação de costumes considerados “universais” pelos meios de comunicação de massa, cada povo mantém sua identidade cultural por meio de conhecimentos transmitidos de geração em geração. Embora essa identidade possa sofrer influências externas, sua continuidade depende, sobretudo, da valorização e do interesse das próprias comunidades. As normativas e práticas de preservação dos bens

imateriais contribuem para o reconhecimento e a valorização desses patrimônios, ampliando sua visibilidade e promovendo benefícios como o fortalecimento do turismo cultural e o apoio de políticas governamentais.

A partir da compreensão sobre o que é patrimônio cultural e o que vem a ser o patrimônio cultural imaterial, passamos agora discutir acerca de como o Baquemirim, uma organização que visa contribuir para a preservação do patrimônio artístico imaterial da cultura popular acreana, pode ser enfim considerado um patrimônio cultural imaterial do estado do Acre. Isso se deve, pois a instituição visa promover ações de salvaguarda e educação patrimonial por meio da transmissão e perpetuação dos conhecimentos e tradições orais de mestres e mestras de quê?

REGISTROS E VIVÊNCIAS: UMA ANÁLISE METODOLÓGICA DE EXPRESSÕES CULTURAIS ATRAVÉS DE FONTES ORAIS E DOCUMENTAIS

Para buscar compreender a importância do Baquemirim para a população local e para a sua efetivação como um patrimônio imaterial da cultura acreana, recorremos a entrevistas, pautadas nos aportes metodológicos da história oral. Ademais, fez-se uma revisão bibliográfica que visa analisar a produção desse tema no meio acadêmico e cultural, além de observar o blog e os perfis em redes sociais da instituição e notícias.

O método da história oral foi utilizado para a coleta de dados, por meio de entrevistas, de pessoas que fazem parte do movimento, sejam como mestres ou aprendizes. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas que buscaram compreender a importância dessa organização para aqueles que estão ligados diretamente a ela, procurando entender a sua relevância para o fortalecimento do patrimônio imaterial e da cultura local. Compreende-se que

As fontes históricas orais são fontes narrativas. Daí a análise dos materiais da história oral dever se avaliar a partir de algumas categorias gerais desenvolvidas pela teoria narrativa na literatura e no folclore. Isto é tão verdadeiro no testemunho recolhido em entrevistas livres quanto nos materiais de folclore organizados de modo mais formal. (Portelli, 1997, p. 5)

De acordo com Portelli (1997), as fontes orais podem ser consideradas como fontes narrativas, pois, após ser um campo que, por muito tempo não foi aceito como cientificamente relevante, passou a finalmente ser reconhecido como uma fonte histórica válida e verdadeira, devendo ser consideradas as perspectivas do narrador em relação à história que está sendo contada. Com isso, a partir de perguntas pré-elaboradas, realizou-se a coleta de dados sobre a organização cultural Baquemirim, as suas realizações e contribuições para o fortalecimento da cultura imaterial acreana.

Além disso, foi realizada uma revisão bibliográfica (Gil, 2008), a partir de manifestações culturais que foram reconhecidas como patrimônio imaterial, e, através deste levantamento de informações, foi possível comprovar o motivo pelo qual o Baquemirim no Acre também pode ser considerado um patrimônio imaterial. Foi realizada uma análise acerca de outras manifestações culturais como essa, em outros estados, observando-se se elas estão registradas ou não como um patrimônio imaterial. Por esses fatores, houve a importância de se realizar o levantamento bibliográfico de produções acerca de manifestações culturais que já foram reconhecidas como patrimônio imaterial pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

A partir de uma pesquisa no *Dossiê do Patrimônio Imaterial* do Iphan, foi possível identificar algumas manifestações culturais em outros estados do país semelhantes ao Baquemirim, dentre elas: o Jongo no Sudeste e o Frevo. Assim, são conceituados:

O Jongo do Sudeste é uma forma de expressão afro-brasileira que integra percussão de tambores, dança coletiva e práticas de magia. É praticado nos quintais das periferias urbanas e em algumas comunidades rurais do sudeste brasileiro. Foi inscrito no Livro das Formas de Expressão em 2005. (Iphan, 2007, p. 1)

O frevo ocupa lugar de destaque entre as manifestações que fazem parte das celebrações do Carnaval; é uma expressão cultural musical, coreográfica e poética de caráter coletivo, embora não deixe de se expressar também em criações individuais. (Iphan, 2016, p. 1)

Considerando essas duas manifestações registradas pelo Iphan como patrimônios culturais imateriais, é possível identificar claras semelhanças com os

fazeres do Baquemirim. Assim como o Jongo e o Frevo, o Baquemirim se sustenta em práticas culturais que valorizam a musicalidade, o batuque dos tambores e a expressão coletiva, elementos que transcendem o tempo e são transmitidos de geração em geração. Essas manifestações, embora distintas em suas origens e contextos, compartilham um profundo sentido de identidade, resistência e celebração da cultura popular, reforçando a importância de sua preservação como legado imaterial do povo brasileiro.

Tanto o Jongo do Sudeste quanto o Frevo, compartilham elementos culturais e expressivos que se assemelham às práticas do Baquemirim, evidenciando a riqueza e a diversidade das manifestações culturais brasileiras. Essas semelhanças podem ser observadas em aspectos como: musicalidade e percussão, nota-se que o Jongo e o Baquemirim têm em comum o uso de tambores e a percussão como base rítmica, criando uma conexão profunda com as raízes africanas e a ancestralidade; o Frevo, embora tenha uma musicalidade mais diversificada (com instrumentos de sopro e influências europeias), também carrega uma forte presença rítmica que mobiliza danças coletivas e expressões corporais.

A dança e a expressão coletiva também fazem parte das semelhanças dessas manifestações: tanto o Jongo quanto o Baquemirim envolvem danças coletivas que fortalecem os laços comunitários e a identidade cultural. O Frevo, por sua vez, é uma expressão coreográfica vibrante, que também promove a participação coletiva, especialmente durante o Carnaval.

Outra característica comum dessas expressões é a transmissão geracional. Essas manifestações são passadas de geração em geração, mantendo vivas as tradições e os saberes ancestrais. O Jongo, por exemplo, é praticado em quintais e comunidades rurais, enquanto o Baquemirim também se sustenta na oralidade e na prática comunitária. O Frevo, apesar de estar mais associado a festividades urbanas, também preserva suas raízes e técnicas por meio de escolas e grupos que perpetuam sua prática.

A conexão com o sagrado e o lúdico também podem ser considerados como aspectos essenciais destes movimentos. O Jongo tem uma dimensão mágica e espiritual, com cantos e danças que remetem a práticas religiosas afro-brasileiras. O Baquemirim, assim como o Frevo, embora com enfoques diferentes, também carregam uma dimensão lúdica e celebratória, que une o sagrado e o profano em suas expressões.

As apresentações do Baquemirim transcendem o simples ato de tocar – elas se configuram como experiências coletivas de alegria, memória e espiritualidade, em que o lúdico e o sagrado se fundem em uma celebração viva da cultura acreana. Essa manifestação, assim como o Jongo e o Frevo, transforma o espaço cênico em um território de festa, resistência e comunhão, sustentado por elementos que reforçam seu caráter ritualístico e participativo.

Essas semelhanças reforçam a importância do registro e da valorização dessas manifestações como patrimônios culturais imateriais, pois elas representam não apenas expressões artísticas, mas também modos de vida, resistência e identidade de comunidades. O Baquemirim, assim como o Jongo e o Frevo, é um exemplo de como a cultura brasileira se constrói a partir da diversidade e da integração de saberes ancestrais e contemporâneos.

Para se obter uma melhor compreensão acerca da importância no Baquemirim para a comunidade e para a cultura imaterial do estado do Acre, foi realizada uma pesquisa em jornais locais, analisando algumas reportagens voltadas à divulgação dessa manifestação cultural e artística. A análise dos jornais está pautada nas ideias de José D'Assunção Barros (2022) em seu texto “Considerações sobre a análise de jornais como fontes históricas, na sua perspectiva sincrônica e diacrônica”.

Barros (2022) oferece uma metodologia clara e estruturada para a análise de jornais como fontes históricas, destacando a importância de combinar as perspectivas sincrônica e diacrônica para obter uma compreensão mais completa e profunda dos documentos. Além disso, ele reforça a ideia de que os jornais são fontes valiosas não apenas para a reconstrução de fatos, mas também para o estudo das mentalidades, dos

discursos e das transformações sociais. O autor destaca que os jornais são fontes ricas e multifacetadas para a pesquisa histórica, pois não apenas registram fatos, mas também refletem os contextos sociais, políticos, culturais e ideológicos de uma época. Eles são documentos que carregam tanto informações explícitas (como notícias e reportagens) quanto implícitas (como visões de mundo, valores e intenções dos editores e jornalistas).

Dessa maneira, foi realizada uma seleção de algumas reportagens de jornais locais que publicaram notícias ou comunicados voltados ao Baquemirim, dentre elas: a reportagem do jornal *Contilnet Notícias* “Baile do Seringueiro: Aulas de dança revivem tradições dos seringais acreanos”; “Baquemirim e grupo Txana Ury se unem na realização de oficina de confecção de tambores na aldeia Huni Kuin do Caucho”, do jornal *AcreInFoco*; e “Baquemirim abre inscrições para aula de pandeiro com mestre da música popular acreana”, do jornal *A Gazeta do Acre*.

A escolha das reportagens analisadas neste estudo baseou-se em critérios que evidenciam a relação do Baquemirim com a preservação do patrimônio cultural imaterial no Acre, destacando sua relevância histórica, social e identitária. Nota-se o uso de palavras-chave que demonstram que as matérias não apenas descrevem o Baquemirim, mas o situam como uma expressão cultural em processo de preservação ativa.

A curadoria das reportagens seguiu uma abordagem intencional, priorizando materiais que não apenas mencionam o Baquemirim, mas o contextualizam como patrimônio vivo — seja através de palavras-chave, ações de salvaguarda ou seu papel na resistência cultural. Essa seleção permite analisar como a mídia local contribui para a valorização dessa manifestação, reforçando sua importância para a identidade acreana.

A reportagem do site *ContilNet Notícias*, intitulada “Baile do Seringueiro: Aulas de dança revivem tradições dos seringais acreanos”⁶, aborda a iniciativa de revitalizar as tradições culturais dos seringais no Acre por meio de aulas de dança que resgatam o Baile do Seringueiro, uma manifestação cultural histórica ligada ao ciclo da borracha e à vida nos seringais. O Baile do Seringueiro é uma tradição que remonta ao período áureo da borracha na Amazônia, especialmente no Acre, quando os seringueiros se reuniam para celebrar e aliviar as tensões do trabalho árduo nos seringais. Esses bailes eram momentos de socialização, em que se dançava ao som de músicas regionais, como o choro, o samba e outros ritmos que refletiam a identidade cultural da região.

Imagen 1 – Reportagem do *ContilNet Notícias*



Fonte: Redação ContilNet, 2024.

A reportagem destaca um projeto que oferece aulas de dança para reviver essa tradição, ensaiando passos e coreografias que eram comuns nos bailes dos seringueiros. O objetivo é manter viva a memória cultural dos seringais, especialmente para as novas gerações, que podem não ter tido contato direto com essa prática. O resgate do Baile do Seringueiro não é apenas uma forma de preservar a história, mas também de fortalecer a identidade cultural acreana e promover o sentimento de pertencimento entre os participantes.

⁶ CONTILNET. **Baile do Seringueiro:** Aulas de dança revivem tradições dos seringais acreanos, 25 set. 2024. Disponível em: <https://contilnetnoticias.com.br/2024/09/baile-do-seringueiro-aulas-de-danca-revivem-tradicoes-dos-seringais-acreanos/>. Acesso em: 20 maio 2025.

As aulas de dança têm reunido pessoas de diferentes idades, promovendo a integração social e o resgate de memórias afetivas ligadas aos seringais. A iniciativa também tem despertado o interesse de jovens que estão conhecendo e valorizando essa parte importante da história regional. Em suma, a reportagem celebra o esforço de revitalização do Baile do Seringueiro, destacando seu papel na preservação da memória e da cultura acreana, além de reforçar a importância de iniciativas que mantêm vivas as tradições populares.

A reportagem do site *AcreInfo*, intitulada “Baquemirim e Grupo Txana Ury se unem na realização de oficina de confecção de tambores na aldeia Huni Kuin do Caucho”⁷, descreve uma iniciativa cultural que une o grupo musical Baquemirim e o Grupo Txana Ury para promover uma oficina de confecção de tambores na aldeia Huni Kuin do Caucho, localizada no Acre. A atividade tem como objetivo fortalecer as tradições culturais e musicais dos povos indígenas, em especial dos Huni Kuin (também conhecidos como Kaxinawá), e promover o intercâmbio de saberes entre comunidades.

Imagen 2 - Reportagem do *AcreInfo*



Fonte: *AcreInfo*, 2023.

⁷ ACREINFO. Baquemirim e grupo Txana Ury se unem na realização de oficina de confecção de tambores na aldeia Huni Kuin do Caucho. Disponível em: <https://acreinfo.com/2023/06/baquemirim-e-grupo-txana-ury-se-unem-na-realizacao-de-oficina-de-confeccao-de-tambores-na-aldeia-huni-kuin-do-caucho/>. Acesso em: 20 maio 2025

A oficina de confecção de tambores visa resgatar e preservar os conhecimentos tradicionais dos Huni Kuin relacionados à fabricação de instrumentos musicais, em especial os tambores, que são elementos centrais em suas práticas culturais e rituais. Além disso, a atividade busca fortalecer a identidade cultural da comunidade, incentivando os jovens a aprenderem e valorizarem os saberes ancestrais. A reportagem descreve que a oficina ensina todo o processo de confecção dos tambores, desde a seleção das matérias-primas (como madeira e couro) até as técnicas de montagem e afinação. Esse processo é conduzido por mestres artesãos e conhecedores das tradições Huni Kuin, garantindo que os saberes ancestrais sejam transmitidos de forma autêntica.

A oficina não apenas ensina técnicas artesanais, mas também promove o diálogo intergeracional, conectando os mais velhos, detentores dos saberes tradicionais, com os mais jovens, que estão aprendendo e se apropriando dessas práticas. Além disso, a atividade fortalece o sentimento de orgulho e pertencimento entre os participantes, valorizando a cultura Huni Kuin como parte essencial da identidade acreana. A reportagem celebra a iniciativa da oficina de confecção de tambores como uma ação importante para a preservação e revitalização da cultura Huni Kuin. Ao unir saberes tradicionais e práticas contemporâneas, a atividade reforça a importância da música e dos instrumentos musicais como elementos de resistência cultural e identidade. Além disso, a parceria entre o Baquemirim e o Grupo Txana Ury demonstra como a colaboração entre diferentes grupos culturais pode gerar impactos positivos para as comunidades locais, promovendo o diálogo e a valorização das tradições indígenas.

A reportagem do site *A Gazeta do Acre* intitulada “Baquemirim abre inscrições para aula de pandeiro com mestre da música popular acreana”⁸, anuncia a abertura de

⁸ CAVALCANTE, Agnes. Baquemirim abre inscrições para aula de pandeiro com mestre da música popular acreana. *Agazeta do Acre*, 21 abr. 2022. Disponível em: <https://agazetadoacre.com/2022/04/noticias/geral/baquemirim-abre-inscricoes-para-aula-de-pandeiro-com-mestre-da-musica-popular-acreana/>. Acesso em 20 maio 2025.

inscrições para uma aula de pandeiro promovida pelo grupo Baquemirim, em parceria com um mestre reconhecido da música popular acreana. A iniciativa tem como objetivo ensinar técnicas do instrumento e fortalecer a cultura musical local. A aula de pandeiro visa ensinar técnicas básicas e avançadas do instrumento, que é um dos símbolos da música popular brasileira, especialmente em ritmos como o samba, o choro e outras expressões musicais regionais. A iniciativa busca difundir o conhecimento sobre o pandeiro e valorizar o papel do instrumento na cultura musical do Acre.

Imagen 3 – Reportagem d'A Gazeta do Acre



Fonte: A Gazeta do Acre, 2022.

As aulas serão ministradas por um mestre da música popular acreana, cujo nome não é mencionado no resumo da reportagem. Esse mestre é provavelmente uma figura reconhecida na cena cultural local, com experiência e expertise no ensino e na prática do pandeiro. A participação de um mestre local reforça a importância de valorizar os saberes e os talentos regionais. O pandeiro é um instrumento fundamental em muitos ritmos brasileiros e sua prática está diretamente ligada à identidade cultural do país. Ao oferecer aulas de pandeiro, o grupo Baquemirim contribui para a preservação e a difusão da música popular acreana, fortalecendo a conexão da comunidade com suas raízes culturais.

A reportagem destaca uma iniciativa importante do grupo Baquemirim, que, ao abrir inscrições para aulas com um mestre da música popular acreana, promove a valorização da cultura local e o ensino de um instrumento emblemático da música brasileira. A atividade não apenas ensina técnicas musicais, mas também fortalece a identidade cultural da comunidade, incentivando a participação de pessoas de todas as idades em práticas artísticas e culturais. Essa iniciativa é um exemplo de como projetos locais podem contribuir para a preservação e a revitalização das tradições musicais.

Dessa maneira, podemos compreender os motivos pelos quais o Baquemirim deve ser considerado um patrimônio cultural imaterial: devido ao seu papel fundamental na preservação, revitalização e difusão das tradições culturais e musicais do Acre e da Amazônia. A partir das informações apresentadas em diversas reportagens e iniciativas, é possível identificar vários aspectos que justificam essa valorização. O Baquemirim reúne todos os elementos necessários para ser considerado um patrimônio cultural imaterial: é uma manifestação que preserva saberes tradicionais, promove a diversidade cultural, atua na educação e formação comunitária e fortalece a identidade das comunidades locais. Seu reconhecimento como patrimônio imaterial não apenas valorizaria o trabalho do grupo, mas também garantiria a proteção e a continuidade das tradições culturais do Acre para as futuras gerações.

POTÊNCIA DAS NARRATIVAS: ANÁLISE INTERPRETATIVA DOS RELATOS ORAIS

A primeira entrevista e o primeiro contato direto com a organização aconteceram com Alexandre Anselmo, que é músico e pesquisador e fundou o Baquemirim no ano de 2007, a partir da sua trajetória no mundo da música e do estudo da ancestralidade das tradições musicais da Amazônia. Ele explica:

O Baquemirim não existia. Ele passou a existir de um encontro que eu tive com um mestre quando eu cheguei aqui no Acre em 2007, é que

eu não sou daqui. O que é Baquemirim na realidade, né? Eu não criei ele, na verdade. Esse, o nome Baquemirim, esse grupo hoje tem um CNPJ e tal. Mas esse fazer, o que é, ele já vem de antes, né? Vem da minha formação musical mesmo, que é trabalhar com as culturas tradicionais, as culturas que já se encontravam quase extintas, oprimidas, acaba sendo uma história em relação ao colonialismo mesmo, a gente como brasileiro, né, que é da periferia não tem como não partir disso (Alexandre Anselmo, 2025).

A fala de Alexandre Anselmo oferece percepções fundamentais para compreender o movimento como um fenômeno cultural híbrido, marcado por encontros interculturais, resistência e ressignificação identitária no Acre. Sua narrativa revela três eixos centrais que permitem uma análise da organização.

O primeiro consiste na natureza coletiva do patrimônio imaterial: o Baquemirim não é uma invenção individual, mas uma mistura de saberes tradicionais acreanos (especialmente afro-seringueiros e indígenas) com a bagagem cultural de Anselmo, um *outsider* (estrangeiro). O segundo é o papel do encontro na cultura amazônica: assim como o Carimbó (PA) ou o Boi-Bumbá (AM), o Baquemirim se constrói na intersecção entre tradição e reinvenção, característica de manifestações pós-coloniais. O terceiro está pautado na crítica ao apagamento histórico: quando menciona culturas “extintas ou oprimidas pelo colonialismo”, Anselmo situa o Baquemirim como um ato de reparação, similar a movimentos como o Jongo no Sudeste ou o Maracatu no Nordeste. Em seu depoimento, ainda afirma:

Porque assim, a música quando ela vai para fora do Acre, você vai assistir uma interpretação ali de uma pessoa que não é daqui que não é das tradições. Mas aí onde eu ia era como uma embaixadinha assim, sabe? Era um pessoal daqui, então muitas coisas que eu ouvia lá e eu não entendia, eu fui reconhecer aqui depois, né, com o Baquemirim. Então aí, em 2007, eu conheci um grupo de indígenas, já ouvindo falar dos Catuquinas? Aí a gente trabalhava com eles, tinha um trabalho interétnico, tinha um coral, que era no centro de São Paulo, o coral dos refugiados, de várias etnias, de vários lugares do mundo, cantando em várias línguas, né? Que eles tocavam, eles ensinavam música, era um trabalho muito legal. E aí eu inseri, eu conheci eles, aí eu levei eles para eles trabalho, né? (Alexandre Anselmo, 2025).

A narrativa do entrevistado revela um processo fundamental para a compreensão do Baquemirim como fenômeno cultural enraizado no território acreano, mas que também dialoga com interpretações externas. Fora do Acre, a música é interpretada por pessoas que “não são das tradições”, o que pode levar a uma descontextualização ou perda de sentidos originais, enquanto dentro do Acre, a vivência com grupos locais (como os indígenas Catuquinas) permitiu ao entrevistado “reconhecer” significados que antes não compreendia. A menção aos Catuquinas (grupo indígena do Acre) é crucial, pois indica que o Baquemirim não é uma manifestação isolada, mas parte de uma rede de trocas culturais entre seringueiros, indígenas e migrantes. Alexandre reconhece que aprendeu sentidos da música após contato com esses grupos, mostrando que o movimento se constrói em diálogo intercultural. Assim, continua:

Aí nesse tempo eu conheci o Antônio Pedro, por acaso assim, né? Aqui no bairro. Aí o velho tocou violão. Ah, não, aí cara, ele abriu a enciclopédia, né? Tipo o Baque, ele defendia, né? O Baque, explicava assim, tipo, essa coisa do termo, né? Tudo. E aí eu tive a ideia de fazer o projeto com ele dele como mestre, que esse negócio de mestre, o pessoal nem falava aqui, entendeu? Não tinha isso. E aí eu já conhecia o que que era um mestre, como trabalhar com os mestres. E aí começou nesse primeiro ano, 2008, o primeiro levantamento dos baques, né? Com o seu Antônio Pedro e então umas oficinas, tinha aula de música para o cara aprender violão. (Alexandre Anselmo, 2025)

Essa passagem revela aspectos fundamentais para compreender a construção do Baquemirim como movimento cultural, a referência ao encontro casual (“por acaso”) com Antônio Pedro mostra como a preservação cultural muitas vezes surge de encontros orgânicos e a descrição do violão como “enciclopédia” sugere uma concepção do saber musical. O depoimento indica que a noção de “mestre” como detentor de saber tradicional não era consolidada localmente (“o pessoal nem falava aqui”). Isso revela um processo de importação de categorias, provavelmente oriundas de outras experiências culturais do entrevistado), por meio do qual buscou a validação de saberes locais através dessa categoria e da profissionalização do fazer

cultural. Essa fala revela como o Baquemirim participa de um movimento mais amplo de profissionalização e valoração social dos saberes tradicionais na Amazônia contemporânea.

Agora, o que caracteriza como baque aqui, com o diferencial dos caras e a galera daqui afirmar mesmo, segundo as informações do seu Pedro, né? Afirmações dele tudo. Seria o samba e a marcha. E é isso aí, eles trazem uma linguagem musical ancestral, indígena, que são de vários povos, entendeu? É, então, aí no nosso conceito isso aqui tem a ver com as escalas musicais, com as notas que, inclusive, veio da música indígena de lá. Então, aí aqui, no Baque, ele traz isso daqui, dessa região da Amazônia. Entendeu? Ele traz essa linguagem, eu “tô” falando de linguagem africana, de uma linguagem nordestina (Alexandre Anselmo, 2025).

A descrição revela a complexa matriz cultural que forma a base rítmica e musical do Baquemirim, permitindo-nos identificar quatro camadas constitutivas essenciais. Primeiro, o núcleo identitário do Baque, que se configura como uma síntese rítmica entre o samba (elemento afro-brasileiro) e a marcha (influência europeia reinterpretada), representa o que os músicos locais chamam de “o diferencial dos caras daqui”, destacando que há uma assinatura musical distintiva e uma reivindicação de autenticidade regional. Segundo, o fundamento indígena ancestral incorpora elementos fundamentais da música indígena amazônica, como sistemas musicais específicos, padrões rítmicos característicos de povos originários e técnicas instrumentais tradicionais. O depoimento enfatiza que estas estruturas “vieram da música indígena de lá”, sugerindo um processo de transculturação musical e a manutenção de elementos fonológicos originais. Outro ponto a ser destacado são as camadas de reinterpretação cultural, que consiste no diálogo de três matriz: a africanidade, nordestinidade e a Amazonidade.

A partir dessa análise é possível compreender o Baque como um fenômeno musical profundamente enraizado na história de contatos culturais da Amazônia, servindo simultaneamente como um dispositivo de memória, uma ferramenta de ativismo cultural e uma plataforma de inovação artística.

A gente tem as oficinas aqui para as crianças do bairro, então a gente divulga e tal, aí tem as idades certas para o ensino de música. E a gente divulga nas redes e os pais trazem, mas tem a comunidade indígena, que já tem uma tem que ter uma outra estratégia, entendeu? A gente se adéqua. Então, mas nas aulas tem sempre a ideia ter o um mestre junto, né? Sempre busquei essa ideia intergeracional, né? Juntar as gerações (Alexandre Anselmo, 2025).

O trecho revela a complexidade e a riqueza do modelo pedagógico desenvolvido pelo Baquemirim, que consegue harmonizar estruturas formais de ensino com a flexibilidade necessária para respeitar diferentes contextos culturais. A abordagem educativa do movimento não é homogênea, mas se adapta às especificidades de seus públicos – sejam crianças urbanas ou comunidades indígenas – mantendo, no entanto, um eixo central: a valorização dos mestres e a integração intergeracional como pilares fundamentais da transmissão cultural.

O Baquemirim exemplifica como é possível criar uma pedagogia cultural que seja, ao mesmo tempo, inovadora e enraizada na tradição. Seu sucesso reside justamente na capacidade de navegar entre estruturas formais e informais, entre o global e o local, entre o antigo e o novo. Essa abordagem não apenas preserva o patrimônio imaterial, mas também o revitaliza, garantindo sua continuidade em um mundo em constante transformação.

Buscando compreender o sentimento de pertencimento daqueles que participam do movimento como aluno, foi realizada uma entrevista com Wardeson Rodrigues Kaxinawá, que é estudante de música na Universidade Federal do Acre e também integrante da turma indígena do movimento Baquemirim. A seguir, um trecho da entrevista:

Falando de música indígena, é uma oportunidade e tipo, eles ajudam a gente a manter, né? Mesmo que com os instrumentos ocidental, tipo incorporado, porque na música indígena a gente não usava instrumento, né? Como violão e instrumentos eletrônicos, né? metálicos. Então com isso faz com que a gente também, tipo, fortalece

mais a nossa cultura, né, a nossa música através do incentivo do projeto do Baquimim, né, porque todo tempo eles estão lá, né, incentivando e passando alguma informação, né, tipo, que vai ser importante não só em relação à música, mas outras informações também. Tipo, sobre cultura, né?

Pergunta: Como você se sente fazendo parte desse movimento?

Eu me sinto assim feliz, né? Tipo, quero mostrar para as pessoas que a gente tem interesse de aprender também, né? De sei lá, assim, no futuro poder ajudar. Por outras pessoas, tipo, no caso de indígena, me preparando mais para quando entrar outros alunos indígenas. Ajudar, né, tipo, sei lá, na linguagem, na explicação e ajudar os professores, né? O próprio Alexandre, a galera que faz parte do Baquemirim. A gente está disponível assim, tipo, igualmente como eles ajudam a gente, né, e contribuem de alguma forma.

Pergunta: É, de que maneira ele influencia na sua vida, no seu modo de ser?

Influencia porque eles são profissional, né? Tipo, eles são músicos, professores que tem muito conhecimento e a gente quer aprender assim, tipo, ver eles tocando em evento, cantando e a gente quer tocar igualmente, né? aprender muito outras técnicas também nos instrumentos

Pergunta: Há algo a mais você queria falar?

Acho que é agradecer o projeto, né? Porque eles faz um esforço. É tudo um esforço, né? Tipo, de olhar também para população, para juventude indígena né? Porque questão social, né, também, tipo, eu acho que entra um pouco disso, que se não tem nada, as pessoas ficam mais sem ter o que fazer, ficam na rua, né, então é uma forma de eles também colaborar, assim, tipo, trazer um projeto de incentivo para as pessoas, para eles, tipo, não ficar fazendo outras coisas (Wardeson Kaxinawá, 2025).

A fala do aluno indígena revela aspectos fundamentais sobre o impacto do Baquemirim na preservação e revitalização cultural, destacando-se três eixos principais: 1) a ressignificação de instrumentos musicais ocidentais como ferramentas de fortalecimento identitário; 2) o papel do projeto como espaço de formação e transformação pessoal; e 3) a dimensão social do movimento como alternativa para a juventude indígena.

O entrevistado menciona que, na música indígena tradicional, não se utilizavam instrumentos como violões ou eletrônicos, mas que o Baquemirim os incorpora de forma a “fortalecer a cultura”. Isso pode indicar um processo de apropriação criativa, pois o uso de instrumentos não indígenas não substitui as tradições, mas as

reinterpreta, criando uma ponte entre saberes ancestrais e linguagens contemporâneas. Nota-se um diálogo intercultural, a música deixa de ser um elemento estático e passa a ser um campo de negociação entre o tradicional e o novo, havendo uma resistência adaptativa, em que, em vez de rejeitar totalmente influências externas, o projeto as integra de modo a garantir a sobrevivência das expressões culturais indígenas em novos contextos.

O aluno expressa orgulho e gratidão por participar do projeto, destacando: aprendizado técnico; o desejo de dominar instrumentos e técnicas para “tocar igualmente” aos mestres; formação de lideranças; a aspiração de, no futuro, ajudar outros indígenas, atuando como mediador cultural (“na linguagem, na explicação”); representatividade, a satisfação em mostrar que os indígenas têm interesse em aprender, combatendo estereótipos de isolamento ou resistência à inovação. A fala revela que o projeto não só ensina música, mas também fortalece a autoestima e o senso de propósito entre jovens indígenas.

O entrevistado enfatiza que o Baquemirim oferece alternativas concretas para a juventude indígena, tais como uma ocupação produtiva, evitando que os jovens “fiquem na rua” ou caiam em situações de risco; inclusão ativa: o projeto não é assistencialista, mas formador, preparando os participantes para atuarem como multiplicadores do conhecimento ancestral; reconhecimento comunitário, pois o esforço do Baquemirim em “olhar para a população indígena” é visto como um gesto de respeito e valorização.

A entrevista demonstra que o projeto ultrapassa o ensino musical, funcionando como ferramenta de preservação cultural adaptativa (sem fossilizar tradições); mecanismo de empoderamento para jovens indígenas; e, estratégia de inclusão social através da arte. O Baquemirim demonstra que a inovação, quando guiada pela comunidade, pode ser o melhor caminho para manter vivas as tradições.

A próxima entrevista foi realizada com Maria Zenaide Souza Carvalho, conhecida como Mestra Zenaide Parteira, tem 67 anos, é parteira, cantora, compositora, professora e palestrante, nasceu no Rio Tarauacá, no Seringal Bela Vista

e atua no movimento transmitindo os seus conhecimentos ancestrais. A análise da fala de uma mestra do movimento Baquemirim no Acre permitiu destacar os processos de transmissão cultural como atos de preservação identitária e empoderamento comunitário. A narrativa revela três dimensões fundamentais: 1) a musicalidade e oralidade como tecnologias de resistência cultural; 2) o significado existencial do Baquemirim na vida da mestra; e 3) o impacto geracional do movimento. Assim, são as palavras de Mestra Zenaide:

Pergunta: De que forma a musicalidade e a oralidade são utilizadas para preservar a cultura no Baquemirim?

Ah, é persistindo. Persistência, né? E cuidando das raízes para não cair, para não morrer. Porque assim, a árvore a gente corta ela, mas quando ela é bem cortada, ela dá broto, ela brota. Mesmo jeito é nós originários, né? Porque já tá quase perdendo a nossa cultura e a gente aqui no Baquemirim, a gente tem um uma luta de conseguir resgatar essas raízes. E assim que nós faz aqui.

Pergunta: O que o Baquemirim significa na sua vida?

Ah, ele significa para mim, é, abaixo de Deus, é tudo pra mim o Baquemirim, sabe, apesar que eu tenho um salário através do Baquemirim. Eu me divirto através do Baquemirim. As pessoas que cuidam de mim.

Pergunta: Como você se sente fazendo parte desse movimento?

Eu me sinto feliz. É assim, até aqui eu tenho um dia de aula por semana. Quando chega o dia, eu fico de manhã, eu já me acordo cedo, já vou para o banho, animada já para vir, porque para mim é tudo, é a música para mim cantar ela, ensinar, entendeu? Eu sou uma pessoa assim, sabe maninha, que eu quero deixar o meu legado para todo mundo, aquelas pessoas que me vê, que me conhece, eu quero deixar alegria, eu quero passar de mim tudo que eu sou e o que eu quero ser. para aquelas pessoas que vão ficar para ir depois de mim, sabe? Aprender, é um legado bom que a pessoa deixa, sabe? Não só para meus filhos, nem para os netos, mas para todos aqueles que me acompanham e os meus alunos aqui e tudo, sabe? Para mim, aí é uma beleza. Feliz mesmo.

Pergunta: De que maneira ele influencia na sua vida, no seu modo de ser?

Ah, me influencia, sabe? De eu ser mais forte. Eu com 67 anos eu sou empoderada, porque, eu faço isso e isso e isso, eu vou e canto, eu toco percussão, eu toco violão, eu toco tudo que é coisa que vem, sabe? Aí eu vejo muitas vezes mulheres novas aí que não saem nem da cama. Todas elas poderiam fazer isso também, depende da força de vontade, né? Ah, eu quero só dizer para todos que não vamos não vamos desistir

não, traga seus filhos para estudar aqui no Baquemirim, que o Baquemirim é uma instituição muito bacana, viu, que ele sempre procura fazer o bem para as pessoas, porque não tem coisa melhor do que você ter um filho seu tocando violão, tocando qualquer instrumento. (Zenaide Parteira, 2025)

A mestra descreve a prática no Baquemirim como um ato de “persistência” e “cuidado das raízes”, utilizando a metáfora da árvore que brota mesmo após ser cortada. Essa imagem evidencia resiliência cultural, pois a comparação com a árvore cortada que renasce ilustra o processo de resistência das culturas originárias frente a históricos de apagamento. A música e a oralidade funcionam como “brotações” que mantêm vivas as tradições. Com a transmissão intergeracional, nota-se que o ensino semanal das aulas representa não apenas a reprodução técnica, mas a continuidade civilizatória (“deixar um legado”). A oralidade, nesse contexto, não se limita à palavra falada, mas inclui o canto, o ritmo e a corporeidade da performance musical. Uma pedagogia da alegria: a mestra enfatiza que busca “deixar alegria”, demonstrando que o processo educativo no Baquemirim não é meramente instrutivo, mas afetivo e comunitário.

Para a mestra, o movimento transcende a esfera artística, constituindo-se como um eixo existencial com uma dimensão material e simbólica: ela menciona que recebe um “salário através do Baquemirim”, mas também que o movimento a faz se sentir “feliz” e “cuidada”. Isso revela como a valorização econômica dos mestres é tão crucial quanto o reconhecimento social. Percebe-se o empoderamento feminino e gerontológico: aos 67 anos, a mestra se declara “empoderada” por sua atuação musical, contrastando seu vigor com o estereótipo da velhice frágil. Sua fala desafia noções de idade e de gênero, mostrando que mulheres idosas são agentes culturais ativas. Há uma missão educativa: o convite para que “tragam seus filhos” ao Baquemirim reforça o papel do movimento como espaço de proteção social para a juventude, evitando a marginalização através da arte.

A narrativa da mestra destaca o Baquemirim como projeto de futuro, que consiste na multiplicação do saber, em que seu desejo de “passar tudo que eu sou”

para alunos e comunidade reflete uma pedagogia não possessiva, na qual o conhecimento é entendido como bem coletivo. Ao descrever sua rotina animada para as aulas (“já me arrumo cedo”), a mestra mostra que o saber ancestral não está em livros, mas encarnado em gestos, canções e práticas corporais.

A análise da narrativa da mestra revela que o Baquemirim opera em três dimensões simultâneas: como estratégia de preservação cultural, em que a música e oralidade são ferramentas anticoloniais; como projeto de empoderamento, que valoriza mulheres idosas e as reconhece como agentes culturais; e, como tecnologia social, que oferece alternativas concretas de educação e renda para comunidades tradicionais.

As análises das entrevistas revelam que o Baquemirim transcende sua dimensão artística para se consolidar como um sistema integrado de preservação cultural, em que música, dança e oralidade atuam como pilares de resistência identitária. Através da atuação de mestres, alunos e comunidades, o movimento recupera e revitaliza saberes ancestrais, transformando tradições quase perdidas em práticas vivas e contemporâneas; fortalece o sentimento de pertencimento, especialmente entre jovens e povos indígenas, ao reconectar gerações através da arte; e oferece alternativas concretas de valorização social e econômica para detentores de cultura, combatendo o apagamento histórico.

Mais que um projeto cultural, o Baquemirim emerge como política pública orgânica de salvaguarda patrimonial – uma prova de que a cultura, quando enraizada na comunidade, é a mais potente ferramenta para construir futuros sem abandonar as raízes. Sua trajetória comprova que preservar o patrimônio imaterial acreano não é apenas conservar o passado, mas semeá-lo no presente, garantindo que continue a brotar, como a árvore resiliente citada pela mestra, para as gerações que virão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou investigar o Baquemirim como uma expressão cultural enraizada na cultura do Acre, destacando o seu papel na preservação do patrimônio

imaterial e na construção/recuperação da identidade regional. Por meio de uma abordagem metodológica, que incluiu história oral, análise de jornais e interpretação de entrevistas, foi possível compreender não apenas suas origens e transformações, mas também seu significado contemporâneo para as pessoas que o praticam e o ressignificam.

A história oral revelou que o Baquemirim é muito mais que uma manifestação folclórica, é um dispositivo de memória que conecta gerações. Os depoimentos coletados destacaram sua relação com o cotidiano das populações locais, seja como forma de entretenimento, seja como ritual que reforça laços comunitários. Alguns entrevistados enfatizaram seu caráter lúdico e educativo, apontando o seu papel educacional para as crianças das novas gerações que, inseridos nesse contexto, estão resgatando as tradições ancestrais.

Já a análise de jornais demonstrou como a mídia acreana retrata o Baquemirim. Em algumas matérias, ele aparece enquadrado em reportagens sobre festivais, datas comemorativas, divulgação de aulas, contato com as culturas dos povos originários etc. Em outras, surge como elemento de resistência cultural, especialmente em contextos de discussão sobre políticas patrimoniais.

A análise das entrevistas reforçou que o Baquemirim é visto pelos próprios praticantes como um saber que está cada vez mais ganhando força, cuja continuidade depende da valorização pelos mais jovens. Muitos relataram a importância do movimento para o resgate de tradições musicais ancestrais por meio de mestres e mestras da cultura local. Também houve menções a iniciativas locais - como oficinas em escolas e participação em evento - mostrando que a preservação das tradições é possível quando há engajamento comunitário.

Os resultados da pesquisa confirmam que o Baquemirim é um patrimônio dinâmico, cuja importância vai além do aspecto artístico: ele é um documento vivo da história acreana, encapsulando modos de vida, tradições musicais ancestrais, críticas sociais e adaptações às mudanças do tempo. Sua preservação não deve se limitar ao registro formal, mas incluir ações de revitalização, como: a inclusão em políticas

públicas de cultura com mais apoio de órgãos e instituições públicas; a importância da documentação audiovisual detalhada, através dos seus sites, redes sociais e gravações de álbuns, garantindo que técnicas e narrativas não se percam; a integração com a educação, através de projetos que o levem para as salas de aula; e a divulgação ampla, um importante alicerce para que haja maior participação da comunidade em geral.

Em síntese, o Baquemirim se configura como um pilar da cultura imaterial acreana, e sua proteção é necessária para que continue a cumprir seu papel como espaço de memória, resistência e identidade. Este estudo espera contribuir não apenas para seu reconhecimento acadêmico, mas também para mobilizar agentes culturais e poder público em ações concretas de salvaguarda. Afinal, o Baquemirim atua como uma entidade que impede o apagamento de uma parte fundamental da história do Acre, resgatando e perpetuando tradições musicais ancestrais dos povos originários do estado.

REFERÊNCIAS

BAQUEMIRIM. **Baquemirim**. Disponível em: <https://baquemirim.org/#>. Acesso em: 24 out. 2024.

BARROS, José D'Assunção. Considerações sobre a análise de jornais como fontes históricas, na sua perspectiva sincrônica e diacrônica. **História Unisinos**, v. 26, n. 3, p. 588–604, 2022.

CAVALCANTE, Agnes. Baquemirim abre inscrições para aula de pandeiro com mestre da música popular acreana. **A Gazeta do Acre**, Rio Branco, 21 abr. 2022. Disponível em: <https://agazetadoacre.com/2022/04/noticias/geral/baquemirim-abre-inscricoes-para-aula-de-pandeiro-com-mestre-da-musica-popular-acreana/>. Acesso em: 24 fev. 2025.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas SA, 2008.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Publicações - IPHAN**. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=22&busca=&pagina=1>. Acesso em: 24 fev. 2025.

PAIVA, Angélica. Baquemirim e grupo Txana Ury se unem na realização de oficina de confecção de tambores na aldeia Huni Kuin do Caucho. **Acre in Foco - Notícias do Acre**, 26 jun. 2023. Disponível em: <https://acreinfoco.com/2023/06/baquemirim-e-grupo-txana-ury-se-unem-na-realizacao-de-oficina-de-confeccao-de-tambores-na-aldeia-huni-kuin-do-caucho/>. Acesso em: 24 fev. 2025.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo; FUNARI, Pedro Paulo. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PORTELLI, Alessandro; RIBEIRO, Maria Terezinha Janine; FENELON, Déa Ribeiro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 14, 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>. Acesso: 06 set. 2025.

CAPITULO 4

ZONA DE PRESERVAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL (ZPHC): PERCEPÇÕES SOBRE A DESVALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM RIO BRANCO-AC

Nicolas Smith Oliveira dos Santos

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo analisar as percepções sobre a política de preservação do patrimônio histórico em Rio Branco-AC, a partir de uma revisão bibliográfica do tema. O foco recai sobre o diálogo entre os instrumentos normativos do poder executivo municipal, especialmente no que se refere à Zona de Preservação Histórico-Cultural (ZPHC), instituída pela Lei Municipal n. 2.222 de 26 de dezembro de 2016, e a relação dessa política com a valorização do patrimônio pela comunidade local. A análise busca compreender de que maneira o Poder Público promove a salvaguarda dos bens culturais na cidade e como a memória coletiva se estrutura em torno desses espaços.

A preservação do patrimônio histórico tem se tornado um campo essencial para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais dos territórios. No contexto de Rio Branco-AC, destaca-se a criação da Lei Municipal n. 1.677 de 20 de dezembro de 2007, que estabelece diretrizes para a preservação e manutenção do patrimônio cultural, funcionando como um marco institucional para a valorização do patrimônio na cidade. A partir dessa legislação, torna-se relevante discutir a eficácia das ações públicas voltadas à preservação e os desafios para sua implementação.

A constituição de políticas públicas de preservação do patrimônio histórico reflete a valorização das identidades coletivas em detrimento das individuais, conforme apontam diversos estudos da área. Esse processo frequentemente está associado à construção de narrativas sobre as origens dos territórios, à idealização de figuras históricas, à manutenção de tradições e até mesmo à exclusão de determinados

grupos e memórias. Maurice Halbwachs (2006) destaca que a memória coletiva não é um fenômeno individual, mas um processo socialmente construído, sustentado por quadros de referência que dão sentido ao passado e ajudam a reforçar o pertencimento comunitário.

No campo da preservação cultural, Pierre Nora (1993) introduz o conceito de “lugares de memória”, que se refere a espaços materiais e simbólicos em que a identidade coletiva é resguardada e reinterpretada ao longo do tempo. No contexto de Rio Branco-AC, os bens culturais protegidos pela legislação podem ser analisados como lugares de memória que reforçam a identidade cultural local. Dessa forma, a preservação patrimonial assume um papel central na manutenção da história e na construção de referências que vinculam a população ao seu passado.

Além disso, a reflexão sobre o conceito de patrimônio no decorrer do tempo, sua preservação e suas transformações, pode ser enriquecida pelos estudos de Françoise Choay (2001). A autora analisa criticamente a evolução do conceito de patrimônio e os desafios de sua conservação em diferentes contextos históricos e políticos. No caso de Rio Branco, a aplicabilidade das normativas locais pode ser discutida à luz dessas abordagens, considerando as dinâmicas sociais e culturais que influenciam a valorização do patrimônio.

Ao basear-se exclusivamente em uma revisão bibliográfica, este estudo busca integrar as contribuições teóricas mais relevantes sobre a preservação patrimonial e sua relação com a identidade coletiva. Desse modo, a pesquisa se propõe a oferecer uma análise crítica das políticas municipais de preservação, considerando os desafios e as oportunidades que permeiam essa temática.

Por fim, espera-se que esta revisão contribua para o debate sobre a valorização do patrimônio histórico em Rio Branco-AC, fornecendo subsídios para reflexões futuras sobre a atuação do Poder Público e o papel da comunidade na proteção de seus bens culturais. A análise teórica permitirá compreender como os conceitos de memória, identidade e pertencimento se articulam no contexto da preservação patrimonial, destacando sua relevância para a construção da identidade coletiva.

REFERENCIAL TEÓRICO

Esta pesquisa está inserida no diálogo sobre patrimônio e memória. Para analisar a política de preservação do patrimônio histórico na cidade de Rio Branco-AC, faz-se necessário um aporte conceitual para compreensão das abstrações inerentes ao caso. Dessa maneira, o referencial teórico deste estudo baseia-se em autores como Françoise Choay, com o livro *A Alegoria do Patrimônio* (2001), Pierre Nora em *Les Lieux de Mémoire* (1993), José Reginaldo Santos Gonçalves a partir de *A Retórica da Perda: Os Discursos do Patrimônio Cultural no Brasil* (1996) e Maurice Halbwachs com *A Memória Coletiva* (2006).

A escolha de trabalhar com o livro de Françoise Choay (2001) deve-se à sua relevância ao analisar criticamente o conceito de patrimônio ao longo da história, a partir de uma investigação complexa sobre sua conservação e origem. Além disso, Choay (2001) comprehende o patrimônio histórico como:

Patrimônio histórico. A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos (Choay, 2001, p. 11).

Dessa forma, a autora dialoga com a análise empreendida nesta pesquisa ao assimilar o passado comum à dimensão conceitual de patrimônio. Para Choay (2001), a preservação do patrimônio não deve se limitar a proteger somente elementos materiais, mas também estar atenta aos valores imateriais do patrimônio.

No entanto, no Brasil essa percepção durou aproximadamente cinco décadas. Desde a fundação do antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, até a promulgação da Constituição de 1988, as políticas patrimoniais no nosso país versaram sobre o tombamento e reconhecimento de bens materiais, muitos desses relacionadas à herança portuguesa barroca (Ouro Preto, Pelourinho, Centro Histórico de São Luís).

Com o advento das novas abordagens acerca da manutenção de bens culturais, torna-se imperativo as discussões acerca dos valores imateriais agregados ao patrimônio. Assim, ao compreender a construção do patrimônio e sua valorização como instrumento de poder e criação de identidade, dialogamos com as análises promovidas por Pierre Nora (1993) no livro *Les Lieux de Mémoire*, no qual ele destaca que:

Se tivéssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem [lugares de memória], eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai e vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos (Nora, 1993, p. 13).

Outrossim, para debater a construção dos instrumentos normativos inerentes à política de preservação do patrimônio histórico na cidade de Rio Branco-AC, necessita-se de um diálogo frente à atuação das instituições e dos agentes dessa preservação. Assim, a obra de Gonçalves (1996), *A Retórica da Perda: Os Discursos do Patrimônio Cultural no Brasil*, torna-se essencial para esta pesquisa ao discutir como os instrumentos normativos em um determinado contexto refletem uma visão particular de patrimônio e como podem, intencionalmente ou não, silenciar determinadas identidades e memórias.

Ao abordarmos as complexidades das interações com a materialização da história, além da constituição dos mecanismos de preservação, torna-se indispensável a compreensão conceitual da “memória coletiva” contida na obra *A Memória Coletiva* (2006), de Maurice Halbwachs. Ao destacar que a memória não é individual, mas sim um processo de construção social inscrito externamente ao indivíduo e que lhe confere significado, o patrimônio configura-se como um suporte material para manutenção de pertencimento ao grupo social, um catalizador da memória coletiva, proporcionando à sociedade marcos que reforçam seu sentimento de identificação no espaço, no tempo e na continuidade histórica (Halbwachs, 2006).

ZONA DE PRESERVAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL (ZPHC) E O PLANEJAMENTO URBANO

As Zonas de Preservação Histórico-Cultural (ZPHCs) desempenham um papel crucial no planejamento urbano contemporâneo, funcionando como instrumentos de proteção e de valorização da memória coletiva. De acordo com Choay (2001), a ideia de patrimônio surgiu como uma resposta à crescente destruição de elementos históricos devido à urbanização acelerada e à modernização das cidades. No Brasil, essa preocupação levou à institucionalização de políticas de preservação, que consideram não somente os monumentos isolados, mas também os conjuntos urbanos e seus elementos constituintes. As ZPHCs, portanto, representam uma tentativa de equilibrar o desenvolvimento urbano com a salvaguarda da identidade local, impedindo que o crescimento desordenado apague a história construída ao longo dos séculos. Gonçalves (1996) argumenta que o patrimônio cultural deve ser compreendido como um campo de disputas simbólicas e políticas, onde diferentes grupos sociais reivindicam a permanência de certos elementos que representam suas identidades e narrativas históricas.

A definição e delimitação das ZPHCs variam de acordo com as especificidades de cada cidade, porém seu objetivo principal é preservar edificações e espaços urbanos que possuem valor histórico, cultural ou arquitetônico. Rodrigues e Almeida (2024) ressaltam que essas áreas não são apenas espaços físicos, mas também territórios de significados, carregados de memórias coletivas que moldam o senso de pertencimento da população. Dessa forma, a preservação das ZPHCs não pode ser vista só como um esforço técnico de conservação de edifícios, mas sim como uma estratégia ampla de manutenção dos laços sociais e culturais de determinada localidade. A urbanização, quando realizada sem considerar os aspectos históricos, pode gerar processos de descaracterização que impactam diretamente na identidade das comunidades locais (Halbwachs, 2006).

O Plano Diretor das cidades é o principal instrumento normativo para garantir que o crescimento urbano ocorra de maneira equilibrada, respeitando as ZPHCs e os

outros espaços de relevância histórica. Nora (1993) aponta que a memória e a história são conceitos interligados, mas distintos, pois a primeira está ligada à vivência das pessoas e a segunda, à sua sistematização e institucionalização. Assim, ao estabelecer diretrizes para o uso e ocupação do solo, o Plano Diretor deve assegurar que o patrimônio cultural seja resguardado e integrado ao desenvolvimento urbano, sem que a memória dos locais seja obliterada por interesses econômicos. Lima (2015) destaca como o ordenamento urbano pode ser usado como ferramenta política para reforçar narrativas identitárias, demonstrando que a preservação do patrimônio não é somente uma questão técnica, mas também social e ideológica.

Experiências bem-sucedidas de ZPHCs podem ser observadas em diversas cidades brasileiras, onde políticas de preservação foram implementadas com diferentes graus de sucesso. O trabalho de Leite (2010) sobre a evolução urbana de Rio Branco, no Acre, por exemplo, destaca como a cidade passou de um seringal para uma capital, com processos urbanos que ora valorizaram, ora negligenciaram a preservação patrimonial. O estudo de Sabino (2011) sobre as estações rádio-base na cidade evidencia os impactos do crescimento urbano sobre o meio ambiente construído, apontando para a necessidade de compatibilizar desenvolvimento tecnológico com preservação da paisagem histórica. Da mesma forma, Maciel et al. (2018) analisam a distribuição de renda na Amazônia e ressaltam como o planejamento urbano deve considerar a permanência de populações tradicionais em áreas protegidas para garantir uma distribuição mais equitativa dos benefícios da cidade.

A preservação do patrimônio histórico-cultural através das ZPHCs exige estratégias integradas que envolvam tanto o poder público, quanto a sociedade civil. Farias (2022) defende que a educação patrimonial deve ser incorporada ao ensino básico e técnico, para que as novas gerações compreendam a importância de preservar sua história. Esse processo educativo também é fundamental para evitar que as ZPHCs se tornem espaços elitizados, acessíveis apenas a determinadas camadas sociais. A experiência de Rio Branco, conforme analisada por Corrêa (2019), mostra que os espaços de lazer e entretenimento da cidade sofreram transformações ao longo do

tempo, muitas vezes sem que houvesse preocupação em preservar sua identidade original. Esse fenômeno, comum em diversas cidades brasileiras, demonstra a necessidade de uma abordagem mais sensível na gestão urbana.

O caso de reassentamentos habitacionais em Rio Branco, estudado por Freire (2021), também revela os desafios enfrentados na preservação do patrimônio histórico-cultural. Em muitas situações, famílias são removidas de áreas protegidas para dar lugar a empreendimentos turísticos ou culturais, sem que haja uma política eficiente de compensação ou reassentamento. Isso gera impactos sociais profundos, afetando a memória coletiva e a coesão comunitária (Halbwachs, 2006). As ZPHCs, portanto, devem ser administradas de forma inclusiva, garantindo que as populações locais sejam protagonistas das decisões sobre o uso do espaço urbano.

Em cidades como Ouro Preto e Salvador, as ZPHCs têm sido fundamentais para a manutenção do patrimônio histórico e cultural, garantindo que áreas tombadas sejam preservadas e revitalizadas sem perder sua essência. No entanto, Gonçalves (1996) alerta para o risco da “gentrificação patrimonial”, quando a valorização excessiva de áreas históricas resulta na expulsão de moradores originais, transformando esses espaços em meros cenários turísticos. Esse processo desvirtua o propósito das ZPHCs, que deveriam servir como instrumentos de preservação da identidade cultural e não apenas como atrativos comerciais.

Outro aspecto relevante no planejamento urbano das ZPHCs é a compatibilização entre a preservação do patrimônio e as necessidades de infraestrutura moderna. De acordo com Choay (2001), a tensão entre conservação e desenvolvimento é um dos principais desafios das cidades contemporâneas, pois a adaptação de edificações históricas para novas funções deve ser feita com critérios rigorosos. Em São Luís e Recife, por exemplo, projetos de requalificação urbana conseguiram transformar áreas degradadas em espaços culturais e turísticos sem comprometer sua autenticidade histórica. Essas experiências demonstram que é possível equilibrar preservação e modernização, desde que haja planejamento e participação social efetiva.

A importância das ZPHCs também se manifesta na valorização de narrativas locais e no fortalecimento da identidade cultural. Rodrigues e Almeida (2024) argumentam que a memória e a identidade são construídas coletivamente, e a preservação do patrimônio é essencial para garantir que diferentes grupos tenham suas histórias reconhecidas no espaço urbano. Isso é particularmente relevante em cidades marcadas por processos de exclusão social, onde certas comunidades são historicamente marginalizadas e correm o risco de serem apagadas do tecido urbano. Portanto, políticas de preservação devem incluir estratégias que garantam a participação dessas comunidades na definição do que deve ser protegido e valorizado.

O impacto da perda do patrimônio para as comunidades é imensurável, afetando tanto a identidade local quanto a coesão social. Nora (1993) enfatiza que os lugares de memória são fundamentais para a construção da história e que sua destruição representa uma ruptura na continuidade cultural de um povo. Quando uma ZPHC é desfigurada por obras irregulares ou pelo abandono, a comunidade perde um referencial simbólico que a conecta ao seu passado. Esse processo pode gerar um sentimento de alienação e desintegração, prejudicando a transmissão do conhecimento histórico entre as gerações.

Diante desses desafios, é fundamental que o planejamento urbano adote uma abordagem multidisciplinar na gestão das ZPHCs, envolvendo especialistas em patrimônio, urbanistas, historiadores e a população local. Leite (2010) defende que a evolução urbana deve respeitar as camadas históricas das cidades, garantindo que o crescimento ocorra de maneira sustentável. A participação ativa da comunidade na preservação das ZPHCs também é um fator determinante para o sucesso dessas políticas, pois somente com o envolvimento da sociedade civil será possível garantir que o patrimônio seja efetivamente protegido e valorizado.

Desse modo, as ZPHCs representam uma ferramenta essencial para a preservação da memória e da identidade cultural das cidades brasileiras, mas seu sucesso depende de uma gestão equilibrada entre conservação e desenvolvimento. O Plano Diretor deve ser utilizado como um instrumento de garantia da integridade

dessas áreas, assegurando que o crescimento urbano ocorra de maneira sustentável e inclusiva. As experiências de diferentes cidades mostram que é possível compatibilizar modernização e preservação, desde que haja um compromisso real com a valorização da história e da identidade local.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E IDENTIDADE CULTURAL

O patrimônio histórico-cultural pode ser definido como o conjunto de bens materiais e imateriais que possuem valor simbólico, social e histórico para uma determinada comunidade ou sociedade. Segundo Choay (2001), o conceito de patrimônio é uma construção histórica que reflete a valorização de elementos do passado a partir de interesses presentes. A tipologia do patrimônio pode ser dividida em bens materiais, como edificações, monumentos, documentos e sítios arqueológicos, e bens imateriais, que incluem saberes, práticas, expressões artísticas e manifestações culturais (Gonçalves, 1996). Essa distinção permite compreender a diversidade das formas de patrimônio e a necessidade de abordagens específicas para sua preservação. Em Rio Branco-AC, por exemplo, a Zona de Preservação Histórico-Cultural (ZPHC) busca salvaguardar elementos materiais que representam a identidade da cidade, mas enfrenta desafios na implementação de políticas eficazes de proteção (Lima, 2015).

A preservação do patrimônio histórico-cultural está diretamente relacionada à identidade local e à memória coletiva, conceitos fundamentais para compreender o sentido de pertencimento dos indivíduos a um determinado território. Halbwachs (2006) argumenta que a memória coletiva é construída socialmente e depende da materialidade dos espaços e objetos que evocam lembranças compartilhadas. Nesse sentido, a degradação ou desaparecimento de bens patrimoniais pode comprometer a continuidade da identidade de uma comunidade. Em Rio Branco, a urbanização acelerada e a ausência de uma política patrimonial efetiva têm contribuído para o apagamento de referências históricas que moldaram a cidade ao longo do século XX (Leite, 2010). A relação entre identidade e patrimônio torna-se evidente quando

observamos que a perda desses bens afeta não apenas a paisagem urbana, mas também a forma como os cidadãos percebem e constroem sua história.

A destruição do patrimônio cultural pode ter impactos profundos para a comunidade, tanto no nível simbólico quanto no social e econômico. Pierre Nora (1993) destaca que os lugares de memória desempenham um papel fundamental na construção das identidades coletivas, funcionando como âncoras históricas para grupos sociais. Quando esses espaços são destruídos ou negligenciados, ocorre um enfraquecimento da identidade cultural e uma ruptura na continuidade da memória coletiva. Em Rio Branco-AC, o crescimento urbano desordenado e a especulação imobiliária têm contribuído para a substituição de edificações históricas por empreendimentos modernos, gerando um processo de descaracterização do espaço urbano (Maciel, 2018). Esse fenômeno reflete um padrão observado em várias cidades brasileiras, onde a valorização do mercado imobiliário prevalece sobre a preservação da história local.

A perda do patrimônio histórico não afeta somente a identidade cultural, mas também impacta diretamente a economia e o turismo. Cidades que investem na preservação patrimonial conseguem transformar esses espaços em atrativos turísticos e educativos, gerando renda e promovendo a valorização da cultura local (Rodrigues & Almeida, 2024). A falta de incentivos e políticas de preservação pode levar ao declínio de áreas históricas, tornando-as suscetíveis à degradação e ao abandono. O caso de Rio Branco ilustra essa problemática, pois, apesar de possuir um rico acervo histórico ligado ao ciclo da borracha, enfrenta dificuldades para consolidar um projeto de valorização patrimonial que envolva a comunidade e o setor público (Farias, 2022).

Além dos impactos econômicos, a perda do patrimônio cultural também compromete a educação patrimonial e a formação de novas gerações. Segundo Freire (2021), a ausência de referências históricas palpáveis dificulta o ensino e a transmissão de valores culturais entre gerações. A educação patrimonial desempenha um papel essencial na sensibilização da população para a importância da conservação do patrimônio, permitindo que os cidadãos se tornem agentes ativos na defesa de sua

história e cultura. Em Rio Branco, iniciativas educacionais voltadas para a valorização do patrimônio ainda são escassas, o que contribui para a falta de engajamento da população na defesa dos bens históricos locais (Farias, 2022).

Outro aspecto relevante da relação entre patrimônio e identidade é a forma como os espaços históricos são ressignificados ao longo do tempo. Gonçalves (1996) argumenta que a preservação patrimonial não deve se limitar à mera conservação material dos bens, mas deve considerar a dinâmica social que envolve sua apropriação e uso. Em Rio Branco, alguns edifícios históricos foram transformados em centros culturais e espaços de convivência, demonstrando a possibilidade de conciliar preservação e uso contemporâneo (Corrêa, 2019). No entanto, muitas dessas iniciativas carecem de apoio institucional e financiamento adequado, tornando-se insustentáveis a longo prazo.

A valorização do patrimônio cultural exige uma abordagem integrada que envolva tanto políticas públicas quanto a participação da sociedade civil. De acordo com Sabino (2011), a formulação de diretrizes urbanísticas deve considerar não apenas o crescimento da cidade, mas também a proteção de áreas de interesse histórico. Em Rio Branco, a criação da ZPHC representa um avanço no reconhecimento da importância do patrimônio, mas sua efetividade depende da aplicação rigorosa das normas estabelecidas nas leis municipais (Lima, 2015). Sem fiscalização e incentivos adequados, a ZPHC pode se tornar apenas um mecanismo formal sem impacto real na preservação dos bens culturais.

A relação entre patrimônio e identidade também se manifesta na ressignificação dos espaços urbanos pelos próprios moradores. Nora (1993) destaca que os lugares de memória são construídos coletivamente e podem assumir novos significados ao longo do tempo. Em Rio Branco, a população tem demonstrado iniciativas espontâneas de valorização de sua história, como a realização de eventos culturais em praças e prédios históricos, reforçando a ideia de que o patrimônio deve ser um elemento vivo da cidade (Farias, 2022). No entanto, essas ações muitas vezes ocorrem sem o respaldo das políticas públicas, limitando seu alcance e impacto.

O descaso com o patrimônio histórico pode levar a uma desconexão entre as novas gerações e a história local. Halbwachs (2006) ressalta que a memória coletiva depende de referências materiais para se perpetuar, e a destruição desses elementos pode resultar no esquecimento de eventos e personagens fundamentais para a identidade de uma comunidade. Em Rio Branco, a modernização da cidade tem ocorrido, em muitos casos, à custa da descaracterização de espaços históricos, afastando os jovens de sua própria cultura e tradições (Leite, 2010). Esse fenômeno demonstra a necessidade urgente de políticas que conciliem o desenvolvimento urbano com a preservação da história local.

A articulação entre diferentes setores da sociedade é essencial para garantir a proteção do patrimônio cultural. Segundo Rodrigues e Almeida (2024), a preservação eficaz exige o envolvimento de órgãos públicos, instituições acadêmicas, organizações da sociedade civil e da própria comunidade. Em Rio Branco, a implementação de políticas participativas pode contribuir para a valorização do patrimônio e para o fortalecimento da identidade local, promovendo uma relação mais harmoniosa entre passado e presente.

A preservação do patrimônio histórico não deve ser vista como um obstáculo ao desenvolvimento, mas sim como um fator de enriquecimento cultural e social. Gonçalves (1996) argumenta que a proteção dos bens culturais pode contribuir para a construção de cidades mais sustentáveis e inclusivas, onde a memória coletiva seja valorizada como um recurso essencial para o futuro. Em Rio Branco, o desafio consiste em equilibrar crescimento urbano e conservação patrimonial, garantindo que as próximas gerações possam reconhecer e se identificar com a história da cidade.

Portanto, a relação entre patrimônio histórico e identidade cultural é um elemento fundamental para a coesão social e a valorização da memória coletiva. A destruição ou negligência dos bens culturais pode resultar na perda de referências essenciais para a comunidade, comprometendo a continuidade da identidade local. A cidade de Rio Branco-AC, assim como tantas outras no Brasil, enfrenta desafios significativos na preservação de seu patrimônio, mas também possui oportunidades

para reverter esse cenário por meio da implementação de políticas eficazes e do engajamento da população. Somente com um esforço conjunto será possível garantir que os valores históricos e culturais da cidade sejam transmitidos às futuras gerações.

DESAFIOS NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM CONTEXTOS URBANOS

A preservação do patrimônio histórico em contextos urbanos enfrenta desafios constantes, sobretudo diante do crescimento desordenado das cidades e da valorização imobiliária. A especulação imobiliária, impulsionada pela alta demanda por moradia e infraestrutura, frequentemente entra em conflito com as diretrizes de conservação de bens patrimoniais. Como destaca Choay (2001), o patrimônio cultural passou por um processo de transformação ao longo dos séculos, saindo de uma concepção ligada ao sagrado para se tornar um elemento da identidade coletiva e um bem a ser protegido por políticas públicas. No entanto, essa proteção esbarra nas dinâmicas econômicas das cidades, que frequentemente priorizam o desenvolvimento em detrimento da conservação. Gonçalves (1996) reforça essa visão ao apontar que os discursos patrimoniais no Brasil, muitas vezes, são utilizados como retórica política, mas sem um compromisso real com a manutenção e valorização dos bens históricos.

A especulação imobiliária exerce uma pressão intensa sobre áreas históricas, tornando-as alvo de interesses privados e dificultando a implementação de políticas de preservação. Em muitas cidades, o processo de gentrificação leva à substituição de antigas edificações por empreendimentos modernos, descaracterizando paisagens urbanas tradicionais (Leite, 2010). Esse fenômeno é evidente em regiões que passaram por intensos ciclos de desenvolvimento econômico, como Rio Branco, no Acre, onde o crescimento urbano impulsionado pelo setor agroflorestal alterou a distribuição de renda e transformou significativamente a configuração da cidade (Maciel, 2018). A ocupação desordenada também contribui para esse processo, gerando riscos de degradação do patrimônio e dificultando ações de resgate e valorização.

O conflito entre modernização e conservação é outro desafio crucial para a preservação do patrimônio histórico em áreas urbanas. Em muitos casos, a necessidade de modernização da infraestrutura, como ampliação do transporte público e construção de novas vias, colide com a proteção de edificações históricas (Halbwachs, 2006). A memória coletiva, essencial para a identidade urbana, pode ser comprometida quando edifícios e espaços de convivência são demolidos para dar lugar a empreendimentos que não dialogam com a história local. Pierre Nora (1993) argumenta que os “lugares de memória” são fundamentais para manter vivas as narrativas históricas, mas esses lugares muitas vezes são ameaçados por um urbanismo voltado para a eficiência econômica, sem considerar os impactos na identidade da comunidade.

As políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio enfrentam desafios relacionados à sua implementação e fiscalização. Embora existam leis e normas que regulamentam a proteção de bens culturais, a efetividade dessas medidas depende da articulação entre diferentes esferas governamentais e da participação da sociedade civil (Rodrigues; Almeida, 2024). O Plano Diretor das cidades desempenha um papel crucial nesse processo, pois define diretrizes para o crescimento urbano e pode estabelecer zonas de preservação histórico-cultural (ZPHCs). No entanto, como observado por Lima (2015), as decisões políticas nem sempre priorizam a preservação, e muitas vezes o patrimônio histórico é instrumentalizado para atender interesses específicos, sem um compromisso real com sua valorização.

Um exemplo dos desafios enfrentados pelas políticas de preservação é a instalação de infraestruturas modernas em áreas históricas. Em Rio Branco, a instalação de estações rádio-base (ERBs) impactou significativamente o meio ambiente construído, alterando a paisagem e gerando debates sobre os limites da modernização em áreas patrimoniais (Sabino, 2011). A falta de planejamento integrado entre os setores de telecomunicações, urbanismo e patrimônio agrava esses conflitos, tornando difícil equilibrar as demandas tecnológicas com a necessidade de preservar a identidade cultural da cidade.

A educação patrimonial surge como um instrumento essencial para fortalecer as políticas de preservação e sensibilizar a população sobre a importância do patrimônio histórico. Farias (2022) destaca que a inclusão da educação patrimonial como tema transversal no ensino médio pode contribuir para a valorização dos bens culturais e estimular a participação da comunidade na defesa do patrimônio. No entanto, essa abordagem ainda enfrenta desafios na sua implementação, pois requer mudanças curriculares e capacitação de educadores, além do envolvimento de diferentes setores da sociedade.

A valorização do patrimônio histórico também está relacionada à memória social e à construção de identidades coletivas. Estudos sobre a história das diversões em Rio Branco, por exemplo, revelam como espaços de sociabilidade contribuíram para a formação da identidade local ao longo do século XX (Corrêa, 2019). A destruição desses espaços pode resultar em uma perda irreversível de referências culturais, comprometendo a continuidade das tradições e das narrativas comunitárias.

Outro aspecto relevante é o impacto dos reassentamentos habitacionais na preservação do patrimônio urbano. Freire (2021) analisa os efeitos dessas políticas em Rio Branco e aponta que, embora os reassentamentos sejam necessários em algumas situações, eles podem gerar impactos significativos na paisagem cultural da cidade. Muitas vezes, as populações deslocadas perdem suas conexões com os espaços históricos, o que enfraquece o sentimento de pertencimento e dificulta a manutenção das tradições locais.

Para superar os desafios na preservação do patrimônio histórico em contextos urbanos, é fundamental investir em políticas integradas que conciliem desenvolvimento urbano e conservação cultural. Isso inclui a adoção de incentivos fiscais para proprietários de imóveis históricos, a criação de programas de revitalização urbana e a ampliação da participação comunitária nas decisões sobre o patrimônio (Rodrigues; Almeida, 2024). Além disso, a articulação entre órgãos de preservação, universidades e setores privados pode contribuir para soluções inovadoras e sustentáveis.

A preservação do patrimônio histórico não deve ser vista como um entrave ao desenvolvimento, mas sim como um elemento essencial para a construção de cidades mais humanizadas e culturalmente ricas. Como apontam Gonçalves (1996) e Choay (2001), a valorização do patrimônio está diretamente ligada à construção da identidade coletiva e à promoção da cidadania. Nesse sentido, a conscientização da população sobre a importância da preservação, aliada a políticas públicas eficazes, é essencial para garantir que as futuras gerações possam desfrutar e aprender com os legados do passado.

Portanto, a preservação do patrimônio histórico em contextos urbanos exige uma abordagem multidisciplinar, que envolva planejamento urbano, políticas públicas e engajamento social. Os desafios são muitos, porém as possibilidades de conciliar modernização e conservação são reais quando há um compromisso coletivo com a valorização da memória e da identidade cultural.

METODOLOGIA

A metodologia proposta para alcançar os objetivos apresentados nesta pesquisa se baseia exclusivamente na revisão bibliográfica. O intuito é estabelecer uma relação entre a aplicabilidade da legislação em vigência no município de Rio Branco-AC e os estudos teóricos sobre a preservação do patrimônio histórico-cultural.

Dessa forma, a revisão bibliográfica se concentra na análise das obras produzidas que dialogam com a temática em questão. Esta etapa compreende a consulta a autores que discutem conceitos como “patrimônio”, “memória coletiva”, “lugares de memória” e “preservação do patrimônio histórico”, além de referências normativas que tratam da proteção e valorização do patrimônio cultural.

Ademais, serão analisados os instrumentos legais municipais que regulamentam a política de preservação do patrimônio histórico na cidade de Rio Branco. Nesse sentido, destacam-se a Lei Municipal n. 1.677, de 20 de dezembro de 2007, que estabelece a Política Municipal de Preservação e Manutenção do Patrimônio Cultural, e a Lei Municipal n. 2.222, de 26 de dezembro de 2016, que institui a Zona de

Preservação Histórico-Cultural (ZPHC). Esses dispositivos são fundamentais para compreender a atuação do poder público municipal na valorização do patrimônio e na sua integração com a sociedade.

Portanto, o levantamento bibliográfico permitirá contextualizar o campo abordado e contribuirá efetivamente para a fundamentação teórica da pesquisa, fornecendo subsídios para a compreensão crítica da relação entre o planejamento urbano e a preservação do patrimônio cultural em Rio Branco-AC.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A preservação do patrimônio cultural é um tema central nas discussões sobre identidade coletiva, memória histórica e desenvolvimento urbano. No município de Rio Branco-AC, a Lei n. 1.677 de 20 de dezembro de 2007 estabelece diretrizes fundamentais para a política municipal de preservação e manutenção do patrimônio cultural. Essa legislação define que o conjunto de bens materiais e imateriais que fazem referência à identidade, à ação e à memória da comunidade rio-branquense deve ser protegido por meio de inventário, registro, tombamento e medidas de salvaguarda. A existência desse arcabouço legal reflete a necessidade de conciliar o avanço urbano com a preservação da história e cultura local, garantindo que os elementos patrimoniais não sejam esquecidos ou descaracterizados ao longo do tempo.

A Lei do Patrimônio Cultural de Rio Branco evidencia a importância de mecanismos formais para o reconhecimento dos bens históricos e culturais da cidade. Segundo a legislação, apenas após a devida documentação e inscrição nos Livros de Tombo e de Registro, um bem pode ser oficialmente reconhecido como parte do patrimônio cultural municipal. Essa exigência resguarda a autenticidade dos bens e evita que elementos culturais sejam apropriados ou descaracterizados sem a devida análise técnica. No entanto, a efetividade dessas medidas depende da atuação do Poder Público e da participação da comunidade, que deve estar consciente da importância da preservação para manter viva a identidade local.

A teoria de Maurice Halbwachs (2006) sobre memória coletiva é fundamental para compreender a dinâmica da preservação do patrimônio cultural. Para o autor, a memória coletiva não é uma construção individual, mas sim um fenômeno social, estruturado a partir de quadros de referência compartilhados pela comunidade. Nesse sentido, a preservação dos bens culturais de Rio Branco-AC deve ser vista como uma ação coletiva, que reforça os laços identitários e a história da cidade. Quando um bem cultural é reconhecido e protegido, ele não apenas resguarda uma narrativa histórica, mas também contribui para a construção do pertencimento social das gerações futuras.

Dentro dessa perspectiva, Pierre Nora (1993) propõe o conceito de “lugares de memória”, que são espaços onde a identidade coletiva é preservada e ressignificada. Em Rio Branco, locais como praças históricas, edifícios tombados e espaços culturais são exemplos de lugares de memória que conectam a população com seu passado. A proteção desses locais permite que as memórias compartilhadas sejam perpetuadas e adaptadas às novas realidades urbanas. O desafio, no entanto, é garantir que a modernização da cidade não comprometa a autenticidade desses espaços, o que requer políticas públicas eficientes e a participação ativa da sociedade.

A autora Françoise Choay (2001) analisa criticamente a evolução do conceito de patrimônio e os desafios de sua conservação. Segundo Choay, o conceito de patrimônio não é estático, mas sim dinâmico, sofrendo influências de contextos políticos, econômicos e culturais. No caso de Rio Branco, a aplicação da Lei n. 1.677/2007 pode ser analisada sob essa ótica, questionando-se até que ponto as normativas conseguem garantir a efetiva preservação do patrimônio diante das transformações sociais e urbanísticas. Para que a legislação seja eficaz, é necessário um compromisso contínuo do poder público e da sociedade na fiscalização e valorização dos bens culturais.

Outro ponto importante na discussão sobre a preservação do patrimônio cultural é a integração entre os bens materiais e imateriais. A Lei n. 1.677/2007 inclui no patrimônio cultural do município elementos etnográficos, folclóricos, linguísticos e religiosos, além dos bens físicos, como edifícios e monumentos. Essa abordagem

ampliada permite que as práticas culturais, os saberes tradicionais e as manifestações artísticas também sejam protegidas, evitando que desapareçam com o tempo. Dessa forma, a política municipal de patrimônio busca preservar não apenas os espaços físicos, mas também os significados simbólicos associados a eles.

A participação comunitária é um fator essencial para a efetividade das políticas de preservação. A Lei n. 1.677/2007 prevê que a Fundação Garibaldi Brasil (FGB), por meio do Departamento de Patrimônio Histórico e Turístico (DPHT), deve atuar em conjunto com a sociedade para promover e proteger o patrimônio cultural. Esse envolvimento é fundamental para garantir que a população se aproprie de sua história e atue como agente de fiscalização das políticas públicas. Além disso, a educação patrimonial pode ser uma estratégia eficaz para conscientizar as futuras gerações sobre a importância da preservação.

Ao longo dos anos, observa-se que as políticas de patrimônio em Rio Branco enfrentam desafios relacionados à urbanização acelerada, ao desinteresse da população e à escassez de recursos para manutenção dos bens culturais. Diante desse cenário, é fundamental que o poder público implemente medidas mais eficazes para garantir a preservação do patrimônio histórico e cultural. A revisão bibliográfica realizada neste estudo busca compreender os desafios e oportunidades presentes nesse contexto, propondo reflexões sobre o futuro das políticas de preservação em Rio Branco-AC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação do patrimônio histórico em contextos urbanos representa um desafio contínuo que exige o equilíbrio entre a modernização das cidades e a conservação da identidade cultural local. Em Rio Branco-AC, as políticas públicas têm buscado salvaguardar bens materiais e imateriais por meio de instrumentos normativos como a Lei Municipal n. 1.677/2007, que estabelece diretrizes para a proteção e manutenção do patrimônio cultural. No entanto, a efetividade dessas medidas depende não apenas da atuação do Poder Público, mas também do

engajamento da sociedade civil e da valorização coletiva dos espaços históricos. O crescimento desordenado da cidade, aliado à especulação imobiliária, muitas vezes ameaça a integridade dos bens culturais, colocando em risco a memória e a identidade da comunidade. Dessa forma, compreender as dinâmicas entre preservação e desenvolvimento urbano é essencial para que as políticas adotadas sejam eficazes e inclusivas.

Um dos principais desafios enfrentados é a falta de conscientização da população sobre a importância do patrimônio histórico como um elemento de pertencimento e de continuidade cultural. Muitas vezes, a ausência de incentivo à educação patrimonial contribui para que a comunidade não perceba o valor histórico dos bens culturais, resultando em negligência e até mesmo na descaracterização de edifícios e espaços públicos. Além disso, o conflito entre interesses econômicos e a necessidade de preservação frequentemente coloca a conservação do patrimônio em segundo plano, tornando-o vulnerável a pressões externas. Para superar esse cenário, é fundamental que haja um diálogo constante entre os gestores públicos, pesquisadores, comunidades locais e demais agentes sociais, promovendo ações que garantam a valorização e manutenção do patrimônio ao longo do tempo.

A participação popular tem um papel essencial nesse processo, pois o patrimônio cultural só pode ser verdadeiramente preservado quando há um senso de pertencimento coletivo. Projetos de revitalização, ações educativas e atividades culturais podem ser meios eficazes para aproximar a população dos espaços históricos e incentivar a valorização desses locais. Além disso, a implementação de políticas públicas que envolvam a comunidade na tomada de decisões contribui para um modelo de gestão mais democrático e sustentável. Quando a sociedade reconhece o patrimônio como parte de sua identidade, ela se torna mais ativa na sua proteção, denunciando irregularidades e exigindo ações concretas do Poder Público para garantir sua preservação.

Diante desse contexto, percebe-se que a proteção do patrimônio histórico não deve ser vista como um obstáculo ao desenvolvimento urbano, mas sim como uma

oportunidade para a construção de cidades mais integradas e humanizadas. A coexistência entre o novo e o antigo é possível desde que haja planejamento adequado e respeito às diretrizes de preservação. A requalificação de espaços históricos para novos usos, sem comprometer sua autenticidade, pode ser uma alternativa viável para garantir sua permanência no cotidiano urbano. Ademais, é imprescindível que haja fiscalização rigorosa e incentivos para a conservação dos bens tombados, de modo que o patrimônio não se torne apenas um vestígio do passado, mas antes um elemento vivo dentro da sociedade contemporânea.

Desta forma, a preservação do patrimônio histórico exige um compromisso coletivo entre o Poder Público, a comunidade e demais agentes envolvidos no planejamento urbano. A valorização da memória e da identidade cultural deve ser entendida como parte fundamental do desenvolvimento social, garantindo que as futuras gerações possam ter acesso à história e às referências culturais de sua cidade. Embora existam inúmeros desafios a serem enfrentados, a implementação de políticas eficazes, aliada ao envolvimento popular e à conscientização sobre a importância do patrimônio, pode consolidar um modelo de preservação mais eficiente e duradouro. Dessa forma, Rio Branco-AC tem a oportunidade de fortalecer sua identidade cultural e assegurar que seus bens históricos sejam preservados para as próximas gerações.

REFERÊNCIAS

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2001.

CORRÊA, Joyce Nancy da Silva. **História das diversões em Rio Branco, 1918–1927**. 2019.

FARIAS, Regiane de Souza Oliveira. **Educação Patrimonial como Tema Transversal: contribuições ao ensino médio integrado do Instituto Federal do Acre, campus Rio Branco**. 2022.

FREIRE, Leonardo Neder de Faro. **Entre traços, riscos e linhas no horizonte**: efeitos e potenciais dos reassentamentos habitacionais em Rio Branco-Acre. 2021.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: Os discursos do Patrimônio Cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LEITE, Ary Pinheiro. **A Evolução urbana de Rio Branco (AC)**: de seringal à capital. 2010. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2010.

LIMA, Ana Carla Clementino de. Patrimônio histórico e poder: arte e política no ordenamento espetacular da “acreanidade”. **Muiraqitã: Revista de Letras e Humanidades**, v. 3, n. 1, 2015.

MACIEL, Raimundo Cláudio Gomes et al. Distribuição de renda na Amazônia: um estudo dos polos agroflorestais em Rio Branco, AC/Distribution of income in the Amazon: a study of the agroflorestais poles in Rio Branco-AC. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 8, n. 2, p. 108-142, 2018.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, n. 10, 1993.

RODRIGUES, João Paulo Pacheco; ALMEIDA, Paulo Roberto de. Memória e identidade na educação patrimonial: perspectivas dinâmicas. In: PESSOA, Jacimara Oliveira da Silva (org.). **Educação e o ensino contemporâneo**: práticas, discussões e relatos de experiências 16. 1ed.: AYA Editora, 2024, v. 16, p. 11-25.

SABINO, Cícero de Oliveira. A instalação de estações rádio-base (ERBs) na cidade de Rio Branco e o meio ambiente construído. **Revista Tecnologia**, v. 32, n. 1, p. 1-22, 2011.

CAPITULO 5

PRÁTICAS ALIMENTARES NO MERCADO DO BOSQUE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A BAIXARIA

Julyana Bezerra Amaral

INTRODUÇÃO

A alimentação é um dos elementos mais representativos da cultura de um povo, refletindo suas tradições, histórias e formas de interação com o meio ambiente. No Brasil, a diversidade culinária é marcada por sucessivas ondas migratórias e intensas trocas culturais entre povos de diferentes origens, o que contribuiu para a formação de identidades regionais distintas.

Na cidade de Rio Branco, capital do Acre, a influência da migração nordestina é perceptível em diversos aspectos da vida social e cultural, sobretudo na alimentação. Durante os ciclos da borracha, nos séculos XIX e XX, milhares de nordestinos migraram para a região, trazendo consigo saberes, práticas e ingredientes que passaram a compor a base da culinária local. Esses elementos, somados às tradições amazônicas, resultaram na consolidação de uma identidade alimentar própria.

Neste contexto, destaca-se o Mercado do Bosque, importante espaço de sociabilidade, comércio e cultura popular de Rio Branco. É nesse ambiente que se encontra o prato baixaria, cuja popularidade o tornou um símbolo da culinária regional. Assim, este estudo tem como objetivo compreender a influência da culinária nordestina na formação dos hábitos alimentares em Rio Branco, com foco no Mercado do Bosque, destacando como os processos migratórios contribuíram para a criação de práticas alimentares que integram elementos do Nordeste e da Amazônia.

Para alcançar esse objetivo, busca-se: analisar o contexto histórico da migração nordestina com foco nos ciclos da borracha e seus impactos socioeconômicos; examinar os ingredientes e pratos típicos que foram incorporados à alimentação local; compreender o sentimento de pertencimento da população em relação ao prato

baixaria; e avaliar fontes históricas e relatos orais sobre alimentação e cultura material no Acre.

A relevância desta pesquisa reside na necessidade de aprofundar os estudos sobre os impactos culturais das migrações internas no Brasil, especialmente no campo da alimentação, frequentemente negligenciado nas abordagens historiográficas. Estudar a trajetória da culinária em Rio Branco sob essa perspectiva permite evidenciar como os processos migratórios moldam não apenas os hábitos alimentares, mas também as relações de pertencimento e identidade coletiva.

Por meio da análise de fontes históricas, bibliografia especializada e relatos orais colhidos diretamente no Mercado do Bosque, este trabalho pretende contribuir para o entendimento das transformações culturais vivenciadas na capital acreana, tendo como ponto de partida a comida enquanto expressão material e simbólica de memória e resistência.

REVISÃO DE LITERATURA

A alimentação é um dos aspectos mais essenciais da cultura humana, refletindo não apenas a nutrição, mas também identidades, memórias e transformações sociais. No contexto brasileiro, os hábitos alimentares são construídos historicamente a partir de processos de miscigenação, resistência e adaptação, nos quais diferentes grupos étnicos e sociais moldaram a culinária nacional. A migração interna no Brasil, especialmente os deslocamentos de nordestinos para outras regiões, foi um dos principais fatores responsáveis pela formação de novas tradições alimentares e pela interação de práticas culturais, especialmente no Norte do país.

No campo da História, o estudo dos hábitos alimentares permite compreender estruturas de longa duração, como sugere Fernand Braudel (1995), que analisa como os costumes alimentares se mantêm ao longo do tempo, resistindo às mudanças sociais e econômicas. Sob essa perspectiva, a alimentação não é só uma resposta ao ambiente, mas também um fenômeno histórico que reflete as interações entre diferentes sociedades, revelando continuidades e transformações nas práticas culturais.

No Brasil, o estudo da alimentação foi consolidado por Luís da Câmara Cascudo (1967), que investiga as tradições alimentares como expressão da memória coletiva e da identidade cultural. Sua obra demonstra como os hábitos alimentares são transmitidos de geração em geração, preservando traços da cultura dos povos que os adotam. Complementando essa abordagem, Henrique Carneiro (2003) analisa a alimentação como um campo de disputas sociais e resistências, destacando sua relação com as hierarquias e as transformações econômicas. Esses estudos são fundamentais para compreender o impacto da migração nordestina para o Acre, especialmente no que diz respeito à preservação e adaptação dos hábitos alimentares nesse novo contexto.

No Acre, a influência da migração nordestina na culinária local se deu por meio da introdução de pratos que passaram a fazer parte do cotidiano da população local. Esse processo evidencia uma ressignificação cultural, no qual os hábitos alimentares dos migrantes foram assimilados e, ao mesmo tempo, transformados pela incorporação de ingredientes e práticas amazônicas. Essa dinâmica pode ser observada nos estudos de Francisco Bento da Silva (2023) e de Suely Sani Pereira Quinzani e Vinícius Martini Capovilla (2015), que destacam a baixaria como um prato representativo da identidade alimentar acreana.

Para compreender esse processo, Stuart Hall (2006) examina a alimentação como parte da identidade cultural, argumentando que esta não é fixa, mas um processo dinâmico que se constrói e se transforma historicamente. No contexto acreano, a identidade alimentar resultante da junção entre as influências nordestinas e amazônicas se alinha à ideia de Hall de que as identidades são constantemente renegociadas, refletindo as experiências e as adaptações das comunidades em novos territórios.

A alimentação pode ser compreendida dentro de um modelo de longa duração, conforme proposto por Braudel (1995). O autor argumenta que os hábitos alimentares se mantêm como estruturas duradouras dentro das sociedades, resistindo às mudanças econômicas e políticas. Essa abordagem permite entender como certas

práticas alimentares sobrevivem e se adaptam ao longo do tempo, mesmo diante de transformações sociais e geográficas. No caso do Acre, ela ajuda a compreender como os hábitos alimentares nordestinos foram preservados mesmo após a migração, enraizando-se na região com adaptações, como o uso de peixes regionais ou da farinha d'água amazônica.

Outro ponto central da abordagem de Braudel (1995) é a relação entre alimentação e organização social. Os hábitos alimentares refletem desigualdades de classe e de acesso a recursos. Essa perspectiva é essencial para compreender o contexto da alimentação dos migrantes nordestinos no Acre, que, apesar das limitações materiais, mantiveram suas práticas, demonstrando sua flexibilidade e força cultural.

Câmara Cascudo (1967) reforça essa permanência ao destacar os alimentos como tradições orais e gestuais. No Acre, ingredientes como carne de sol, feijão de corda, cuscuz e rapadura foram preservados, mesmo que adaptados. A substituição da farinha seca pela farinha d'água, por exemplo, ilustra a fusão cultural entre o Nordeste e a Amazônia.

Nesse sentido, Henrique Carneiro (2003) amplia a discussão ao tratar a alimentação como campo de disputa simbólica e resistência. No Acre, pratos como a baixaria, antes associados às camadas populares, passaram a ser reconhecidos como parte da identidade regional, exemplificando o que Massimo Montanari (1998) chama de negociação cultural dos alimentos. A baixaria passou de “comida de trabalhador” a símbolo da culinária local, sendo consumida por diferentes grupos sociais.

Além disso, Carneiro (2003) destaca que o acesso à alimentação está vinculado às condições materiais de vida. A elite do Acre Federal buscava referências europeias, enquanto os trabalhadores migrantes adaptavam seus saberes à realidade local. Essa adaptação, como analisa Silva (2023), não impediu a preservação de uma cultura alimentar própria, baseada em ingredientes regionais e técnicas tradicionais.

A abordagem de Stuart Hall (2006) reforça que a alimentação é um espaço de construção identitária, constantemente moldado pelas interações entre culturas. A baixaria, por exemplo, tornou-se símbolo dessa negociação, deixando de ser apenas

uma herança nordestina para assumir uma nova forma, própria da experiência vivida em Rio Branco. Hall destaca que a identidade cultural é relacional, formada na interação com o outro – o que explica como a culinária nordestina não permaneceu isolada, mas foi moldada pelas trocas com a cultura amazônica.

Dessa forma, compreender a alimentação no Acre, especialmente no espaço simbólico do Mercado do Bosque, significa entender uma história de permanências, adaptações e disputas. A baixaria, enquanto prato emblemático, representa mais do que uma refeição: ela é expressão de pertencimento, memória e identidade em constante construção.

METODOLOGIA

Este estudo fundamenta-se na revisão bibliográfica e na história oral, com o objetivo de compreender a influência da culinária nordestina na identidade alimentar do Acre. A pesquisa foi realizada a partir da análise de textos acadêmicos e entrevistas conduzidas no Mercado do Bosque, espaço significativo da cidade de Rio Branco, conhecido por sua diversidade gastronômica e pela presença de pratos que simbolizam a fusão cultural da região. O mercado funciona 24 horas por dia, mas sua movimentação é mais intensa na madrugada, quando se torna ponto de encontro para trabalhadores noturnos, boêmios e pessoas em busca de um café da manhã reforçado. O carro-chefe desse período é a baixaria, prato típico composto por cuscuz, carne moída, ovo frito e cheiro-verde, que se consolidou como um símbolo da alimentação local e da influência nordestina no Acre.

A escolha do Mercado do Bosque como espaço de pesquisa deve-se ao fato de que ele não somente comercializa alimentos, mas também funciona como um local de sociabilidade, onde diferentes gerações compartilham experiências e saberes sobre a culinária regional. Além disso, é um ponto de convergência para a população de diversas origens, o que permite analisar as dinâmicas culturais e os sentidos atribuídos à alimentação como elemento de identidade e pertencimento. Assim, a pesquisa buscou compreender como os frequentadores do mercado percebem a influência da

culinária nordestina na formação dos hábitos alimentares locais e qual o papel da baixaria nesse contexto.

O primeiro eixo metodológico da pesquisa foi a revisão bibliográfica, que tem como objetivo mapear a produção acadêmica existente sobre a história da alimentação no Brasil, com ênfase na região Norte. Foram analisadas obras de Cascudo (2017), que discute as raízes da culinária brasileira e suas influências culturais, bem como pesquisas que abordam os fluxos migratórios e sua relação com a gastronomia. Além disso, foram considerados estudos sobre identidade alimentar e as dinâmicas de adaptação de pratos típicos em diferentes contextos regionais.

A revisão bibliográfica foi fundamental para compreender como a culinária nordestina chegou ao Acre e se integrou à alimentação local, criando práticas gastronômicas. Esse levantamento teórico possibilitou identificar lacunas historiográficas, contextualizar o fenômeno da transposição cultural na alimentação e embasar as análises dos depoimentos coletados nas entrevistas.

O segundo eixo metodológico foi baseado na história oral, abordagem que permite acessar as memórias e percepções individuais sobre os processos históricos. Segundo Verena Alberti (2013, p. 202), a história oral “permite explorar o passado de uma maneira única e significativa. Ao entrevistar indivíduos sobre suas experiências pessoais, a história oral nos oferece uma perspectiva íntima e multidimensional dos eventos históricos”. Esse método foi utilizado para compreender as relações entre alimentação, identidade e pertencimento cultural no Acre, a partir das narrativas de pessoas que frequentam e trabalham no Mercado do Bosque.

Assim, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, garantindo flexibilidade para que os entrevistados pudessem compartilhar suas memórias e experiências de forma espontânea. O roteiro de entrevistas foi elaborado com base nos objetivos da pesquisa e contemplou questões sobre a vivência dos entrevistados no mercado, suas percepções sobre a culinária local, a influência da migração nordestina na alimentação e o significado da baixaria como prato identitário. Conforme Alberti (2013, p. 202), “o roteiro de entrevistas deve incluir perguntas abertas, fechadas e de aprofundamento

para estimular a memória do entrevistado e garantir que ele se sinta à vontade para compartilhar suas experiências”.

As entrevistas foram conduzidas diretamente no Mercado do Bosque, em horários estratégicos, priorizando o período da madrugada e do início da manhã, quando a movimentação é mais intensa e os consumidores do café da manhã tradicional estão presentes. Entre os entrevistados, estão incluídos cozinheiros, comerciantes e clientes habituais, permitindo captar diferentes perspectivas sobre a presença da culinária nordestina no cotidiano alimentar da região.

Para garantir a qualidade das entrevistas, foram seguidas as recomendações metodológicas de Alberti sobre a necessidade de criar um ambiente de confiança e respeito durante a coleta de depoimentos. Como destaca Alberti (2013, p. 189), “o entrevistador precisa criar um ambiente de confiança e respeito para que o entrevistado se sinta à vontade para compartilhar suas histórias e experiências”. Além disso, foi realizada uma contextualização prévia com os entrevistados, explicando os objetivos da pesquisa e assegurando que eles tivessem total liberdade para decidir quais informações desejariam compartilhar.

Antes da realização das entrevistas, os participantes foram convidados a assinar um termo de consentimento livre e esclarecido, garantindo que suas falas fossem utilizadas de forma ética e respeitosa. Conforme Alberti (2013, p. 171), “o contato inicial com o entrevistado objetiva colocá-lo a par das implicações contratuais de seu depoimento, informando-lhe sobre a existência do documento de cessão de direitos sobre a entrevista”.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, respeitando a integridade dos depoimentos e permitindo uma análise aprofundada dos relatos. A partir da transcrição, foi realizada uma triangulação das informações, comparando as narrativas orais com os dados da revisão bibliográfica, a fim de identificar convergências e divergências entre as memórias individuais e os registros acadêmicos sobre o tema.

A etapa final da pesquisa consistiu na análise dos relatos coletados, cruzando as informações obtidas nas entrevistas com os referenciais teóricos levantados na revisão bibliográfica. A história oral será utilizada como complemento às fontes escritas, proporcionando uma visão mais abrangente da construção da identidade alimentar no Acre. Como enfatiza Alberti (2013, p. 202), “ao invés de simplesmente contrapor a história oral aos registros históricos tradicionais, é importante reconhecer que ambas as abordagens podem se complementar, oferecendo uma compreensão mais rica e multifacetada do passado”.

A análise das entrevistas foi baseada nos sentidos atribuídos pelos entrevistados à alimentação e à memória cultural, considerando elementos como identidade, pertencimento e adaptação gastronômica. Buscamos compreender, por exemplo, se a baixaria é percebida pelos frequentadores do Mercado do Bosque como um prato autenticamente acreano ou se ainda é associada à tradição nordestina. Também foi avaliado como os processos de migração influenciaram na permanência e transformação dos hábitos alimentares na região.

Ao integrar revisão bibliográfica e história oral, esta pesquisa permite uma análise aprofundada tanto dos registros históricos quanto das experiências vividas, fornecendo uma compreensão detalhada do impacto da culinária nordestina na identidade alimentar do Acre. A escolha do Mercado do Bosque como local de investigação justifica-se por sua relevância enquanto espaço de troca cultural e pela centralidade da baixaria no café da manhã acreano.

Por meio das entrevistas, foi possível captar não apenas os aspectos objetivos da alimentação, mas também os significados culturais e afetivos atribuídos à comida, reforçando sua importância como elemento de identidade regional.

ANÁLISES E DISCUSSÕES

A alimentação, além de prática cotidiana e biológica, é também linguagem simbólica, memória afetiva e processo histórico. No contexto acreano, o prato conhecido como baixaria composto por cuscuz de milho, carne moída, ovo frito,

cheiro-verde e tomate ocupa um lugar de destaque na construção da identidade alimentar regional. Mais do que uma receita, a baixaria se tornou expressão cultural de um povo que vive a alimentação como vínculo com as origens, resistência social e sentimento de pertencimento.

As entrevistas realizadas com comerciantes e consumidores do Mercado do Bosque, em Rio Branco, revelam que esse prato carrega sentidos que ultrapassam o paladar: ele envolve memórias familiares, relações de classe, movimentos migratórios e processos de reconstrução cultural. Durante os relatos, a baixaria foi descrita de forma afetiva e simbólica. Dona Alice afirmou: “é aquele prato que dá energia e sustenta, com o pão de milho bem fofinho, carne moída bem temperada, ovo frito e tomate com cheiro-verde”⁹. Já outro entrevistado, um comerciante de 62 anos e com mais de três décadas de vivência no mercado, declarou com firmeza: “A baixaria é sagrada! É a cara do Acre”¹⁰

Essas falas dialogam com Câmara Cascudo (1967), para quem o alimento é um elemento de memória coletiva, transmitido por gerações, carregado de afetos, histórias e gestos. A comida não apenas alimenta: ela narra, simboliza e preserva. Ao escutar as narrativas colhidas no mercado, é possível perceber como o prato se transforma em um elo entre o passado e o presente, entre os saberes familiares e as experiências sociais compartilhadas. A baixaria, nesse contexto, funciona como um dispositivo de evocação da memória, da afetividade e da identidade.

Embora o prato traga elementos marcantes da culinária nordestina — como o cuscuz e a carne moída —, sua trajetória não se limita a uma única origem. A baixaria é resultado de um processo de fusão, no qual ingredientes, técnicas e significados de diferentes culturas se entrelaçam. No Acre, a diversidade de populações migrantes inclui, além dos nordestinos, povos amazônicos, ribeirinhos, indígenas,

⁹ Entrevista concedida por Dona Alice, comerciante do Mercado do Bosque, Rio Branco (AC), realizada em 25 mar. 2025. Informação oral.

¹⁰Entrevista concedida por sujeito anônimo, comerciante do Mercado do Bosque, Rio Branco (AC), realizada em 25 mar. 2025. Informação oral.

afrodescendentes e imigrantes bolivianos, que compartilham práticas alimentares e participam da construção de uma culinária territorializada. Essa multiplicidade de influências se manifesta tanto nos modos de preparo quanto nos significados atribuídos ao prato.

Além disso, Dona Alice sintetiza essa percepção ao dizer que: “tem um pezinho no Nordeste, por causa do cuscuz, mas aqui virou coisa nossa”.¹¹ Nessa perspectiva, um jovem universitário também compartilha esse entendimento: “Tem a base nordestina, mas aqui ganhou uma cara própria. O tempero é diferente, o jeito de servir também. É o Acre”.¹²

Essas falas ressoam com o pensamento de Stuart Hall (2006), para quem a identidade cultural não é uma essência estática, mas uma construção histórica, continuamente negociada nas interações entre sujeitos e culturas. A baixaria, assim, não é uma simples reprodução do passado: ela é um produto das vivências locais, das adaptações ao território e das subjetividades em movimento.

A importância social do prato se revela não só em sua composição, mas nos rituais que o envolvem. Comer baixaria no Mercado do Bosque é, para muitos entrevistados, um ato que ultrapassa a nutrição. Trata-se de um rito, um momento de reencontro com a cidade, com a memória, com a história pessoal. O jovem afirma: “a baixaria é mais que um prato, é um ritual! Quando eu como, sinto que tô me conectando com o Acre, com a cultura local”¹³

Esse mesmo entrevistado ainda diz que é: “comida forte, pra dias em que você tem uma luta pra travar”¹⁴. Essa relação íntima entre alimento e força cotidiana mostra como o prato assume uma dimensão simbólica de apoio, acolhimento e resistência.

¹¹ Entrevista concedida por Dona Alice, comerciante do Mercado do Bosque, Rio Branco (AC), realizada em 25 mar. 2025. Informação oral.

¹² Entrevista concedida por sujeito anônimo, comerciante do Mercado do Bosque, Rio Branco (AC), realizada em 25 mar. 2025. Informação oral.

¹³ Entrevista concedida por sujeito anônimo, cliente do Mercado do Bosque, Rio Branco (AC), realizada em 25 mar. 2025. Informação oral.

¹⁴ Entrevista concedida por sujeito anônimo, comerciante do Mercado do Bosque, Rio Branco (AC), realizada em 25 mar. 2025. Informação oral.

As diferentes versões sobre a origem da baixaria também reforçam seu caráter coletivo. Narrativas como a dos jornalistas embriagados, do vaqueiro esfomeado ou dos fanfarrões da madrugada não apenas constroem uma mitologia em torno do prato, como também demonstram a força da oralidade na cultura popular. Como afirma Carneiro (2003), os hábitos alimentares carregam narrativas sociais, relações de poder e disputas simbólicas. No caso da baixaria, seu nome e sua composição surgem do improviso, da necessidade e da criatividade — valores profundamente enraizados na cultura alimentar das classes populares.

O Mercado do Bosque, por sua vez, se consolida como o espaço simbólico que abriga essas experiências. O mercado não é somente um centro de abastecimento, mas um território afetivo, em que se compartilham histórias, sabores, identidades. É um espaço onde as camadas sociais se misturam, onde o dia começa com cuscuz, onde os cheiros evocam memórias. O entrevistado descreve como “símbolo da cidade”, Dona Alice fala dele como extensão de sua vida. Para Quinzani e Capovilla (2015), os mercados públicos funcionam como lugares de resistência cultural, onde se preservam tradições e se reinventam práticas cotidianas.

Nesse sentido, o contraste entre a baixaria e os banquetes do Acre Federal estudados por Silva (2023) torna-se ainda mais significativo. Enquanto os cardápios das elites buscavam legitimar uma identidade europeia, escondendo os traços da cultura local, a baixaria afirma o oposto: uma comida feita com afeto, com ingredientes simples, que fala da terra e das gentes. A alimentação, aqui, é contraponto à exclusão. O que antes era considerado inferior ou invisível ganha visibilidade e valor no cotidiano das bancas do mercado.

Contudo, mesmo com todo esse reconhecimento entre seus consumidores, a baixaria ainda enfrenta desafios de valorização institucional. A ausência de políticas públicas voltadas à preservação da cultura alimentar, a escassez de incentivos para pequenos produtores e a negligência em relação aos saberes populares foram pontos destacados pelos entrevistados. O entrevistado comentou que “devia estar nos livros, nas escolas, nos restaurantes chiques”, enquanto Dona Maria sugeriu mais feiras e

ações de fomento à culinária regional. Essas falas reforçam a noção de que o reconhecimento da cultura alimentar é também um processo político e social.

A ideia de resistência, presente em toda a trajetória da baixaria, é central para compreender seu papel hoje. Em um mundo marcado pela homogeneização alimentar com cadeias de *fast-food* e padrões industrializados, a manutenção de pratos regionais, produzidos com base em saberes locais e em vínculos afetivos, representa uma forma de se contrapor a essas dinâmicas globais. Comer baixaria no Bosque é reafirmar vínculos, valorizar o território e manter viva uma prática coletiva de pertencimento.

Em resumo, a baixaria não é apenas um prato típico do Acre: ela é o resultado de um processo histórico de confluência de culturas, de ressignificação de heranças e de afirmação de modos de vida. Ela é feita de milho, de cheiro-verde, de história e de luta. Seu valor não está apenas no sabor, mas no que ela representa: a força de um povo que transforma a comida em memória, em resistência e em identidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, foi possível compreender que a baixaria ultrapassa sua função alimentar e se consolida como uma prática cultural repleta de sentidos simbólicos, afetivos e históricos. Por meio das vozes de comerciantes e consumidores do Mercado do Bosque, identificamos que esse prato, embora simples em sua composição, expressa vínculos profundos com a cidade de Rio Branco e com os modos de vida da população que o consome.

Mais do que uma combinação de ingredientes, a baixaria representa um elo entre gerações, uma marca da convivência cotidiana e uma forma de resistência diante das pressões por homogeneização cultural. Em um mundo em que o gosto é cada vez mais padronizado, pratos como este — produzidos a partir de ingredientes acessíveis e carregados de memória — assumem um papel fundamental na afirmação da diversidade e da autonomia cultural.

O Mercado do Bosque, nesse cenário, desponta como um espaço privilegiado de sociabilidade, de troca e de pertencimento. Ele não é apenas um ponto comercial,

mas um território onde sabores, memórias e afetos se cruzam diariamente. O mercado é também o lugar onde a baixaria ganha forma, cheiro, cor e sentido, sendo ressignificada constantemente pelas experiências e pelas histórias daqueles que ali trabalham e se alimentam.

Embora carregue elementos oriundos da migração nordestina, como o cuscuz e a carne moída, a baixaria não é um prato que pertença exclusivamente a uma tradição ou etnia. Ela é o resultado de um processo de mestiçagem culinária e cultural que envolve também influências amazônicas, afro-indígenas, bolivianas, sírio-libanesas e ribeirinhas. Esse cruzamento de saberes e práticas alimentares reflete a própria composição social de Rio Branco e sua trajetória histórica marcada por fluxos migratórios e encontros culturais.

A baixaria, nesse sentido, não é um prato típico no sentido formal ou institucionalizado. Ela é, sobretudo, um prato vivido. Uma criação coletiva que emerge do improviso, da oralidade e da vivência popular. Seu reconhecimento se dá no cotidiano, nas madrugadas do mercado, nas lembranças das famílias, nos afetos partilhados em torno de uma mesa simples. É por isso que ela resiste — porque carrega mais do que nutrientes: carrega histórias.

Ao longo da pesquisa, também foi possível perceber que, para além do valor simbólico, há uma demanda social por maior valorização das práticas alimentares locais. Os entrevistados mencionaram a necessidade de políticas públicas que promovam a culinária regional, de espaços de formação e reconhecimento dos saberes populares e de ações educativas que incluem a alimentação como patrimônio imaterial da vida cotidiana. Como aponta Henrique Carneiro (2003), o campo da alimentação é atravessado por disputas simbólicas, e valorizar a comida do povo é também valorizar sua história, seus afetos e sua resistência.

Concluímos, assim, que estudar a baixaria é uma forma de compreender o Acre por meio dos seus sabores, dos seus encontros e das suas memórias. É reconhecer que a comida também fala, também ensina e expressa que ela é parte constitutiva da

identidade de um território. Além disso, constata-se que, em cada prato servido no Mercado do Bosque, há um pouco da história social, cultural e afetiva de Rio Branco.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- CARNEIRO, Henrique Soares. **Comida e sociedade: uma história da alimentação**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2017.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- MONTANARI, Massimo. **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- QUINZANI, Suely Sani Pereira; CAPOVILLA, Vinícius Martini. A identidade da cultura gastronômica acreana. **Contextos da Alimentação – Revista de Comportamento, Cultura e Sociedade**, v. 3, n. 2, p. 10, 2015.
- SILVA, Francisco Bento da. **Sabores na mesa e busca de prestígio nos jornais: banquetes, poder político e inserção social no Acre Federal (1904/1920)**. Rio Branco: NEPAN, 2023. v. 1, p. 112–140



SEÇÃO 2

Memória e Narrativa

CAPITULO 6

A CONSTRUÇÃO DO PASSADO NA ERA DAS NARRATIVAS DIGITAIS

Arnaldo Szlachta
Roberta Duarte da Silva

INTRODUÇÃO

Muito se fala sobre as diversas camadas que envolvem uma pesquisa historiográfica, que mobilizam uma série de operações e desafios metodológicos e epistemológicos. Em um primeiro plano, podemos pensar na camada empírica, que segundo Michel de Certeau está relacionado ao ato no qual “[...] o historiador seleciona, recorta e constitui determinados objetos como fontes, atribuindo-lhes um novo estatuto ao deslocá-los de seus contextos originais para o campo da análise histórica” (1982, p. 74). O autor nos sugere que esse gesto, não se limita a encontrar vestígios, mas implica produzi-los simbolicamente, a partir do momento que essas fontes não serão mais analisadas do ponto de vista da sua função social, mas serão utilizadas para a produção de conhecimento sobre o tempo e sobre as formas de representar o passado no presente.

Na sequência desse movimento, emerge a camada hermenêutica, que se ocupa da interpretação crítica dessas fontes, atentando para seus sentidos, seus silêncios, suas contradições e as condições socioculturais que lhes deram origem. Trata-se, portanto, de um exercício que articula não apenas o olhar sobre o vestígio, mas também uma análise rigorosa sobre os regimes de sentido que estruturam sua existência e sua circulação no tempo. A essa camada se soma a dimensão teórico-epistemológica, em que se formula o problema histórico, orientado por escolhas teóricas, paradigmas interpretativos e discussões historiográficas. Todo esse processo culmina na camada narrativa, que materializa o conhecimento histórico na escrita, articulando temporalidades, sujeitos e acontecimentos em uma construção discursiva que oferece inteligibilidade ao passado.

Seguindo com essa discussão, o historiador Eric Hobsbawm faz uma importante reflexão sobre especificidade do conhecimento histórico e da importância das fontes históricas para atribuir cientificidade e validade a disciplina da História:

Sem entrar no debate teórico sobre essas questões, é essencial que os historiadores defendam o fundamento de sua disciplina: a supremacia da evidência. Se os seus textos são ficções, como o são em certo sentido, constituindo-se de composições literárias, a matéria-prima dessas ficções são fatos verificáveis. O fato de que os fornos nazistas tenham existido ou não pode ser estabelecido por meio de evidências. Uma vez que isso foi assim estabelecido, os que negam sua existência não estão escrevendo história, quaisquer que sejam suas técnicas narrativas. Se um romance deve tratar do retorno de Napoleão de Santa Helena em vida, ele poderia ser literatura mas não conseguiria ser história. Se a história é uma arte imaginativa, é uma arte que não inventa mas organiza objets trouvés. A distinção pode parecer pedante e trivial ao não historiador, principalmente aquele que utiliza material histórico para seus próprios fins (Hobsbawm, 1998, p. 288-289).

A reflexão proposta por Hobsbawm é central para compreender a especificidade do fazer historiográfico e o compromisso epistemológico da História com a evidência. Ao reafirmar que a narrativa histórica, embora seja uma construção, não se desvincula da materialidade dos fatos, o autor nos lembra que o trabalho do historiador exige rigor metodológico na relação com as fontes, pois é a partir delas que se produz uma interpretação científica e socialmente responsável sobre o passado. Esse princípio é fundamental não apenas para demarcar as fronteiras entre a História e outras formas de narrativa, como a literatura, a ficção ou as produções de memória, mas também para assegurar a validade e a legitimidade do conhecimento histórico no debate público.

No entanto, quando transportamos essa reflexão para o presente, marcado pela cultura digital, emergem novos desafios. A construção das narrativas sobre o passado não se dá mais exclusivamente através dos historiadores e nos espaços tradicionais da historiografia, mas também nas dinâmicas das mídias digitais, onde diferentes sujeitos produzem, compartilham e disputam sentidos sobre o passado. Sobre esse tema,

historiadores ligados a correntes teóricas da História oral e da História Pública tem refletido de maneira bastante contundente, explorando o conceito de autoridade compartilhada, para explorar esse aspecto da construção do conhecimento histórico na atualidade¹⁵. Nesse ecossistema digital, proliferam o que podemos chamar de narrativas histórico-digitais, que se materializam em posts, vídeos, memes, podcasts, documentários de plataformas, arquivos digitais colaborativos e até textos e imagens produzidos por Inteligência Artificial. Essas narrativas não apenas circulam com grande capilaridade, como também interferem na formação da cultura histórica contemporânea, criando novos regimes de visibilidade, de produção de sentido e de disputa pela memória e pela verdade histórica.

Diante das transformações provocadas pela cultura digital e pela crescente presença da inteligência artificial na produção de conteúdos sobre o passado, este capítulo tem como objetivo analisar as potencialidades e os desafios epistemológicos do uso das narrativas digitais como fonte e documento histórico. Partindo de uma abordagem teórico-metodológica, propõe-se refletir sobre como textos, imagens, vídeos e outros rastros digitais — gerados tanto por sujeitos humanos quanto por sistemas computacionais — vêm se consolidando como objetos legítimos de investigação no campo da História. Tais fenômenos exigem a ampliação de categorias clássicas da disciplina, como documento, evidência e narrativa, e convocam os historiadores a repensarem suas práticas de análise diante das novas materialidades e lógicas de circulação do passado.

A discussão será organizada em três partes. Na primeira, explora-se o estatuto epistemológico da narrativa como fonte histórica, destacando sua centralidade na

¹⁵ A noção de autoridade compartilhada foi formulada por Michael Frisch no contexto da História Oral, ao defender que a produção do conhecimento histórico envolve, necessariamente, a partilha da autoridade entre o historiador e os sujeitos da experiência narrada. Em suas reflexões mais recentes, Frisch amplia essa ideia ao discutir a atuação da História Pública na era digital, argumentando que os ambientes digitais não apenas intensificam essa partilha, mas também reorganizam as relações entre especialistas e públicos, entre narradores e ouvintes, entre produtores e receptores de história. A cultura digital, nesse sentido, configura uma espécie de “cozinha pública”, onde múltiplos atores disputam sentidos sobre o passado em redes descentralizadas de produção de memória e narrativa histórica (Frisch, 1990; 2016).

construção do conhecimento histórico. A segunda parte é dedicada à análise das narrativas digitais como expressões da cultura histórica contemporânea, com especial atenção ao papel da inteligência artificial como agente produtor de representações históricas. Por fim, a terceira parte discute os desafios metodológicos e epistemológicos para a crítica dessas fontes digitais, abordando questões como autenticidade, autoria, circulação algorítmica e os usos públicos do passado em um contexto de disputas simbólicas e desinformação.

AS NARRATIVAS DIGITAIS COMO FONTE HISTÓRICA

A narrativa constitui um dos conceitos-chave para a compreensão da produção do conhecimento histórico, especialmente a partir da virada linguística, nos anos 1970, que deslocou o foco da historiografia para os aspectos discursivos da escrita da história. De acordo com Jurandir Malerba (2016) esse movimento representou uma ruptura epistemológica importante, pois a reflexão passou a incidir menos sobre os fatos e mais sobre os protocolos constitutivos do discurso historiográfico, fazendo da narrativa não apenas uma forma de exposição, mas parte integrante da própria construção do conhecimento histórico. Desde então, tanto filósofos quanto historiadores têm se envolvido em intensos debates sobre o caráter da narrativa, seus limites explicativos, sua relação com a verdade histórica e sua função epistemológica.

Um desses autores que realizou esse debate foi o historiador francês Paul Veyne, ao sugerir que a “[...] história é a narrativa de acontecimentos: todo o resto daí decorre” (1987, p. 14), nos leva a refletir que a explicação histórica não difere substancialmente daquela encontrada na vida cotidiana ou em romances. Ao pensar sobre o processo de escrita da história, ele argumenta que uma narrativa bem elaborada é autoexplicativa, oferecendo ao historiador elementos suficientes para compreender os eventos narrados. Por exemplo, ao abordar a Revolução Francesa, narrar os eventos que a antecederam seria suficiente para entender suas causas, pois estas estão presentes nos próprios acontecimentos que compõem a trama. Logo, para

Veyne, explicar mais significa narrar melhor, pois a explicação está intrinsecamente ligada à narrativa.

Ampliando essa discussão, o filósofo Paul Ricoeur (2007, p. 267) vai afirmar que “[...] o tempo se torna tempo humano na medida em que é articulado de maneira narrativa”, ou seja, é por meio da narrativa que os sujeitos conseguem dar forma à experiência temporal, organizando os acontecimentos em sequências dotadas de sentido. Essa mediação narrativa não apenas estrutura a percepção do passado, como também projeta horizontes de expectativa e orienta ações no presente. Em outras palavras, a narrativa transforma o tempo cronológico em tempo vivido, interpretado e compartilhado. Essa articulação envolve escolhas estruturais e epistemológicas que não são neutras, pois dizem respeito às formas como determinados sujeitos e grupos constroem sentidos sobre o passado e projetam horizontes de futuro. A narrativa histórica, nesse sentido, é atravessada por decisões relativas à seleção dos acontecimentos, à ordenação temporal, ao uso da causalidade e à definição dos protagonistas, o que faz com que cada construção narrativa reflita um posicionamento específico diante do passado.

Nessa mesma direção, David Carr (1991) argumenta que a narrativa histórica não é uma construção artificial imposta sobre os fatos, mas uma extensão da própria experiência humana, que é, em si, profundamente temporal e narrativa. Ao se apoiar na fenomenologia, Carr propõe que a vida é vivida já estruturada em uma relação de passado, presente e futuro, e que nossa consciência do tempo histórico antecede a investigação formal, funcionando como um pano de fundo pré-reflexivo ou “pré-temático” da experiência presente. Isso significa que a conexão com o passado não é apenas um ato intelectual, mas uma dimensão constitutiva da existência humana. A narrativa, nesse sentido, não apenas organiza os eventos, mas expressa a maneira como experienciamos o mundo. Por isso, ela se torna uma forma fundamental de compreensão histórica, na medida em que permite conectar acontecimentos, atribuir-lhes coerência e construir sentidos que orientam a interpretação da realidade e a própria identidade dos sujeitos no tempo.

Dialogando com essa perspectiva, Jörn Rüsen (2010) contribui decisivamente ao conceituar a *competência narrativa* como uma habilidade cultural que permite aos sujeitos transformar experiências temporais em orientação para a vida social. Ao analisar a complexidade do paradigma narrativista, Rüsen vai tecer a seguinte reflexão:

O pensamento histórico, em todas as suas formas e versões, está condicionado por um determinado procedimento mental de o homem interpretar a si mesmo e a seu mundo: a narrativa de uma história. Narrar é uma prática cultural de interpretação do tempo, antropoliticamente universal. A plenitude do passado cujo tornar-se presente se deve a uma atividade intelectual a que chamamos de “história” pode ser caracterizada, categoricamente, como narrativa. A história como passado tornado presente assume, por princípio, a forma de narrativa. O pensamento histórico obedece, pois igualmente, por princípio, a lógica da narrativa (Rüsen, 2010, p.149).

Ao afirmar que narrar é uma prática cultural de interpretação do tempo, o autor destaca o caráter universal e antropológico da narrativa como forma de dar sentido à experiência histórica, refletindo que a história, enquanto forma de conhecimento, não opera apenas sobre um conjunto de dados empíricos ou eventos isolados, mas exige uma construção que organize esses elementos em uma trama inteligível. Segundo esse autor, toda narrativa histórica expressa uma relação entre o tempo vivido, o tempo lembrado e o tempo narrado, constituindo o que chama de *consciência histórica*¹⁶. Dialogando com essa concepção, Bonete e Szlachta Junior (2021) defendem que a consciência histórica é uma capacidade antropológica universal, isto é, uma habilidade inerente ao ser humano de articular as diferentes dimensões temporais em função de

¹⁶ A consciência histórica, segundo Jörn Rüsen, é a capacidade dos indivíduos e grupos sociais de atribuir sentido ao tempo por meio da relação entre passado, presente e futuro. Ela se expressa através de narrativas que organizam experiências temporais, permitindo que o sujeito compreenda a mudança histórica e se oriente no presente a partir de interpretações do passado. Para o autor, essa consciência é constituída culturalmente e possui uma função normativa, pois fornece fundamentos para ações futuras, moldando identidades e valores coletivos. Rüsen identifica quatro formas dessa consciência: a *tradicional*, que valoriza a repetição do passado; a *exemplar*, que utiliza o passado como modelo de conduta; a *crítica*, que contesta tradições herdadas; e a *genética*, que comprehende o tempo como processo de transformação e desenvolvimento (Rüsen, 2001).

sua experiência e ação no mundo. Para os autores, trata-se de uma condição presente em todas as sociedades e não restrita a grupos intelectualmente privilegiados, sendo uma das bases primordiais do pensamento histórico, constituída a partir das vivências concretas dos sujeitos em suas circunstâncias específicas de tempo e espaço. Assim, a narrativa não é um mero complemento da pesquisa histórica, mas uma dimensão constitutiva da própria prática historiográfica. A partir dessa perspectiva, não se trata apenas de analisar fatos, mas de interpretar as formas pelas quais o passado é representado, disputado e mobilizado nos diferentes contextos históricos e sociais.

Essa concepção de narrativa desloca o foco da historiografia tradicional, centrada na objetividade factual, para uma abordagem que reconhece o papel da imaginação, da linguagem e da interpretação na constituição do conhecimento histórico. Longe de enfraquecer a disciplina, acreditamos que esse reconhecimento amplia seu campo de atuação e sua relevância pública, especialmente em contextos nos quais a disputa por memórias e sentidos históricos está diretamente implicada na construção de identidades coletivas e projetos sociais¹⁷. Nesse sentido, Frank Ankersmit (2001) contribui ao afirmar que a historiografia contemporânea vive uma espécie de “superprodução interpretativa”, na qual o foco se desloca do texto original para os diferentes modos de sua leitura e apropriação. Para o autor, “não há mais textos, nem passado, somente interpretações destes” (2001, p. 113-118), de modo que a distinção entre linguagem e realidade se dissolve: não se trata de a linguagem refletir o real, mas de compor, com ele, um repertório simbólico compartilhado. Assim, a linguagem historiográfica deixa de ser um espelho da natureza para se tornar parte do inventário da própria realidade social, criando, como a arte, uma “ilusão de realidade” que só adquire sentido quando contrastada com outras representações. Isso nos leva a

¹⁷ A mudança de paradigma em relação à centralidade dos documentos oficiais como fontes exclusivas para a história tem início com a renovação historiográfica promovida pela Escola dos Annales, a partir da década de 1920. Os historiadores ligados a esse movimento propuseram uma ampliação significativa do conceito de fonte, valorizando registros da cultura material, mentalidades, práticas cotidianas e memórias coletivas. Jacques Le Goff, um dos expoentes dessa tradição, destacou que a memória, mesmo subjetiva e seletiva, constitui um terreno legítimo para a investigação histórica, ao lado e não em oposição dos documentos oficiais (Le Goff, 1992).

compreender que o trabalho do historiador é menos uma busca por um passado fixo e mais uma prática interpretativa situada, que organiza os vestígios disponíveis em narrativas que disputam inteligibilidade e autoridade no presente.

Nesse cenário, a cultura digital oferece novas linguagens e suportes para o exercício dessa competência narrativa, exigindo que os historiadores reflitam criticamente sobre as formas contemporâneas de narrar, interpretar e apropriar-se do passado. Essa transformação se intensifica com a consolidação da chamada *web 2.0*, momento em que a internet deixa de ser um espaço predominantemente de consumo de informação para se tornar um ambiente de produção colaborativa de conteúdo. Como observa Serge Noiret (2012), esse novo ecossistema digital impacta diretamente a forma como a história é narrada e compartilhada:

Com o advento de uma nova fase na web, por volta do ano de 2004 – a sua versão comumente chamada 2.0 (NOIRET, 2012), as formas de narração histórica tornaram-se acessíveis a qualquer pessoa capaz de entrar na rede. Além disso, as novas modalidades de escrita na web, como o acesso simples aos blogs, permitiram uma interação entre o trabalho de quem escreve e o de quem lê, não apenas com intervenções críticas ou sugestões para completar o discurso, mas, ainda, com o acréscimo direto e sem mediação de outras fontes documentais. Os leitores em rede se integraram de forma interativa com a narração histórica já que a web, em sua versão 2.0, permitiu, tecnicamente, uma abertura à atividade participativa de todos (Cohen, 2011) (Noiret, 2015, p. 34).

Essa citação evidencia uma mudança singular na produção do conhecimento histórico, com o deslocamento da autoridade exclusiva do historiador para um ambiente de coautoria e participação ampliada. A web 2.0 não apenas democratizou os meios de produção das narrativas históricas, como também transformou leitores em colaboradores, instaurando um espaço discursivo dinâmico em que diferentes atores sociais contestam, ampliam e produzem sentidos sobre o passado. Nesse contexto emergem as narrativas histórico-digitais, que podem ser compreendidas como construções discursivas sobre o passado produzidas, compartilhadas e ressignificadas nos ambientes digitais. Essas narrativas se expressam em múltiplos formatos, como textos em blogs, vídeos no *YouTube*, *podcasts*, posts em redes sociais, memes,

comentários, reações e, mais recentemente, conteúdos gerados por inteligência artificial, carregando em si tanto representações históricas quanto marcas das mediações tecnológicas que possibilitam sua existência. Elas não apenas documentam a forma como o passado é lembrado, mas também evidenciam os modos como os sujeitos se apropriam da história, disputam memórias e produzem identidades no tempo presente.

A reflexão sobre as narrativas histórico-digitais como fonte para a pesquisa historiográfica exige, necessariamente, uma compreensão ampliada do que se entende por documento digital. Nesse sentido, a tipologia proposta por Fábio Chang de Almeida (2011) é fundamental, ao distinguir entre documentos primários digitalizados, que seriam aqueles cuja existência anterior em suporte físico foi convertida ao meio digital e os chamados documentos primários digitais exclusivos que engloba aqueles documentos que não possuem outro suporte além do digital, tratando-se de uma quantidade enorme de informação “[...] que está sendo produzida e disponibilizada unicamente em formato digital, sobretudo na Internet. Nesse caso, os dados referentes a tais documentos têm na rede o seu único meio de publicação e arquivamento” (Almeida, 2011, p. 19). Esses registros, ainda que possuam uma existência eminentemente “virtual”, não são menos concretos ou relevantes enquanto objetos de investigação histórica. Pelo contrário, a ampla disponibilidade dessas informações sugere uma atualização conceitual e metodológica por parte dos historiadores, considerando as especificidades de sua materialidade, de sua forma e de seu contexto de circulação. Esses vestígios contemporâneos, ao reunirem conteúdos, formatos, práticas comunicativas e dinâmicas de engajamento próprios da cultura digital, configuram-se como fontes legítimas de pesquisa, cuja análise demanda o mesmo grau de rigor crítico que tradicionalmente se aplica às fontes impressas, manuscritas ou orais.

Nesse contexto, é fundamental considerar as mediações tecnológicas que atravessam essas narrativas, especialmente no contexto da cultura digital. A presença cada vez mais determinante dos algoritmos e da inteligência artificial na construção e

disseminação de representações históricas introduz novos elementos ao debate historiográfico, exigindo uma análise atenta sobre como essas tecnologias moldam a memória, interferem nos regimes de visibilidade e participam ativamente das disputas de sentido sobre o passado. É nesse horizonte que se insere a reflexão a seguir.

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO PRODUTORA DE NARRATIVAS HISTÓRICAS

A disseminação de narrativas produzidas por inteligência artificial tem se intensificado de forma acelerada nas redes sociais digitais, impulsionada pelo lançamento de ferramentas cada vez mais sofisticadas. Em maio de 2025, o Google lançou o VEO3, um modelo de inteligência artificial capaz de gerar vídeos de alta qualidade a partir de comandos textuais, que rapidamente viralizou nas plataformas digitais¹⁸. No próprio site do software, é possível verificar que qualquer indivíduo, a partir da criação de um bom prompt¹⁹, pode gerar “[...] cenas cinematográficas, personagens falantes e efeitos animados” (VEO 3, 2025), o que demonstra não apenas o avanço técnico dessas ferramentas, mas também sua capacidade de produzir narrativas com alto poder de imersão, capazes de simular acontecimentos históricos com base nas informações fornecidas pelo próprio usuário. Esses vídeos, ao aliarem estética sofisticada, linguagem acessível e forte apelo visual, rapidamente alcançam milhares de visualizações, curtidas e compartilhamentos nas redes sociais, o que potencializa ainda mais sua circulação e influência. Dessa maneira, essas narrativas produzidas por inteligência artificial passam a integrar a cultura histórica contemporânea, ao se constituírem como formas de mediação do passado acessíveis a

¹⁸ Além do VEO3, desenvolvido pelo Google, outras ferramentas de inteligência artificial vêm ganhando destaque pela capacidade de gerar vídeos realistas e narrativas audiovisuais a partir de comandos de texto. Um exemplo que podemos citar é o Sora, lançado pela OpenAI (<https://openai.com/sora>), que também permite criar cenas em movimento com alto nível de detalhamento e coerência visual. Essas tecnologias representam um avanço significativo na produção automatizada de conteúdo audiovisual.

¹⁹ Prompt é o termo utilizado para designar o comando textual fornecido por um usuário a um sistema de inteligência artificial generativa, com o objetivo de orientar a produção de determinado conteúdo, como textos, imagens ou vídeos. No contexto da produção de narrativas histórico-digitais, o *prompt* funciona como dispositivo central na mediação entre a intenção do usuário e a construção da narrativa resultante, o que reforça a importância crítica de sua elaboração e interpretação.

amplos públicos, moldando percepções históricas fora dos espaços tradicionais de produção do saber histórico.

A cultura histórica, de acordo com Jörn Rüsen seria o “[...] conjunto de formas simbólicas en las que una determinada sociedad da expresión a su experiencia del tiempo histórico” (1994, p.3), em outras palavras, refere-se ao conjunto de crenças, valores, práticas e formas de pensar que moldam a compreensão e a representação do passado em uma determinada sociedade. Continuando com essa reflexão, segundo o historiador alemão:

Cultura histórica nada mais é, de início, do que o campo da interpretação do mundo e de si mesmo, pelo ser humano, no qual devem efetivar-se as operações de constituição de sentido da experiência do tempo, determinantes da consciência histórica humana. É nesse campo que os sujeitos agentes e padecentes logram orientar-se em meio às mudanças temporais de si próprios e de seu mundo (Rüsen, 2007, p. 121).

Essa concepção de cultura histórica como campo simbólico de constituição de sentido sobre o tempo permite compreender que as narrativas histórico-digitais, ainda que não produzidas no interior da historiografia acadêmica, também participam da construção da consciência histórica dos sujeitos. Ao serem consumidas, compartilhadas e reinterpretadas em ambientes digitais, essas narrativas expressam modos particulares de entender o passado, de localizar-se no tempo e de responder às experiências de mudança e continuidade. No contexto da cultura digital, marcada pela velocidade da informação, pela visualidade intensa e pela mediação algorítmica, os sujeitos continuam buscando orientações simbólicas sobre sua identidade histórica, seus vínculos coletivos e os sentidos de sua existência no presente. Assim, ao transformar eventos históricos em vídeos curtos, em postagens ilustradas ou em simulações animadas por inteligência artificial, essas formas narrativas mobilizam repertórios históricos e interpretações que integram de forma contraditória e dinâmica o tecido da cultura histórica contemporânea. Diante desse cenário, torna-se essencial

que nós historiadores tenhamos domínio dos conceitos e das ferramentas que estruturam essas novas formas de narrativa: o que são, afinal, os algoritmos? O que define a inteligência artificial? E por que é urgente compreendê-los para que possamos estudar criticamente essas fontes, identificar suas lógicas internas e intervir com responsabilidade no debate público sobre a história?

De modo geral, um algoritmo pode ser compreendido como uma sequência finita de instruções destinadas a orientar a execução de uma tarefa específica por um sistema computacional. Como define Pedro Domingos (2017, p.24) “[...] um algoritmo é uma sequência de instruções dizendo a um computador o que fazer”, ou seja, uma espécie de roteiro lógico que organiza ações passo a passo. Lúcia Santaella, por sua vez, amplia esse entendimento ao afirmar que um algoritmo pode ser comparado a “[...] uma lista de direções para a casa de um amigo” (2023, p.31), destacando seu caráter prescritivo e finito. Tradicionalmente, os algoritmos eram elaborados a partir de regras explícitas, por meio de comandos do tipo “SE acontecer isso, ENTÃO faça aquilo”, abordagem conhecida como programação simbólica ou baseada em regras. No entanto, esse modelo se mostrou limitado diante da complexidade de certas tarefas, como, por exemplo, reconhecer uma árvore em uma imagem, o que exigiria a descrição exaustiva de todas as suas características visuais.

Com o crescimento exponencial da produção de dados e a sofisticação dos sistemas computacionais, esse paradigma foi progressivamente superado por modelos de aprendizado de máquina, nos quais os algoritmos não seguem regras definidas a priori, mas aprendem padrões a partir da análise massiva de dados. Essa grande quantidade de informações que circulam no ciberespaço²⁰ recebe o nome de Big data que a cada ano aumenta exponencialmente, sendo observado que:

²⁰ O conceito de ciberespaço, formulado por Pierre Lévy, refere-se ao novo meio de comunicação constituído pela interconexão global dos computadores, que vai além da infraestrutura técnica da Internet. Para o autor, o ciberespaço compreende simultaneamente os dispositivos materiais de conexão, o vasto universo de informações digitais disponíveis e os próprios sujeitos que interagem, produzem e circulam esses conteúdos. trata-se, portanto, de um ambiente coletivo de comunicação e construção de conhecimento, que reconfigura as formas de sociabilidade, memória e produção simbólica (Lévy, 1999b, p. 17).

[...] a variedade, a quantidade e a qualidade dos dados foi aumentando substancialmente nos últimos vinte anos. Entre outras razões, isso se deve ao fato de que textos, imagens, sons e audiovisuais passaram para o formato digital, enquanto os sensores que também capturam dados foram se tornando onipresentes (Santaella, 2023, p. 27).

Nesse novo paradigma, os algoritmos passam a identificar padrões, adaptar-se a diferentes contextos e tomar decisões com base nessa grande quantidade de dados e em processos de aprendizagem automatizada. Como observa o filósofo Cosimo Accoto (2020, p. 107) “[...] os algoritmos de IA tornaram-se entidades performáticas que selecionam, avaliam, transformam e produzem dados e conhecimento”, atuando de forma ativa nos ambientes digitais e interferindo diretamente na forma como o mundo é percebido, organizado e experienciado. Um exemplo prático dessa transformação pode ser observado em plataformas como Amazon, Facebook e Netflix, que não operam a partir de regras fixas para prever o gosto ou o interesse de seus usuários. Isso ocorre porque tais preferências são frequentemente tácitas, ou seja, não são expressas de maneira direta. Diante disso, essas empresas passaram a utilizar técnicas de Machine Learning (aprendizado de máquina) e, mais recentemente, Deep Learning (aprendizado profundo), nas quais os algoritmos aprendem com o comportamento acumulado dos usuários, ajustando suas recomendações com base em padrões detectados nos dados. Essa lógica, cada vez mais presente nos sistemas de informação, também influencia os modos de circulação das narrativas histórico-digitais, moldando os acessos, reforçando determinadas memórias e invisibilizando outras, o que impõe novos desafios à crítica historiográfica na cultura digital.

Deste modo, é fundamental reconhecer que não há neutralidade algorítmica no ecossistema digital contemporâneo. Como afirma Felix Stalder (2021, p. 96) “[...] não há variáveis puramente descritivas, assim como não há algo como dado cru. Tanto os dados quanto às variáveis já estão de certo modo “cozinhados”, isto é, eles são gerados por operações culturais e formados dentro de categorias culturais”. Em outras palavras, os dados não são registros objetivos da realidade, mas construções mediadas por decisões humanas, por contextos culturais e por infraestruturas técnicas que

influenciam o que será armazenado, organizado e visualizado. Essa percepção é essencial para compreender o papel ativo dos algoritmos na seleção e hierarquização de conteúdos históricos que circulam nas redes.

Nos primórdios da internet, prevalecia uma visão utópica de liberdade informacional, ancorada na crença de que todos poderiam acessar, compartilhar e produzir conhecimento de forma descentralizada e democrática. No entanto, com o crescimento exponencial da produção de conteúdos tornou-se tecnicamente inviável para os usuários consumirem tudo, logo a solução foi a curadoria de informações. Se antes essa mediação poderia ser feita por sujeitos humanos ou por escolhas ativas dos próprios usuários, hoje ela é majoritariamente realizada por sistemas algorítmicos, cada vez mais baseados em inteligência artificial. Nesse contexto, é importante compreender que a Inteligência Artificial (IA) “[...] é a ciência de fazer máquinas que podem aprender a partir de dados” (Domingos, 2017, p. 28). Essa capacidade de aprender padrões de comportamento e preferências, por meio do que se conhece como *machine learning*, é o que permite aos algoritmos ajustarem, de forma contínua e invisível, aquilo que será mostrado a cada usuário nas plataformas digitais.

Esse funcionamento algorítmico não apenas define o que os usuários consomem, mas também cria condições para que novos conteúdos sejam gerados com base nesses mesmos dados. É justamente nesse ponto que a inteligência artificial ultrapassa seu papel de curadora da informação e assume uma função mais complexa: a de produtora de narrativas. Como citado anteriormente, com o avanço das tecnologias gerativas, tornou-se possível criar conteúdos históricos simulados com aparência de autenticidade, capazes de alcançar amplos públicos e de moldar percepções sobre o passado, muitas vezes sem qualquer mediação crítica.

Essa capacidade de simulação narrativa inaugura um novo campo de tensões para o historiador, pois dilui as fronteiras entre fato e ficção, documento e invenção. Quando uma IA gera uma carta fictícia assinada por um personagem histórico, uma imagem realista de um evento que nunca ocorreu ou um vídeo que encena discursos inexistentes, ela não apenas produz conteúdos imaginários — ela o faz em um formato

que simula legitimidade documental. Isso representa um desafio epistemológico profundo, pois compromete os critérios tradicionais de autenticidade, autoria e intencionalidade que sustentam a crítica das fontes. Como alerta Serge Noiret (2015), o historiador precisa se posicionar diante dessas novas formas de mediação digital, compreendendo que o passado, na cultura digital, é constantemente reconfigurado em redes de produção simbólica descentralizada, automatizada e veloz.

Essa capacidade de simulação narrativa inaugura um novo campo de tensões para o historiador, pois dilui as fronteiras entre fato e ficção, documento e invenção. Quando uma IA gera uma carta fictícia assinada por um personagem histórico, uma imagem realista de um evento que nunca ocorreu ou um vídeo que encena discursos inexistentes, ela não apenas produz conteúdos imaginários, ela o faz em um formato que simula legitimidade documental. Isso representa um desafio epistemológico profundo, pois compromete os critérios tradicionais de autenticidade, autoria e intencionalidade que sustentam a crítica das fontes. Como alerta Serge Noiret (2015), o historiador precisa se posicionar diante dessas novas formas de mediação digital, compreendendo que o passado, na cultura digital, é constantemente reconfigurado em redes de produção simbólica descentralizada, automatizada e veloz.

Por outro lado, não se pode ignorar as potencialidades pedagógicas e comunicacionais que os sistemas de inteligência artificial oferecem ao campo da História. Quando utilizados de forma crítica e intencional, esses recursos podem contribuir significativamente para o ensino e a popularização do conhecimento histórico. Por exemplo, ferramentas de IA generativa podem ser empregadas para criar simulações de contextos históricos, reconstituir ambientes urbanos de outras épocas com base em fontes visuais e descriptivas, ou ainda gerar imagens e vídeos que sirvam como estímulo para debates em sala de aula sobre representações do passado. Além disso, é possível utilizar modelos de linguagem como o GPT para elaborar narrativas alternativas, exercitando com os alunos a análise de versões conflitantes dos mesmos eventos, ou para traduzir conteúdos históricos em linguagens acessíveis a diferentes faixas etárias e níveis de letramento. Em espaços museológicos, tais tecnologias podem

ser incorporadas em exposições interativas, possibilitando experiências imersivas e dialógicas entre visitantes e acervos históricos.

No campo da pesquisa, essas ferramentas também oferecem recursos inovadores. Técnicas de processamento de linguagem natural (NLP) podem ser utilizadas para analisar grandes corpos documentais, identificar padrões temáticos em jornais históricos digitalizados, ou mesmo para auxiliar na transcrição automática de manuscritos com grafias complexas. Além disso, modelos de IA podem apoiar o trabalho de organização e visualização de dados em projetos de história digital, facilitando a análise de redes de correspondência, cartografias históricas ou fluxos migratórios ao longo do tempo. No entanto, o uso dessas ferramentas requer que o pesquisador mantenha uma postura reflexiva, consciente de que os resultados gerados são sempre condicionados pelos dados de entrada e pelas lógicas computacionais que orientam os algoritmos. Como alerta Jurandir Malerba (2020), cabe ao historiador atuar como mediador entre os saberes acadêmicos e os repertórios culturais do presente, o que inclui apropriar-se criticamente das linguagens tecnológicas sem abdicar do rigor conceitual e da ética profissional.

É importante destacar que o uso de materiais produzidos por inteligência artificial no campo da História exige atenção e responsabilidade. Embora essas tecnologias ofereçam possibilidades inovadoras para criar, visualizar e compartilhar narrativas sobre o passado, também levantam questões sobre a confiabilidade das informações, a identificação das fontes e os limites entre ficção e realidade. Por isso, acreditamos ser fundamental que os historiadores busquem compreender seu funcionamento, suas intenções e os efeitos de sua aplicação.

DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PASSADO NA ERA DIGITAL

Em um contexto marcado pela multiplicação de fontes digitais e pela produção de conteúdos por inteligência artificial, torna-se cada vez mais necessário discutir os critérios de validação e autenticidade dos documentos que utilizamos para construir narrativas históricas. Embora o surgimento de vídeos, imagens e textos gerados

artificialmente tenha ampliado as preocupações com fraudes e simulações, é importante lembrar que a falsificação documental não é uma novidade: documentos tradicionais também podem ser forjados, manipulados ou interpretados fora de contexto. Como bem ensina a crítica interna e externa das fontes, o historiador sempre precisou se debruçar sobre a materialidade, a autoria, a intencionalidade e a circulação dos vestígios que investiga. Nesse sentido, a presença de conteúdos digitais não anula as práticas consolidadas de análise documental, ao contrário, exige sua atualização.

O desafio contemporâneo é, portanto, compreender como aplicar essas ferramentas analíticas às novas materialidades, avaliando metadados, plataformas de origem, padrões de edição e lógica de distribuição. Como afirma Rosalyn Ashby (2001) a evidência histórica situa-se entre o que o passado deixou para trás (as fontes dos historiadores) e o que reivindicamos do passado (narrativas ou interpretações históricas), ou seja, entre os vestígios que chegaram até nós e os significados que somos capazes de construir a partir deles. Isso significa que a evidência não é um dado bruto nem uma verdade incontestável, mas o resultado de um processo interpretativo rigoroso, que envolve perguntas, escolhas e enquadramentos. No ambiente digital, esse processo se torna ainda mais desafiador, pois muitas vezes lidamos com documentos cuja origem é opaca, cuja autoria é difusa e cuja circulação ocorre em redes automatizadas. Por isso, é fundamental que o historiador mantenha uma postura ativa e reflexiva, interrogando não apenas o conteúdo das fontes, mas também as condições técnicas, políticas e sociais de sua produção e disseminação. A evidência histórica, nesse contexto, continua sendo um ponto de partida para o pensamento crítico, mas exige do pesquisador uma renovação de seus critérios analíticos diante das novas linguagens e tecnologias que mediam nossa relação com o passado.

Nesse sentido, além de questionar a origem, a autoria e a circulação das fontes digitais, o historiador também deve atentar-se para as conexões estabelecidas entre os próprios documentos. Como observa Fábio Almeida (2011), um cuidado fundamental no trabalho com fontes digitais diz respeito à análise de seu inter-relacionamento, ou

seja, à capacidade de mapear os vínculos que determinados conteúdos mantêm entre si dentro da estrutura hipermidiática da internet:

Uma forma de interligação particular das fontes oriundas da Internet é feita através dos links. As páginas podem apresentar atalhos para outros sites, o que demonstra algum tipo de afinidade entre os conteúdos dos mesmos. Por exemplo, e de forma simplificada, o site oficial do Partido Renovador Nacional (PNR), organização de extrema direita de Portugal, apresenta links para o Witter e para o blog do partido. Portanto, é perfeitamente razoável supor que tais páginas sejam realmente ligadas à instituição. Por outro lado, blogs ou twitters que porventura se afirmem como representativos do PNR, mas que não estejam linkados no site oficial do partido devem ser analisados, inicialmente, com desconfiança. É fundamental registrar tais aproximações tendo em vista que o inter-relacionamento das fontes pode funcionar como um indicador da confiabilidade das mesmas (Almeida, 2011, p. 21).

Conforme defende o autor, observar essas conexões é parte do processo de verificação crítica das fontes digitais, essencial para a construção de interpretações historicamente fundamentadas na era da desinformação e da multiplicidade de vozes em rede. Além do cuidado com o inter-relacionamento das fontes, Fábio Almeida também chama atenção para a necessidade de aplicar, nas pesquisas com documentos digitais, o cruzamento de dados como estratégia fundamental de validação. Isso se deve ao fato de que muitos conteúdos disponíveis na internet são fortemente marcados por posicionamentos ideológicos, interesses políticos ou estratégias de desinformação, o que exige do historiador uma postura ainda mais atenta e crítica. Ao analisar, por exemplo, sites de partidos políticos, páginas de movimentos sociais ou perfis de opinião em redes sociais, é essencial confrontar as informações ali veiculadas com outros tipos de fonte, como periódicos de diferentes espectros ideológicos, documentos oficiais, acervos digitais e registros institucionais. Esse confronto permite não apenas confirmar ou relativizar determinados dados, mas também compreender melhor as disputas simbólicas que atravessam a produção narrativa no meio digital.

Diante da proliferação de conteúdos históricos produzidos ou mediados por sistemas de inteligência artificial, o historiador contemporâneo é desafiado a

reformular suas estratégias de crítica de fontes, estruturando novas perguntas sobre esses materiais: quem os produziu? Com que intenção? Em qual contexto técnico e político circulam? Como foram manipulados por algoritmos de recomendação? Esses questionamentos deslocam o foco da análise da fonte como um artefato estático para a compreensão de seu ciclo de produção, circulação e recepção. Esse cenário torna ainda mais visível o problema da opacidade algorítmica, isto é, a dificuldade de rastrear como determinados conteúdos são produzidos e priorizados nos ambientes digitais.

No centro desse processo estão as redes neurais artificiais, um dos pilares da inteligência artificial contemporânea, que segundo Lúcia Santaella (2023, p. 40) “[...] as redes neurais são, assim, uma forma de replicação da experiência humana de tentativa e erro com a formulação matemática da propagação reversa de erros”, sendo hoje o método mais eficaz para tarefas que antes eram exclusivamente humanas, como reconhecer objetos, compreender linguagem e até simular conversas. Pedro Domingos (2017, p. 139) observa que estamos às voltas com redes neurais mais profundas do que nunca, que vêm redefinindo os padrões de funcionamento em áreas como reconhecimento visual, fala, tradução e até a descoberta de medicamentos. Esses sistemas, ao aprenderem por meio de padrões massivos de dados, não operam com regras fixas nem são facilmente auditáveis, o que torna sua atuação difícil de mapear, inclusive quando produzem conteúdos com aparência de verdade histórica. Para o historiador, isso representa um desafio metodológico significativo: como aplicar a crítica de fontes a materiais cuja origem, autoria e manipulação são, muitas vezes, ininteligíveis para quem não domina os fundamentos técnicos desses sistemas? A resposta exige incorporar, ao repertório historiográfico, formas de letramento digital e algoritmos que permitam uma leitura crítica não apenas do conteúdo das fontes, mas também das lógicas computacionais que moldam sua existência e circulação.

Nesse cenário, o conceito de letramento histórico-digital surge como uma proposta metodológica fundamental para a formação de sujeitos capazes de agir com criticidade diante das narrativas produzidas e mediadas por tecnologias digitais.

Segundo Danilo Silva, esse conceito estaria atrelado a um “[...] um processo metodológico que articula a investigação histórica, método histórico e tecnologias digitais de forma crítica no ensino de História” (2021, p. 44), permitindo que estudantes se apropriem das ferramentas digitais para produzir suas próprias narrativas sobre o passado. Mais do que uma competência instrumental, trata-se de um caminho formativo voltado à construção de habilidades analíticas e interpretativas que conectam o tempo histórico à vida cotidiana. Embora Danilo Silva insira essa proposta no campo do ensino de História, seus fundamentos oferecem caminhos igualmente potentes para o campo da pesquisa histórica, especialmente no enfrentamento dos desafios impostos pela cultura digital. A complexidade das novas fontes, produzidas em ambientes interativos, dinâmicos e mediados por inteligências artificiais, exige que os pesquisadores desenvolvam competências que articulem domínio metodológico, sensibilidade historiográfica e compreensão crítica das tecnologias que organizam e filtram o acesso ao passado.

É nesse contexto que ganha força o que chamamos de conceito de leitura algorítmica, entendido como um exercício interpretativo voltado não apenas para o conteúdo dos documentos digitais, mas também para as infraestruturas computacionais que os produzem, distribuem e silenciam. Diferente da leitura tradicional, que se debruça sobre o texto ou a imagem como fonte direta de informação, a leitura algorítmica propõe a análise das lógicas invisíveis que moldam o que é visto, recomendado e ocultado nas plataformas digitais. Isso inclui investigar os critérios de visibilidade utilizados por mecanismos de busca, os padrões de recomendação de vídeos ou postagens e os fluxos de engajamento promovidos pelas redes. Ao incorporar essa abordagem à crítica historiográfica, o historiador passa a considerar os algoritmos como agentes de mediação histórica, capazes de influenciar não apenas o que se preserva da memória coletiva, mas também o que é esquecido ou marginalizado nos circuitos digitais.

Diante de todas essas possibilidades e transformações, o que se torna evidente é a necessidade de o historiador adotar uma nova postura diante das narrativas

produzidas no ambiente digital. Não se trata apenas de incorporar novas ferramentas ao repertório técnico da disciplina, mas de compreender que os modos de produzir, acessar e atribuir sentido ao passado estão sendo reconfigurados por mediações tecnológicas cada vez mais sofisticadas. Nesse contexto, pensar criticamente as questões de ordem metodológica torna-se essencial: como avaliar a autenticidade de uma narrativa histórica gerada por IA? Que critérios devem orientar a análise de fontes hipertextuais, fragmentadas e produzidas em rede? Como lidar com o apagamento ou a distorção de memórias promovido por mecanismos algorítmicos que priorizam o que engaja em detrimento do que informa? Esses desafios se tornam ainda mais urgentes quando observamos o crescimento de usos do passado orientados por lógicas negacionistas, que se beneficiam da estética e da velocidade dos conteúdos virais. Nesse cenário, cabe ao historiador não apenas preservar o rigor de seu ofício, mas também atuar como agente crítico e formativo, capaz de intervir nos debates públicos e disputar sentidos sobre o tempo em um ambiente cada vez mais mediado por tecnologias e disputas simbólicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo buscou refletir sobre as potencialidades e os desafios epistemológicos do uso de narrativas digitais como fonte e documento histórico, considerando tanto aquelas produzidas por sujeitos humanos quanto aquelas geradas por sistemas de inteligência artificial. Partindo de uma discussão historiográfica sobre o conceito de narrativa e a natureza da evidência histórica, procurou-se compreender como novas formas de narrar o passado, mediadas por plataformas digitais, algoritmos e redes neurais, vêm impactando os modos de produzir, consumir e atribuir sentido à história na contemporaneidade. Ao longo do texto, argumentou-se que as narrativas digitais constituem expressões da cultura histórica atual, e por isso devem ser interrogadas com o mesmo rigor crítico que orienta a análise das fontes tradicionais, exigindo, no entanto, a atualização dos instrumentos metodológicos e conceituais da disciplina.

Nesse contexto, destacou-se a importância do desenvolvimento de competências como o letramento histórico-digital e a leitura algorítmica, fundamentais para que historiadores possam analisar criticamente as novas materialidades documentais, compreender as lógicas de visibilidade das plataformas e intervir de forma responsável no debate público sobre o passado. A expansão da inteligência artificial generativa, ao mesmo tempo em que oferece possibilidades para o ensino, a pesquisa e a comunicação da história, impõe desafios éticos e epistemológicos que não podem ser ignorados. Assim, pensar o ofício do historiador na era digital não significa abdicar de seus princípios, mas redimensioná-los frente às transformações do presente, assumindo uma postura crítica diante das tecnologias e reafirmando o compromisso da História com a complexidade, a pluralidade e o pensamento orientado no tempo.

REFERÊNCIAS

ACCOTO, Cosimo. **O mundo dado**: cinco breves lições de filosofia digital. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

ALMEIDA, Fábio Chang. O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da Internet como fonte primária para Pesquisas Históricas. **Revista Aedos**, [S. l.], v. 3, n. 8, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/16776>. Acesso em: 29 jun. 2025.

ANKERSMIT, Frank. Historiografia e pós-modernismo. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 2, n.2, p.113-135, mar. 2001.

ASHBY, Rosalyn. How do children use historical evidence? In: LEE, Peter; ASHBY, Rosalyn; DICKINSON, Alaric. **Researching History Education: Theory, Method and Context**. London: RoutledgeFalmer, 2001. p. 151–172.

BONETE, Wilian Junior; SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. Didática da História e consciência histórica: princípios para a pesquisa e a aprendizagem histórica. In: KETTLE, Wesley Oliveira (org.). **História ensinada: em múltiplas abordagens**. Maceió, AL: Editora Olyver, 2021. p. 101–118. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leh/files/2024/01/DIDATICA-DA-HISTORIA-E-CONSCIENCIA-p.101.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025.

CARR, David. Time, Narrative and History. USA: Midland Book Edition, 1991.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DOMINGOS, Pedro. **O algoritmo mestre**: como a busca por um algoritmo universal vai mudar nossos mundos. Tradução de Bruno Casotti. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FRISCH, Michael. A História Pública não é uma via de mão única: ou De: A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org). **História Pública no Brasil**: Sentidos e Itinerários. São Paulo. Letra e Voz. p. 57-69, 2016.

FRISCH, Michael. **A Shared Authority**: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History. Albany: State University of New York Press, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, J. **História e memória**. São Paulo: Unesp, 1992.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

MALERBA, Jurandir. O que narram os historiadores? Para uma genealogia da questão narrativa em história. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 17, n. 33, p. 399–418, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/WmqtcyBh3ddkWdQZBB5yn9t>. Acesso em: 28 jun. 2025.

NOIRET, Serge. História Pública Digital | Digital Public History. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 11, n. 1, 2015. DOI: 10.18617/liinc.v11i1.797. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3634>. Acesso em: 29 jun. 2025.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história – os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da UnB, 2010.

SANTAELLA, Lúcia. **A inteligência artificial é inteligente?** São Paulo: Edições Loyola, 2023.

SILVA, Danilo Alves da. Letramento histórico-digital e o ensino de História. In: FRONZA, Marcelo; RODRIGUES JUNIOR, Osvaldo (orgs.). **Ensino de história e internet**: aprendizagens conectadas. São Paulo: Parúna Editora, 2021. p. 35–50.

VEO 3-IA.COM. Disponível em: <https://veo3-ai.com/pt>. Acesso em: 20 jun. 2025.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1987.

CAPITULO 7

PALAVRAS QUE HABITAM A FRONTEIRA: A POESIA DE HELENA KOLODY ENTRE O ACONTECIMENTO FOUCAULTIANO E A SAUDADE UCRANIANA

Tiago Boruch

INTRODUÇÃO

Quando refletimos sobre a poesia, é comum que a associemos imediatamente a emoções e sentimentos traços marcantes desse gênero literário. No entanto, é necessário ir além da dimensão emocional e questionar: onde essas emoções se manifestam? Em que espaço urbano ou rural, real ou imaginário elas ganham forma? Refletir sobre essas questões exige uma abordagem que considere a poesia como uma fonte histórica, indo além do lirismo e do imaginário, para adentrar o espaço concreto da experiência humana. Nesse sentido, utilizar a poesia como instrumento interpretativo na História demanda o emprego de diferentes recursos analíticos, capazes de articular o sensível com o científico.

Estudos historiográficos a respeito da vida cotidiana e de seus espaços devem ser tomados como um rico campo de investigação histórica. Buscamos neste capítulo, entender como a poetisa Helena Kolody através de seus poemas, incorpora o sentimento do meio rural nos poemas em que fala do espaço e cotidiano urbano.

Helena Kolody nasceu na cidade de Cruz Machado, sudoeste do Paraná no ano de 1912 e veio a falecer em 2004 na cidade de Curitiba. Filha de imigrantes ucranianos, foi professora e poetisa. Sua obra ganha destaque no Estado ao escrever sobre os imigrantes ucranianos, desde sua chegada ao cotidiano rural e urbano deles. Alguns temas são recorrentes e ganham certo destaque em sua obra como: a religiosidade, a natureza, as representações rurais e urbanas do imigrante. Durante sua infância e juventude viveu em diversas cidades do interior ²¹do estado, até mudar se para

²¹ Helena Kolody, viveu em cidades que receberam imigrantes ucranianos e poloneses, como: Ponta Grossa, Rio Negro e Jacarézinho no Paraná, e Três Barras no estado de Santa Catarina.

Curitiba no ano de 1927.

Buscaremos neste trabalho analisar como o discurso poético de Kolody sobre o cotidiano rural está presente em seus poemas urbanos. Como a vida da autora em Curitiba influenciou sua escrita? Como o sentimento da camponesa está presente no cotidiano citadino? Como a noção de acontecimento reflete a repetição e transformação em seus poemas?

Para nós historiadores, o poema sendo um ato por trás das palavras do autor nos leva a indagarmos sobre as representações e as imagens criadas pela poesia. Abrindo caminhos para a contextualização histórica. As imagens criadas por Kolody exibem uma simbologia entre as representações e o sentimento do imigrante no mundo rural e urbano.

Segundo Otavio Paz:

O poema não é apenas uma realidade verbal: é também um ato. O poeta diz e, ao dizer, faz. Este fazer é sobretudo um fazer-se a si mesmo: a poesia não é só autocriação. O leitor, por sua vez, repete a experiência da autocriação do poeta e assim a poesia encarna- se na história (Paz, 1984, p. 85).

É por esse caminho que percebemos a repetição de discurso na poética kolodyana, representações do imaginário rural presentes no urbano, sentimentos intercalados que transformam seus textos em fontes para pensarmos o acontecimento. Helena Kolody relata em muitos de seus poemas experiências próprias, criando escritos singulares. A ligação e a repetição de discurso se dá pela ligação com seus descendentes eslavos²². O uso da poesia como fonte histórica, nas representações do meio rural e urbano em Kolody, representa as experiências vividas pela autora e as memórias vividas de sua família.

A valorização da poesia no âmbito histórico nos leva a refletir sobre novas perspectivas e diferentes abordagens do autor e do contexto que envolve sua narrativa.

²² A imigração eslava no Paraná, com destaque para poloneses e ucranianos, intensificou-se entre o final do século XIX e início do XX, inserida no contexto do programa de colonização do governo brasileiro. Os ucranianos, grupo ao qual pertencia a família de Helena Kolody, concentraram-se inicialmente na região de Prudentópolis e Cruz Machado (cidade natal da poetisa).

Como destaca Beatriz Vieira:

As imagens poéticas construídas nos textos podem ser lidas como indícios da sensibilidade de uma época, ou seja, a percepção poética – o que a poesia sente, vê, ouve, lembra, afirma e nega, isto é, capta, transforma em sua linguagem específica e manifesta como belo ou como “digno” de ser selecionado como matéria de poesia, registrado e tornado memorável poeticamente – pode ser concebida como experiência histórica num dado contexto (Vieira, 2007, p. 55).

Para compreender melhor essas intersecções de sentimentos, recorremos a Michel Foucault e sua noção de acontecimento. Em sua teoria, o acontecimento é o que permite o surgimento de novos discursos – como, por exemplo, a permanência do imaginário rural no contexto urbano. Foucault afirma: “Em certo sentido, não somos nada além do que aquilo que foi dito, há séculos, há meses, há semanas...”. (DE III, p. 469).

O discurso kolodyano sobre os imigrantes configura-se, assim, como um acontecimento foucaultiano que transcende sua manifestação textual para reverberar tanto na experiência vital da poeta quanto em sua produção literária. Trata-se de um fenômeno discursivo no qual vozes do passado são poeticamente ressignificadas, estabelecendo uma complexa rede de relações entre memória e presente, entre o universo rural e a experiência urbana.

Conforme a perspectiva foucaultiana, o acontecimento em Kolody não se apresenta como entidade substancial, mas como efeito que se materializa no âmbito discursivo e relacional. Sua poesia transforma-se, portanto, em espaço privilegiado onde se observa a irrupção desses acontecimentos históricos e existenciais. A nostalgia do mundo rural e o consequente deslocamento no espaço urbano não se limitam a temas recorrentes em sua obra - assumem o estatuto de acontecimentos que se inscrevem na própria tessitura de sua linguagem poética.

Nessa perspectiva, os elementos constitutivos da poesia kolodyana, sua escolha lexical, suas imagens e seus ritmos, convertem-se no locus onde tais experiências encontram sua atualização. Como assinala Foucault, esses fenômenos

emergem como “efeitos de uma dispersão material”, manifestando-se na materialidade do texto poético enquanto expressão de um “materialismo do incorporeal”. A obra de Kolody, portanto, não apenas registra, mas performatiza esses acontecimentos, transformando a página em espaço de ressonância histórica e existencial.

De fato podemos pensar isso como uma irrupção da história, que segundo Foucault:

A história do pensamento, dos conhecimentos, da filosofia, da literatura, parece multiplicar as rupturas e buscar todas as perturbações da descontinuidade, enquanto a história propriamente dita, a história pura e simplesmente, parece apagar, em benefício das estruturas fixas, a irrupção dos acontecimentos (Foucault, 1969, p. 13).

Assim, restituir à história o lugar da “irrupção dos acontecimentos” significa restituir à história a sua voz que independe do sujeito que fala. Neste caso a voz que fala nos poemas não é de Kolody, mas dos acontecimentos que envolvem a história por trás de seus poemas, onde temos como propriedades, um forte apego à pátria de seus antepassados, a Ucrânia, a representação da cultura eslava da qual a autora fez parte.

Retomando as reflexões de Durval Muniz de Albuquerque Júnior em sua análise foucaultiana no livro *História: a arte de inventar o passado*, observamos que: “o discurso para Foucault é em si mesmo um acontecimento histórico” (Albuquerque Júnior, 2007, p. 103). Essa perspectiva nos permite compreender os poemas não apenas como expressões estéticas, mas como documentos discursivos que revelam dimensões históricas frequentemente ausentes nos registros oficiais.

Nesse sentido, a obra poética de Kolody assume dupla relevância: primeiro, como testemunho de acontecimentos que transcendem a factualidade convencional (como as migrações e a transição rural-urbana); segundo, como espaço onde tais eventos se reinventam continuamente. Os poemas tornam-se, assim, fontes privilegiadas para analisar não apenas os fatos em si, mas as representações que os

constituem e suas ressignificações temporais.

Essa abordagem nos conduz a uma concepção da história como processo dinâmico, no qual os acontecimentos não se limitam ao passado, mas se atualizam no presente através dos discursos que os veiculam. A poesia de Kolody exemplifica precisamente esse movimento: ao incorporar vozes migrantes e tensionar ruralidade e urbanidade, ela não apenas registra, mas performativiza o passado, demonstrando como a história se faz sempre no entrecruzamento entre o que foi dito e o que se diz.

Segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior:

Foucault parte do pressuposto de que o real é uma construção discursiva, feita tanto no passado como no presente. O historiador não pode tomar os documentos, as fontes históricas, como indícios de um real que pode ser desvendado, um real que estaria nas entrelinhas e seria reconstruído pelo historiador (Albuquerque Júnior, 2007, p. 103).

É precisamente nessa chave analítica que propomos a leitura da obra poética de Kolody. Ao invés de buscar “revelar” uma suposta realidade histórica subjacente, nosso enfoque recai sobre as estratégias discursivas que constituem a experiência do rural no espaço urbano em seus poemas. A repetição de certos motivos - a nostalgia, o desenraizamento, a memória campesina não representa simples temática recorrente, mas sim a reinscrição de acontecimentos discursivos que moldam tanto a percepção do passado quanto a vivência do presente urbano.

A obra de Kolody, portanto, não apenas reflete, mas ativamente constitui a relação entre rural e urbano, demonstrando como os acontecimentos históricos se atualizam através de práticas discursivas. Como bem salienta Albuquerque Júnior a partir de Foucault, é nesse processo contínuo de construção discursiva que se forjam tanto o passado quanto o presente.

OS SENTIMENTOS E PERCEPÇÕES DE KOLODY ENTRE O CAMPO E A CIDADE

A obra poética de Helena Kolody, especialmente em seus textos de temática

urbana, reflete o período em que a autora viveu em Curitiba²³, entre 1928 e 2004. A partir da análise de seus poemas, busca-se compreender o imaginário citadino construído em sua escrita, marcado por um discurso nostálgico que remete ao pertencimento ao mundo rural.

Embora a cidade seja frequentemente associada ao espaço urbanizado e às grandes metrópoles, sua essência transcende a geografia, manifestando-se em múltiplas dimensões simbólicas: nas estações do ano, nas festividades, nas tradições religiosas e nos costumes que moldam sua identidade. A cidade, assim, configura-se como um estado de cultura, cuja dinâmica depende das interações sociais.

Nas palavras de Marco Aurélio de Souza:

Nas regiões de memória da poética kolodyana, o tempo não se mede pelos relógios ou calendários, e a distribuição das fases do dia, das estações do ano e dos fenômenos climáticos responde ao repertório subjetivo da escritora (Souza, 2013, p. 293).

Esse repertório da autora nos serve para pensarmos o seu discurso e a noção de acontecimento de Michel Foucault. Compreender o discurso como acontecimento significa entender quais as condições que alguém precisa aceitar quando pronuncia algo em algum momento. Entre o rural e o urbano, os impactos, não só no cotidiano, mas na natureza e na relação do ser humano com seu modo de vida. Nas palavras de Kolody, vemos as descrições dessa chegada em Curitiba, ao falar primeiramente da trajetória de seu pai.

Segundo Kolody:

Na rua Itupava esquina com a Sete de Abril ele abriu uma casa de comércio, que durou alguns anos. Ele vendia fiado, principalmente para os amigos. E acabou precisando fechar o negócio, porque, quando eles recebiam, iam comprar em outra parte; quando não tinham, compravam fiado lá em casa. (Kolody, Entrevista, 2017).

Embora a entrevista não explice se o comércio mantido por Miguel Kolody

²³ Curitiba foi a cidade em que Helena Kolody viveu e consolidou sua carreira como poetisa, sendo homenageada e se tornando cidadã honorária da capital do Paraná.

atendia especificamente aos imigrantes ucranianos, é possível inferir, a partir da análise de sua dinâmica, traços característicos das relações sociais do meio rural. A prática de vender fiado, por exemplo, remete a um sistema de confiança e reciprocidade típico de comunidades campesinas, onde as interações são marcadas por maior flexibilidade e simplicidade em comparação com a impessoalidade das transações urbanas.

Na fala de Kolody e em sua representação do cotidiano citadino, percebe-se uma transformação nas formas de sociabilidade a partir da inserção de sua família no espaço urbano. A passagem do campo para a cidade não se resume a uma mudança geográfica, mas implica uma reconfiguração das relações humanas, dos ritmos de vida e das próprias estruturas de convivência. Enquanto no ambiente rural predominam trocas diretas e uma rede de solidariedade comunitária, a cidade impõe uma lógica mais fragmentada, na qual o anonimato e a formalização das relações econômicas alteram os modos de interação.

Essa transição é tematizada na poesia kolodyana, que frequentemente contrasta a memória afetiva do mundo rural com a impessoalidade da vida urbana. Seus poemas não apenas registram a paisagem citadina, mas também capturam a nostalgia por um tempo em que as relações sociais eram mediadas pela proximidade e pela tradição. Dessa forma, a obra de Kolody não apenas documenta uma experiência migratória, mas também reflete sobre as mudanças na subjetividade decorrentes desse deslocamento, evidenciando como o urbano e o rural coexistem em tensão em sua escrita.

Assim, a análise da trajetória de sua família e das práticas comerciais de Miguel Kolody oferece um ponto de entrada para discutir as transformações nas sociabilidades entre campo e cidade, tema central para compreender a nostalgia e o pertencimento que permeiam sua poética.

Na mesma entrevista a José Wille, Helena descreve o quadro urbano de Curitiba nessa época.

Segundo Kolody:

Não havia luz elétrica, nem água encanada, nem calçamento. A Itupava era uma rua barrenta e passava do lado de um rizinho fundo, onde uma vez escorreguei e caí dentro. A gente estudava à luz de lampião e, quando saímos à noite, vínhamos em uma escuridão total, porque na rua não tinha luz elétrica (Kolody, Entrevista, 2017).

Nesta passagem de transição Kolody, encontra um meio urbano não muito diferente do rural. Curitiba e a rua em que vivia, ainda não tinha privilégios das grandes cidades pelo país. A poetisa ainda destaca na entrevista como era a vida em Curitiba nas décadas de 1920 e 1930.

Segundo Kolody:

Era uma vida sossegada, uma vida boa. Todo mundo tinha frutas e verduras no quintal. A gente chegava da escola e a mãe dizia “Agora você vai fazer uns canteirinhos para plantar alface, semear não sei o quê...”. E, na hora do almoço, “vai buscar um pezinho de alface para fazer uma salada”. Tudo era fresquinho... (Kolody, Entrevista, 2017).

Observamos na fala da poetisa que as descrições da vida no meio urabano, se assimilam com a rotina no interior. Pequenos detalhes presentes na transição, que influenciariam sua escrita posteriormente. O habitus praticado por Kolody e os imigrantes nessa época, ainda se referem ao modo de vida interiorano e de adaptação no Estado do Paraná, são as formas e reproduções simbólicas encontradas na vida que são repassadas para a poética kolodyana.

Como exemplo o poema intitulado “Pelos bairros esquecidos”, Helena, se preocupa com a vida, de pessoas excluídas em muitos bairros periféricos da cidade, onde sonhos são perdidos, um imaginário de tantas emoções. O bairro esquecido, com seres humanos e suas vidas. Operários, crianças, pais e mães de família, simplesmente esquecidos, mas a no entanto, existe uma vida que não para. Formando uma identidade imaginária, como o imaginar dos bairros esquecidos de Kolody:

Pelos bairros esquecidos,
tantos passos, tantos risos,
tantos sonhos perdidos
(KOLODY,1991)

É perceptível ver que Curitiba e seu espaço fossem a terra prometida de Kolody. Aspirada e desejada pelos imigrantes que no Estado chegavam. Percebemos que foi em Curitiba, em meio a transformação de campo em cidade, que a autora revela a paisagem que influencia a sua vida diretamente.

Segundo Kolody:

Hoje, moro em um apartamento cujas janelas se abrem para a praça mais movimentada de Curitiba. Terminal de ônibus que levam a quase todos os bairros da cidade. Raramente escrevo. Agora sou uma simples espectadora. Igual a uma camponesa, que se senta no fim da tarde e vê a vida acontecer. Mas que continua sonhando! (Kolody, 1997a, p. 13).

A imagem de Helena Kolody como espectadora pela janela sintetiza de forma poética sua posição liminar entre dois mundos. Seu olhar sobre a cidade não representa uma observação passiva, mas constitui um ato profundo de tradução cultural. Ao descrever a paisagem urbana - com seus barulhos, prédios e solidão - a poetisa recodifica essas experiências através de uma lente essencialmente camponesa. Essa perspectiva singular revela camadas importantes de sua obra.

A janela em Kolody funciona como uma fronteira discursiva por excelência. Seu apartamento em Curitiba, onde “mal se vê o sol”, transforma-se em poderosa metáfora do deslocamento migrante: um espaço físico urbano habitado por uma subjetividade profundamente rural. Os contrastes sensoriais que estabelece - entre o trilar dos grilos e o ruído das buzinas, entre os pomares de outrora e os anúncios luminosos da cidade - demonstram como Kolody lê e interpreta a cidade a partir de um código cultural camponês, revelando a persistência de seu olhar interiorano.

A adaptação ao urbano aparece em sua obra como processo permanentemente inacabado. Quando descreve os imigrantes “enlatados” nos apartamentos, Kolody expõe a falácia do discurso assimilaçãoista. Sua poesia registra a teimosa persistência do habitus rural na cidade: nas práticas cotidianas, como o cultivo de hortas em pequenos quintais urbanos que remetem à sua infância na Curitiba dos anos 1920; e na temporalidade distinta, onde a nostalgia funciona como resistência

ao ritmo acelerado da metrópole, como evidenciado especialmente no poema “Passado Presente”.

A cidade em Kolody transforma-se em um arquivo vivo de ausências. Seus poemas sobre bairros periféricos, como em “Pelos bairros esquecidos”, revelam que o processo de urbanização não superou as desigualdades rurais, mas antes as reconfigurou sob novas formas. Os operários urbanos substituem os colonos do campo, mas a estrutura de exploração permanece - agora iluminada pelos frios “anúncios luminosos” que descreve em “Noturno”.

Esta análise encontra eco na tese de Fontes (2007) sobre Curitiba como “Ucrânia revisitada”. Mesmo ao tematizar a cidade, Kolody consegue desestabilizá-la, expondo-a como território de passados inconclusos e memórias recalcitrantes. Seus versos não celebram a adaptação ao urbano, mas registram seu fracasso criativo - aquele espaço onde o rural insiste teimosamente como linguagem de resistência e afirmação identitária. Neste sentido, sua obra oferece um contraponto fundamental às narrativas oficiais sobre o progresso urbano.

Segundo Luiza Fontes:

Sua pátria é sobretudo Curitiba. Curitiba é a Terra Estrangeira de Helena Kolody. Curitiba é a Ucrânia revisitada. É mais que um mero nicho de enraizamento. Curitiba soube preservar e potencializar sua pluralidade, sua multivocidade, seu cosmopolitanismo (Fontes, 2007, p. 177).

Tanto o espaço das cidade como do campo, vai além do físico e material das construções. Nesse sentido buscamos analisar o contexto em que as ideias de campo e cidade são construídas e o que está associado a essas ideias. Para Raymond Willians as representações estão pautadas nas transformações sociais que afetam diretamente a população. Unindo isso as formas de representações nas poesias constata-se que em um simples ato rotineiro e cotidiano, é possível encontrarmos sentimentos, emoções e ações. Vejamos em uma abordagem sua sobre a representação do rural:

Devo dizer que para mim a vida rural tem diversos significados. São os olmos, os pilriteiros, o cavalo branco no campo que vejo pela janela enquanto escrevo. São os homens na tarde de novembro, voltando para casa depois da poda, as mãos enfiadas nos bolsos dos casacos cáqui; e as mulheres de lenço na cabeça, paradas às portas das casas, esperando pelo ônibus azul que as levará para o campo, onde trabalharão na colheita durante o horário escolar. É o trator descendo a estrada, deixando a marca denteada dos pneus na lama; é a luz acesa na madrugada, na criação de porcos do outro lado da estrada, no momento de um parto; o caminhão lerdão na curva fechada, repleto de carneiros amontoados na carroceria; o cheiro forte do melaço na forragem. É a terra estéril, de argila saibrosa, não muito longe daqui que está sendo loteada para a construção de casas, ao preço de 12 mil libras o acre. (Williams ,1989, p. 13).

Se a vida no interior lhe proporcionava um cotidiano cheio de imagens e representações, o círculo urbano lhe oferece novas aspirações, contrárias e difíceis de aceitar. O tédio que a poeta narra, é o estilo de vida dos imigrantes ao mundo urbano. Se no campo o imigrante se adaptou com certa facilidade e enfrentou as adversidades, nota- se que a adaptação ao mundo urbano teima em não acontecer. Segundo Kolody ao responder a seguinte pergunta de José Wille: “Depois de ter passado pelo campo e cidades do interior, a senhora vive hoje num apartamento, na região central de Curitiba. Como é a convivência?” (Kolody, Entrevista, 2017).

Segundo as palavras de Kolody:

É dura, porque onde eu moro é barulho noite e dia. A gente está enlatada! Até o sol quando nascia, eu via... Agora, construíram uns prédios altos, e eu só o vejo quando já são 11 horas da manhã. A gente fica mais ou menos emparedada. Isso é triste, mas pego um ônibus, saio um pouco, vou para fora e vejo a Curitiba que era. (Kolody, Entrevista, 2017).

Kolody deixa claro sua tristeza em relação a cidade e seu modo de vida. O trilar do grilo, é o barulho dos carros, a noite na cidade que não acolhe o imigrante. A paisagem e o cotidiano sendo transformados. O espaço social e as relações trocadas, pelo exílio, atrás de janelas, que mal refletem a luz do sol. A visão que a autora nos passa é a visão de refugiado, em território disperso de seu cotidiano. O sentimento preso na vontade de se voltar ao passado, em ter novamente a cidade como era.

Como percebemos no poema “Refugiado”:

Desembarca,
estrangeiro
e sozinho.

Percebe o olhar inimigo
dos que o cercam, ao chegar.
(Mais um com quem repartir.
Mais um que ocupa lugar.)
(Kolody, 2001, p. 50)

Neste momento o discurso da autora é só de mais um no espaço urbano. Desembarca atrás de oportunidades que perderá no interior. Porém o mesmo que antes ocupava lugar de destaque, agora sofre sendo apenas mais um no meio da multidão do centro urbano. A imensidão da cidade, é o discurso de solidão, de refúgio e de melancolia da poeta. O sentimento cruzado de Kolody, é um sentimento de não pertencimento a atualidade, um acontecimento distante do ideal vivido no interior, da vida camponesa.

Segundo Foucault:

A problematização da atualidade como acontecimento constitui-se num certo movimento do pensamento, da crítica, que desatualiza o hoje, o presente, fazendo da atualidade uma “borda do tempo que envolve nosso presente, que o domina e que o indica em sua alteridade” (Foucault, 1972, p. 162-163).

Essa borda de tempo presente na poética kolodyana, retrata a alteridade da vida no urbano. Kolody deixa transparecer que não consegue se desprender da vida rural, da vida no interior do Estado. O que a autora nos passa é que a cidade é o seu lugar hoje, é o seu acontecimento, mas que seu pertencimento não condiz com a realidade que vive. O ponto de encontro entre os dois mundos, rural e urbano, radica na necessidade de Kolody revelar o que sente, valendo-se, para tal fim, de diferentes meios de exteriorização da subjetividade no seu texto.

Segundo Paz (1996, p. 12) “A poesia ignora o progresso ou a evolução e suas origens e seu fim se confundem com os da linguagem”. A criação poética de Kolody,

está ligada ao sentimento nas entrelinhas, apresentando o discurso urbano ligado e dependente do rural.

Portanto não é possível marcar um lugar específico no tempo do encontro com aquilo que nos gera a vontade de saber e de criar um lugar no mundo ao qual iremos circunscrever nossa fala. Kolody mesmo em um ambiente urbano, em um cotidiano distinto do que viverá, estabelece em sua fala a ligação com o mundo rural. Mesmo nas transformações da cidade, o sentimento, o pensamento, as falas e as poesias nos mostram a repetição da vontade de estar em outro lugar, em meio a cidade e suas tensões, a poeta mantém se ligada ao mundo em que cresceu e começou sua jornada intelectual.

Segundo Foucault:

As práticas sociais podem ser olhadas como as marcas dos dentes do tempo no corpo da história, como vestígios de uma herança que “não é uma aquisição, um bem que se acumula e solidifica: é antes um conjunto de falhas, de fissuras, de camadas heterogêneas que a tornam instável, e do interior ou debaixo, ameaçam o frágil herdeiro” (Foucault, 1979, p. 17).

As marcas do tempo e as práticas sociais em que Helena pertencerá, revivem e se conectam ao seus poemas. A menina camponesa, ainda faz parte e por vezes domina a mulher urbana. O passado, que incessantemente cresce, também se conserva na sua escrita, acompanhada por inteiro a cada instante e acomoda-se junto a vida e a carreira da poetisa.

No poema “Passado Presente”, da obra Sempre Palavra de 1985, Kolody retrata o sentimento de nostalgia de um passado, de um lugar, sem denominação no poema, mas que nos faz pensar e imaginar, as suas marcas deixadas no meio rural.

Ilusório regressar,
pelos caminhos de agora,
aos dias que se apagaram.

O rosto de ontem mudou.
Lugar que foi, não é mais.
O viver é diferente.

Somente em nós, tudo existe
e não se extingue jamais.
Tempo guardado em lembranças,
a saudade nos devolve
todo o presente de outrora.
(Kolody, 2001, p. 60)

Helena Kolody, quando escreveu, conseguiu resgatar suas lembranças, suas histórias de vida, vistas agora com um olhar de maturidade; seus poemas abordam o sentimento de saudade, seja de um lar, da simplicidade do interior e, ao mesmo tempo, reproduzem a dureza de uma vida sofrida, pela ótica da poeta no mundo urbano. No poema citado, podemos analisar o discurso de acontecimentos do presente que não se desprende do passado, nas palavras “o rosto de ontem mudou. Lugar que foi, não é mais”, evidencia o sentimento da poeta em relação ao passado, o lugar podemos dizer que seria a vida no campo, algo que foi e não é mais, até o seu rosto mudou, seja pela tempo, pela idade ou pelo sofrimento da nova realidade. “Somente em nós, tudo existe e não se extingue jamais”, é perceptível analisar essa frase em relação as lembranças, tempo que não se pode mais ter, mas que fica guardado na memória e nos poemas de Kolody. Evocar o passado e as lembranças constantemente é uma prática kolodiana e uma maneira de tornar a vida mais fácil de ser vivida pela poeta.

Recorremos a Michel Foucault em a Arqueologia do Poder, ao analisarmos o poema Passado Presente percebemos que; o discurso, enquanto um conjunto de enunciados que se apoiam em uma mesma formação discursiva, não possui apenas um sentido ou uma verdade, ele possui, acima de tudo, uma história.

Até mesmo a recordação da juventude na cidade de Curitiba, Kolody, escreve as lembranças da cidade em transformação, a capital com aspecto de cidade do interior. Mistura de paisagens, entre ruas e pomares, sábias e bondes. A lembrança da poeta é a lembrança das vozes que não se calam em sua memória, transpassadas na escrita.

Curitiba, cidade menina
paisagem do meu amanhecer.
Por toda parte, a marca de meus passos,
o fantasma de meus sonhos.

Jardins, pomares,
pinheiros e mais pinheiros,
onde moravam sabiás cantores
e bem-te-vis moleques.

As torres da Catedral olhavam
por cima dos sobrados.

Carroças de Santa Felicidade
trepidavam no calçamento das ruas
e faziam tremer a voz cantante das colônias italianas:
- “Qué comprá lenha,
batata doce, repolho, óvo!”

Bondes elétricos circulavam, vagarosos,
do centro para os bairros.

Perdia-se nos longes o pregão
do peixeiro português:
- “Pei.. xe! Camarão!”
Corria pelas ruas
o anúncio dos pequenos jornaleiros:
- “Gazeta do Dia” - “Diário da Tarde!”

Estudantes eletrizavam a cidade
com sua ruidosa juventude.
Acotovelavam-se risos e conversas de crianças,
pombos brancos a caminho da escola.
Recordo Curitiba adolescente.
Uma névoa de saudade me envolve o coração.
(Kolody, 1997)

No poema “Menino de Arranha-céu”, Helena Kolody constrói uma poderosa metáfora do desenraizamento vivido pelos imigrantes em meio ao processo de urbanização. A escolha do menino como figura central - em vez do imponente edifício - revela a perspectiva humanista que marca sua obra. Kolody não se rende à fascinação

pelo progresso arquitetônico, antes fixa seu olhar nas consequências humanas da verticalização urbana.

O menino que habita o arranha-céu transforma-se em alter ego da própria poetisa, encapsulando a experiência do imigrante rural confrontado com a nova realidade urbana. A imagem do “camundongo emparedado” e do “canarinho preso” evoca com sensibilidade o sentimento de aprisionamento em um espaço que, embora moderno, nega as referências culturais do mundo camponês. Kolody captura com precisão o paradoxo da liberdade urbana: o menino pode “voar a rosa-dos-ventos” em sua imaginação, mas permanece fisicamente confinado entre paredes de concreto.

Essa contradição reflete o dilema central da obra kolodyana - a busca por pertencimento em um ambiente que exige a negação das origens. O poema desvela como a promessa de liberdade da cidade se converte, para o sujeito migrante, em uma nova forma de cativeiro. O arranha-céu, símbolo máximo do progresso urbano, torna-se ironicamente a prisão que separa o menino (e por extensão, o imigrante) do seu universo cultural de referência.

A genialidade do poema reside em sua capacidade de universalizar uma experiência particular. Kolody não fala apenas dos imigrantes ucranianos no Paraná dos anos 1960, mas de todo sujeito deslocado que vê suas raízes ameaçadas pela modernidade. O “menino” representa essa condição existencial do homem contemporâneo, suspenso entre tradição e progresso, entre memória e esquecimento.

A linguagem do poema reforça essa tensão. Kolody emprega termos como “estampas”, “vidraças” e “emparedado”, que sugerem superficialidade e artificialidade, em contraste com a linguagem orgânica e sensorial que utiliza para descrever o mundo rural em outros poemas. Essa escolha lexical não é acidental - revela como o espaço urbano é percebido pelo olhar migrante como algo opaco, difícil de decifrar e, sobretudo, difícil de habitar afetivamente.

O poema antecipa, em certa medida, as reflexões contemporâneas sobre os não-lugares (Augé, 1992), mostrando como os espaços da modernidade, embora fisicamente impressionantes, falham em proporcionar verdadeira acolhida existencial.

O arranha-céu kolodyano é, antes de tudo, um espaço de solidão, onde o menino-imigrante permanece estrangeiro, observando pela janela um mundo que se recusa a reconhecê-lo em sua integralidade cultural.

Segue o poema:

Canarinho preso
a voar a rosa-dos-ventos
num mundo de estampas
Viajam teus olhos curiosos
imaginados caminhos,
guardados pelas vidraças,
camundongo emparedado.
(Kolody,1964)

Ainda na mesma obra a poetisa escreve a poesia “Noturno”, a mesma também referência as grandes construções e a vida em seu entorno. Um reflexo do cotidiano noturno da cidade refletido nos edifícios de Curitiba, diferente das luzes da lua e dos vaga-lumes que foram representados nas poesias em que fala do espaço rural.

Segue o poema:

Denso jardim de arranha-céus,
Florindo anúncios luminosos
E as rumorosas multidões
Dos que não sabem estar sós.
(Kolody,1964)

Essa representação da vida noturna urbana revela como Kolody, mesmo ao se estabelecer na cidade, manteve uma perspectiva crítica sobre a modernização. Seu olhar de “espectadora pela janela” permite captar tanto o brilho superficial dos anúncios quanto a solidão essencial que eles tentam (e falham) em ocultar. O poema se torna assim não apenas um registro poético, mas um documento histórico da transformação da experiência urbana no Paraná.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos as poesias de Kolody, percebemos que a sua narrativa é capaz de introduzir o leitor num universo de alternativas históricas possíveis, permitindo

o seu trânsito entre elementos ou camadas colocadas à margem da sociedade e da história de diferentes classes e fatos sociais. Em uma constante construção acerca dos cotidiano urbano e rural. Sendo uma configuração não só do tempo mas da sociedade representada nos poemas. Como podemos perceber em Foucault compreender o discurso como acontecimento significa entender quais as condições que alguém precisa aceitar quando pronuncia algo em algum momento. Segundo Foucault (1984a, p. 14), trata-se de “definir as condições nas quais o ser humano ‘problematiza’ o que ele é e o mundo no qual ele vive” - a sua atualidade.

Kolody em seus poemas pronunciou e remeteu as lembranças de sua vida no interior, ou mesmo estereotipou a cidade como uma borda do mundo rural, dos costumes das paisagens, do estilo de vida. A poetisa transforma seu discurso ao longo de seus poemas remetendo a nostalgia e a memória da camponesa, filha de imigrantes ucranianos, criada no interior do Paraná, que encontra-se em busca da adaptação, mesmo com o passar de muitos anos. Ou seja, a autora não se quer desprender do mundo rural, apenas intercala e cruza seus sentimentos, em busca de um fato que a torne pertencente ao seu tempo e ao seu meio em que vive.

A obra de Kolody opera, assim, uma verdadeira arqueologia do sensível, onde cada poema escava camadas de experiência histórica que a narrativa oficial tende a apagar. Seu discurso poético, analisado como acontecimento foucaultiano, revela-se como ato político de resistência memorialística, não apenas registrando, mas performatizando a tensão entre modernidade e tradição. Ao estereotipar a cidade como “borda do mundo rural”, Kolody não apenas expressa nostalgia, mas constrói um contra-discurso que desafia a linearidade do progresso urbano.

Sua poesia torna-se assim um espaço liminar onde o passado rural insiste em assombrar o presente urbano, problematizando a própria noção de adaptação. Nesse movimento dialético entre memória e esquecimento, a autora não busca simplesmente reconciliar os dois mundos, mas manter viva a fricção entre eles, transformando cada poema em um lugar de enunciação onde o sujeito migrante pode existir em sua complexidade irredutível - nem totalmente rural, nem plenamente urbano, mas

portador de uma historicidade própria que resiste às categorizações simplistas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.

AUGÉ, Marc. **Non-lieux**: Introduction à une anthropologie de la surmodernité. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. Foucault e a noção de acontecimento. *Tempo Social; Rev. Sociol.* USP, S. Paulo, 7(1-2): 53-66, outubro de 1995.

FONTES, Luísa Cristina dos Santos. A terra estrangeira de Helena Kolody. **Graphos** (João Pessoa), v. 9, p. 167-179, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Petrópolis Lisboa, Vozes Centro do Livro Brasileiro. 1972.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio: Graal. 1979.

KOLODY, Helena. **Sinfonia da vida**. Curitiba: Editora Letraviva, 1997.

KOLODY, Helena. **Viagem no espelho**. Curitiba: Editora da UFPR. 5^a. Ed., 2001.

PAZ, Octavio. **O arco e a lira**. Tradução Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

PAZ, Octavio. **Os filhos do barro**: do romantismo à vanguarda. Tradução Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

SOUZA, Marco Aurélio. Paisagens do interior: regiões de memória e outros lirismos na primeira poética de Helena Kolody (1941-1951). **Uniletras**, v. 35, p. 287-300, 2013.

VIEIRA, Beatriz de Moraes. **A palavra perplexa**: experiência histórica e poesia no Brasil nos anos 70. UFF. – 2007. 379 f.

WILLE, José. Vida e poesia de Helena Kolody. **Portal Memória Paranaense**. Disponível em: <https://memoriaparanaense.com.br/2024/03/01/vida-e-poesia-de-helena-kolody/>. Acesso: 15 jun. 2025.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Tradução: Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CAPITULO 8

O QUE A HISTÓRIA OFICIAL NÃO CONTA: O PROCESSO DE REOCUPAÇÃO DA CIDADE DE MARUMBI-PR

João Paulo Pacheco Rodrigues

INTRODUÇÃO

Ao percorrer as páginas da história oficial de diversas cidades no norte do Paraná, é inevitável notar uma tendência marcante na narrativa: a exaltação da figura do pioneiro, muitas vezes eclipsando personagens igualmente cruciais, como mulheres e trabalhadores. Essa abordagem, embora destaque a coragem e a resiliência dos que desbravaram terras desconhecidas, frequentemente silencia vozes fundamentais para uma compreensão holística do passado.

O pioneiro, por sua natureza desbravadora, é celebrado como o arquiteto dos primeiros passos em direção à civilização na região. Suas histórias de superação e tenacidade ocupam um lugar de destaque, contribuindo para a construção de uma narrativa heroica que moldou as cidades do norte do Paraná. No entanto, é essencial questionar a ausência de perspectivas diversas nesse relato, particularmente as experiências e contribuições das mulheres, muitas vezes relegadas ao papel de coadjuvantes na trama histórica.

As mulheres desempenharam papéis cruciais na construção e sustentação das comunidades pioneiras. Seja na administração doméstica, na educação dos filhos, ou até mesmo no auxílio direto às atividades agrícolas, suas contribuições são vastas e multifacetadas. No entanto, suas histórias frequentemente são subestimadas ou relegadas a segundo plano, eclipsadas pela figura heroica do pioneiro masculino.

Da mesma forma, os trabalhadores, muitas vezes imigrantes e agricultores, exerceram um papel fundamental na transformação da paisagem e na construção do desenvolvimento econômico. Suas lutas, suas conquistas e suas histórias muitas vezes

permanecem à sombra, enquanto a narrativa dominante concentra-se nos feitos individuais dos pioneiros.

Uma análise crítica da história oficial dessas cidades revela a necessidade de ampliar o escopo narrativo. É fundamental reconhecer as diversas vozes que contribuíram para o tecido social e econômico da região. Isso não apenas enriquece a compreensão do passado, mas também promove uma representação mais justa e inclusiva das comunidades locais.

Ao desconstruir a narrativa centrada no pioneiro, abrindo espaço para as vozes silenciadas, podemos aspirar a uma história mais abrangente e verdadeira. Isso não diminui a importância desse sujeito mas contextualiza sua atuação dentro de um panorama mais amplo e diversificado, onde cada personagem, independente de gênero ou ocupação, desempenhou um papel crucial na construção do que conhecemos hoje como as cidades do norte do Paraná.

Esse estudo é parte do projeto de pesquisa *História Cultural e Fontes Contemporâneas: Metodologias Críticas e Representações Sociais*, coordenado pelo professor Dr. João Paulo Pacheco Rodrigues, docente da Universidade Federal do Acre (Ufac). O projeto visa investigar as metodologias e os desafios no uso de fontes históricas na análise da História do Tempo Presente, com foco em fontes orais, documentais, imagéticas e digitais. A pesquisa busca propor um modelo crítico para a utilização dessas fontes no estudo de eventos contemporâneos, considerando o papel da memória e as novas tecnologias.

A justificativa desta pesquisa repousa na necessidade de questionar e ampliar as narrativas tradicionais sobre a formação das cidades do norte do Paraná, frequentemente centradas na figura do pioneiro masculino. Teoricamente, o trabalho dialoga com os estudos de Maurice Halbwachs (1990), Gilbert Durand (2001) e Roger Chartier (2002), ao investigar as formas pelas quais a memória coletiva, o imaginário social e as representações culturais moldam as narrativas locais. Do ponto de vista prático, a pesquisa busca contribuir para a valorização de fontes alternativas – como entrevistas, vídeos documentais e fotografias –, promovendo sua utilização em

projetos de memória, ações educativas e políticas de preservação do patrimônio cultural. Trata-se, portanto, de um esforço interdisciplinar que associa teoria crítica e compromisso social com a produção e a difusão de histórias mais inclusivas.

Assim, nesse capítulo, empreendemos uma jornada investigativa sobre o processo de reocupação da cidade de Marumbi, situada no estado do Paraná. Para alcançar uma compreensão mais abrangente e detalhada sobre essa reocupação, não nos limitamos a uma única fonte de informação. Ao contrário, buscamos diversificar nossas referências, explorando uma variedade de recursos que poderiam nos oferecer diferentes perspectivas sobre o tema.

Dentre esses recursos, as entrevistas se destacam como ferramentas valiosas. Através delas, tivemos a oportunidade de ouvir relatos em primeira pessoa, captando nuances, sentimentos e detalhes que, muitas vezes, são omitidos ou esquecidos em registros mais formais. As entrevistas nos proporcionaram um contato direto com testemunhas oculares e protagonistas dos eventos em questão, permitindo que nos aproximássemos de suas experiências e visões de mundo.

Adicionalmente, nós examinamos os vídeos documentais produzidos pelas instituições da cidade, destacando-se entre eles o “Histórico de Marumbi” e o “Paróquia Senhor Bom Jesus De Marumbi – Jubileu De Ouro”. Essas obras ao combinarem narrativa verbal com imagens em movimento, ofereceram uma representação dinâmica e visual da evolução da cidade, suas transformações e os principais marcos de sua reocupação.

Também recorremos às fotografias mantidas nos arquivos municipais. Essas imagens, capturadas em diferentes momentos da história de Marumbi, serviram como janelas temporais, transportando-nos para épocas passadas e permitindo que observássemos, mesmo que de forma estática, a vida e o desenvolvimento da cidade ao longo dos anos. Ao unir todos esses recursos, buscamos construir um panorama rico e multifacetado sobre o processo de reocupação de Marumbi, esperando contribuir significativamente para o entendimento desse fenômeno na historiografia local.

Assim, este capítulo tem como objetivo analisar o processo de reocupação da cidade de Marumbi, no estado do Paraná, por meio do cruzamento de fontes orais, imagéticas e documentais, a fim de compreender como diferentes sujeitos sociais construíram e interpretaram esse processo ao longo do tempo. Ao destacar vozes e experiências historicamente marginalizadas, a proposta visa enriquecer a compreensão da história local, contribuindo para uma historiografia mais plural e sensível à complexidade da memória coletiva.

A CIDADE DE MARUMBI

A cidade de Marumbi, situada a uma distância aproximada de 306 km de Curitiba, a capital. Originária como distrito de Jandaia do Sul, Marumbi ganhou essa designação em 14 de dezembro de 1951, pela lei 790. Posteriormente, ascendeu à condição de município em 25 de julho de 1960, conforme a lei 4.245. Na ocasião, José Mathias Fernandes assumiu como o primeiro prefeito eleito, tendo Antônio Colombo como vice.

De acordo com registros municipais, a gestão de 1960 a 1965 contou com a atuação de vereadores como Gilberto de Carvalho, João Explicado, João Fuzeti, João Tobias Filho, entre outros. Durante essa era, o município abrangia o distrito de Kaloré, que, com o tempo, também se autonomizou, tornando-se um município independente em 7 de agosto de 1961.

De acordo com Wachowicz (1995) O etimológico nome “Marumbi” é oriundo da linguagem indígena tupi-guarani, uma homenagem à prevalência da planta aquática marumbi na região, tradicionalmente usada na confecção de esteiras.

No documentário “Histórico de Marumbi”, a região é retratada como uma floresta intocada, desbravada com coragem pelos “pioneiros”. Contudo, evidências indicam que essa região já era um reduto humano há eras. Mota (2005) sugere que populações indígenas viveram ali por um período que varia entre oito a treze mil anos.

Estudos realizados no Sul do Brasil e especificamente no Paraná identificam três fases desta ocupação. De 8.000 a 2.000 anos atrás, grupos de caçadores e coletores

habitaram o local, deixando predominantemente artefatos líticos, classificados nas tradições umbu e humaitá. Mota (2005) relata que por volta de 2.500 AP, aglomerações de mais de 300 indivíduos se estabeleceram nas bacias dos rios Paraná, Ivaí, Paranapanema, Pirapó, Tibagi e seus afluentes. Acredita-se que estes foram uma extensão da expansão dos povos de língua Guarani, originários das bacias dos rios Madeira e Guaporé.

Porém, o século XX trouxe mudanças drásticas. A partir dos anos 1930, a região sofreu intensos processos de loteamento e urbanização, marcando a chamada “ocupação capitalista”. Empresas, como a Companhia de Terras Norte do Paraná, posteriormente renomeada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, desempenharam um papel fundamental nesse processo.

Tomazi (1989) destaca que essa transformação resultou na substituição de florestas por vastos cafezais, infraestruturas como estradas e ferrovias, e a fundação de cidades, iniciando em Londrina em 1930 e continuando até a década de 1950.

France Luz, em sua obra de 1997, nos proporciona uma análise detalhada e sobre as estratégias promocionais empregadas pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná durante um período crucial de expansão agrária na região. Esta empresa desempenhou um papel notável na redefinição da paisagem agrícola e social do Norte do Paraná, utilizando métodos de publicidademeticulosamente planejados para atrair investidores e agricultores para a região.

O primeiro pilar dessa campanha de marketing focava intensamente na qualidade intrínseca do solo da região. A empresa não apenas destacava a fertilidade da terra, mas também enfatizava sua cor distintamente roxa - uma característica física associada à alta produtividade agrícola. Essa terra roxa tornou-se uma espécie de símbolo, um marco da promessa de rendimentos agrícolas exuberantes que esperavam os agricultores potenciais.

O segundo eixo central de sua propaganda era direcionado especificamente ao pequeno e médio agricultor. Em uma época em que a posse de terras estava se tornando cada vez mais concentrada nas mãos de grandes proprietários em muitas

regiões do Brasil, a Companhia oferecia a perspectiva sedutora de adquirir lotes menores a preços competitivos. Esta oferta representava uma oportunidade de autonomia e prosperidade para aqueles agricultores que, muitas vezes, sentiam-se marginalizados ou pressionados por estruturas agrárias mais amplas.

Finalmente, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná também se esforçou para destacar a versatilidade agronômica da região. Não se tratava apenas de uma terra fértil, mas de um território onde uma ampla gama de produtos poderia ser cultivada com sucesso. Eles promoveram a ideia de que a terra era adequada para o cultivo de diversos produtos, desde o algodão e cereais até o tão cobiçado café.

Luz (1997) ressalta que a companhia vendeu datas nas cidades fundadas por ela com extensão média de 500-600 m² cada, chácaras em volta das cidades e vilas numa área de cinco alqueires e também lotes rurais numa extensão superior a 5 alqueires, destinados para sítios e fazendas.

Sobre a forma de pagamento, Luz exemplifica:

As condições de aquisição eram diferentes, conforme se tratasse de: a) lotes agrícolas: 30% de entrada e quatro anos de prazo para o pagamento; b) chácaras 40% de entrada e 2 anos para o pagamento; c) datas urbanas: 50% de entrada e 50% no prazo de um ano. Os juros cobrados eram de 8% ao ano. Os funcionários da Companhia gozavam de um desconto especial de 20% (Luz, 1997, p. 40).

A cidade de Marumbi, não emergiu isoladamente; ela faz parte de uma rede mais ampla de municípios que surgiram em decorrência de um intenso processo de ocupação regional. Em meio ao complexo entrelaçamento de trajetórias humanas, econômicas e políticas que definiram esta ocupação, estas cidades, embora possam parecer pequenas, são reflexos vívidos de transformações profundas e de movimentos migratórios que marcaram o século XX no Brasil.

O vídeo documentário intitulado “Histórico da Cidade de Marumbi” serve como uma lente valiosa através da qual podemos vislumbrar os primeiros passos dessa transformação urbana. O filme traça a chegada dos primeiros migrantes, muitos dos quais partiram das terras mais tradicionais e desenvolvidas dos estados de São

Paulo e Minas Gerais. Buscando novas oportunidades, um futuro mais promissor ou talvez apenas uma mudança de cenário, esses indivíduos pioneiros começaram a se estabelecer na região no início da década de 1940.

Mas não foi apenas a chegada desses migrantes que marcou a história; foi a maneira como eles começaram a moldar o território. Ao se estabelecerem, esses pioneiros começaram a construir suas moradias ao longo da rua Anhembi, que posteriormente seria rebatizada como Avenida Presidente Vargas.

Da mesma forma, a Avenida Ivaí, que com o passar do tempo foi renomeada como Tiradentes, começou a ver casas e estabelecimentos brotando ao longo de seu caminho. O que é particularmente notável nesse processo é o desenho urbano emergente: um padrão de crescimento que se estendia no sentido oeste-sul, indicando não apenas uma expansão física, mas também a evolução de uma identidade e de uma cultura urbanas.

Imagen 1- Casa Columbia Secos e Molhados



Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Marumbi (década de 1950).

O uso da fotografia para compreender o processo de fundação dos municípios no norte do Paraná é um recurso valioso, uma vez que essas imagens permitem captar aspectos visuais e sociais que muitas vezes escapam aos registros escritos tradicionais. A fundação de cidades como Londrina, Maringá e outras na região norte do Paraná está

intimamente ligada à expansão agrícola e às migrações internas, processos que foram documentados por fotógrafos da época. Essas fotografias são fontes primárias ricas que retratam não apenas o desenvolvimento urbano, mas também as transformações ambientais e sociais ocorridas ao longo do tempo.

A fotografia permite observar a construção das paisagens urbanas, os traços de modernização e a ocupação territorial. Por exemplo, imagens de ruas empoeiradas, construções em madeira, tratores abrindo terrenos e a presença de trabalhadores mostram a relação entre o projeto de colonização e o avanço tecnológico do período. Além disso, a fotografia também revela a presença de diferentes grupos sociais, como migrantes, trabalhadores rurais e urbanos, e o papel das companhias colonizadoras no planejamento das cidades, um processo marcado pela intenção de criar centros urbanos integrados à economia cafeeira.

Na perspectiva de Peter Burke (1992), a integração de imagens como um meio de investigação historiográfica tem o potencial de aprofundar significativamente nossa apreciação e entendimento dos tempos passados. Ao abordar uma imagem, especialmente uma fotografia, o historiador é desafiado a não se contentar com a superfície visível da representação, mas a penetrar nas camadas subjacentes de intenção, contexto e significado. A questão principal não é apenas o que a imagem mostra, mas por que e como foi criada.

Ao considerar uma fotografia, por exemplo, o pesquisador deve inquirir sobre as motivações intrínsecas e extrínsecas do fotógrafo. Perguntas sobre o ambiente sociocultural no qual o fotógrafo estava imerso, as intenções subjacentes por trás da captura da imagem e o público-alvo pretendido para a imagem são fundamentais. Cada fotografia, embora pareça uma mera representação da realidade, é uma construção influenciada por uma confluência de fatores - desde as tendências tecnológicas do período até os imperativos culturais e políticos.

Partindo dessa ótica, confrontamos a imagem selecionada com os depoimentos dos primeiros moradores da região, assim constatamos que a fotografia foi registrada no início da década de 1960.

De acordo com o vídeo documentário intitulado “Paróquia Senhor Bom Jesus de Marumbi – Jubileu De Ouro”, as primeiras figuras notáveis que contribuíram para a formação da comunidade local incluíram indivíduos como Renato Mario, Olivio Delmiro Afonso, João Garcia Ortega, José da Silva Porto Filho, Isaura Zuan Mario, Antônio Scola, Alceu Baragão e Joaquim José do Prado.

Para compreender mais profundamente as raízes e a história desta região, nos baseamos em testemunhos daqueles que estiveram entre os primeiros a fazer de Marumbi seu lar. Uma figura de destaque dentre esses pioneiros é Joaquim José Prado. Originário do estado de São Paulo, Prado, acompanhado de seus oito irmãos, fez a travessia até Marumbi em 1944, impulsionado pelo desejo de cultivar o café, uma cultura em ascensão e de grande relevância econômica na época.

Em seu relato, Prado destaca os desafios substanciais que os primeiros habitantes enfrentaram, ele descreve um cenário em que os recursos básicos eram escassos, onde as necessidades fundamentais como alimentação, habitação digna e cuidados médicos eram difíceis de serem atendidas.

Para ilustrar ainda mais essa realidade, Prado menciona que, nos primeiros tempos de estabelecimento, os residentes tinham que viajar longas distâncias – cerca de 17 km – apenas para abastecer-se de mantimentos, tendo como destino a cidade de Jandaia do Sul, o centro urbano mais próximo de Marumbi naquela época.

Segundo Renato Mario²⁴, sua chegada a Marumbi se deu em 1943 quando tinha 17 anos de idade, nesse período havia poucos moradores na região, apenas os senhores Élio e Nedo Janta, que Mario faz questão de ressaltar como os primeiros habitantes da cidade. Para Renato, no ano de 1945 havia apenas três casas em toda a área. A primeira se refere ao prédio da Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná, onde morava o senhor João Neves; a segunda, à casa do senhor Joaquim José Prado (Português); e por último, ao bar do senhor Jesus.

²⁴ Depoimento registrado no vídeo documentário “Paróquia Senhor Bom Jesus De Marumbi – Jubileu De Ouro” no ano de 2009.

A paulista Isaura Zuan Mario²⁵, natural de Marília, nascida no ano de 1935, revela-nos que a sua chegada a Marumbi se deu no dia 12 de outubro de 1945 e no dia 20 do mesmo mês Emilio Mario, que no futuro seria seu esposo, desembarcou no mesmo recinto. Isaura conta que a sua família já trabalhava com a produção do café no Estado paulista, no entanto, pela alta taxa de impostos cobrados pelo governo, resolveu explorar novas terras.

Para Isaura, a propaganda que a Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná fazia era amparada em um aspecto fundamental: a fertilidade do solo, o qual a companhia apresentava como uma terra roxa²⁶, extremamente produtiva para o cultivo dos mais variados produtos. Assim, sua família adquiriu um lote pela Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná e passou a se dedicar à produção cafeeira.

Segundo Isaura, na época em que deu sua chegada à cidade de Marumbi existiam poucos estabelecimentos comerciais, apenas alguns prédios da Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná, a casa comercial do senhor Joaquim Português e uma pequena capela (6 m por 10 de comprimento) que servia como igreja para a comunidade católica.

Isaura, ao relembrar os primórdios da cidade, destaca o papel central que a capela desempenhava na vida espiritual e comunitária dos habitantes de Marumbi. Ela descreve a capela como um refúgio, um espaço de acolhimento, onde os devotos se reuniam para orações e para participar das celebrações litúrgicas, muitas vezes conduzidas por sacerdotes vindos de outras localidades. Foi João Lopes do Prado, de acordo com o testemunho de Isaura, quem doou a imagem do padroeiro Senhor Bom Jesus, demonstrando seu compromisso e devoção à comunidade.

²⁵ Depoimento colhido no dia 08/05/2010, na cidade de Marumbi tendo duração de 80 min.

²⁶ Alves e Pelegrini(2010) afirmam que esse tipo de solo é um dos mais favoráveis à cafeicultura no Brasil. José R. Lapa o descreve como uma terra vermelho-escura, resultado da decomposição de lençóis de rochas efusivas basálticas e permeáveis.

O fervor e a união da comunidade foram evidentes na maneira como todos se uniram em prol da construção de um lugar mais adequado para as celebrações. Por meio de diversas atividades comunitárias, como festas tradicionais, quermesses, rifas e, principalmente, com a generosa contribuição dos fiéis, foi possível edificar uma segunda capela, também de madeira. Com o passar do tempo, essa estrutura daria lugar ao que hoje conhecemos como a igreja matriz da cidade.

Seguindo as informações fornecidas pelo vídeo documentário “Paróquia Senhor Bom Jesus De Marumbi – Jubileu De Ouro”, apenas em 1959 a cidade foi agraciada com a presença de um pároco residente, o Padre Luciano Ambrosini. Até então, por um período de cerca de 15 anos, as celebrações eram um acontecimento mensal, conduzidas por padres oriundos de áreas mais distantes, como Jandaia do Sul e Mandaguari.

Além das reminiscências religiosas, Isaura também trouxe à tona lembranças culturais significativas. Ela relembra que, durante a década de 1950, Marumbi viu a inauguração de seu primeiro cinema. Esse estabelecimento se tornou um grande polo de entretenimento, atraindo centenas de residentes durante os finais de semana. E, entre as várias produções exibidas, os filmes protagonizados por Mazzaropi eram aqueles que, segundo Isaura, cativavam e encantavam especialmente o público local.

Ao mergulhar nas narrativas e testemunhos dos pioneiros que se estabeleceram na região, emerge uma rede complexa de motivações e circunstâncias que conduziram à formação da cidade de Marumbi. É inegável que a dinâmica econômica e sociocultural do período desempenhou um papel significativo neste movimento migratório. A expansão da cultura cafeeira no estado do Paraná, durante aqueles anos decisivos, atuou como um poderoso ímã, atraindo inúmeros indivíduos e famílias de outras regiões.

Esta corrida pelo 'ouro verde', como o café era frequentemente chamado, era motivada não apenas pelo potencial lucrativo do grão, mas também pela acessibilidade das terras na região de Marumbi. Estas terras, muitas vezes mais acessíveis em termos de custo, apresentavam-se como uma oportunidade atraente

para aqueles que buscavam recomeçar ou expandir suas atividades agrícolas. Além disso, é importante destacar que estas terras, em sua maioria férteis, não possuíam restrições significativas ao plantio, tornando-as ideais para a cultura cafeeira.

A migração, nesse contexto, não era apenas uma busca por terras, mas um reflexo de uma conjuntura econômica e social mais ampla. As famílias que se deslocavam em busca deste sonho agrícola carregavam consigo esperanças e aspirações, vendo em Marumbi a promessa de um futuro mais próspero, ancorado na força econômica e na promessa do café.

Para Nadir Cancian (1977), após a Segunda Guerra Mundial a produção cafeeira no Brasil sofreu algumas mudanças, com o aumento dos preços do café e o deslocamento do centro de produção de São Paulo para o Paraná, principalmente no Norte do Estado (Norte Novo em 1951, Norte Novíssimo em 1962 e em 1965 novamente o Norte Novo), que se configurou como o maior centro dinâmico da atividade.

Cancian (1977) comprehende estes centros dinâmicos, como áreas onde a produção já estava estabelecida ou sofria algum declínio;

A expansão cafeeira foi sempre acompanhada de um movimento dinâmico, que compreendia uma área onde o café estava penetrando, uma em que se encontrava plenamente em produção e outra, decadente, onde a agricultura se achava em declínio. Daí a existência de centros dinâmicos onde a cafeicultura se encontrava momentaneamente no apogeu (Cancian, 1977, p. 291).

Para Luz (1997), um dos fatores fundamentais para a polarização da cultura do café no Paraná foi a interferência da elite cafeeira paranaense sobre a proibição de novos plantios adotados em outros Estados. Dessa maneira o número de cafeeiros, que foram limitados a 50 milhões, em 1941 já atingia 61 milhões, grande parte se deve aos produtores naturais do Oeste paulista.

Segundo Luz (1997), antes da ação da Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná, no início do século XX, a região já apresentava um relativo fluxo migratório, principalmente dos produtores de café do Estado de São Paulo.

Desde o início deste século, a procura de “terras roxas”, mais férteis e rentáveis, os programas de defesa do café, bem como o incentivo levado a efeito pelo governo estadual, provocaram uma notável expansão dos cafezais no Paraná. Além disso, a proibição do plantio em São Paulo e em outros estados e o declínio da produção dos cafezais nas regiões de lavouras mais antigas contribuíram para que muitos fazendeiros buscassem as terras paranaenses, próprias para o café e ainda não sujeitas às restrições ao seu plantio (Luz, 1997, p. 14).

No entanto, após a atuação da Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná observamos um progresso da frente pioneira na ocupação da região onde hoje está situada Marumbi. Luz (1997) menciona como consequência desse processo um relativo aumento no número de fazendas de café do tipo tradicional paulista, além do crescimento da população no território paranaense.

Em 1960 a densidade demográfica do Estado era de 21,5 hab./km², nas regiões Norte e Oeste, onde a ocupação ainda estava se solidificando e o número já era de 33,4 hab./km². Segundo Luz (1997), pelo censo demográfico do mesmo ano, havia 162 cidades no Estado, das quais 48 com uma massa populacional maior a 5 mil habitantes, sendo 27 dessas na região Norte do Paraná.

Se nas décadas de 1950 e 1960 predominou no Norte do Estado o fluxo migratório, principalmente da região de São Paulo, e, em Marumbi, também podemos constar esse contingente.

De acordo com Pelegrini e Rodrigues (2018) no Norte do Paraná a produção cafeeira foi significativa até meados da década de 1970, no entanto com a famosa “A geada negra”, ocorrida no dia 18 de julho de 1975 inúmeras plantações foram abandonadas, dando espaço paulatinamente para o cultivo da soja, trigo, milho e, principalmente em Marumbi, da cana-de-açúcar.

Esse fenômeno climático provocou profundos impactos na organização social, espacial, econômica e ambiental de toda a região, ocasionando um redirecionamento da população interiorana para os grandes centros populacionais como Maringá e Londrina.

As estatísticas dão uma relativa dimensão desse acontecimento, segundo dados do IBGE²⁷, na safra de 1975, cuja colheita já havia sido encerrada antes da geada, o Paraná havia colhido 10,2 milhões de sacas de café. No ano seguinte, a produção foi de 3,8 mil sacas. A exportação em relação à qual o Estado se destacava como principal exportador caiu a zero e a participação paranaense na produção brasileira decresceu de 48% para 0,1%.

No entanto vale ressaltar que, embora a maioria das famílias que migravam para a região tinha como objetivo a aquisição de sítios e lotes para a produção agrícola, esta não foi a única atividade econômica desenvolvida no território.

Nos depoimentos colhidos perante a população e no vídeo documentário “Paróquia Senhor Bom Jesus de Marumbi – Jubileu De Ouro” chamamos a atenção para três pontos comerciais: a casa de secos e molhados, do senhor Joaquim José do Prado; o mercado São Pedro, do senhor Emilio Mario; e a casa comercial, do senhor Manuel da Silva Fernandes, popularmente conhecido Senhor Mané Português. Manuel da Silva Fernandes²⁸, nasceu em 6 de dezembro de 1932, conta-nos que chegou sozinho ao Brasil em 1955. Natural de Portugal, veio ao país com a garantia de emprego na empresa de atacados J. Alves Veríssimo, esta possuía algumas filiais nas cidades de Ourinhos e Goiânia.

Em 1959, migrou para a região de Marumbi e se casou com a brasileira Justina Fernandes, estabelecendo sua primeira casa comercial que figura até hoje como um dos principais pontos comerciais da cidade. Segundo o vídeo documentário “Paróquia

²⁷Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/atividade_economica/setoriais/agropecuaria/agropecuaria.shtml. Acesso em: 28 out. 2010

²⁸ Depoimento colhido no dia 08/05/2010, na cidade de Marumbi tendo duração de 50 min.

Senhor Bom Jesus De Marumbi – Jubileu De Ouro”, o comércio do senhor Joaquim José do Prado (Joaquim Português) foi o primeiro negócio da região, no estabelecimento eram vendidos os mais variados produtos como gêneros alimentícios e produtos de higiene. Outro estabelecimento mencionado é a Casa São Pedro. Segundo Isaura Zuan Mario²⁹, Emilio Mario, seu esposo, fundou um pequeno bar em sociedade com seu irmão no final da década de 1950, no entanto em 1963.

Ao se aprofundar no estudo da história local de Marumbi, emerge a percepção inegável de que os registros visuais e as narrativas orais desempenham um papel crucial. Esses dois elementos, muitas vezes subestimados em comparação com fontes escritas, são ferramentas importantes para reconstruir as, experiências e nuances que moldam as memórias e a identidades de uma comunidade.

O valor das fotografias reside em sua capacidade de capturar momentos significativos e fornecer símbolos que vão além das palavras. Uma imagem de uma rua principal de Marumbi da década de 1950, por exemplo, pode revelar nuances sobre a infraestrutura da cidade, as vestimentas populares da época, os meios de transporte e até mesmo a interação entre os cidadãos. Estas imagens congelam o tempo, permitindo aos historiadores e ao público em geral visualizar uma cidade em transformação, observar mudanças na paisagem urbana e rural e entender o impacto de eventos históricos significativos, como a expansão da cultura cafeeira, no ambiente construído e na vida cotidiana.

Enquanto as fotografias oferecem um olhar visual sobre o passado, os depoimentos orais complementam essa perspectiva com narrativas pessoais e vivências. Essas narrativas, frequentemente transmitidas de geração em geração ou coletadas por historiadores através de entrevistas estruturadas, são tesouros de informação. Por meio delas, pode-se entender como os cidadãos de Marumbi vivenciaram eventos históricos, como perceberam mudanças em suas comunidades e quais desafios e triunfos marcaram suas vidas. As vozes daqueles que vivenciaram a

²⁹ Depoimento colhido no dia 08/05/2010, na cidade de Marumbi tendo duração de 80 min.

história em primeira mão adicionam profundidade e nuance à compreensão dos eventos, permitindo que os pesquisadores entendam não apenas o que aconteceu, mas também como e por que aconteceu.

Além disso, os depoimentos orais destacam perspectivas muitas vezes esquecidas ou marginalizadas nas narrativas históricas tradicionais. Estas vozes podem incluir as de grupos minoritários, mulheres, imigrantes e outros que, por várias razões, podem não ter tido suas histórias registradas em fontes escritas. Ao incorporar essas perspectivas, os historiadores podem construir uma imagem mais completa e equitativa da história de Marumbi.

Em conjunto, fotografias e depoimentos orais proporcionam uma metodologia robusta e multidimensional para entender a história de Marumbi. Estas fontes, quando analisadas com rigor e contextualizadas adequadamente, permitem que historiadores, estudantes e o público em geral mergulhem profundamente no rico passado da cidade, apreciando sua evolução e os inúmeros indivíduos que a moldaram ao longo dos anos. É somente através do compromisso com uma abordagem abrangente da pesquisa histórica que se pode verdadeiramente honrar e compreender o legado de uma comunidade tão vibrante e única como Marumbi.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de pioneirismo, fortemente presente no imaginário de Marumbi, permeia conversas, celebrações e documentos, mas tende a romantizar a figura do pioneiro, ignorando o papel central de mulheres e trabalhadores. Publicações, sejam elas livros, artigos de jornal ou revistas, frequentemente abordam e destacam este tema, reforçando a sua importância e a sua presença constante no imaginário da comunidade. Da mesma forma, as celebrações, sejam festas tradicionais, datas comemorativas ou eventos específicos, muitas vezes se pautam em homenagear e lembrar aqueles que foram os pioneiros na formação e no desenvolvimento da cidade.

A invisibilidade das mulheres na história oficial é particularmente preocupante. Ao relegar as mulheres a papéis secundários, a narrativa perde não

apenas a riqueza das suas experiências, mas também a compreensão das dinâmicas familiares e comunitárias. Mulheres desbravadoras, muitas vezes enfrentando as mesmas adversidades que os homens, são frequentemente omitidas dos registros históricos, resultando em um retrato distorcido da participação feminina na formação dessas cidades.

As mulheres não eram meramente observadoras passivas nos bastidores; eram agentes ativas, moldando não apenas o ambiente doméstico, mas também participando ativamente na construção econômica e cultural. A falta de visibilidade dessas contribuições perpetua a ideia de que a história é predominantemente masculina, reforçando desequilíbrios de poder que persistem até os dias de hoje.

Os trabalhadores, muitos deles imigrantes, também desempenharam um papel fundamental na construção econômica da região. Suas jornadas de trabalho árduas, as lutas por melhores condições e suas contribuições para o desenvolvimento agrícola e industrial muitas vezes não recebem a devida atenção. A narrativa centrada no pioneiro, ao negligenciar a perspectiva dos trabalhadores, perpetua uma visão desequilibrada da história local, obscurecendo as realidades vivenciadas por esses grupos.

A desconstrução dessa narrativa dominante é uma etapa necessária para compreendermos verdadeiramente a complexidade do passado dessas cidades. Isso envolve a inclusão consciente de vozes e perspectivas marginalizadas. Iniciativas que buscam resgatar e preservar as histórias de mulheres e trabalhadores, através de entrevistas, arquivos familiares e documentos não convencionais, são cruciais para essa reconstituição mais completa do passado.

Ao retomar a pergunta que norteou esta pesquisa — de que modo as narrativas de reocupação da cidade de Marumbi silenciam determinados sujeitos históricos e reforçam representações idealizadas do pioneirismo —, é possível afirmar que os resultados indicam uma predominância da figura masculina, branca e proprietária como principal agente da história local. Ao mesmo tempo, identificamos que as vozes de mulheres, trabalhadores e imigrantes, embora marginalizadas nos

registros oficiais, permanecem vivas na memória oral e nos arquivos familiares, revelando uma outra história que também merece ser contada.

Os resultados desta pesquisa oferecem contribuições relevantes tanto para a sociedade quanto para a comunidade acadêmica. No âmbito social, o trabalho fortalece iniciativas de valorização da memória local, promovendo o reconhecimento de sujeitos historicamente invisibilizados e estimulando práticas de educação patrimonial. No campo acadêmico, a articulação entre fontes orais, imagéticas e documentais demonstra o potencial metodológico de abordagens interdisciplinares na História do Tempo Presente, além de propor caminhos para a crítica das narrativas hegemônicas e a construção de novas formas de representação do passado.

A construção de uma narrativa histórica mais inclusiva não é uma tentativa de diminuir a importância do pioneiro, mas sim de reconhecer a interdependência e a contribuição de diversos grupos na formação das cidades do norte do Paraná. Somente através dessa abordagem mais abrangente poderemos realmente compreender a riqueza e a complexidade da história local e celebrar as diversas vozes que moldaram essas comunidades ao longo do tempo.

Por fim, é importante reconhecer as limitações deste estudo. A pesquisa concentrou-se em fontes disponíveis nos arquivos locais e em um número restrito de entrevistas, o que pode ter deixado de fora experiências ainda não documentadas. Recomendamos, para trabalhos futuros, o aprofundamento de estudos comparativos com outras cidades da região, bem como a ampliação do uso de fontes digitais e georreferenciadas, de modo a fortalecer os vínculos entre memória, território e identidade.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CANCIAN, Nadir. **Cafeicultura paranaense: 1900-1970.** Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo 1977.

JOLY, M. **Introdução a uma análise da imagem.** 2ed. Campinas: Papirus, 1994.

KOSSOY, B. Fotografia e memória; reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, Etienne. (org.). **O fotográfico.** São Paulo: Hucitec, 1988, pp.41-47.

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira:** Maringá. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

MOTA, Lucio Tadeu. **História do Paraná:** ocupação humana e relações interculturais. Maringá: EDUEM, 2005.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo; RODRIGUES, João Paulo Pacheco. Imprensa e memória: a Geda Negra de 1975 no estado do Paraná. **Labirinto (Unir)**, v. 17, p. 210-222, 2018.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Certeza de lucro e direito de propriedade:** o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná. Assis, 1989. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, UNESP.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. **História do Paraná.** Curitiba: Editora Gráfica Vicentina, 1995.

CAPITULO 9

HISTÓRIA E MEMÓRIA NA CASA DE ACOLHIDA SOUZA ARAÚJO: ESTIGMAS E PRECONCEITOS EM TORNO DA HANSENÍASE

Raylane Ferreira Gomes

INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem como objetivo analisar a Casa de Acolhida Souza Araújo (1928-atual) enquanto espaço de memória, identidade e resistência, debatendo seu papel na preservação da história e vivências dos portadores de hanseníase em Rio Branco - Acre, a fim de que possamos compreender como o estigma e as políticas de isolamento influenciaram as memórias dos moradores ao longo desse quase um século desde a sua fundação. Ao explorar a história da instituição e as políticas públicas voltadas ao cuidado dos portadores de hanseníase no Acre, buscou-se analisar os processos de exclusão e estigmatização, além de refletir sobre a necessidade de reavaliar a visão da sociedade sobre a hanseníase e seus portadores, reconhecendo-os como sujeitos de direitos.

A referida instituição recebeu o nome Souza Araújo em homenagem a um médico do Estado de Minas Gerais, Dr. Heráclito de Souza Araújo, pioneiro na pesquisa dessa patologia, cuja intenção sempre foi prestar assistência médico-hospitalar de maneira integral aos portadores de hanseníase³⁰. Nessa lógica, a Casa está localizada em Rio Branco - Acre e representa um importante marco histórico e social para os acometidos pela doença no estado. Fundada em 1928, inicialmente como um “leprosário”, essa instituição reflete um momento em que o isolamento dos doentes era uma medida de saúde pública amplamente utilizada, baseada no medo e na desinformação acerca da hanseníase, doença essa que anteriormente era conhecida

³⁰ DIOCESE DE RIO BRANCO. Casa de Acolhida Souza Araújo. Disponível em: <http://www.diocesederiobranco.org.br/obras-sociais/casa-de-acolhida-souza-araujo/>. Acesso em: 08 fev. 2025.

como lepra, fazendo assim surgir o nome inicial da instituição (Carvalho, 2009). Durante a gestão do Governador Hugo Carneiro (1927-1930), em uma época em que o Acre ainda consolidava sua estrutura política e administrativa, a criação do leprosário se deu em um contexto de precariedade nos serviços de saúde e de escassa assistência aos doentes. No Relatório do Governo referente à sua administração, Carneiro afirmou:

[...] Em reunião realizada em minha própria residência, no dia seguinte ao da minha chegada ao Território, convoquei os elementos mais representativos da cidade de Rio Branco e os escotei [sic] a secundar a ação do governo nessa meritória campanha, a qual devia ser iniciada imediatamente pelo isolamento dos leprosos, que perambulavam pelas ruas, na mais perigosa das promiscuidades (Carneiro, 1930, p. 53).

A gestão inicial da colônia ficou a cargo do Sr. Antônio Costa, cuja família, vivendo próxima ao leprosário, assumia também funções de apoio aos doentes, de modo que atuava como enfermeiros improvisados. Naquele período, a visita de médicos era esporádica, ocorrendo apenas uma vez por ano, e o tratamento se baseava em métodos rudimentares como o uso de óleo de andiroba e de iodo para curativos. Com o tempo, e sob a gestão de governadores como Guiomard dos Santos (1946-1950), a assistência médica e as condições de vida dos internos melhoraram gradualmente, com a chegada de médicos e enfermeiros que prestavam atendimento regular aos pacientes (Carneiro, 1930, p. 53).

Entretanto, apesar dessas melhorias, a Casa de Acolhida Souza Araújo seguiu sendo um espaço de marginalização social, onde os portadores de hanseníase enfrentavam preconceitos profundamente enraizados. Embora o tratamento da doença tenha evoluído e a hanseníase hoje não seja contagiosa quando tratada, o estigma persiste, perpetuando a exclusão social dos seus portadores. A instituição, que inicialmente prestava serviços médico-hospitalares, ao longo das décadas passou por várias transformações, culminando na mudança de seu nome para Casa de Acolhida

Souza Araújo, o que reflete sua função atual como um lar para aqueles que, muitas vezes, não encontram acolhimento em outros lugares.

REVISÃO DE LITERATURA

Essa pesquisa propõe uma reflexão sobre a Casa de Acolhida Souza Araújo (1928) enquanto espaço de memória e resistência, analisando seu papel na preservação da história dos portadores de hanseníase no Acre. O estudo articula diferentes referenciais teóricos, incluindo o conceito de “lugares de memória” de Pierre Nora e as discussões sobre história local e regional de José D’Assunção Barros e Erinaldo Cavalcanti. No entanto, para compreender plenamente as razões que levaram à criação do antigo leprosário, é necessário abordar as políticas higienistas implementadas pelo governo de Hugo Carneiro (1927-1930), conforme discutidas na dissertação de Sérgio Roberto Gomes de Souza (2002) intitulada *Fábulas da Modernidade no Acre: A Utopia Modernista de Hugo Carneiro na Década de 1920*.

O período analisado foi marcado por um esforço do poder público em transformar a cidade de Rio Branco em um modelo de modernidade, seguindo referências urbanísticas europeias e os preceitos do sanitarismo. Essas medidas higienistas estavam alinhadas a um projeto político mais amplo, que buscava controlar os espaços urbanos e a população por meio de normas de assepsia e segregação social. A criação do leprosário insere-se nesse contexto, representando uma tentativa de isolar grupos considerados “indesejáveis” dentro do projeto modernizador do Acre.

Nesse sentido, a dissertação de Sérgio Roberto Gomes de Souza (2002) analisa o governo de Hugo Carneiro a partir da sua proposta de transformar Rio Branco em um espaço urbano racionalizado e disciplinado. Inspirado em paradigmas europeus, Carneiro defendia que a cidade deveria ser reorganizada para atender aos preceitos da modernidade, ignorando de maneira completa as tradições e os costumes do povo que já existia no território acreano. Em uma das primeiras correspondências enviadas pelo governador para o então presidente da República, Carneiro deixa em evidência seu desprezo pelas construções existentes na cidade:

O chamado Palacio do Governo, que é um dos melhores proprios nacionais do Territorio, é um velho barracão de madeira em lastimavel estado de conservação, uma ruina apenas mal sustida, sob ameaça de proximo desabamento (Relatório enviado pelo Carneiro para o ministro da justiça 1930, p.24 *apud* Souza, 2002, p.46).

Souza (2002) destaca que as políticas higienistas do governo Carneiro estavam fundamentadas na crença de que a “civilização” só seria possível por meio do controle estrito do ambiente urbano e de seus habitantes. Nesse contexto, o governador implementou um conjunto de políticas voltadas para a reorganização do espaço urbano de Rio Branco, que envolvia tanto a construção de edifícios representativos do poder estatal quanto medidas de segregação social. As intervenções urbanísticas estavam diretamente relacionadas à tentativa de erradicação do que era visto como “atraso”, promovendo a expulsão de grupos marginalizados e reforçando a ordem sanitária da cidade. Entre as principais iniciativas, destacam-se a construção do Palácio Rio Branco, do Mercado Municipal, do Quartel da Força Policial e o isolamento compulsório dos portadores de hanseníase em “leprosários”, resultando em uma consolidação da capital como um espaço simbólico de controle e disciplina social.

A edificação do Palácio Rio Branco, sede do governo territorial, foi concebida como uma marca da modernização administrativa e arquitetônica. A antiga sede, feita de madeira, foi substituída por uma estrutura imponente em alvenaria, cujo próprio nome “Palácio” remetia à autoridade centralizadora e à necessidade de reconfiguração estética da cidade. Como observa Souza (2002), a construção do edifício não se restringiu à funcionalidade administrativa, mas carregava uma simbologia política fundamental: “A construção do novo mercado adquire importante simbologia exatamente por constituir-se, no olhar do governador, em um marco de ruptura entre o passado e o futuro” (Souza, 2002, p. 61).

Esse projeto se alinha à lógica higienista que permeava a urbanização no período, em que a modernização dos prédios públicos servia para reforçar a separação entre os espaços da elite e os locais destinados às populações marginalizadas. O

Mercado Municipal, também conhecido como Mercado Velho, foi uma iniciativa emblemática das políticas de Hugo Carneiro. Construído em 1929, não foi apenas um ponto comercial, mas um marco da tentativa de disciplinar o espaço urbano e as práticas cotidianas da população. A concepção do mercado estava associada à ideia de organização sanitária, visando afastar as práticas consideradas insalubres da cidade e concentrar o comércio em um espaço controlado. Por sua vez, o Quartel da Força Policial representou a materialização do aparato repressivo do governo territorial, a modernização urbana não se limitava à infraestrutura e ao saneamento, mas incluía a vigilância e a imposição da ordem. A construção do espaço, segundo Souza (2002), tinha como objetivo tornar visível a presença do Estado e garantir que as normas estabelecidas fossem cumpridas, o autor também destaca a importância do papel da força militar durante o governo de Hugo Carneiro no que se refere ao isolamento dos hansenianos em suas residências.

Nesse contexto, a hanseníase era vista não apenas como uma doença, mas como um problema social e moral que deveria ser combatido, pois representava um símbolo de atraso e insalubridade que comprometia o projeto modernizador. A criação do “leprosário”, que posteriormente se tornaria a Casa de Acolhida Souza Araújo, foi uma medida que refletia essa lógica de exclusão, associando o saneamento da cidade à retirada dos corpos considerados “degenerados” do convívio social. O higienismo, conforme analisado por Souza (2002), baseava-se na ideia de que a cidade deveria ser purificada para garantir a saúde da população e atrair investimentos. Esse pensamento era influenciado pelos discursos científicos da época, que legitimavam a segregação de doentes e marginalizados como uma estratégia de progresso. A hanseníase, ao ser percebida como um indicativo de insalubridade e atraso, justificava ações coercitivas que forçaram a remoção dos doentes para áreas distantes da cidade, consolidando a política de isolamento, segundo Souza (2002):

O isolamento e/ou exclusão do convívio social de todos que representavam a ameaça de irradiação de epidemias e propagação de víscos, pode ser caracterizado como o início de uma guerra biológica

que começava a ser travada, o que proporcionaria a constituição de uma população, segundo o governador, “saudável e laboriosa (Souza, 2002, p. 85).

O elo entre essa política higienista e a configuração da cidade fica evidente, como observa o autor, pois a perspectiva era transformar a cidade em um referencial para o restante do território. Rio Branco deveria constituir-se em uma “vitrine” da modernidade no Acre, um importante referencial para anunciar a chegada da “civilização” (Souza, 2002). O afastamento dos doentes foi, portanto, parte de um esforço maior para “purificar” o espaço urbano e torná-lo compatível com o ideal de progresso almejado pelo governo territorial.

A relação entre essas políticas higienistas e o conceito de “lugares de memória” de Pierre Nora (1993) é central para a presente pesquisa. A Casa de Acolhida Souza Araújo, criada a partir dessa lógica de segregação, transformou-se ao longo do tempo em um espaço onde as memórias dos antigos internos são preservadas. Segundo Nora (1993), os “lugares de memória” são locais, práticas ou objetos que, diante do risco de esquecimento, funcionam como marcos de preservação das memórias coletivas de grupos sociais. Esses lugares emergem quando a memória viva se fragiliza e se torna necessário preservar o que corre o risco de ser perdido. Nora (1993) relata que o conceito foi introduzido a partir da ausência de espaços sociais e naturais onde a memória era experimentada de uma forma contínua e espontânea. O autor destaca uma intersecção entre história e memória, em que, apesar de serem entidades distintas — a memória sendo algo vivido, dinâmico e carregado de afeto, enquanto a História é uma construção crítica que tende a distanciar-se dos elementos subjetivos — o estudo dos lugares de memória se posiciona na encruzilhada entre ambas as entidades (Nora, 1993):

A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes,

particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discursos críticos. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica [...] (Nora, 1993, p. 9).

Dessa forma, a relação intrínseca entre História e memória manifesta-se na medida em que a primeira depende da segunda como fonte primordial para a reconstrução do passado. Ao reinterpretar eventos históricos, contudo, a História não apenas os ressignifica, mas também transforma a própria memória coletiva, alterando sensivelmente a maneira como indivíduos e sociedades percebem suas identidades e narrativas (Nora, 1993). Trata-se, portanto, de um processo dinâmico. Se a memória oferece os fragmentos que embasam a investigação histórica, esta, por sua vez, reorganiza tais fragmentos, conferindo-lhes novos sentidos que repercutem na forma de lembrar. Nessa lógica, ao reinterpretar a Casa de Acolhida sob esse viés, colocamos em evidência as recordações subjetivas, emocionais e simbólicas daqueles que viveram ali, especialmente no contexto da violência psicológica e do preconceito que sofreram devido à doença.

As histórias dos moradores desse espaço, que é bem mais que uma simples construção, representam uma memória coletiva que precisa ser preservada, pois as suas experiências são frequentemente silenciadas pela história “oficial”, refletindo em uma tensão entre a memória, que insiste em preservar a sacralidade dessas vivências, e a história, que tende a prosaicá-las e relegá-las ao esquecimento. O conceito de Nora (1993) sobre os “lugares de memória” é relevante, porque evidencia como esses espaços surgem quando a memória viva se fragiliza, necessitando de marcos concretos para sua manutenção. A Casa de Acolhida Souza Araújo, portanto, não é apenas um vestígio do passado higienista do Acre, mas um espaço de resistência e ressignificação da experiência daqueles que ali viveram.

A perspectiva da história local e regional, abordada por Barros (2022) e Cavalcanti (2021), também dialoga com essa problemática, pois permite compreender como as políticas de Hugo Carneiro afetaram diretamente a população local e como as

narrativas sobre o antigo leprosário foram sendo construídas ao longo do tempo. Ao discorrermos sobre o conceito de “lugar”, é importante salientar que este pode ultrapassar o entendimento de um simples espaço geográfico. Para Barros (2022), ele pode ser caracterizado pelas relações humanas e subjetividades que ali se formam:

O lugar é o local que adquiriu visibilidade para alguém, porque investido de certos significados. Assim, o lugar é o espaço ao qual foram agregados novos níveis ou camadas de sentidos. Conforme uma metáfora que poderíamos tomar de empréstimo à Música, o lugar é o espaço objetivo sobre o qual se ergueu um acorde de subjetividades (Barros, 2022, p. 25).

Para o autor, a história local não se limita ao estudo de comunidades isoladas, mas deve ser compreendida dentro das relações entre os contextos micro e macro-históricos. Essa perspectiva é essencial para a presente pesquisa, pois permite analisar a instituição não apenas como um local de confinamento sanitário, mas também como um elemento integrante de processos sociais mais amplos de marginalização e resistência. Barros (2022) argumenta que o espaço adquire sentido a partir das relações estabelecidas pelos indivíduos e das experiências que nele se desenrolam. Assim, um lugar torna-se historicamente relevante não apenas por sua materialidade, mas pela atribuição de significados por aqueles que o vivenciam (Barros, 2022). Esse conceito é central para a análise da Casa de Acolhida Souza Araújo, uma vez que o local deixou de ser apenas um centro de isolamento compulsório para se tornar um espaço de memória e identidade coletiva para seus residentes.

A perspectiva de Erinaldo Cavalcanti (2018) complementa essa abordagem ao enfatizar a importância da História Local como meio de valorização de narrativas frequentemente negligenciadas pela historiografia tradicional. O autor ressalta que a história local possibilita compreender processos históricos em escalas reduzidas, permitindo que sujeitos historicamente marginalizados tenham suas experiências resgatadas e analisadas de forma crítica. Cavalcanti (2018) define “história local” como uma forma de historiografia focada nos pequenos contextos. Para ele, essa história pode ser considerada amiúda, porém, longe de não haver significância:

Nesse sentido, a história local seria, por excelência, uma “história pequena”, ou história miúda. Não pequena em importância ou significado, diga-se à exaustão. Por “história pequena” me refiro a uma dada leitura que sugere uma interpretação pela qual uma história (ou várias histórias) é apreendida e percebida pela extensão espacial de seus desdobramentos; que não excederia grandes limites geográficos. O conhecimento de existência dessa história não ultrapassaria grandes alcances, além dos imediatos limites no espaço físico onde ocorreria (Cavalcanti, 2018, p. 277-278).

Para Cavalcanti (2021), a história local não deve ser considerada de menor importância em relação às grandes narrativas históricas, pois permite a reconstrução de dinâmicas sociais que seriam invisibilizadas em estudos de amplitude nacional. Dessa forma, ao adotar os referenciais teóricos de Barros (2022) e Cavalcanti (2018), esta pesquisa insere-se no debate historiográfico sobre a importância da história local e regional, problematizando a memória do antigo leprosário e sua relação com as políticas de saúde pública no estado do Acre. A Casa de Acolhida Souza Araújo emerge, assim, como um lugar onde diferentes temporalidades se sobrepõem: a memória do isolamento compulsório convive com a atual função da instituição como espaço de acolhimento e assistência.

Desse modo, a análise das políticas higienistas do governo Carneiro contribui para a compreensão da Casa de Acolhida Souza Araújo não apenas como um espaço de segregação no passado, mas como um lugar de memória que preserva as narrativas daqueles que foram excluídos da sociedade. A combinação dos referenciais teóricos utilizados nesta pesquisa possibilita uma abordagem mais ampla, articulando a história das políticas públicas de saúde com os debates sobre memória, exclusão e identidade coletiva.

METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida e fundamentada metodologicamente a partir de abordagens que integram a micro-história e a história oral. A escolha da micro-história como recurso metodológico se deu pela necessidade de explorar de maneira mais

profunda as experiências individuais e específicas daqueles que vivem nesse espaço, a fim de que possamos compreender como as histórias de vida dessas pessoas revelam não apenas os impactos pessoais do isolamento compulsório e o preconceito, mas também como essas experiências se relacionam com questões maiores de saúde pública, de marginalização e os estigmas enfrentados por essas pessoas em Rio Branco. Segundo Jacques Revel (2010), a micro-história permite observar os fenômenos sociais a partir de uma escala reduzida, destacando como as vivências pessoais e locais revelam processos históricos mais amplos. Para o autor, a micro-história não é apenas uma questão de “reduzir” o campo de observação para uma análise em escala menor, mas sim de modificar qualitativamente a forma como o objeto de estudo é visto:

O que está em jogo na abordagem micro-histórica é a convicção de que a escolha de uma escala peculiar de observação fica associada a efeitos de conhecimentos específicos e que tal escolha pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento. Retomando uma metáfora que foi muito utilizada nos últimos anos, variar a focalização de um objeto não é unicamente aumentar ou diminuir seu tamanho no visor, e sim modificar sua forma e sua trama (Revel, 2010, p. 438).

Ao escolher uma escala micro, o historiador basicamente altera o modo de ver, ou seja, ao invés de simplesmente “ampliar ou reduzir o visor”, ele está mudando a própria natureza do que está sendo observado, captando novas camadas de significados e detalhes que, em uma perspectiva mais vasta, podem passar despercebidos. Partindo dessa premissa, ao analisarmos a Casa de Acolhida dentro de uma esfera da micro-história, buscamos entender sua representatividade e importância para a sociedade.

A história oral foi um dos pilares centrais para a construção desse estudo, proporcionando uma compreensão mais ampla e genuína das trajetórias de vida dos moradores, além de contribuir para a recuperação de memórias subjetivas e experiências individuais. Verena Alberti (2005) destaca que, através de entrevistas utilizando a história oral, podemos ter acesso a acontecimentos que foram pouco esclarecidos, experiências pessoais ou impressões particulares:

A entrevista de história oral permite também recuperar aquilo que não encontramos em documentos de outra natureza: acontecimentos pouco esclarecidos ou nunca evocados, experiências pessoais, impressões particulares etc (Alberti, 2005, p. 28).

A autora destaca que essa metodologia nasceu nos Estados Unidos e se desenvolveu de maneira mais ampla e forte a partir dos anos de 1950 em advento à invenção do gravador portátil, com isso, a história oral passa a ser vista como um potencial de estudos dos acontecimentos e das conjunturas sociais. A difusão dessa metodologia pelo mundo só ocorreu, de fato, alguns anos depois. No Brasil, o Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC – FGV) foi um dos pioneiros no uso do método. Visando articular pesquisa e documentação, o programa se destacou ao utilizá-los em um projeto de pesquisa intitulado “Trajetórias e desempenho das elites políticas brasileiras”, cuja ideia era realizar entrevistas de história de vida com o intuito de analisar o processo de montagem do atual estado brasileiro e compreender como se consolidou o regime militar, que na época se fazia vigente (Alberti, 2005).

Nesse sentido, como já destacado, essa metodologia nos permite acessar não apenas fatos históricos, mas também as emoções, interpretações pessoais e memórias dos moradores que vivenciaram de fato o que foi o “leprosário”. De acordo com Alessandro Portelli (1997), a história oral se diferencia das demais metodologias por sua ênfase nas memórias subjetivas, que, ao se divergirem por vezes dos registros factuais, revelam dimensões interpretativas da experiência humana e suas mudanças ao decorrer do tempo:

Mas o realmente importante é não ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações. Assim, a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória (Portelli, 1997, p. 33).

Ao empregarmos essa abordagem, nos permitimos captar como os indivíduos alteram os significados de suas experiências à luz de contextos atuais, como o preconceito enfrentado pelos moradores da Casa de Acolhida que hoje buscam reinterpretar suas memórias em um espaço de acolhimento e resistência, pois “As fontes orais dão-nos informações sobre o povo iletrado ou grupos sociais cuja história escrita é ou falha ou distorcida” (Portelli, 1997, p. 27). Alberti (2005) salienta ainda que a importância da história oral não se dá apenas por trazer novas informações que não se fazem presentes em outros tipos de documentos, mas sim evidenciar a forma que se recuperam as experiências vividas e interpretadas pelas próprias pessoas que as viveram.

Sua peculiaridade — e a da história oral como um todo — decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu. É neste sentido que não se pode pensar em história oral sem pensar em biografia e memória (Alberti, 2005, p. 29).

As metodologias apresentadas acima desempenham um papel fundamental na coleta e análise de dados, permitindo uma investigação aprofundada que não apenas documenta, mas que também é capaz de ressignificar essas trajetórias de vida, contribuindo para uma valorização da memória coletiva.

Nesse sentido, foram realizadas entrevistas com alguns moradores de longa data da instituição: Raimundo Bento, Maria de Fátima, Genivaldo Soares e Agemiro Pantoja. A seleção desses entrevistados foi baseada no tempo de permanência na instituição, considerando que suas experiências proporcionaram uma compreensão mais ampla da trajetória da Casa de Acolhida Souza Araújo e das vivências relacionadas à hanseníase nesse contexto. Para a condução das entrevistas, o manual de Alberti (2005) foi crucial. Seguindo suas diretrizes, foram realizadas a seleção dos participantes, a formulação do roteiro de perguntas e a escolha dos instrumentos de registro. Após estudos das orientações do manual, as entrevistas foram feitas conforme

o modelo proposto, garantindo que os participantes pudessem compartilhar suas histórias de maneira confortável e espontânea.

O Seu Agemiro, como é conhecido internamente, foi escolhido devido seu longo histórico com o espaço. Ele é o morador mais antigo da casa e viveu o período em que a instituição ainda era uma colônia para o tratamento da hanseníase, antes de se tornar um hospital e posteriormente um espaço de acolhimento. Seu relato oferece uma perspectiva fundamental sobre essa transição. Maria de Fátima, por sua vez, reside na casa há 32 anos, sua trajetória proporciona um olhar sobre as transformações da instituição no decorrer do tempo.

Raimundo Bento e Genivaldo Soares também foram selecionados por sua prolongada permanência na instituição. Raimundo, além de conhecer profundamente a estrutura e a rotina da casa, possui uma trajetória de vida que se mostra relevante para a pesquisa. Já Genivaldo, além de ter sido diagnosticado com hanseníase, possui deficiência visual, condição resultante do uso de medicamentos no tratamento da doença nos seringais, em um período no qual a hanseníase ainda não possuía uma cura eficaz. Diagnosticado oficialmente aos 29 anos, sua história ilustra os desafios enfrentados pelos doentes antes do acesso a tratamentos mais avançados.

Além dos residentes, também foi realizada uma entrevista com a irmã-chefe Francisca Vieira de Lima, responsável pela gestão da Casa de Acolhida Souza Araújo. A conversa abordou a estrutura do espaço, os desafios enfrentados para sua manutenção e aspectos históricos da criação da instituição. A entrevista com a irmã Francisca contribuiu para a compreensão não somente da administração da casa, mas também do papel das instituições religiosas e sociais no suporte aos moradores no passar dos anos.

As conversas foram registradas por meio de um gravador digital, utilizando o celular como principal dispositivo, com um aparelho adicional como *backup*, a fim de evitar a perda de dados. A duração de cada entrevista variou conforme a disposição dos entrevistados. No caso de Argemiro, devido à sua idade avançada e às dificuldades na comunicação, a entrevista foi mais breve, durando entre 10 e 20

minutos. Todos os diálogos foram realizados dentro das dependências da Casa de Acolhida Souza Araújo. Antes da coleta dos depoimentos, buscou-se estabelecer um contato prévio com os entrevistados para garantir que se sentissem confortáveis com o processo. Como um dos familiares da pesquisadora é funcionário da instituição, os participantes já tinham conhecimento prévio da pesquisa, o que contribuiu para uma relação de confiança. Antes das entrevistas, foi promovida uma conversa com a coordenação da casa para obter autorização formal, garantindo que todos os procedimentos fossem conduzidos de maneira ética e respeitosa.

Durante as conversações, enfatizou-se que o objetivo era compreender as experiências e percepções da vida dos entrevistados, assegurando que não se sentissem pressionados pelo fato de estarem sendo gravados. Como a maioria dos moradores entrevistados tinham dificuldades para escrever, optou-se por registrar suas autorizações por meio da gravação de áudio, em que confirmavam seu consentimento para a pesquisa. A transcrição dos depoimentos foi realizada manualmente, garantindo fidelidade aos relatos e evitando erros que pudesse comprometer a integridade das narrativas.

A abordagem utilizada para as entrevistas foi a história de vida, conforme discutido por Alberti (2005), em que se tem como centro do diálogo o interesse no próprio indivíduo na história, desde seus anos iniciais até o presente momento em que se fala, pois o objetivo era compreender como os entrevistados vivenciaram a hanseníase e como a doença influenciou suas trajetórias. Essa escolha não significa reduzir suas identidades à condição da doença, mas reconhecer que ela exerceu um impacto significativo em suas vidas. Dessa forma, a história oral permitiu que os participantes compartilhassem suas memórias, experiências, desafios e expectativas de maneira livre e espontânea.

Para estruturar as entrevistas, elaborou-se um roteiro com 10 perguntas, formuladas de maneira acessível, considerando o público-alvo. Como os entrevistados eram pessoas idosas, priorizou-se uma linguagem clara e objetiva, garantindo que pudesse compreender as questões e responder sem dificuldades. Seguiu-se a

recomendação de Alberti (2005) em relação à condução da entrevista, utilizando um roteiro escrito e anotando tópicos-chave para facilitar o desenvolvimento da conversa. O objetivo era manter o fluxo do diálogo sem interferências excessivas, garantindo que os entrevistados se sentissem à vontade para compartilhar suas histórias.

A utilização do *Manual da História Oral* foi essencial para estruturar o processo metodológico da pesquisa. O livro fornece diretrizes importantes sobre a preservação das gravações, a escolha dos equipamentos adequados e as melhores práticas para a condução das entrevistas. A metodologia adotada buscou não apenas coletar informações, mas também valorizar as vozes dos entrevistados, reconhecendo suas vivências como parte fundamental da memória da Casa de Acolhida Souza Araújo. A pesquisa, ao se fundamentar na história oral e na micro-história, contribui para a preservação das memórias de um grupo historicamente marginalizado, promovendo um resgate da identidade e das experiências daqueles que viveram o impacto do estigma social associado à hanseníase.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A memória e a história são resultantes de construções sociais, elaboradas pelos próprios sujeitos a partir de suas vivências, tanto individuais quanto coletivas, no contexto da vida em sociedade. Nesse sentido, a memória, por estar diretamente ligada à identidade, relaciona-se aos comportamentos e formas de pensar coletivas, uma vez que o ato de recordar de cada pessoa está vinculado à sua posição e trajetória no tempo histórico (Neves, 2000).

Sob esse viés, compreender a trajetória da hanseníase no Acre exige mais do que uma perspectiva clínica, requer a escuta das vozes silenciadas pela exclusão social. Conforme destaca Souza (1995) em *História do Acre*, a hanseníase afeta a população acreana desde o século XIX, sem distinção de raça, gênero ou idade, evidenciando a amplitude e a gravidade da doença na história regional.

No entanto, mesmo com os avanços institucionais, o estigma social ainda permanece. Conforme apontam Araújo e Diniz (2023), o momento mais trágico para a

pessoa acometida pela hanseníase ocorre quando passa a ser identificada como “leprosa”. Esse rótulo desencadeia um processo de rejeição que, muitas vezes, tem origem na própria família, levando à interiorização de um “complexo de morte” por parte do doente. Nesse sentido, Michel Pollak (1992) argumenta que a memória coletiva dos grupos marginalizados é constantemente tensionada entre o reconhecimento e o esquecimento imposto socialmente. No caso da hanseníase, o preconceito estruturava um processo de exclusão radical, resultando em situações de isolamento extremo, como o abandono em áreas remotas ou até atos violentos para afastá-los do convívio social.

Essa perspectiva é confirmada pelas narrativas colhidas durante as idas à Casa de Acolhida Souza Araújo, revelando que, para além dos dados oficiais, há memórias marcadas por dor, abandono e resistência. Entre os relatos, destaca-se o de Maria de Fátima, 71 anos, moradora da Casa de Acolhida, que chegou ao local aos 32 anos, por não ter onde morar. Em seu depoimento, Fátima evidencia a brutalidade do preconceito vivido, sobretudo quando esse preconceito partia da própria família:

[...] Meu Deus do céu preconceito... agora hoje em dia não... ‘fulana pegou hanseníase, você vê é o mesmo estar olhando para você mesmo, estar olhando para essa parede, tá limpinho! Mas de primeiro, bichinha, Deus me livre! O primeiro preconceito pior é o da família, porque se os estranhos, a pessoa sofria preconceito com os estranhos, imagina os de casa, o preconceito dos parentes, de tio, primo, de tudo. Digo ‘pro’ pessoal que o preconceito que doía mais, era da família, dos parentes. Tinha deles que fazia era casa no meio da mata, tinha deles que tocavam fogo na casa do doente, e era mesmo, daí para pior! Outros botavam num... num barco e deixava gente de água abaixo... quando parecia doente, que a família toda tinha preconceito diz que fazia isso mesmo por ‘rumo’ lá do purus [...] (Silva, 2025).

Como mencionado por Fátima, as práticas brutais, como a destruição de moradias e o abandono de doentes em rios, são estratégias que refletem um desejo de apagamento simbólico e físico dessas pessoas da sociedade, reforçando como a exclusão não se dava apenas no âmbito social, mas também dentro do núcleo familiar.

Esse depoimento não somente humaniza a narrativa histórica, como também evidencia que, ainda que o preconceito contra a hanseníase não se manifeste hoje com a mesma violência explícita do passado, ele ainda está presente, seja em olhares, silêncios ou atitudes veladas. Mais do que uma lembrança, trata-se de uma memória traumática que continua a influenciar o presente daqueles que viveram e ainda vivem a realidade da doença.

Diante desse cenário de violações físicas, psicológicas e memórias marcadas pela dor da exclusão, a história de Raimundo Bento emerge como mais um testemunho das consequências brutais da segregação. Assim como outros indivíduos acometidos pela hanseníase, Bento enfrentou ainda muito jovem a infeliz solidão da patologia. Nascido no interior do estado e tendo vivido grande parte da sua juventude em seringais³¹, ele descobriu a hanseníase aos 13 anos de idade. Ao ser questionado se havia sofrido preconceito por membros da família, relata:

Ave Maria! A minha mãe ela pediu a Deus e a Nossa Senhora para dar todo jeito de tirar eu de casa, porque ela não queria eu em casa né? Queria só ela e um irmão encostado, um filho de criação dela e um neto. Menina foi uma dor tão sentida que eu senti, que eu imaginava tudo no mundo. Ela dizia 'Ah meu Deus, me ajude e me proteja por todo o mundo, para eu não pegar essa doença' (Bento, 2025)

Nesse sentido, sua fala deixa evidente que o impacto do preconceito não se limitava só ao isolamento físico, mas também envolvia a deslegitimização da própria existência do indivíduo dentro do núcleo familiar. O medo de contrair a hanseníase não apenas os afastava, mas os privava do direito básico de pertencimento, trazendo uma outra dimensão da exclusão: a negação do afeto e da convivência familiar. A maioria dos entrevistados possui uma postura comum entre si. Quando questionados

³¹Seringal é a unidade econômico-social de produção da borracha na Amazônia e está dividido em sua forma física e social, onde fisicamente, o seringal representa o conjunto de árvores produtoras do látex, as seringueiras e socialmente, ele representa o elo de ligação entre o patrão-comerciante, chamado de Seringalista, homem rico, dono do seringal, e os seus empregados-fregueses, os Seringueiros, homens pobres, responsáveis pelo extrativismo da borracha [...] (Pontes, 2014, p. 107).

sobre os males da doença, quase todos relatam os prejuízos físicos, mas sobretudo os danos psicológicos mesmo que de forma inconsciente, o que reforça ainda mais a construção de identidades marcadas pela dor, solidão e pela luta por reconhecimento enquanto indivíduos.

Dessa forma, um dos elementos centrais observados durante a realização desta pesquisa foi o medo social ainda associado à hanseníase. Esse medo se manifesta de forma concreta nos relatos dos entrevistados e está diretamente relacionado à persistência dos estigmas históricos que cercam a doença. Mesmo diante dos avanços científicos que comprovam que a hanseníase, quando tratada, deixa de ser contagiosa, o temor de contato físico, de proximidade e até mesmo de compartilhar espaços com os doentes ainda é recorrente³². Tal ação é demonstrada nas palavras de Dona Fátima, que evidencia como o estigma ainda molda as relações sociais:

Pessoal diz que hoje em dia não tem mais preconceito, claro que tem! O preconceito [...] de hanseníase não acaba não, mas assim por aqui não tem não [pela instituição] mas ainda tem gente que tem preconceito com os doentes. Que têm medo de pegar, acha que pegar assim no outro ali [demonstrou toque físico na pesquisadora] já ta doente, e não é assim, nem antigamente era assim imagina hoje em dia... se um doente sentasse em um canto, um sadio não sentava mais ali não! (Silva, 2025).

Essa percepção contribui para a manutenção de práticas discriminatórias profundamente enraizadas. Como destacado por Maciel e Pinheiro (2016, p. 388), “os estigmas e preconceitos são construídos socialmente pelos indivíduos e instituições, e neles permanecem arraigados ao longo do tempo”.

O depoimento de Genivaldo Soares, de 47 anos, outro residente da instituição, ilustra bem isso. Ele chegou ao Souza Araújo em 2008 e conta que vive com hanseníase desde os cinco anos de idade, porém só na fase adulta recebeu o tratamento adequado.

³² Hanseníase. Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/hansenias#:~:text=Ainda%20no%20in%C3%ADcio%20do%20tratamento,tratamento%2C%20tamb%C3%A9m%20devem%20ser%20examinados>. Acesso em 09. mar. 2025.

Nascido em Boca do Acre, no interior do Amazonas, cresceu em uma região de difícil acesso, onde usava outros medicamentos para tentar controlar a doença. No entanto, isso não impediu que fosse alvo de preconceito. Genivaldo relata que viveu com medo constante de ser visto em público e até temia por sua vida, mostrando como, mesmo com os avanços da medicina, o temor ainda fala mais alto do que o conhecimento, reforçando estigmas antigos. Apesar dos avanços da medicina, fora do meio acadêmico, quando o tema emerge em diálogos cotidianos, o receio ainda se sobrepõe ao conhecimento científico, reforçando estigmas históricos e situações constrangedoras como as relatadas por Fátima anteriormente e por Genilvado:

[...]Tinha vezes que eu me escondia na mata pra ninguém me ver. Porque eles diziam que iam pegar a doença. Eu digo pega não, que meus irmãos nunca pegaram, minha mãe, meu pai, meus primos. [...] mas eles, Deus me livre, queriam até me matar. Preconceito em cima de preconceito (Silva, 2025).

Os depoimentos relatados são reveladores da desumanização vivida por essas pessoas. O sofrimento causado pelo preconceito é perceptível tanto nas palavras, quanto na forma com que elas foram ditas durante as entrevistas, carregadas de dor, medo e indignação. A hanseníase, nesses contextos, não é apenas uma condição de saúde, mas um marcador social de exclusão que desfigura o sujeito diante da sociedade.

Paradoxalmente, o isolamento forçado contribuiu para o fortalecimento de vínculos dentro da própria Casa de Acolhida Souza Araújo. A análise dos relatos demonstra que, ao serem afastados de suas famílias e comunidades, os moradores desenvolveram entre si uma rede de solidariedade e apoio. Suas falas, frequentemente marcadas pelo uso de pronomes no plural e construções coletivas, revelam a importância do grupo como espaço de pertencimento. A coletividade surge, nesse cenário, como resposta às experiências de rejeição vividas externamente.

Dentro da instituição, os moradores encontram formas de reconstruir vínculos sociais, compartilhar memórias e reafirmar suas identidades frente ao estigma. É nesse

contexto que a Casa se configura como um “Lugar de memória”, nos termos de Pierre Nora (1993), ou seja, um espaço onde a memória se cristaliza e se secreta, ao mesmo tempo que se fixa, se refugia e se exalta (Nora, 1993). Nesse ambiente, as narrativas coletivas e as práticas de cuidado mútuo não apenas preservam traços de um passado marginalizado, mas também ressignificam a existência dos sujeitos, transformando a instituição em um símbolo de resistência à exclusão.

Diante do conjunto de relatos analisados, é possível afirmar que a preservação da Casa de Acolhida Souza Araújo é fundamental, sobretudo por representar, para muitos de seus moradores, o único espaço reconhecido como lar. Durante as entrevistas, foi recorrente a ideia de que aquele é o lugar onde se sentem pertencentes, acolhidos e respeitados — tanto por outros residentes, quanto pelos profissionais que atuam na instituição. Como relata a Dona Fátima, “Para mim é a minha casa, porque aqui foi onde me acolheram, porque eu não tinha para onde ir” (Fátima, 2025). Essa percepção evidencia que, em contraste com as políticas de segregação que os desenraizaram de suas comunidades originais, esse espaço tornou-se um refúgio simbólico, onde reconstruam vínculos sociais e ressignificam suas identidades para além do estigma da hanseníase.

Como discutido anteriormente, a exclusão forçada durante o isolamento compulsório não só fragmentou suas trajetórias, como também os obrigou a criar novas formas de existência coletiva. No entanto, é crucial destacar que a hanseníase, embora marcadora biográfica (Goffman, 1963), não esgota suas subjetividades. Nas narrativas analisadas, a doença aparece como um elemento entre outros — como a solidariedade entre os moradores e a luta por reconhecimento — que configuram suas experiências sociais e afetivas. Assim, a instituição transcende sua função prática assistencial e encarna uma resistência contra a desumanização imposta pelo discurso médico-sanitarista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Explorar a Casa de Acolhida Souza Araújo enquanto espaço de memória, identidade e resistência revelou-se fundamental para compreender não somente a

história da hanseníase na capital acreana, bem como as dinâmicas sociais que perpetuaram estigmas e exclusão associadas à mesma ao longo dos anos. Ao articular os conceitos teóricos de Pierre Nora (1993) sobre “lugares de memória” e as perspectivas da história local e regional de Barros (2022) e Cavalcanti (2018), este estudo evidenciou como a instituição transcendeu sua origem enquanto instrumento de segregação higienista para se tornar um símbolo de esperança e resiliência coletiva.

Os resultados demonstram que, apesar dos avanços no tratamento da hanseníase e das mudanças nas políticas de saúde pública, o estigma associado à doença persiste, moldando trajetórias de vida marcadas pelo abandono familiar, violência simbólica e marginalização social. As narrativas dos moradores, recuperadas por meio da metodologia de história oral, expõem a profundidade do trauma causado pelo isolamento compulsório, porém também revelam a capacidade de resistência e reconstrução de vínculos no interior da instituição. A Casa de Acolhida Souza Araújo, ao acolher aqueles que foram rejeitados pela sociedade, após o isolamento compulsório deixar de ser um mecanismo de tratamento utilizado, transformou-se em um espaço onde a memória coletiva se entrelaça com a afirmação de identidades, desafiando a visão reducionista que associava os doentes à “degeneração” ou ao “atraso”.

O estudo também destacou a contradição inerente à história da instituição: criada sob a lógica higienista do governo Hugo Carneiro (1927-1930), que buscava “purificar” a cidade de Rio Branco, ela acabou por se tornar um refúgio para os mesmos corpos que o Estado tentou apagar. Essa transformação reflete a complexidade dos processos históricos, nos quais espaços de opressão podem ser ressignificados como locais de pertencimento e luta.

A persistência do preconceito, mesmo após décadas de avanços médicos, reforça a necessidade de políticas públicas que combatam o estigma estrutural associado à hanseníase. Como demonstram os depoimentos, o medo e a desinformação ainda permeiam o imaginário social, perpetuando práticas discriminatórias. Nesse sentido, a preservação da Casa de Acolhida Souza Araújo

como patrimônio da memória acreana é urgente, não apenas como testemunho do passado, mas como instrumento educativo para reafirmar a dignidade dos portadores dessa patologia e desconstruir estereótipos.

Por fim, este trabalho ressalta a importância de abordagens historiográficas que valorizem escalas locais e subjetivas, como a micro-história e a história oral, para recuperar narrativas marginalizadas. Ao centrar-se nas vozes dos moradores, a pesquisa não somente contribui para a preservação de suas memórias, mas também desafia a sociedade a reconhecer a hanseníase como uma questão de direitos humanos, exigindo reparação simbólica e inclusão social. A Casa de Acolhida Souza Araújo, portanto, não é apenas um marco do passado: é um chamado à reflexão sobre como construímos memórias coletivas mais justas e acolhedoras no presente.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual da História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BARROS, José D'Assunção. História Local e História Regional - A Historiografia do Pequeno Espaço. **Revista Tamoios**, v. 18, p. 22-53, 2022.

CARNEIRO, Hugo Ribeiro. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Augusto de Viana Castelo**, relativo ao período de janeiro de 1928 a outubro de 1929. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

CAVALCANTI, Erinaldo. História e História Local: desafios, limites e possibilidades. **Revista História Hoje**, v. 7, n. 13, p. 272-292, 2018.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Tradução de Mathias Lambert. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MACIEL, Roseli Martins Tristão; PINHEIRO, Veralúcia. A hanseníase entre o estigma e a mudança de terminologia. In: MAGALHÃES, Sônia Maria de (Org.). **Doenças e escritas**: arquivos da hanseníase no Brasil. 2. ed. Goiânia: Editora UFG, 2016. p. 370-402.

NEVES, Lucilia de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. **História Oral**, São Paulo, v. 3, p. 109-116, 2000.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, 1993.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. Tradução de Monique Augras. Edição de Dora Rocha. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992.

PONTES, Carlos José de Farias. **O Primeiro ciclo da borracha no Acre**: da formação dos seringais ao grande colapso. Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre, AC, v. 1, n. 1, p. 107-123, 2014.

PORTELLI, Alessandro; RIBEIRO, Maria Therezinha Janine; FENELON, Déa Ribeiro. O que faz a História Oral diferente. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 14, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>. Acesso em: 27 out. 2024.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 434-444, 2010.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de (Org.). **História do Acre**. Rio Branco: Enviar, 1995.

SOUZA, Sérgio Roberto Gomes de. **Fábulas da modernidade no Acre**: a utopia modernista de Hugo Carneiro na década de 1920. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

CAPITULO 10

ATÉ OS BOÊMIOS SOFREM: REPRESSÃO E RESISTÊNCIA NA NOITE DE RIO BRANCO

João Pedro de Souza Santos

INTRODUÇÃO

A boemia, entendida como prática de sociabilidade noturna marcada por encontros informais em bares, casas noturnas e outros espaços de lazer, por vezes, é vista apenas como uma forma de entretenimento. Em Rio Branco, Acre, o Bar e Restaurante “O Porão”, ativo no início da década de 1990, tornou-se um importante ponto de encontro de artistas, músicos e frequentadores da cena cultural alternativa. O problema central que este estudo se propõe a investigar é: de que maneira a boemia acreana, representada pelo Bar “O Porão”, foi impactada por ações estatais de controle e repressão, e como esses espaços boêmios atuaram como formas de resistência cultural. O fechamento do bar, em meio a justificativas ligadas à segurança pública, revela tensões entre as expressões culturais populares e os projetos de organização urbana e moral conduzidos pelo Estado. A relevância desta pesquisa reside na necessidade de compreender como práticas culturais marginais, como a boemia, desafiam o monopólio do Estado sobre a produção de ordem e significado no espaço urbano. Ao investigar o caso do “Porão”, o estudo contribui para a historiografia local para a compreensão e surgimento de novos debates.

REFERENCIAL TEÓRICO

Não podemos compreender a boemia simplesmente como um fenômeno isolado ou unidimensional. Assim como qualquer contexto social, a boemia envolve múltiplas interpretações e representações que vão além de sua mera prática cotidiana. Ao refletirmos sobre esse tema, nos deparamos com um campo vasto e ao mesmo tempo difícil de capturar em sua totalidade, especialmente quando analisado sob a

ótica da história. Sendo assim é fundamentalmente necessário que tenhamos uma construção do que é boemia e sua aplicação nas dinâmicas sociais.

A dissertação *A Construção de Lugares na Boemia* (Furquim, 2017), investiga como os espaços boêmios se consolidam enquanto locais de sociabilidade e resistência cultural, com foco nos bairros Centro Histórico e Cidade Baixa, em Porto Alegre. Para Furquim, a boemia não se limita ao lazer noturno, mas se configura como uma prática sociocultural que ressignifica os espaços urbanos, transformando-os em territórios de resistência, onde identidades e valores alternativos se expressam. Ele argumenta que a boemia constrói um imaginário coletivo, entrelaçando memórias, afetos e práticas culturais, tornando esses lugares símbolos de resistência à ordem social estabelecida.

No desenvolvimento de sua análise, Furquim (2017) propõe uma definição do termo boemia que dialoga com a seguinte perspectiva:

uma forma de vida pública da noite, relacionada com a diversão das pessoas. É a partir disso que lemos este conceito como uma prática sócio-cultural que incorpora as mais variadas vivências de sujeitos e atividades neste ambiente noturno, bem como agrega também todo um imaginário mais amplo evocado no ato de se falar/pensar em boemia e não em lazer/entretenimento noturno. Além disso, por meio dessa palavra buscamos incorporar práticas e sujeitos excluídos da lógica de consumo, pressuposto este fundamental numa perspectiva de se pensar a noite como um ambiente para a construção e prática de alteridades na sociedade atual (Furquim, 2017, p. 22).

Essa abordagem de Furquim é especialmente relevante para compreender as dinâmicas boêmias no bar “O Porão”, em Rio Branco. Assim como os espaços analisados por ele, “O Porão” não se restringia à função de um ponto de lazer, mas se consolidava como um espaço simbólico de resistência cultural. As vivências de seus frequentadores e músicos contribuíam para a construção de uma rede social complexa, em que identidades e práticas alternativas se afirmavam à margem das normas sociais e culturais dominantes. Durante seu funcionamento, o bar tornou-se um território de resistência, desafiando as tentativas de controle social e repressão estatal.

O trabalho de Furquim oferece um referencial teórico importante para pensar a boemia em Rio Branco como um fenômeno que envolve a construção de lugares de resistência e identidade. Assim como os espaços analisados em Porto Alegre, “O Porão” se consolidou como um ponto de diversidade, permitindo que sujeitos marginalizados pela lógica de consumo encontrassem um espaço de expressão e afirmação cultural.

Na mesma perspectiva, Maria Izilda Santos de Matos (1998) analisou a boemia em Copacabana-RJ, evidenciando suas dinâmicas sociais e a diversidade de sujeitos que a compõem. Em seu estudo, se concentra nas experiências e dinâmicas sociais das noites carioca, especialmente durante os anos 1950.

A autora explora como a boemia, vivida principalmente nas boates, bares e calçadas de Copacabana, reflete a diversidade social e cultural da época. Matos define a boemia como uma forma de vida noturna, profundamente conectada com a diversão e o imaginário coletivo da cidade, onde se entrelaçam diferentes tipos de sujeitos:

Nas calçadas preta-e-branca da praia, um vai-e-vem de príncipes, ladrões, banqueiros, pederastas, estrangeiros que puxam cachorros, mulheres de vida fácil ou difícil, vendedores de pipocas milionários, cocainômanos, diplomatas, lésbicas, bancários, poeta, políticos, assassinos e book-makers. Passam estômagos vazios e empanturrados, em lenta digestão (Moraes, 1989 *apud* Matos, 1998, p. 84).

Pode-se observar, em conformidade com os autores, que a boemia é um fenômeno multifacetado, que transcende a mera ideia de lazer noturno e se constitui como um espaço de confluência de diferentes camadas sociais. Ao descrever os espaços boêmio nos bairros Centro Histórico e Cidade baixa e a movimentação pelas calçadas de Copacabana, os autores revelam uma convivência plural e heterogênea, onde distintos grupos – de banqueiros a ladrões, de diplomatas a cocainômanos – compartilham o mesmo cenário urbano. Essa diversidade de personagens sugere que a boemia não é um fenômeno restrito a um único perfil social, mas, ao contrário, representa uma forma de sociabilidade que desafia hierarquias e normativas.

O bar “O Porão”, localizado em Rio Branco, Acre, é um exemplo claro de como a boemia pode se configurar como um espaço de resistência cultural. Ao longo de sua existência, o bar não foi apenas um ponto de encontro para músicos e boêmios, mas também se tornou um local onde se confrontavam as tensões entre cultura popular e controle social no início da década de 1990. Durante esse período, o bar “O Porão”, uma badalada casa noturna da cidade, reunia uma diversidade de pessoas que buscavam mais do que o simples lazer.

Em um contexto de urbanização crescente e de transformações sociais, o “Porão” ofereceu um espaço de afirmação cultural, principalmente através da música, onde músicos locais, como Os Alquimistas puderam expressar sua arte livremente, longe das imposições normativas que muitas vezes marginalizavam a cena da boemia local.

Essa resistência cultural não ocorreu sem desafios. Durante o badalado e curto funcionamento, o bar foi alvo de tentativas de repressão por parte do Estado e das autoridades locais, que viam na boemia um risco à ordem pública. A criminalização dos espaços boêmios, como o “Porão”, é um exemplo de como o controle social, por meio de políticas de segurança pública e repressão, buscava regular o espaço urbano e, ao mesmo tempo, limitar as expressões culturais consideradas alternativas.

O fechamento recorrente do bar, com justificativas de distúrbios à ordem pública e associações infundadas à violência, reflete as tensões entre as práticas culturais de resistência, como as do “Porão”, e as estratégias de controle do Estado, que visavam silenciar o espaço como local de sociabilidade popular.

Este estudo explorou uma faceta ainda pouco discutida na historiografia acreana: a boemia em Rio Branco, especificamente no Bar e Restaurante “O Porão”, e o papel crucial que os espaços de boemia desempenham na vida de seus frequentadores. Inserido no escopo da história do cotidiano, tradição representada pela terceira geração dos *Annales* (1929-1989), a pesquisa adotou uma abordagem que reconhece bares e espaços de convivência noturna como algo além de locais de lazer. Estes foram entendidos como espaços de expressão cultural, pertencimento e

resistência, funcionais para a afirmação de identidades sociais, especialmente em contextos urbanos marcados por mudanças e restrições culturais e políticas. A boemia, em sua configuração noturna, oferece aos indivíduos uma válvula de escape da rotina diurna, criando territórios de liberdade onde as experiências foram partilhadas e as identidades afirmadas

Assim, este estudo buscou entender como o Estado articulou-se com políticas públicas voltadas para o controle e eventual eliminação desses espaços de sociabilidade. Ao analisar o olhar desfavorável lançado sobre a boemia, a pesquisa examinou como as autoridades construíram narrativas que associavam esses locais a práticas indesejáveis, promovendo uma imagem negativa da boemia como justificativa para políticas de controle social.

Por essa razão, optou-se por trabalhar com as abordagens de Peter Burke (2005) e Michel de Certeau (1998), cujas perspectivas possibilitam uma análise da boemia como prática cultural e cotidiana. Esses autores fornecem as bases teóricas necessárias para compreender tanto a importância cultural dos espaços de sociabilidade quanto as formas de resistência e as dinâmicas de controle social que cercam essa prática.

A História Cultural, conforme discutida por Peter Burke (2005) em “O Que é História Cultural”, foi redescoberta e ganhou relevância na década de 1970, marcando uma fase de renovação da historiografia. Burke (2005) explora a importância dessa redescoberta e destaca como a História Cultural enriquece a análise histórica ao abrir espaço para uma abordagem interdisciplinar, interagindo com campos como a antropologia, a sociologia e a história social.

Essa perspectiva permite que o historiador vá além da simples descrição de objetos, costumes e práticas, compreendendo-os em suas dimensões simbólicas e culturais. Ainda conforme o autor, a História Cultural possibilita olhar para um objeto aparentemente simples, como um utensílio doméstico, e perceber que ele representa mais do que sua função prática; ele carrega também valores simbólicos, refletindo o status social, as identidades e as hierarquias de determinada época.

Assim também como a História Cultural é especialmente útil para estudar as camadas populares, analisando como práticas cotidianas, como a boemia, refletem e reagem a transformações políticas e sociais. Esse campo historiográfico amplia o escopo de análise para além das instituições formais, permitindo que práticas e representações culturais sejam vistas como elementos centrais para entender a dinâmica social e a resistência popular.

A escolha de entender a História Cultural a partir da perspectiva de Peter Burke (2006) permitiu um olhar mais aprofundado sobre a boemia, revelando-a não apenas como um hábito social, mas como uma prática cultural carregada de significados e símbolos, diferente do que seria trabalhar esse objeto em outro campo da história:

Uma história cultural das calças, por exemplo, é diferente de uma história econômica sobre o mesmo tema, assim como uma história cultural do Parlamento seria diversa de uma história política da mesma instituição (Burke, 2005, p. 10).

Nesse recorte, o autor destaca que a História Cultural oferece uma perspectiva distinta ao analisar práticas cotidianas, permitindo enxergar suas dimensões simbólicas e sociais, além de seu valor funcional. Burke também diferencia a história cultural da história econômica ou política, e estudar a boemia através de uma lente cultural permite compreender sua função como espaço de identidade, resistência e expressão coletiva. Ao ocupar bares e locais de convivência, os boêmios não apenas desfrutavam de momentos de sociabilidade, mas também desafiavam normas sociais e construíam um universo simbólico próprio, ressignificando o espaço urbano em um contexto de controle e transformação.

A ideia de boemia como uma prática de resistência e transformação do espaço social se alinha com as abordagens de Michel de Certeau (1998), em *A Invenção do Cotidiano: A Arte de Fazer*, por oferecer uma perspectiva essencial para compreender a vida cotidiana como um espaço dinâmico e de resistência. Nesse trabalho, Certeau analisa como as práticas cotidianas resistem às normas e disciplinas sociais impostas,

muitas vezes manipulando símbolos e conhecimentos de forma tática para fins próprios, criando pequenas vitórias do fraco sobre o forte.

Ele diferencia dois conceitos fundamentais para essa análise: estratégias e táticas. As estratégias são os métodos utilizados pelas instituições para organizar e controlar o espaço, enquanto as táticas representam formas de apropriação espontâneas e criativas que os indivíduos utilizam para adaptar e ressignificar esses espaços, transformando-os de acordo com suas necessidades e desejos.

No caso do Bar e Restaurante “O Porão”, as práticas de boemia podem ser vistas como táticas que desafiam as normas sociais. Esse local não funcionava apenas como ponto de lazer, mas como um espaço de resistência cultural, onde as pessoas, por meio de suas interações e práticas noturnas, redefiniram a cidade em seus próprios termos. A boemia, dessa forma, tornou-se um ato subversivo de criação cotidiana, onde indivíduos construíam um ambiente alternativo e autêntico, distantes das imposições de controle e higienização social que, muitas vezes, marginalizavam essas expressões culturais.

Como Certeau (1998) observa:

Hoje, sejam quais forem os avatares desse conceito, temos de constatar que se, no discurso, a cidade serve de baliza ou marco totalizador e quase mítico para as estratégias sócio-econômicas e políticas, a vida urbana deixa sempre mais remontar aquilo que o projeto urbanístico dela excluía. A linguagem do poder “se urbaniza”, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico. A Cidade se torna o tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas. Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional - impossíveis de gerir. (Certeau, 1998, p. 174).

Apesar das tentativas de controle e normatização da cidade, ela sempre escapa a essa lógica através de movimentos informais e táticos. Nesse contexto, os frequentadores do Bar e Restaurante “O Porão” se inserem como agentes dessa resistência, utilizando os espaços de sociabilidade para ressignificar a cidade, longe

das imposições do poder do estado e das transformações urbanísticas que, muitas vezes, buscam apagar as práticas culturais alternativas.

Ao ocupar esse espaço, os boêmios criavam uma cidade paralela, um território onde podiam expressar suas identidades, desejos e formas de sociabilidade, distantes das estruturas de poder que tentam controlar e higienizar o ambiente urbano.

Certeau (1998) argumenta que a cidade, embora controlada e projetada com finalidades específicas pelas autoridades, sempre foi subvertida por práticas cotidianas, muitas vezes invisíveis e informais. O Bar “O Porão”, como parte da vida boêmia de Rio Branco, exemplifica como essas práticas informais, ou táticas, desafiam as normas e regras impostas, criando uma rede de sociabilidade alternativa.

A boemia, portanto, não é apenas uma forma de lazer, mas uma forma de resistência, onde indivíduos se apropriam dos espaços urbanos e os transformam em territórios de liberdade e expressão. Nesse sentido, a boemia no bar “O Porão” não se restringe à diversão ou ao simples encontro social, mas representa uma subversão da ordem urbana estabelecida. O espaço boêmio se torna um microcosmo de resistência cultural, onde as regras do cotidiano são reescritas, e a cidade, como objeto de controle, encontra-se reconfigurada pelos movimentos e práticas dos indivíduos que dela fazem uso.

METODOLOGIA

A presente pesquisa histórica adota uma abordagem qualitativa e se fundamenta na análise documental e na história oral, a fim de investigar as representações e disputas narrativas sobre o fechamento do bar “O Porão” em Rio Branco, Acre, em 1990. O estudo se baseia na análise de matérias publicadas no Jornal O Rio Branco, que retratam o evento e os discursos sobre a boemia na cidade, além de uma entrevista com Heloy de Castro, ex-proprietário e músico do bar, cujo relato permitiu compreender as experiências e percepções de um agente diretamente envolvido na cena cultural do período. A metodologia utilizada visou reconstruir a memória desse espaço boêmio, identificando os processos de marginalização da

cultura popular e os embates entre as políticas de segurança pública e as práticas de sociabilidade noturna.

As fontes utilizadas nesta pesquisa foram selecionadas com base em sua relevância para a compreensão da construção discursiva sobre o bar “O Porão” e seus frequentadores. As matérias jornalísticas do Jornal O Rio Branco fornece um panorama das justificativas e tensões em torno do fechamento do bar, evidenciando a forma como a boemia era representada pela imprensa e pelo Estado. Ademais, a entrevista com Heloy de Castro contribui com uma perspectiva individual e vivencial sobre os acontecimentos, permitindo contrastar a narrativa oficial com a memória de um protagonista do contexto estudado. A escolha dessas fontes possibilita uma abordagem crítica, ao considerar tanto os registros institucionais quanto os relatos pessoais, essenciais para a reconstrução da história cultural e social do período.

Desde o surgimento do gravador portátil em 1950, o uso da história oral como fonte histórica vem se difundindo no mundo. Na Europa, teve muita relevância a partir das metodologias de história oral desenvolvidas por Alessandro Portelli. No Brasil, a partir da criação do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV) em 1975, a história oral passou a se consolidar como um importante método de investigação histórica. Esse programa pioneiro no país buscou integrar duas abordagens distintas da história oral: a norte-americana, focada na formação de bancos de depoimentos orais, e a europeia, que privilegiava a pesquisa científica. Com o projeto Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras, o programa estruturou entrevistas aprofundadas, baseadas na história de vida dos entrevistados, para compreender a formação do Estado brasileiro e os processos que levaram ao regime militar. Até hoje, seu acervo reúne depoimentos de políticos, intelectuais, militares e diplomatas, tornando-se uma referência essencial para estudos sobre a elite política e suas influências no Brasil (Alberti, 2005).

A história oral, por sua vez, foi empregada por meio da entrevista com Heloy de Castro, que atuou tanto como proprietário quanto como músico do bar. A

abordagem seguiu os princípios metodológicos sugeridos por Verena Alberti (2005) em *O manual de História Oral*, que destaca a importância dos relatos individuais na reconstrução do passado. A entrevista foi semiestruturada, permitindo ao entrevistado liberdade para explorar memórias e interpretações, enquanto o pesquisador direcionou/direcionava o diálogo para os temas centrais do estudo. A transcrição do depoimento foi analisada em conjunto com as fontes documentais, contrastando sua perspectiva pessoal com a narrativa jornalística.

A análise documental como fonte historiográfica tem suas raízes na tradição positivista do século XIX, que via os documentos oficiais como os mais legítimos para reconstruir o passado. Nesse período, historiadores buscavam a “verdade objetiva” nos registros escritos do Estado, como leis, tratados e correspondências diplomáticas, considerando-os imparciais e confiáveis. No entanto, essa abordagem limitava a compreensão da história, ignorando outras fontes de produção do conhecimento, como jornais, diários pessoais e registros orais, que eram vistos como subjetivos e pouco rigorosos.

A partir do século XX, especialmente com a influência da Escola dos Annales (1929-1989) na década de 1930, a historiografia passou por uma renovação metodológica, ampliando o conceito de documento histórico. Historiadores começaram a valorizar fontes variadas, incluindo imprensa, imagens, literatura e cultura material, reconhecendo que todo registro é produzido dentro de um contexto e carrega perspectivas e intenções. Essa mudança consolidou a análise documental como um método essencial para a investigação histórica, permitindo uma visão mais ampla e crítica sobre o passado (Luca, 2006).

Para a análise documental, foram examinadas as matérias dos jornais *O “A gazeta”* e *“O Rio Branco”* publicadas à época do fechamento do bar, buscando compreender os discursos construídos sobre o local e seus frequentadores. A metodologia de análise de discurso do jornal, conforme proposta por Tânia Regina de Luca (2006), em fontes impressas: “História dos, nos e por meio dos periódicos” foi aplicada para identificar padrões narrativos, estratégias retóricas e enquadramentos

utilizados pela imprensa ao tratar o tema. Foram observadas expressões e termos utilizados para descrever “O Porão”, seus frequentadores e a justificativa estatal para seu fechamento, com atenção especial para elementos de criminalização e estereotipação da boemia.

A abordagem metodológica desta pesquisa também se fundamenta nos princípios da História Cultural, conforme proposto por Peter Burke (2005), em *O que é história Cultural?* ao considerar os bares e espaços boêmios não apenas como locais de lazer, mas como centros de produção cultural e resistência. O autor destaca que práticas sociais aparentemente ordinárias possuem significados profundos, que refletem dinâmicas de poder e identidade. Dessa forma, os jornais analisados foram interpretados não apenas como registros factuais, mas como instrumentos que moldaram a percepção pública sobre a boemia, reforçando estereótipos ou legitimando medidas repressivas.

A aplicação dessa abordagem permitiu compreender o fechamento do bar “O Porão” como um fenômeno que vai além da mera regulação administrativa, inserindo-se em um contexto maior de disputas simbólicas e políticas. A interseção entre a análise documental e as perspectivas de Burke evidenciou como a boemia era simultaneamente um espaço de expressão cultural e um alvo de políticas repressivas, reafirmando o papel das práticas cotidianas como formas de resistência social.

ANÁLISES E DISCUSSÕES

A primeira fonte analisada é uma carta publicada no *Jornal O Rio Branco*, no dia 31 de julho de 1990 intitulado como “Às autoridades e políticos do estado do Acre (Meu Brasil)”. Escrita por Heloy de Castro, músico, compositor e fundador do bar O Porão, a carta é endereçada às autoridades e políticos do Estado do Acre. Em específico, o autor apresenta sua trajetória artística e reforça sua contribuição à cultura local, assim como apela ao poder público diante da repressão sofrida após a inauguração do bar, como pode ser observado a seguir:

Sou músico, 25 anos de carreira, sonhos e lutas. Casado, pai de 3 filhos, tendo hoje como sustento da família a voz e o violão. Compositor premiado e reconhecido em muitos lugares deste país. Procurei até aqui participar com amor e dedicação do desenvolvimento cultural do nosso Estado, sendo através dos shows em teatro ou levando a música para as ruas e bares de Rio Branco, (...) Sentindo a falta de uma política cultural voltada para o apoio sério e consequente para o músico da terra, e após anos de lutas árduas e desgastantes nos diversos bares da capital, tivemos a coragem de investir e criar o "Porão Bar". A partir daí, exatamente em 08/06/90, começou o nosso martírio. Proibidos de trabalhar, sofrendo na pele a opressão e a vergonha da invasão policial civil em nosso bar e diante de um numeroso público, numa noite calma do dia 28/07/90, de forma arbitrária, ameaçando-nos de prisão, baseado num tráfico de influências e numa lei indigna e discriminatória, tirando-nos de forma vil o nosso direito de trabalho (Castro, 1990).

O trecho da carta de Heloy de Castro direcionada às autoridades do Estado do Acre permite uma primeira percepção sobre a natureza da repressão enfrentada pelo "Porão", que não se limita à simples fiscalização de um estabelecimento, mas se configura como uma tentativa sistemática de silenciamento cultural. Heloy, descreve com indignação, a forma arbitrária com que a polícia interveio no funcionamento do bar, interrompendo uma apresentação musical e ameaçando os envolvidos de prisão. Essa ação, segundo o autor, foi impulsionada por um "tráfico de influências" e por uma legislação, que ele considera "indigna e discriminatória", servindo apenas para coagir e restringir o direito de expressão cultural. Como consta no trecho dos autos do processo de mandado de segurança:

Também não poderia, em hipótese alguma (...), a polícia adentrar no bar e restaurante impertinente, postando-se ao após, por longo tempo com viatura policial em frente do estabelecimento, atemorizando e revoltando os frequentadores, se dando motivo plausível para tal, constando o caso "sub judice", se também, intolerável ter aquela autoridade chamado a Superintendência da Polícia Civil, cidadãos que assinaram a declaração favoravelmente ao funcionamento do bar com música ao vivo, sob a justificativa de se realmente aquelas pessoas residem no malsinado local, depois de concedida a medida liminar. (Acre, 1990, s/p).

Nesse sentido, aplicamos o conceito de “tática” de Michel de Certeau (1998) para compreender práticas culturais como a boemia, onde a prática cultural se dá através das interações e dinâmicas da vida noturna, como é o caso do músico Heloy de Castro. Ao apelar para uma possível comoção social em carta aberta publicada em um dos jornais mais tradicionais de Rio Branco, Heloy utiliza o espaço público e a visibilidade da mídia para resistir à repressão que o Porão estava sofrendo, funcionando, assim, como uma tática do fraco dentro do campo cultural da cidade. Certeau (2014) explica que a “tática”, quando não possui autonomia ou poder de ação direta, se constrói nas lacunas do poder e é movimentada pela busca de oportunidades momentâneas, como no caso de Heloy, que utiliza sua voz e a imprensa como meio de resistência:

(...) chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o outro. (...) Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’ (...). Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. (...) Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. (...) Em suma, a tática é a arte do fraco (Certeau, 2014, p. 94 - 95).

O músico não pretende substituir as instituições ou garantir o futuro do “Porão”, mas sim garantir a sobrevivência daquele momento. Ele aproveita as brechas legais e midiáticas para fazer valer o direito de expressão e o direito ao trabalho artístico. Nesse cenário, Heloy se utiliza de “táticas” de resistência dentro das limitações impostas pelo contexto político e social em que se encontra. “O Porão”, sendo parte da cultura alternativa e marginalizada, não possui o poder econômico ou político para confrontar diretamente o aparato estatal. No entanto, ele se aproveita de uma lacuna momentânea, através de sua denúncia na mídia — um espaço que, embora sob vigilância, oferece uma oportunidade de mobilizar o público e gerar uma reação

contra a repressão sofrida. Sem o aparato necessário para confrontar a repressão de frente, o músico recorre ao recurso disponível: a comunicação pública. Dessa forma, ele protege o que pode ser protegido e mantém a resistência.

Outro ponto interessante é a menção ao “tráfico de influências” e à “lei indigna e discriminatória”, que juntas revelam como o fechamento do “Porão” estava longe de ser um simples caso de cumprimento de regulamentos administrativos. Ao contrário, indicavam uma intervenção de caráter político, motivada não por questões de segurança, mas por interesses pessoais e pressões externas que buscavam impedir a liberdade artística e o direito ao trabalho, além da instrumentalização da lei como ferramenta para silenciar formas de cultura popular que não se alinham com o que o Estado considera aceitável, como é o caso da boemia.

Para corroborar essa ideia, a entrevista de Heloy de Castro, ex-músico e proprietário do “Porão” revelam figuras influentes, como o intitulado “Diomedes”, tiveram papel ativo no fechamento do Porão:

Nós íamos ter um vizinho de frente, era um senhor chamado Diomedes, que tinha muita influência no estado, no meio policial, por ter o seu genro ocupando o cargo de superintendente da Polícia Federal no Acre. Então, a barra era pesada com esse ponto aí, né? Ele tinha muita influência na Secretaria de Segurança Pública e passou a perseguir a gente. (...) O “velho” Diomedes era terrível. Você chegava lá na Secretaria de Segurança Pública para discutir o assunto, e ele estava lá, todo refestelado na poltrona com os pés acima, como se fosse um coronel de barranco. E então a gente passou por tudo isso. Foi mais de um ano. (...) Certas partes da imprensa, que apoiavam o Diomedes e as elites da polícia, jogaram a culpa na gente, dizendo que a briga foi dentro do Porão, diante do palco e que o cara morreu no pé da gente e a gente continuou tocando a noite toda. Tudo mentira, pressão. Diomedes, às vezes, pegava a cabeça de boi na fazenda dele, botava na frente do Porão para os urubus descerem. Isso criava uma imagem negativa. Então, sofremos todas as pressões (Castro, 25 fev. 2025).

A figura de Diomedes, com seu poder e influência dentro da Secretaria de Segurança Pública, exemplifica como as questões de controle social muitas vezes se entrelaçam com interesses privados e pessoais, afetando diretamente a liberdade de expressão cultural. A descrição de Heloy sobre como Diomedes utilizava sua

influência, para perseguir o “Porão”, colocando-o como alvo de ações injustas e acusações falsas, revela a manipulação do sistema de segurança para fins pessoais e políticos. Podemos compreender as ações de repressão ao “Porão” como “estratégia” ou uma manipulação das relações de poder por parte das autoridades locais, que utilizam seu lugar de poder — a Secretaria de Segurança Pública — para impor seus objetivos sobre a cultura boêmia.

Certeau (1998, p. 93) define estratégia como o cálculo das relações de forças que se tornam possíveis quando um sujeito, com poder e recursos, pode isolar-se e gerir as relações com os “outros”. Nesse enquadramento do “Porão”, o poder estatal se comporta como uma “estratégia” de controle, onde a instituição de segurança pública, com seus recursos e autoridade, é utilizada para manipular e controlar a percepção da boemia e silenciar espaços de expressão alternativa.

A ideia de “estratégia” postula que, a partir de um lugar de poder (como o governo ou a polícia), é possível gerir as relações com uma exterioridade — no caso, o público frequentador do “Porão”, a boemia e a resistência que ele representa. O fechamento do “Porão” não foi apenas uma ação administrativa, mas uma intervenção estratégica, onde as autoridades procuram circunscrever e dominar o espaço cultural em torno da boemia, tratando-a como uma ameaça à ordem estabelecida, em nome da preservação da segurança pública e da moralidade social.

No mesmo sentido, o Estado, como detentor do poder, pode operar de várias maneiras a partir das suas representações, essas representações são determinantes na forma como suas ações são percebidas, legitimadas ou contestadas socialmente. Ao se apresentar como promotor da ordem, do progresso ou da modernização, o Estado constrói uma imagem de autoridade benéfica e necessária, muitas vezes ocultando os efeitos excludentes ou repressivos de suas políticas.

Assim, essas representações não apenas informam o discurso oficial, mas também moldam as percepções populares sobre o que é legítimo, aceitável ou desejável no espaço urbano. Como aponta Pierre Bourdieu (1989, 2014), o Estado possui o monopólio da “violência simbólica”, ou seja, da imposição de sentidos e

classificações sociais que naturalizam suas práticas e hierarquias. Dessa forma, a ação estatal se torna eficaz não apenas por sua força material, mas por seu poder de produzir e disseminar representações que organizam o mundo social.

Representação estatal essa que se manifestava de algumas maneiras na capital acreana, mais especificamente no contexto em que se encontrava a cenário de boemia local, nesse momento, relacionando a boemia como um fator determinante para a violência que enfrentava o Estado do Acre no início dos anos 90, como podemos observar duplamente em uma reportagem do Jornal “A Gazeta”, publicada no dia 21 de agosto do mesmo ano, ora pelo redator da matéria Naylor George, ora pelo Secretário de Segurança pública do Estado, Carlos Alberto da Silva, pouco menos de um mês após o Fechamento do Bar o Porão, por arbitrariedade da parte da Secretaria de Segurança Pública do Estado:

A violência urbana em Rio Branco tem crescido assustadoramente nos últimos meses. São crimes, sequestros, assassinatos e desrespeitos à pessoa humana que afloram em todas as partes da cidade. Nos locais de diversões e de lazer artístico esta constatação se torna um fato concreto, tanto nos bairros periféricos como também nas casas de lazer do centro da cidade. (...) Um dos pontos mais atingidos por essa irracional violência que prolifera por toda a cidade de Rio Branco são os bares e casas de diversões. Os pacatos frequentadores dos antes pacíficos e tranquilos bares de Rio Branco hoje andam armados e os crimes acontecem onde deveria existir somente o lazer coletivo e a alegria dos boêmios que cultuam a noite (Naylor, 21 ago. 1990).

Esse trecho da reportagem é crucial para entender como a violência urbana é retratada como associada a boemia e aos espaços de lazer noturno da cidade. O aumento da violência em Rio Branco é descrito de forma alarmante, e a reportagem faz uma conexão direta entre essa violência e os bares e casas de diversões, locais onde, supostamente, a paz e o lazer deveriam reinar. O “Porão”, como espaço de sociabilidade alternativa, acaba sendo enquadrado dentro desse contexto de “risco” e “violência”. A figura do boêmio, tradicionalmente associada à liberdade e à resistência cultural, passa a ser vistoriada com suspeita, como se fosse parte do problema.

Tânia Regina de Luca (2015, p. 139) destaca que “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”. Neste sentido, Débora Teodoro (2021) apoiado nos saberes de Rafael Lapuente (2016) nos recorda que

[...] é fundamental considerar um importante alerta de Lapuente (2016): o que está escrito no jornal nem sempre é um relato fidedigno, pois o conteúdo dos periódicos reflete, muitas vezes, as relações de poder intrínsecas a seus processos de produção e reprodução. (Lapuente, 2016 *apud* Teodoro, 2021, p. 6-7)

Ainda assim, admite-se que a imprensa é, como defendido por Goodwin Junior (2007), importante fonte de observação de realidades sociais localizadas, mas é preciso adotar uma atitude criticamente posicionada quanto ao contexto de elaboração e veiculação dos periódicos (Teodoro, 2021, p. 6-7).

A cultura boêmia, associada à juventude de bairros periféricos e à liberdade artística, como exemplificada no Jornal A Gazeta, se torna alvo de um discurso moralista que a vê como ameaça à ordem pública. Esse tipo de repressão não se limita a ações físicas, mas envolve também ataques à imagem e à reputação, criando um estigma em torno do espaço de boemia e daqueles que o frequentam.

Nesse sentido, imprescindível considerar que os jornais e periódicos não são relatos neutros da realidade, mas sim construções sociais que atuam como agentes de poder. O conteúdo jornalístico reflete interesses políticos e econômicos que influenciam diretamente a forma como a informação é selecionada e estruturada. Ao rotular a boemia como uma ameaça à ordem pública, a reportagem não apenas distorceu a realidade, mas também contribuiu para a criminalização de uma expressão cultural legítima.

ENTRE O ESTADO E A BOEMIA

O fechamento do “Porão” não pode ser compreendido apenas como uma medida administrativa para preservar a ordem pública, mas como um reflexo de uma “estratégia” estatal de controle e repressão à boemia. A relação entre o Estado e a

boemia, particularmente em Rio Branco no início dos anos 90, revela como espaços culturais alternativos, como o “Porão”, eram tratados não como locais de expressão legítima, mas como ameaças à ordem e à moral pública. A repressão ao “Porão” é um exemplo claro de como o Estado, ao adotar uma “estratégia” de controle, utiliza a boemia como alvo de sua intervenção.

O Secretário de Segurança Pública da época, Carlos Alberto da Silva, justificou o fechamento do “Porão” afirmando que a ação visava a preservação da ordem pública e que a segurança era, conforme previsto no Art. 144 da Constituição Federal de 1988, um dever do Estado. No entanto, a associação entre boemia e violência, atribuída a espaços como o “Porão”, reflete uma “estratégia” estatal de manipulação da ordem pública para silenciar práticas culturais alternativas, que não se alinham com os valores predominantes da sociedade.

O mesmo Secretário, fundamenta como “delicada” a situação do “Porão” pois segundo ele, recebeu um abaixo-assinado, com mais de trinta assinaturas de moradores residentes próximos ao “porão”, que reclamavam de práticas culturais indesejadas, e outros acontecimentos relacionados a perturbação do sossego, como descreve Neylor George na mesma matéria:

O secretário diz que o caso é delicado, pois recebeu um abaixo-assinado com mais de trinta assinaturas de moradores vizinhos do “Porão” que pediam o fechamento daquela casa noturna. Segundo ele, os moradores alegavam o intenso barulho, as músicas “obscenas” que seriam tocadas no recinto, a perturbação da ordem, a quebra do silêncio noturno e as palavras pornográficas que seriam ditas no meio da rua, além dos disparos de armas de fogo que dizem acontecer quase que diariamente naquele local (Naylor, 21 ago. 1990).

Se o Estado, através de suas representações, se articula para eliminar o indesejado, através de “violência simbólica”, como sugerido pela repressão ao “Porão”, o conceito de “estratégia” de Certeau (1998) nos oferece uma chave importante para compreender a dinâmica de poder nesse processo.

Certeau descreve que as estratégias de poder, quando aplicadas a um espaço urbano como a cidade, tratam-na como um campo de controle e mapeamento, mas ao mesmo tempo, as forças contraditórias presentes nas cidades escapam ao controle direto. Segundo ele, “Hoje, sejam quais forem os avatares desse conceito, temos de constatar que se, no discurso, a cidade serve de baliza ou marco totalizador e quase mítico para as estratégias sócio-econômicas e políticas, a vida urbana deixa sempre mais remontar aquilo que o projeto urbanístico dela excluía” (Certeau, 1998, p. 174).

No caso do “Porão”, o Estado tentou aplicar uma “estratégia” de controle sobre a boemia, vendo o local e seus frequentadores como uma ameaça à ordem pública. Contudo, o que o Estado não reconhece é que, mesmo com a intervenção das estratégias de controle, o espaço urbano, nesse caso o “Porão”, se torna uma resposta à exclusão, ou seja, uma manifestação contra a normatividade estabelecida. A repressão ao “Porão” não elimina a boemia, mas apenas a empurra para um outro espaço da cidade, invisível ao controle direto, mas ainda presente e pulsante.

A “estratégia”, em detrimento da boemia no contexto do ocorrido, se organiza em um *modus operandi*, de maneira que se estenda a vontade de um ao bem coletivo, justificando ações de controle sob a premissa da segurança pública e da ordem social. É uma imposição da visão do Estado sobre a sociedade, onde a boemia e, por extensão, os espaços que a abrigam, como o “Porão” são tratados como elementos perigosos, passíveis de controle e eliminação.

A aplicação dessa “estratégia” de repressão não leva em conta as dinâmicas sociais e culturais que existem nesses espaços, mas sim uma visão panorâmica e uniforme do que é considerado aceitável ou legítimo para a sociedade, desconsiderando as formas de resistência cultural que emergem à margem da ordem estabelecida. Discurso que se permeia em outras falas de Carlos Alberto da Silva, durante a matéria:

(...)Temos que conter esta violência. Antigamente, havia rivalidade entre jovens de diferentes bairros da capital acreana, mas suas questões eram resolvidas no braço. Hoje, o que impera são as armas brancas e

as de fogo. Com isso muitas vidas estão sendo ceifadas e temos que dar um basta nisso tudo” (...) “Temos que conter essa onda de violência e vamos continuar fiscalizando estes lugares para o bem da coletividade (Naylor, 21 ago. 1990).

Mas diante das afirmações do Secretário de segurança pública do Estado é necessário também observar que o juiz Jerônimo Borges da 2º vara cível, considerou como “unilateral” o ato praticado pela “autoridade policial” assim também como declarou “intolerável ter aquela autoridade chamada a Superintendência da Polícia Civil, cidadãos que assinaram a declaração favoravelmente ao funcionamento do bar com música ao vivo, sob a justificativa de se realmente aquelas pessoas residem no malsinado local, depois de concedida a medida liminar” (Acre, 1990).

Nesta segunda afirmação o Juiz refere-se a dois abaixo-assinados coletados pelo músico e ex-proprietário do “Porão”, Heloy de Castro, que estão guardadas por mais de 30 anos pelo mesmo, uma mais informal escrita em papel A4 simples, intitulada como “Querem acabar com o porão!! “Forças ocultas terríveis conspiram contra nós” Não seremos Getúlio Vargas e nem Jânio Quadros!! Não vamos renunciar aos nossos direitos”, nesta, constam 20 assinaturas com nomes completos e R.G defendendo a permanência do “Porão”.

O segundo é um mais formalizado que constava, assinatura, dia em que foi assinado e o número da casa na qual o assinante residia na rua Marechal Deodoro, local onde estava situado o “porão” e a mais seguinte alegação: “venho declarar espontaneamente que o funcionamento do mesmo em nenhum momento causou-me qualquer incômodo. Na oportunidade quero ressaltar que o funcionamento deste estabelecimento comercial, vem tão somente aumentar a possibilidade de lazer e descontração em nossa cidade”.

Para Certeau (1998), a resistência ao Estado e suas legitimidades dogmáticas se dá através da utilização dos sistemas impostos, criando um jogo no espaço. Por meio de manobras entre forças desiguais, grupos sem poder próprio conseguem redefinir o espaço, usando estratégias para subverter as regras opressoras. Essa ação, sutil e tenaz, manifesta-se na cultura popular, que, ao se adaptar, altera as normas

estabelecidas e busca, no prazer da subversão, transformar as dinâmicas de poder. Em situações de desigualdade de forças, os grupos sem poder próprio conseguem, por meio de “tática”, alterar as dinâmicas de poder e resistir à imposição da ordem estabelecida.

Ainda de acordo com Certeau (1998), em situações de desigualdade de forças, os grupos sem poder próprio conseguem, por meio de estratagemas, alterar as dinâmicas de poder e resistir à imposição da ordem estabelecida. Assim, os abaixo-assinados tornam-se uma “tática” de resistência para a boemia, que ao adaptar-se e ao utilizar as regras existentes, desafia diretamente a visão autoritária do Estado, permitindo que o “Porão” continue a existir como um espaço legítimo de lazer e cultura na cidade. Como afirma o próprio ex-dono e músico do “Porão”: “O legado foi nossa luta e resistência. O “Porão” foi e continua sendo um símbolo da resistência da música acreana na noite. Serviu como um impulso para continuarmos, como estamos fazendo até hoje”. (Castro, 25 fev. 2025).

OS ALQUIMISTAS ESTÃO CHEGANDO

Com a liminar que autorizava o funcionamento do “Porão” com música ao vivo, o grupo musical Os Alquimistas volta para as noites de boemia por um breve período, onde acreditavam “sentir triunfar o bom senso” e a “vitória da música popular”, como é bem descrito na nota emitida pelo grupo musical e pelo “Porão” e direcionada a imprensa, intitulada “Vencemos o Arbítrio”, após o resultado da liminar:

Desta forma sentimos triunfar o bom senso, sentimos valer a justiça. Sempre acreditamos, desde o início desta luta, que o diálogo seria o melhor caminho, e assim procedemos apesar de todos os obstáculos impostos. (...) Fica registrado neste episódio a vitória da música popular e dos músicos da cidade, enfim a vitória da dignidade do trabalhador e do artista popular. Que viva a música! (Acre, 1990).

No entanto, o “Porão” não continuou como local de boemia por muito tempo. Heloy de Castro afirma ter recebido um aviso de que “estavam preparando sua cama”,

como uma metáfora sutil para homicídio qualificado. Esse aviso, segundo o próprio, partiu de pessoas ligadas à área da segurança pública, que frequentavam o “Porão” e admiravam as músicas do grupo Os Alquimistas:

(...)até que um dia, ali na Galeria Meta, um desses policiais, que era muito fã do nosso som, chegou: “Heloy, é melhor você desistir, porque eles estão preparando a tua cama. Então conselho de amigo é melhor você parar lá (Castro, 25 fev. 2025).

A complexa interação entre “estratégia” e “tática” nos mostra que a boemia, mesmo quando ganha legitimidade legal, ainda está submetida à vigilância e ao controle social. Embora o “Porão” tenha conseguido, por um breve momento, retomar suas atividades com a liminar judicial, essa vitória não significou uma liberdade plena, pois o espaço cultural de boemia continua sendo um alvo potencial para novas tentativas de marginalização e repressão, sujeita a forças que buscam silenciar ou subverter as expressões culturais que desafiam a ordem estabelecida. O espaço da boemia, portanto, continua sendo um terreno de conflito e resistência, onde as estratégias de poder e as táticas de subversão estão em constante disputa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo investigou a relação entre a boemia e a repressão estatal em Rio Branco durante o ano de 1990, com foco no bar “O Porão”, um espaço de resistência cultural na capital acreana. A pesquisa revelou como o Estado, ao adotar práticas repressivas e invasivas, tentou controlar um ambiente de sociabilidade considerado subversivo. O fechamento do “Porão” e a criminalização de seus frequentadores, juntamente com as ações políticas e simbólicas do poder público, exemplificaram uma tentativa de silenciar a boemia, entendida como uma prática cultural alternativa que desafiava as normas sociais estabelecidas.

A análise das fontes documentais e da história oral de Heloy de Castro, ex-proprietário do bar, mostrou o quanto as “estratégias” de repressão materiais e

simbólicas do Estado foram intensas, mas também revelou como a resistência cultural se fez presente, mesmo diante da repressão. Sob a ótica de Michel de Certeau, podemos compreender a ação do Estado como uma “estratégia”, um movimento de controle e regulação que visava impor a ordem pública, enquanto os músicos e frequentadores do “Porão” agiram taticamente, utilizando os poucos recursos à disposição para se opor à repressão, seja através de cartas abertas, mobilização midiática ou, até mesmo, no enfrentamento direto das normas estabelecidas. Essa dinâmica ilustra como, mesmo em contextos de forte repressão, as práticas culturais alternativas conseguem se reinventar e sobreviver, adaptando-se às circunstâncias e criando novas formas de resistência.

Porém, a pesquisa não se encerra aqui. Apesar de investigarmos a experiência de um único espaço boêmio, é possível ampliar o olhar para outros locais e períodos históricos que também sofreram com a repressão estatal, explorando como o Estado continuou a utilizar estratégias de controle sobre outros grupos e práticas culturais.

Essa pesquisa contribui para a compreensão da história local da cidade Rio Branco, destacando a importância da boemia como um fenômeno multifacetado, que vai além do lazer e se configura como uma prática de resistência. A luta de espaços como o “Porão” não apenas questiona as políticas de controle social, mas também reafirma a relevância dos espaços culturais alternativos como elementos fundamentais na construção de identidades e na afirmação de direitos.

A pesquisa proposta aqui oferece um ponto de partida para um estudo mais profundo das dinâmicas entre cultura, poder e resistência no Brasil contemporâneo, mas também deixa em aberto inúmeras possibilidades para novos enfoques e descobertas.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BARCELLOS, Débora Antonieta Silva. Boemia romantizada, perspectivas silenciadas, p. e021022. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, SP, v. 29, n. 00,

2021, p. e021022. DOI: 10.20396/resgate. v29i00.8666863. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8666863>. Acesso em: 9 abr. 2025

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-1992). Tradução de Luiz Sérgio Henriques. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 abr. 2025.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CASTRO, Heloy de. **Às autoridades e políticos do estado do Acre (Meu Brasil)**. O Rio Branco, 31 jul. 1990.

CASTRO, Heloy de. **Entrevista a respeito do fechamento do bar “O Porão”**. Entrevista concedida a João Pedro de Souza. Rio Branco, 25 fev. 2025.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

FURQUIM, Késsio Guerreiro. **A construção de lugares na boemia**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – PPG em Planejamento Urbano e Regional, UFRGS. Porto Alegre, 2017.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 111-153.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Copacabana: cotidiano e boêmia. In: MATOS, Maria Izilda Santod de; SOLLER, Maria Angélica (orgs.) **O Imaginário em debate**. São Paulo: Editora Olho D'agua, 1998.

NAYLOR, George. **Até os boêmios sofrem com a onda violência**. O Rio Branco, 21 ago. 1990.

O PORÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LIMITADA. Mandado de segurança. Processo nº 4.407/90, Mandado de Segurança. Vara, Estado do Acre, 1990. Impetrante:

O Porão Comércio e Representações Limitada. Advogados: Doutor Marco Antônio Palácio Dantas e Doutor Antônio Carlos Carbone, 1990.

PORÃO BAR E RESTAURANTE; GRUPO MUSICAL OS ALQUIMISTAS. *Vencemos o arbítrio.* Rio Branco, 13 nov. 1990. Cedido por Heloy de Castro.

TEODORO, Débora Antonieta Silva Barcellos. Boemia romantizada, perspectivas silenciadas, p. e021022. Resgate: **Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 29, n. 00, 2021, p. e021022. DOI: 10.20396/resgate. v29i00.8666863. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8666863>. Acesso em: 9 abr. 2025.

SEÇÃO 3

Indígenas

CAPITULO 11

A RESISTÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR ACREANO: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA (2020-2024)

Ângela Nunes Silva Manchinery

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o estudo sobre a resistência indígena no contexto do ensino superior tem ganhado destaque na literatura acadêmica. Essa crescente atenção reflete a importância do tema para a área de Educação, especialmente no que tange às questões de inclusão e de diversidade cultural e às políticas de acesso e de permanência de populações historicamente marginalizadas nas universidades brasileiras. A resistência indígena, entendida como um movimento de afirmação de identidade e luta por direitos dentro do sistema educacional, tem sido tema de várias pesquisas, pois envolve tanto a preservação da cultura indígena quanto o enfrentamento de práticas discriminatórias e invisibilização das suas necessidades e realidades específicas.

A resistência indígena no ensino superior brasileiro não é um fenômeno recente, mas tem se tornado cada vez mais visível devido à crescente mobilização de movimentos indígenas e ao fortalecimento das políticas afirmativas que buscam garantir o acesso e a permanência desses estudantes nas universidades. Historicamente, o acesso dos povos indígenas ao ensino superior foi extremamente restrito, o que se reflete em baixos índices de ingresso, além de altas taxas de evasão. O desafio, portanto, não reside apenas no ingresso dos indígenas nas universidades, mas também na sua permanência e sucesso acadêmico. Este fenômeno tem sido moldado por diversas condições estruturais, como a falta de políticas públicas adequadas, a discriminação racial e a escassez de infraestruturas que atendam às especificidades culturais desses estudantes, que, muitas vezes, se sentem desamparados dentro do contexto acadêmico tradicional.

Este capítulo busca compreender as formas de resistência indígena no ensino superior acreano, analisando suas principais implicações para a inserção e permanência de estudantes indígenas nas universidades da região. O Acre, sendo um estado com uma significativa população indígena, representa um campo fértil para o estudo dessa resistência, pois é um local onde as questões relacionadas à cultura indígena e à sua presença no ensino superior se entrelaçam com os desafios regionais e as características específicas dessa população. A resistência indígena, neste contexto, se manifesta tanto na luta por uma educação mais inclusiva quanto na manutenção das tradições culturais diante de um sistema educacional que, em muitos aspectos, parece desconsiderar ou até hostilizar a diversidade.

A pesquisa realizada neste capítulo se baseia em um estudo de caso conduzido por meio de entrevistas com estudantes indígenas que ingressaram em instituições de ensino superior no Acre entre os anos de 2020 e 2024. A análise dessas entrevistas visa investigar os principais desafios enfrentados por esses estudantes, como o preconceito e a discriminação, além de identificar as estratégias de resistência que adotaram para garantir sua permanência e sucesso acadêmico. A partir dessa abordagem qualitativa, buscamos compreender as trajetórias acadêmicas desses estudantes, suas motivações para ingressar no ensino superior e as formas como enfrentam as barreiras impostas pelo ambiente universitário.

Além disso, este capítulo pretende explorar as estratégias culturais e pedagógicas utilizadas pelos estudantes indígenas para criar um espaço de pertencimento dentro das universidades e, ao mesmo tempo, preservar e valorizar suas identidades culturais. A resistência não deve ser vista apenas como uma oposição a um sistema opressor, mas como um processo ativo de negociação entre os saberes indígenas e os saberes acadêmicos. Essas estratégias de resistência são, muitas vezes, coletivas e se articulam com as políticas públicas de ação afirmativa, que visam garantir o acesso à educação superior, mas que muitas vezes ainda não são suficientes para garantir a permanência e o sucesso desses estudantes.

Diante da necessidade de aprofundar a discussão sobre a permanência de estudantes indígenas no ensino superior e suas formas de resistência a práticas discriminatórias, este estudo tem como objetivo principal analisar as experiências desses estudantes, identificando as barreiras enfrentadas e as estratégias utilizadas para superar as dificuldades impostas pelo sistema educacional. Para isso, será realizada uma análise crítica das entrevistas coletadas, com o intuito de evidenciar as principais dificuldades e as estratégias de resistência desenvolvidas por esses estudantes. Além disso, a pesquisa se propõe a relacionar esses dados com as teorias e abordagens contemporâneas sobre educação indígena, discutindo as questões de diversidade cultural, práticas pedagógicas inclusivas e os desafios da educação superior no Brasil.

A análise proposta, baseada em uma abordagem interdisciplinar, dialoga com a literatura das áreas de Educação, História e Estudos Culturais, abordando temas como a história das populações indígenas no Brasil, suas lutas por reconhecimento e direitos, e o impacto da educação superior na construção de uma sociedade mais justa e plural. A resistência indígena no ensino superior se insere, portanto, em um contexto mais amplo de luta por autonomia, visibilidade e direitos, refletindo um movimento que vai além do campo educacional, e se conecta com as questões políticas e sociais mais amplas enfrentadas por essas populações.

Este estudo busca também contribuir para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva, capaz de integrar as especificidades culturais dos povos indígenas e promover um ambiente acadêmico que respeite e valorize essas diferenças. Ao compreender as experiências de resistência indígena no ensino superior, podemos melhor direcionar as políticas educacionais para garantir que os estudantes indígenas não apenas ingressem nas universidades, mas também consigam permanecer e se destacar, promovendo assim uma maior diversidade no ambiente acadêmico. Essa reflexão é crucial para a construção de uma educação que respeite as tradições culturais e ao mesmo tempo favoreça o desenvolvimento pleno dos estudantes

indígenas, contribuindo para a formação de uma sociedade mais plural, justa e equitativa.

Portanto, a importância deste estudo vai além da análise de um fenômeno local. Ele busca refletir sobre o papel do ensino superior na construção de uma sociedade mais inclusiva, em que as diferenças culturais sejam respeitadas e celebradas. Ao explorar as formas de resistência indígena, este capítulo também contribui para o debate sobre a necessidade de políticas públicas que, além de garantir o acesso ao ensino superior, assegurem as condições adequadas para a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes indígenas.

MARCOS LEGAIS RELACIONADOS AOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

A discussão sobre os marcos legais relacionados aos direitos dos povos indígenas no Brasil é ampla e admite como ponto de partida o ano de 1988, quando a Constituição Federal foi promulgada e assegurou diversos direitos aos povos indígenas, incluindo o direito à educação (Grupioni, 2002). A Constituição Federal de 1988 reconheceu, em seus artigos 210, 215, 231 e 232, o direito dos povos indígenas à educação diferenciada e bilíngue, além de garantir a permanência de suas culturas, tradições e línguas originárias. A partir da promulgação da Constituição, os povos indígenas passaram a ser reconhecidos como sujeitos plenos de direitos, incluindo o direito de permanecerem com suas identidades culturais intactas, assim como destaca Grupioni (2002, p. 130): “assegurou-se aos índios no Brasil o direito de permanecerem índios, isto é, de permanecerem eles mesmos com suas línguas, culturas e tradições”.

Esse reconhecimento na Constituição Federal de 1988 representou um avanço significativo, pois possibilitou que os povos indígenas passassem a usar sua língua originária e a ter acesso a processos educacionais de acordo com suas culturas e necessidades. Baniwa (2019, p. 36) afirma que “os direitos indígenas garantidos na Constituição Federal de 1988 representam a maior conquista desses povos em toda a

história de conquista e da colonização europeia”, sendo que, sem essa conquista, o desaparecimento dos povos indígenas poderia se concretizar.

Com a Constituição de 1988, o Estado brasileiro deu início a um processo de regulamentação desses direitos, com destaque para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, que, em seu artigo 78, assegurou a oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas. Essa conquista representou não só um avanço para os povos indígenas, mas também um progresso significativo para o sistema educacional como um todo (Grupioni, 2002).

Em 1998, o Ministério da Educação (MEC) publicou o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), documento que surgiu com a necessidade de regulamentar a Educação Indígena no Brasil. O RCNEI, ao expressar os princípios previstos nas legislações, contribuiu para a construção de uma nova escola indígena, respeitando o desejo dos povos indígenas por uma educação que valorizasse suas práticas culturais e lhes desse acesso ao conhecimento de outras sociedades (Grupioni, 2002).

Ao longo das décadas seguintes, diversas outras legislações e decretos, como a Lei n. 11.645/2008, que insere a história e cultura indígena nos currículos da Educação Básica, e a Lei n. 12.711/2012, que regulamenta o ingresso de indígenas nas universidades federais, continuaram a fortalecer os direitos dos povos indígenas, especialmente no que diz respeito ao acesso à educação. Essas leis e decretos demonstram o comprometimento do Estado com a inclusão e a valorização das culturas indígenas, assegurando que os povos indígenas participem ativamente na construção de seu próprio modelo educacional (Brasil, 2008; 2012).

Essas legislações e marcos legais explicitam que a educação indígena não é um processo de integração ou assimilação, mas sim um meio de fortalecimento da identidade e da autonomia dos povos indígenas. Ao longo do tempo, as políticas públicas foram sendo ajustadas para respeitar as especificidades culturais e educacionais dos povos indígenas, com a participação ativa dos próprios indígenas na formulação de políticas educacionais (Grupioni, 2002).

POVOS INDÍGENAS E O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O processo de construção dos direitos dos povos indígenas no Brasil não foi, de forma alguma, simples. Como discutido anteriormente, a materialização desses direitos ocorreu ao longo de décadas, por meio da luta e do protagonismo indígena para o reconhecimento de suas identidades e culturas. Nesse contexto, Baniwa (2019, p. 168) destaca que “são inegáveis as conquistas e os avanços de inclusão social no âmbito das políticas públicas brasileiras nos últimos 20 anos”. Assim, a educação escolar indígena, em todas as suas instâncias, deve ser planejada estrategicamente de modo que a instituição escolar indígena, de forma autônoma e diferenciada, se torne um instrumento político-pedagógico para modificar a sociedade à qual pertence, iniciando pela própria transformação do povo indígena a qual está direcionada (Baniwa, 2019).

Essas conquistas abriram as portas para que os povos indígenas tivessem acesso ao ensino superior. Não se trata de um direito de privilégio, mas de uma necessidade e um desejo dos próprios povos indígenas, como afirmado por Baniwa (2019). A educação, nesse sentido, possibilita que os povos indígenas se apropriem das questões sociopolíticas não indígenas e possam decidir as melhores ações para suas comunidades e povos. Segundo Baniwa (2019, p. 168), “trata-se de uma conquista histórica importante no processo de democratização do direito à educação superior no Brasil, promovendo a igualdade de oportunidades para todos os brasileiros, em sua grande diversidade sociocultural, econômica e de trajetórias escolares.”

De acordo com Bergamaschi et al. (2018, p. 39), o acesso ao ensino superior para os povos indígenas é possibilitado por meio de ações afirmativas, que propiciaram a entrada de estudantes indígenas nas universidades desde os anos 1990, com o apoio de convênios entre a Fundação Nacional do Índio (Funai) e algumas instituições privadas e comunitárias. O Programa Universidade para Todos (ProUni), lançado em 2004 pelo governo federal, também tem sido fundamental como porta de entrada para instituições privadas de ensino superior. Como Bergamaschi et al. (2018, p. 40)

observam, “havia uma estimativa imprecisa de 1.300 estudantes no ano de 2004.” Desde então, o número de indígenas nas universidades vem crescendo, o que é um reflexo da luta e do protagonismo dos povos indígenas, que conseguiram expressar suas necessidades por meio de dispositivos legais.

O PAPEL DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS EDUCACIONAIS DOS POVOS INDÍGENAS

O direito à educação é consagrado pela Constituição Federal de 1988 como um direito social fundamental, conforme o artigo 6º. Ele é desenvolvido de forma mais detalhada no Título VIII, Da Ordem Social, entre os artigos 205 e 214. Nesses dispositivos constitucionais são delineados os princípios orientadores da educação, os deveres atribuídos a cada esfera de governo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), a organização do sistema educacional em níveis e modalidades, além das diretrizes para seu financiamento, incluindo a vinculação de receitas previstas constitucionalmente. Tais elementos constituem diretrizes essenciais para o trabalho dos legisladores e administradores públicos, além de nortearem o Judiciário nos casos que envolvem a efetivação deste direito.

Além do texto constitucional, há outros instrumentos normativos relevantes para o entendimento do direito à educação, como o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966 — ratificado pelo Brasil em 12 de dezembro de 1991 e promulgado pelo Decreto Legislativo n. 592, de 6 de dezembro de 1992 —, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90) e o Plano Nacional de Educação (Lei n. 13.005/2014, com vigência até 2024), entre outros.

A educação, sendo um direito fundamental, deve ser analisada também sob a ótica dos direitos humanos e fundamentais, o que demanda a compreensão das diferentes acepções dessas terminologias. Para isso, recorre-se ao entendimento de Sarlet (2007), baseado na classificação proposta por Vieira de Andrade. Segundo essa classificação, há três formas principais de abordagem: a primeira é a perspectiva

filosófica ou jusnaturalista, que trata desses direitos como inerentes a todos os seres humanos, em qualquer tempo ou lugar; a segunda, chamada universalista ou internacionalista, considera os direitos como universais dentro de determinado período histórico; e a terceira, a perspectiva estatal ou constitucional, limita o estudo dos direitos fundamentais ao contexto de um ordenamento jurídico específico.

Sarlet (2007, p. 26) lembra que essas três categorias não esgotam o debate sobre os direitos fundamentais, sendo também relevante considerar dimensões sociológica, histórica, ética, política e econômica, entre outras. Entende-se o direito à educação como um direito assegurado a todos os brasileiros sob a proteção do texto constitucional em vigor.

A opção pelo uso do termo “direito fundamental” também exige uma justificativa conceitual. Nesse sentido, conforme Sarlet (2007, p. 35), é possível distinguir os direitos fundamentais dos direitos humanos. Os primeiros são aqueles positivados em determinada constituição e reconhecidos no plano jurídico interno de um Estado, enquanto os segundos são mais amplos e transcendem os limites nacionais, tendo validade universal por derivarem da dignidade humana em si, independentemente de sua positivação em um ordenamento específico.

De um lado, Luño (2005a, p. 44) compartilha dessa distinção, esclarecendo que os “direitos fundamentais” se referem aos direitos juridicamente garantidos dentro de um Estado. Já os “direitos humanos” abrangem exigências mais amplas, muitas vezes positivadas em declarações e tratados internacionais, ou ainda não reconhecidas juridicamente, mas que expressam os valores de liberdade, igualdade e dignidade humana.

De outro, Canotilho (2000, p. 387), por sua vez, reforça essa diferenciação, considerando os direitos do homem como universais e atemporais, derivados da própria natureza humana, enquanto os direitos fundamentais seriam aqueles reconhecidos juridicamente por um ordenamento positivo, com validade em um determinado tempo e lugar.

A partir dessas considerações, percebe-se que os direitos humanos possuem um caráter mais amplo e, por vezes, impreciso em relação aos direitos fundamentais, os quais desfrutam de maior concretude jurídica. Luño (2005a, p. 46) ressalta que os direitos humanos constituem um conjunto de prerrogativas e instituições que, em cada período histórico, representam a concretização da dignidade, liberdade e igualdade humanas, devendo ser reconhecidos pelos sistemas jurídicos nacionais e internacionais. Já os direitos fundamentais referem-se àqueles direitos humanos que estão formalmente protegidos pelas constituições dos Estados, gozando de uma tutela jurídica mais robusta.

É sob essa concepção que se insere o direito à educação: como um direito fundamental consagrado pela Constituição e, portanto, dotado de proteção especial dentro do ordenamento jurídico nacional.

A origem da expressão “direitos fundamentais” remonta à França do século XVIII, no contexto das transformações políticas e culturais que culminaram na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. Posteriormente, na Alemanha, consolidou-se a ideia de “*Grundrechte*”, concebida como base das relações entre o Estado e o indivíduo, e fundamento da ordem política e jurídica, especialmente na *Grundgesetz* de Bonn, de 1949 (Luño, 2005b, p. 32).

Embora distintos, direitos humanos e fundamentais possuem uma relação íntima, pois os direitos fundamentais são, em essência, direitos humanos reconhecidos e garantidos constitucionalmente, compondo o conjunto de garantias consideradas essenciais para o funcionamento de uma sociedade. Por serem historicamente situados, os direitos fundamentais variam de acordo com as necessidades sociais e políticas de cada país.

Dentro dessa lógica, Bonavides (2010, p. 562) associa os direitos fundamentais à liberdade e à dignidade humana, reconhecendo seu caráter universal. Ele destaca que esse sentido universal foi incorporado pela primeira vez na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, fruto do racionalismo iluminista da Revolução Francesa de 1789.

UMA PRODUÇÃO DO PET: SABERES E VIVÊNCIAS SOB A ÓTICA DE UM JOVEM ACREANO

O Programa de Educação Tutorial (PET) é uma iniciativa do Ministério da Educação que visa promover a formação acadêmica ampla e crítica de estudantes de graduação por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 2006). Fundamentado na autonomia universitária e no protagonismo estudantil, o PET valoriza a construção coletiva do conhecimento e estimula a produção de saberes a partir da realidade local dos seus integrantes.

No contexto da Amazônia Legal, especialmente no estado do Acre, o PET tem se configurado como espaço estratégico para o fortalecimento de identidades regionais e valorização dos saberes tradicionais. Segundo Souza (2018), a experiência de estudantes amazônicas em programas de extensão e pesquisa contribui para uma ressignificação da universidade como instrumento de transformação social, tornando o espaço acadêmico mais sensível às demandas culturais, sociais e ambientais locais.

Autores como Santos (2007) e Freire (1987) defendem a valorização das epistemologias do sul e da pedagogia do diálogo como caminhos para a construção de uma ciência mais inclusiva e situada. Essa perspectiva está em consonância com a proposta do PET, que permite ao estudante não apenas aprofundar seus conhecimentos acadêmicos, mas também compreender as realidades locais de maneira crítica e transformadora. Para Freire (1987), a educação deve ser libertadora e enraizada na vivência dos sujeitos, reconhecendo-os como agentes históricos de sua própria formação.

A produção de textos e projetos acadêmicos por estudantes acreanos no âmbito do PET representa, assim, uma expressão de resistência epistemológica, em que o conhecimento científico é construído a partir da escuta ativa, do pertencimento cultural e do compromisso social. Conforme argumenta Ribeiro (2020), as narrativas regionais e as experiências dos estudantes do norte do país ainda são sub-

representadas nos espaços acadêmicos, o que torna a presença do programa ainda mais necessária.

Além disso, ao articular ensino, pesquisa e extensão, o PET estimula práticas educativas contextualizadas, que rompem com a lógica bancária da educação e propõem um fazer acadêmico dialógico, colaborativo e transformador. Essa perspectiva contribui para o fortalecimento de uma universidade plural, capaz de reconhecer a diversidade cultural e geográfica dos sujeitos que a compõem (Araújo; Mendes, 2019).

Dessa forma, a produção acadêmica de um estudante acreano no contexto do PET ultrapassa os limites da formação técnica, assumindo um caráter político e ético, voltado à construção de um conhecimento comprometido com a justiça social, com o reconhecimento das identidades amazônicas e com a transformação da realidade local por meio do saber científico.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso com abordagem qualitativa, voltado à análise das formas de resistência de estudantes indígenas no ensino superior acreano entre os anos de 2020 e 2024. Optou-se por essa abordagem devido à sua adequação na investigação de realidades sociais complexas e na compreensão de experiências subjetivas, culturais e históricas que não podem ser reduzidas a dados numéricos.

O estudo de caso permite um olhar aprofundado sobre um fenômeno específico inserido em seu contexto social, cultural e institucional. Segundo Stake (1995), esse tipo de pesquisa é particularmente eficaz quando se deseja compreender as singularidades de um grupo ou comunidade. Assim, o foco deste trabalho é analisar as vivências, desafios e estratégias de resistência de estudantes indígenas, considerando suas realidades culturais, sociais e educacionais.

Para a coleta de dados, utilizou-se a técnica de entrevistas semiestruturadas, realizadas com estudantes indígenas matriculados em instituições públicas de ensino

superior no estado do Acre. As entrevistas ocorreram nos meses de março e abril de 2025, respeitando os princípios éticos e assegurando o anonimato dos participantes. A seleção dos entrevistados foi feita por meio de amostragem intencional, buscando diversidade de etnias, cursos e experiências acadêmicas. Ao todo, participaram da pesquisa cinco estudantes indígenas.

As entrevistas foram gravadas, transcritas integralmente e analisadas por meio da análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016). Essa metodologia permitiu a identificação de categorias temáticas, como barreiras estruturais, preconceito, estratégias de resistência, pertencimento cultural e articulação política. A análise buscou não apenas agrupar os dados, mas interpretá-los a partir das referências teóricas que embasam esta pesquisa, especialmente os estudos sobre educação inclusiva, políticas afirmativas e resistência indígena.

Importante destacar que a autora desta pesquisa é também indígena, o que proporcionou um vínculo mais sensível e empático com os participantes. Essa condição contribuiu para o aprofundamento da escuta e compreensão dos relatos, bem como para a construção de uma análise comprometida com a valorização das identidades indígenas no espaço acadêmico. A pesquisa, portanto, também se insere em uma perspectiva de pesquisa participante e decolonial, em que o lugar de fala da pesquisadora fortalece o processo de construção do conhecimento a partir das experiências vividas.

A realização do estudo respeitou todos os princípios éticos exigidos para pesquisas com seres humanos, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Os participantes foram devidamente informados sobre os objetivos da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

ANÁLISE DAS FONTES

Esses relatos advindos de entrevistas semiestruturadas constituem fontes primárias de natureza oral, cuja riqueza reside na subjetividade das experiências

compartilhadas e no modo como revelam as tensões entre identidade indígena e o ambiente acadêmico.

Os documentos analisados foram produzidos no contexto pós-implementação de políticas afirmativas e de intensificação dos debates sobre inclusão e diversidade no ensino superior brasileiro. Esse período, que abrange os anos de 2020 a 2024, foi marcado por avanços e retrocessos nas políticas de acesso e permanência para populações historicamente excluídas. Tal contexto histórico influencia significativamente a forma como os estudantes indígenas percebem e vivenciam o ensino superior, conferindo às entrevistas um valor não apenas informativo, mas também político e simbólico.

A escolha das entrevistas como principal fonte de dados se justifica pela natureza do objeto de estudo — experiências de resistência — que dificilmente poderiam ser compreendidas apenas por meio de dados estatísticos ou documentos institucionais. As entrevistas permitiram acessar as narrativas individuais e coletivas, evidenciando sentimentos de exclusão, superação, pertencimento e mobilização política. Além disso, a análise dessas falas revelou padrões recorrentes, como a ausência de suporte pedagógico, o enfrentamento ao preconceito e o esforço para manter viva a identidade cultural indígena dentro do ambiente universitário.

É importante destacar que a própria condição da autora como mulher indígena influenciou a produção das fontes. Essa posição permitiu o estabelecimento de uma relação de confiança com os entrevistados, o que contribuiu para a profundidade dos relatos. A escuta sensível e respeitosa às experiências narradas fortaleceu a análise crítica, ancorando-a não apenas em uma perspectiva acadêmica, mas também em uma compreensão situada e comprometida com a realidade indígena.

A análise documental, neste caso voltada às entrevistas, permitiu identificar tanto estratégias de resistência cultural e acadêmica quanto contradições nas políticas institucionais de inclusão. Enquanto alguns entrevistados relataram o apoio de professores e colegas, outros denunciaram o silenciamento de suas identidades ou a ausência de políticas eficazes para sua permanência. Essas contradições são

fundamentais para compreender a complexidade da resistência indígena no ensino superior e reforçam a necessidade de políticas públicas que vão além do acesso, priorizando também o acolhimento e a valorização da diversidade cultural no ambiente universitário.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados indicam que a permanência de estudantes indígenas no ensino superior está diretamente relacionada à resistência cotidiana frente a obstáculos estruturais e simbólicos dentro das universidades. O estudante Apurinã entrevistado relatou que, embora não tenha enfrentado dificuldades acadêmicas, “o principal desafio que enfrentei na UFAC não foi em relação ao conteúdo ou ao estudo, mas às pessoas que frequentam o espaço”. Essa fala corrobora a análise de Gomes (2011), para quem o racismo institucional no ensino superior muitas vezes se manifesta de maneira velada, por meio de comportamentos excludentes, olhares e comentários que minam a autoestima e a presença do estudante indígena.

A análise revelou que o preconceito é experimentado não como conflito direto, mas como “algo traiçoeiro, pelas costas”, o que reforça o conceito de microagressões raciais (Suárez, 2021), que são comportamentos sutis, muitas vezes naturalizados, mas que têm impacto psicológico profundo sobre as vítimas. Nesse sentido, percebe-se que o espaço universitário ainda reproduz estruturas coloniais que hierarquizam saberes e identidades.

No entanto, a resistência se manifesta de forma ativa e coletiva. O estudante destaca que participa do Coletivo dos Estudantes Indígenas da UFAC (CEIUFAC), atuando como segundo secretário, e também do PET Indígena, ambos espaços de apoio, escuta e mobilização: “Nosso intuito é trazer mais parentes para a universidade e ajudar os que já estão aqui”. Essa atuação confirma o que Cunha e Magalhães (2018) apontam: a criação de coletivos indígenas nas universidades tem sido fundamental para o fortalecimento da identidade, para a luta por políticas públicas específicas e

para a construção de uma presença indígena crítica, consciente e ativa nos espaços acadêmicos.

Embora haja políticas de apoio, como bolsas e auxílios, o entrevistado é enfático ao afirmar que “são muito necessárias, mas infelizmente não são suficientes”. Isso reforça os estudos de Silva e Oliveira (2020), que destacam que as políticas de permanência ainda estão aquém das necessidades reais dos estudantes indígenas, pois desconsideram suas especificidades culturais, comunitárias e territoriais.

Outro ponto significativo da fala é o reconhecimento do papel dos professores na sua formação, como revela Ximery Apurinã: “Tive professores que abriram minha mente para pensar fora da caixa” Essa experiência está em consonância com o que Candau (2016) defende ao propor uma educação intercultural crítica, em que docentes atuem não apenas como transmissores de conteúdo, mas como mediadores de reflexões sobre identidade, território e ancestralidade.

Por fim, ao ser questionado sobre o que poderia melhorar a experiência dos estudantes indígenas na Ufac, o estudante destaca a importância de um espaço físico adequado para encontros, festas e reuniões: “um lugar que não seja essas salas pequenas e improvisadas que a Ufac costuma ceder”. Essa reivindicação aponta para a necessidade de uma estrutura simbólica e material que acolha e valorize a diversidade cultural dos povos indígenas, conforme defende Carvalho (2022), que analisa a importância de territórios indígenas dentro da universidade como espaços de reexistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou responder à questão de pesquisa sobre a permanência e resistência de estudantes indígenas no ensino superior, tendo como recorte a experiência do estudante Apurinã da Universidade Federal do Acre (Ufac). A partir de uma entrevista semiestruturada e da análise qualitativa de seu conteúdo, foi possível compreender de forma mais aprofundada os desafios, estratégias e expectativas que envolvem a trajetória acadêmica de sujeitos indígenas em instituições de ensino

superior, sobretudo no contexto amazônico.

Os resultados obtidos indicam que, embora existam políticas de acesso e permanência voltadas aos estudantes indígenas, estas ainda são insuficientes para garantir uma vivência plena, digna e respeitosa dentro do ambiente universitário. O caso analisado evidencia que as maiores dificuldades não estão necessariamente relacionadas ao conteúdo ou à metodologia de ensino, mas às formas sutis e constantes de preconceito e discriminação manifestadas por parte de colegas e, por vezes, da própria estrutura institucional. A vivência universitária, nesse sentido, é atravessada por microagressões e silenciamentos que exigem dos estudantes indígenas um esforço adicional de resistência psicológica e cultural para permanecer e se afirmar nesses espaços.

Apesar das adversidades, a narrativa do entrevistado também revela a potência da coletividade como forma de resistência. A participação ativa em grupos como o Coletivo dos Estudantes Indígenas da UFAC (CEIUFAC) e o Programa de Educação Tutorial Indígena (PET Indígena) demonstra o papel fundamental das redes de apoio e dos espaços de convivência entre pares para a sustentação da caminhada acadêmica. Esses coletivos se consolidam como territórios simbólicos de acolhimento, diálogo e articulação política, contribuindo para a construção de uma universidade mais plural e comprometida com a justiça social.

A formação acadêmica do estudante entrevistado representa, ainda, um elo entre saberes distintos: o conhecimento científico da história ocidental e os saberes ancestrais dos povos indígenas. Sua trajetória mostra que a educação superior pode, quando sensível e comprometida com a diversidade, ser um instrumento de transformação social e fortalecimento cultural. O desejo de atuar como professor, levando aos alunos não apenas os conteúdos formais, mas também a história e a visão de mundo de seu povo, aponta para um horizonte de reexistência que transcende os muros da universidade e se projeta como um retorno à comunidade, carregado de responsabilidade e esperança.

Diante das limitações encontradas nesta pesquisa, especialmente por se tratar de

um estudo de caso único, recomenda-se que futuras investigações ampliem o número de entrevistados, incluindo estudantes de diferentes etnias e regiões, de modo a construir um panorama mais abrangente e comparativo. Também seria relevante realizar estudos longitudinais que acompanhem os estudantes indígenas desde o ingresso até a conclusão do curso, para compreender as mudanças em suas percepções, os impactos das políticas públicas e os fatores determinantes para o êxito acadêmico.

Conclui-se, portanto, que a permanência de estudantes indígenas no ensino superior não é apenas um desafio individual, mas um compromisso coletivo e institucional. A construção de uma universidade verdadeiramente intercultural exige o rompimento com práticas excluentes e o investimento em políticas afirmativas que respeitem as especificidades culturais, territoriais e epistemológicas dos povos originários do Brasil.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. A.; MENDES, C. C. Extensão universitária e formação cidadã: reflexões a partir do Programa de Educação Tutorial (PET). **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 10, n. 2, p. 45-58, 2019.

BANIWA, S. **Os direitos indígenas na Constituição Federal de 1988**. Manaus: Editora Acadêmica, 2019.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BERGAMASCHI, M. A.; DOEBBER, M. B.; BRITO, P. O. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 99, n. 251, p. 39-58, jan./abr. 2018.

BONAVIDES, P. **Curso de Direito Constitucional**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Institui o Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: Senado Federal, 2001.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Brasília, DF: Senado Federal, 2005.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Brasília, DF: Senado Federal, 2008.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF: Senado Federal, 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Senado Federal, 1996.

BRASIL. Plano Nacional de Educação – 2014/2024. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2025.

BRASIL. Programa de Educação Tutorial – PET: Manual de Orientações Básicas. Brasília: Ministério da Educação – MEC/SESu, 2006.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI). Brasília, DF: Ministério da Educação - MEC, 1998.

CANDAU, V. M. Educação intercultural: mediações necessárias. Petrópolis: Vozes, 2016.

CANOTILHO, J. J. G. Direito constitucional e teoria da constituição. Coimbra: Almedina, 2000.

CARVALHO, A. P. Universidade como território indígena: políticas de permanência e práticas de resistência. São Paulo: Cortez, 2022.

CUNHA, M. F.; MAGALHÃES, B. S. A presença indígena na universidade: coletivos, memória e resistência. **Revista Interculturalidade e Educação**, v. 4, n. 2, p. 23–41, 2018.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, N. L. Políticas de ação afirmativa e inclusão do negro no ensino superior: contextos, conquistas e desafios. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 13–28, 2011.

GRUPIONI, R. C. O. A educação indígena no Brasil: Um estudo das políticas educacionais e a implementação da legislação vigente. São Paulo: Editora Universitária, 2002.

LUÑO, Antonio-Enrique Pérez. **Derechos humanos, estado de derecho y constitución**. 9. ed. Madrid: Tecnos, 2005.

LUÑO, Antonio-Enrique Pérez. **Los derechos fundamentales**. 8. ed. Madrid: Tecnos, 2005. (Colección dirigida por Pedro da Veja. Temas clave de la constitución española).

MAHER, T. J. M. A formação de professores indígenas: uma discussão introdutória. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org). **Formação de professores indígenas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

MANCHINERY, Â. N. S. **Entrevista realizada com Angélica Nunes da Silva Manchinery**, estudante indígena da UFAC, no mês de março de 2025.

MANCHINERY, Â. N. S. **Entrevista realizada com Denarte Nonato Nascimento Kaxinawa (Bane Dua Bake)**, estudante indígena da UFAC, no mês de abril de 2025.

MANCHINERY, Â. N. S. **Entrevista realizada com Jhonnatan Nascimento Oliveira (Ximery Apurinã)**, estudante indígena da UFAC, no mês de abril de 2025.

MANCHINERY, Ângela Nunes Silva. **Entrevista realizada com Kailane da Silva Nunes Apurinã**, estudante indígena da UFAC, no mês de abril de 2025.

PEREIRA, C.; BRASILEIRO, D. A. **A educação inclusiva e os direitos indígenas no Brasil**. Porto Alegre: Editora do Rio Grande do Sul, 2016.

RIBEIRO, D. A. Vozes do Norte: a construção do pensamento acadêmico na Amazônia brasileira. **Revista Estudos Amazônicos**, v. 8, n. 1, p. 23-39, 2020.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, P. F.; OLIVEIRA, L. F. D. D. Permanência indígena no ensino superior: entre tensões, resistências e desafios. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 3, p. 1-19, 2020.

SOUZA, L. M. Educação superior na Amazônia: desafios da interiorização e valorização dos saberes locais. **Revista Educação e Fronteiras**, v. 18, n. 2, p. 95-112, 2018.

STAKE, R. E. **The art of case study research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1995.

SUÁREZ, A. C. M. Racismo sutil e cotidiano universitário: um olhar sobre as microagressões raciais. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, e260065, 2021.

CAPITULO 12
DEZ ANOS DE CONSTITUIÇÃO CIDADÃ: AS REPRESENTAÇÕES SOBRE OS
INDÍGENAS NO PERIÓDICO ALTO MADEIRA DE PORTO VELHO-RO EM
1998³³

Rodrigo dos Santos
Marlene Schulz

INTRODUÇÃO

A constituição de 1988, no processo de redemocratização, abriu novas demandas para pensarmos sujeitos historicamente excluídos da sociedade brasileira. O presente capítulo adentra nesta discussão e tem como objetivo analisar as representações sobre os povos indígenas no periódico Alto Madeira de Porto Velho-RO durante o ano de 1998³⁴, dez anos de promulgado o referido documento. Buscamos responder as seguintes questões: Como os indígenas são representados no periódico Alto Madeira? Há diversos grupos indígenas ou são homogeneizados? Há avanços? Quais são os silenciamentos e os esquecimentos no referido periódico?

Não realizamos juízo de valor sobre o periódico, se há uma assertiva ou erro, nas representações dos indígenas, até porque isso não nos importa, sabemos que a função do historiador não é julgar, mas compreender os eventos (Bloch, 2001). Além do que, compreendemos a imprensa periódica como um microcosmo social, em que ao mesmo tempo cria uma representação e é representada por ela e, com isso, ampliamos esse debate.

³³ O texto conta com o apoio da Propesq (Edital 004/2024/DPESQ/PROPESQ/UNIR) e faz parte do projeto: “Deslocamentos humanos: mapeamento e representações sobre (i)migrações em jornais do século XX e o Ensino de História” e do plano de trabalho: “Mapeamento e representações sobre os deslocamentos de povos originários em jornais do século XX na Amazônia Ocidental”.

³⁴ O ano de 1998 é emblemático, não apenas pelos dez anos da Constituição de 1988, mas por ser marcado pelas eleições de governadores e presidente (Fernando Henrique Cardoso é reeleito), novo código de Trânsito Brasileiro, a derrota do Brasil na Copa do Mundo, entre outros eventos.

Conforme Mara Genecy Centeno Nogueira (2019) o periódico Alto Madeira de Porto Velho-RO foi criado em 1917, sendo uma transformação d' O município de Porto Velho³⁵. Ele completou seu centenário com uma edição de despedida em 2017, sendo considerado o jornal mais longínquo da imprensa rondoniense. Isso é um dos motivos da sua escolha, mas também se justifica pelo fato de acompanhar o cotidiano da população rondoniense, além de matérias nacionais e internacionais. Apesar disso, não conseguiu competir com o meio digital e com as dificuldades que o novo suporte trouxe, juntando-se a carência de recursos, foi extinto.

As fontes da pesquisa são as matérias selecionadas para o projeto que possuímos financiamento institucional referentes ao ano de 1998³⁶ disponibilizadas pelo Centro de Documentação da Zona da Mata Rondoniense (CDR)³⁷ presente no campus de Rolim de Moura da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), analisamos mais de cem edições do periódico Alto Madeira. Além do referido jornal da década de 1990, o CDR possui uma gama de periódicos tanto da Capital quanto do Estado como o Tribuna Popular, Folha da Mata, Estadão, Diário da Amazônia, entre outros.

Na análise das fontes, en quanto perspectiva teórica, utilizamos autores que se preocuparam com os Estudos Culturais, pensando a cultura como plural, e uma construção de significados, presente em todas as etapas da vida, e que ela é construída por meio da linguagem, se materializando em suas práticas (Certeau, 2012). Além disso, partimos dos estudos da imprensa periódica, principalmente de Tania Regina

³⁵ A pesquisadora aponta que o periódico Alto Madeira passou por diversos donos até a sua extinção. Após a morte de seu fundador Joaquim Augusto Tanajura, um médico e político da região, a sua esposa o vendeu para Inácio de Castro, um dos funcionários da Ferrovia Madeira- Mamoré. Em 1943, foi incorporado pelos Diários Associados de Assis Chateaubriand e, por fim, ficou nas mãos do Grupo Tourinho, até 2017 (Nogueira, 2019).

³⁶ Metodologicamente selecionamos matérias dos anos de 1990 do periódico Alto Madeira de Porto Velho-RO e separamos em um SSD, uma das propostas do projeto de pesquisa, a salvaguarda do material.

³⁷ Oliveira (2023) menciona que a criação do Centro de Documentação da Zona da Mata Rondoniense surgiu devido a algumas professoras que sistematizaram a proposta a partir da informação que uma documentação do acervo da prefeitura municipal de Rolim de Moura- RO seria destruída em 2013. Atualmente, ele está localizado em no Bloco D, sala 11, do campus da UNIR/Rolim de Moura e sob a responsabilidade do Curso de História.

de Luca (2008) e ancoramos uma abordagem interdisciplinar e do Tempo Presente, pensando aspectos da história, sociologia, antropologia, geografia, entre outras.

O conceito de representação empregado na pesquisa é oriundo dos estudos desenvolvidos por Stuart Hall (2016). O pesquisador aponta que a representação é uma forma de como as pessoas são representadas em uma dada sociedade, e ela constrói padrões de comportamento e práticas culturais. Na imprensa a representação cria um paradoxo, da mesma forma em que ela representa alguma temática, ela é construída por ela.

Posto isso, no ano de 1998 encontramos vinte e três matérias das disponibilizadas pelo Centro de Documentação Regional da Zona da Mata Rondoniense no *campus* da Universidade Federal de Rondônia em Rolim de Moura que de alguma forma representavam os indígenas no periódico Alto Madeira. Desse total durante o ano de 1998, onze delas apresentam os indígenas oriundos de outros estados ou países, enquanto doze tinham alguma relação com o Estado de Rondônia. Nesse trabalho, ainda em andamento, focamos nas matérias produzidas pelo referido jornal sobre os indígenas que estão espacialmente em outras regiões do país e do mundo³⁸.

REPRESENTAÇÕES SOBRE OS INDÍGENAS NO PERIÓDICO ALTO MADEIRA DE PORTO VELHO-RO

Iniciamos o desenvolvimento desse capítulo com uma advertência. O campo de estudo que elege as representações como um dos conceitos de pesquisa é marcado por atribuição de signos e significados (Pesavento, 2003). Nesse sentido, não temos a pretensão de dar conta de todos os aspectos que envolvem as questões indígenas no periódico Alto Madeira de Porto Velho-RO, tendo em vista a extensa discussão que abrange a temática. Entretanto, propomos de forma inicial dar visibilidade ao tema, dialogando com diversas áreas do conhecimento, promovendo a interdisciplinaridade,

³⁸ As representações do jornal Alto Madeira sobre os indígenas que são oriundos do Estado de Rondônia serão desenvolvidas em outras produções.

como a ciência histórica propõe (Bloch, 2001), e posteriormente desdobrando esses debates em novas pesquisas.

Posto isto, analisamos as matérias do periódico Alto Madeira. Em maio e setembro de 1998, o jornal divulgou reportagens sobre o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Elas realizam denúncias de violências sofridas pelos povos indígenas. A primeira de quinze de maio de 1998 afirma: “O Cimi alerta ainda para o agravamento do clima de tensão caso o governo Federal não tome providências no sentido de punir [...] e não processa a imediata retirada dos fazendeiros invasores da área indígena” (Alto Madeira, 22/05/1998)³⁹. A reportagem intitulada: “Cimi revela clima de tensão na área indígena Xucuru”, aponta o assassinato do cacique daquela localidade, situado no Estado de Pernambuco e pede providências do governo federal. Além disso, enfatiza que o clima de tensão se agravou com o Decreto 1.776/96 que permitiu a contestação administrativa de terras.

A matéria apresenta uma etnia específica: “Com uma população de 7.500 pessoas, os Xucuru ocupam apenas 2.000 hectares dos 27.555 a que têm direito” (Alto Madeira, 22/05/1998). Conforme Edson Silva e Isabela Paes de Barros (2022) o povo indígena Xukuru do Ororubá, habitante nos municípios de Pesqueira e Poção, no Semiárido pernambucano, em uma área de mata serrana considerado um brejo de altitude, é marcado por conflitos e disputas por reconhecimento e garantias de sobrevivência desde o início da colonização portuguesa⁴⁰. Essa população, durante a colonização foi considerada hostil, sendo uma ameaça a ser amansada por estarem em uma área estratégica para a coroa portuguesa. No periódico Alto Madeira eles são representados como uma população que busca o direito que habitar suas terras.

As denúncias sobre violações de direitos humanos com relação à população indígena não pararam em 1998. Em setembro o CIMI realizou mais uma reclamação a partir de um relatório que repercute no periódico Alto Madeira da seguinte forma:

³⁹ Optamos pela grafia original das fontes.

⁴⁰ Os pesquisadores afirmam que essa população, conforme dados arqueólogos, habita a região há milhares de anos (Silva; Barros, 2022).

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) divulgou, ontem, um relatório acusando os poderes públicos federal e estadual de liderarem a violência contra os povos indígenas em todo o País. [...] No Pará, segundo informações do levantamento feito pelo conselho, os índios mundurucus são as maiores vítimas da violência. Além de Malária, tuberculose e alcoolismo [...] (Alto Madeira, 15/09/1998).

O trecho da reportagem, intitulada: “Relatório do Cimi denuncia violência”, demonstra que os indígenas sofrem diversas violências e acusou o poder público a liderarem ou serem coniventes com essas agressões em todo país. Destaca que os povos mais atingidos foram o povo mandukuru⁴¹, mas que não são os únicos, chegando a todas as regiões do país.

A matéria ainda enfatiza que o Estado do Pará é um dos mais violentos do país contra a população indígena. Os pesquisadores Violeta Refkalefsky Loureiro e Jax Nildo Aragão Pinto (2005) justificam essa afirmação. Eles destacam que os conflitos no Estado foram construídos historicamente a partir do processo de ocupação a partir da Ditadura cívico-militar. Após 1971 o Governo Federal instituiu o confisco de terras dos estados que estão presentes na Amazônia. Eles ficaram sobre o domínio federal por meio de decretos presidenciais que não consideraram a vontade dos estados ou foram compensados por algum tipo de indenização. A justificativa era marcada por segurança e desenvolvimento, inicialmente o projeto ficou conhecido como: “federalização das terras amazônicas”. As terras confiscadas tiveram vários usos como: margem de rodovias, vendas e projetos de colonização oficial.

Nesse sentido, os mesmos pesquisadores (Loureiro; Pinto, 2005), apontam que o Estado do Pará, devido a sua extensão, perdeu 30% de suas terras para a união. As práticas duraram até o processo de redemocratização nos anos de 1990. A partir disso, que veio a retomada, mas que não se efetivou, pois muitas dessas situações já estavam consolidadas e não foi possível resolver. Ainda hoje, essa unidade federativa é

⁴¹ O povo indígena Munduruku está situado em regiões dos Estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso. Geralmente habitam regiões de florestas margens de rios navegáveis (Ramos, s. d.).

marcada por conflitos entre indígenas, grileiros, posseiros e fazendeiros, e por isso figura no topo dos relatórios do CIMI.

As denúncias de violações de direitos humanos contra a população indígena também foram representadas em casos de assassinato como a matéria de seis de novembro de 1998. O título: “índias assassinadas foram queimadas” já demonstram a brutalidade do episódio. Como aponta Ailton Krenak (2020) os indígenas sobrevivem a um fim do mundo todos os dias, resistem há mais de quinhentos anos ao extermínio de diversas formas e isso fica evidente nas representações do jornal Alto Madeira.

De acordo com o periódico Alto Madeira (06/11/1998):

As duas índias – mãe e uma filha criança – mortas por garimpeiros no Parque Tumucumaque, entre o Amapá e o Pará, tiveram uma morte violenta. Elas foram queimadas dentro da própria maloca onde viviam, segundo relato de testemunhas ao administrador regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Macapá, Amaro Lopes. Em resposta ao ataque, os índios – que pertencem a uma tribo arredia, ainda sem contato com a civilização – mataram, com flechas e bordunas, 11 garimpeiros e deixaram mais dois feridos. [...] A área, uma reserva indígena de três milhões de hectares, é um território de floresta densa, habitada por índios Tiriós e Kayuyna, entre outros nunca contatados pela Funai. A região, homologada como reserva ano passado, é rica em ouro e já desperta a cobiça até de garimpeiros do Suriname.

A partir do trecho da matéria, podemos realizar uma conexão com a historiadora, Tania Regina de Luca (2008). Ela afirma que para uma análise da imprensa periódica, não há uma “receita de bolo”, mas alguns pressupostos podem ser seguidos, entre eles a materialidade. Durante a década de 1990, o Alto Madeira possuiu quinze páginas no formato colorido. Ele pode ser considerado um jornal múltiplo, apresentando informações de economia, política, entretenimento, variedade, tanto de Rondônia, como de outros estados e países. Apesar disso, ele apresenta uma peculiaridade: mesmo sendo uma característica dos anos de 1990, os crimes e os seus desdobramentos, em alguns casos com as fotografias dos mortos são representados na

primeira página e dentro dele. No caso específico dessas indígenas não há imagens, apenas as matérias em uma representação escrita.

Percebemos que nas matérias que de alguma forma representam a população indígena não há imagens, há quase uma invisibilidade de restos e corpos. As exceções apenas são visualizadas nos casos locais quando são mencionados grupos indígenas do Estado de Rondônia⁴². Seria uma dificuldade de conseguir fotografias nacionais ou um silenciamento? Desta maneira, como pontua Stuart Hall (2016), os efeitos visuais é uma forma de representação da diferença, do outro, em um momento histórico. O indígena é considerado esse outro, o diferente e com isso, o diferente só é representado se for como desconhecido.

Outro acontecimento belicoso foi a morte do indígena Galdino e posteriormente a representação do julgamento dos acusados no Alto Madeira de 22 de maio de 1998⁴³. A matéria que encontramos possuiu o título: “STF e STJ decidem julgamento de acusados da morte de Galdino”.

Observamos um dos trechos:

O STF (Supremo Tribunal Federal) e o STJ (Superior Tribunal da Justiça) deverão decidir se os responsáveis pela morte do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, em 20 de Abril de 1997, serão ou não julgados por tribunal do júri sob a acusação de homicídio doloso qualificado (Alto Madeira, 22/05/1998).

Conforme Iglesio de Jesus Silva (2017) a morte do líder indígena Pataxó⁴⁴ Galdino provocou, em seu povo e em toda a sociedade um debate sobre os direitos dos povos indígenas. O episódio foi representado pelo Alto Madeira com detalhes: “Na madrugada de 20 de abril do ano passado [1997], cinco jovens de classe média atearam

⁴² O detalhamento desses casos, será desenvolvido em outras produções. Não é o foco principal do capítulo.

⁴³ Nas edições disponibilizadas pelo CDR não encontramos representações do ano de sua morte, apenas do julgamento no ano seguinte, período de nossa análise.

⁴⁴ O povo Pataxó HâHâHãe é constituído por cinco etnias: Bainá, Kariri sapuiá, Kamacam, Tupinanbá e Guerem. Ele situa-se no sul da Bahia, especificamente nos municípios: Pau Brasil, Camacan, Itajú do Colônia e Pótiraguá (Silva, 2017).

fogo em Galdino, que dormia no banco de uma parada de ônibus, em Brasília. O índio morreu horas depois com queimaduras de segundo e terceiro graus em 95% do corpo" (Alto Madeira, 22/05/1998). Conforme Silva (2017), não apenas o Alto Madeira, mas a imprensa periódica de forma geral, apresentou os acusados do crime como rapazes de classe média que estavam realizando uma brincadeira e acreditavam que ele poderia sair correndo e salvar-se do fogo. Além do que, diante da brutalidade do fato, ele teve repercussão nacional e deu notoriedade aos conflitos que atingiam a sua etnia, sendo representado de diversas formas nos mais variados jornais do país.

A matéria em questão aponta sobre a possibilidade de os responsáveis pela morte serem julgados pelo júri com a acusação de homicídio doloso, aquele que o assassino tem intenção da ação e qualificado, por motivo torpe, isso aumentaria a pena para até trinta anos: "Segundo o Ministério Público do DF, caberia exclusivamente ao Tribunal do Juri decidir se houve ou não a intenção de provocar a morte". (Alto Madeira, 22/05/1998). Inicialmente, o crime foi qualificado como lesão corporal seguida de morte com até doze anos de prisão, e possibilidade de cumprimento de um sexto, dois anos. Após isso, houve um júri popular com condenação de 14 anos de prisão em regime fechado por homicídio doloso.

Os acontecimentos como crimes, que de alguma forma chocaram a humanidade, conforme Christian Delacroix (2018), a partir de Paul Ricoeur, podem ser considerados "no limite". Eles de alguma forma fazem repensar a sociedade, promovendo marcos e uma nova escrita historiográfica. A morte do indígena Galdino pode ser considerada um desses eventos, pois ela representou uma intensificação dos debates sobre demarcações de terras indígenas em todo o país. Isso é possível perceber na edição dupla de treze e quatorze de dezembro de 1998 do Alto Madeira. A primeira matéria: "Terenas divulgam ultimato" aponta que os indígenas de Rondonópolis desta etnia comunicaram a imprensa, via e-mail, que se o governo não tomar-se alguma providência sobre a demarcação de terras, eles tomariam. "Dizem que se não forem atendidos, tomarão providências 'drásticas' que afetarão sobremaneira nossa nossa (sic) estabilidade social" (Alto Madeira, 13-14/12/1998). Os indígenas afirmam que:

“enquanto aguardam, estão vivendo nas periferias das cidades, sofrendo ‘os males da civilização’, passando fome e enfrentando doenças” (Alto Madeira, 13-14/12/1998). Na matéria a Funai⁴⁵ afirma que as terras estão regularizadas e demarcadas.

Outra matéria, denominada: “FHC demarca terras indígenas” afirma como o governo Federal está discutindo a questão das demarcações de terras indígenas:

Ao todo o governo registrou 2,4 milhões de hectares de novas terras indígenas e autorizou processos de demarcação para 14,6 milhões de hectares. Apesar da iniciativa, índios terenas do município de Rondonópolis (MT) que não estão incluídos nos decretos, ameaçaram invadir terras caso suas reivindicações não sejam atendidas. No pacote assinado, diante de cerca de 50 índios caiapós, xavantes e pataxós, foi criada a segunda maior reserva indígena do país, a do Vale do Javari, no Amazonas, que tem 8,5 milhões de hectares e só perde em extensão para a reserva ianomâmi em Roraima. (Alto Madeira, 13-14/12/1998).

De acordo com Silva (2017), as lutas por demarcações de terras atingiram todo o país e com dados do Jornal Correio Brasiliense e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) ele aponta que em 2008 havia 140 ações relacionadas à posse da terra indígena. Os processos são em diversas regiões, perpassam estados como Santa Catarina, Paraná, Roraima, inclusive o Mato Grosso, lugar dos Terena.

A Funai foi mencionada na matéria: “Funai será transformada em agência”. Conforme a reportagem:

A Fundação Nacional do Índio (Funai) deverá ser transformada em agência executiva, nos próximos dois anos, para ser mais eficaz no comando da política indigenista. A exemplo das recentes mudanças no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), A Funai terá mais autonomia e flexibilidade no orçamento, por meio de contratos de gestão com o governo federal (Alto Madeira, 16/09/1998).

⁴⁵ A Fundação Nacional do Índio (Funai) foi renomeada para Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) em 2023. A demanda surgiu após o reconhecimento que o termo “índio” é um erro histórico e não reflete a diversidade dos povos indígenas (Funai, 2024).

A matéria comenta sobre a provável mudança de função Funai que foi criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967. Ela que substituiu o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), tem como função a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas no Brasil, inclusive dos indígenas isolados e recém-contatados.

A Funai (2025) divulgou imagens da Terra Indígena Massaco, localizada nos municípios de Alta Floresta D'Oeste e São Francisco do Guaporé, no estado de Rondônia. Nessa região foi realizada uma expedição e os agentes da Funai deixaram algumas ferramentas e câmeras com sensor de movimento em pontos estratégicos para monitorar as ações.

Os conflitos continuaram a serem representados no Alto Madeira de Porto Velho-RO. Em nível internacional em 15 de maio de 1998 o periódico produziu em uma seção específica denominada Ecologia, a seguinte matéria: “Índios e Ongs fazem protesto”:

Cerca de 50 índios de diversos países e organizações não governamentais (ONGs) protestaram contra a proibição de sua participação em uma negociação das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável imposta pelo governo brasileiro. A negociação, que está sendo realizada em Bratislava, na Eslováquia, faz parte da 4^a Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, que busca regulamentar acordos assinados na Rio-92, inclusive pelo governo brasileiro. No documento há pontos polêmicos, como o que determina os direitos indígenas sobre o uso e a patente de seus conhecimentos tradicionais (Alto Madeira, 15/05/1998).

Essa matéria insere a questão indígena no que ficou conhecido como Era da Ecologia⁴⁶ que teve início com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), popularmente conhecida como Rio-92. Em outro

⁴⁶ O conceito “era da ecologia” foi desenvolvido por Donald Worster na obra *Nature's Economy: A History of Ecological Ideas*, e pode ser definido como um período em que o pensamento ecológico adquiriu importância, influenciando as práticas culturais de todos. Isso se configurou no Brasil a partir dos anos de 1990, especialmente a Rio-92, com a adoção de representações consideradas verdes da indústria da moda e imprensa. O seu declínio ocorreu na década de 2012 à realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, denominada Rio+20 (Sampaio; Santos, 2025).

trabalho (Sampaio; Santos, 2025) demonstramos que os anos de 1990 e 2000 foram representados desta forma, principalmente pela imprensa periódica. Neste contexto, o Brasil se transformou em protagonista das questões ambientais, pelas dificuldades da conservação da Amazônia.

O trecho aponta que uma quantidade significativa de indígenas de diversos países e organizações protestava contra a sua proibição de participação na convenção sobre Diversidade Biológica que se propunha ser uma continuação da Rio-92. Os indígenas foram impedidos pelo governo brasileiro de deixar o país. O Itamaraty justificou que há discussões abertas e outras fechadas, e que tanto indígenas como alguns ambientalistas só podem participar de abertas, tendo em vista que as demais: “Segundo a assessora [do Itamaraty], pelas regras da convenção, só podem participar das reuniões de negociação os representantes dos governos” (Alto Madeira, 15/05/1998).

A matéria ainda apresenta como foi o protesto: “Os índios, impedidos de participar da reunião por imposição do governo brasileiro, fizeram um protesto colocando etiquetas em suas bocas – uma referência ao fato de eles terem sido marginalizados” (Alto Madeira, 15/05/1998). O final da matéria não apresenta a voz dos indígenas, mas de uma representante de uma ONG que enfatiza: “O Itamaraty não quer dar transparência às discussões” (Alto Madeira, 15/05/1998). Como afirma Stuart Hall (2016) há vários significados, e não existe certo ou errado, mas o plausível, sobre o que a imprensa periódica pretende privilegiar. O que o Alto Madeira quer privilegiar nas discussões sobre o protesto da ausência de participação na referida conferência? Precisamos compreender essa reclamação em um contexto amplo: a partir de uma reportagem de São Paulo. Entretanto, ela não aponta nenhuma imagem sobre o fato, muito menos o foco foi “dar voz” ao indígena, apesar da matéria ter esse título, mas de alguém de fala por eles. Neste caso, se sobressai na matéria à resposta do Itamaraty e o representante da ONG.

Na sequência das reportagens que apresentam alguma representação sobre os indígenas, a matéria do periódico Alto Madeira de primeiro de outubro de 1998,

oriunda de São Paulo, possui um título curioso: "Flauta Mágica: Pajé enfia bambu para tirar maus espíritos". O texto em tom jocoso afirma que "Um pajé pode pegar 20 anos de cana por fazer um estranho ritual: enfiar uma flauta de bambu na vagina das mulheres para sugar os espíritos" (Alto Madeira, 01/10/1998). A matéria ainda afirma que o pajé considerado tarado não é brasileiro, mas com seus "63 [anos], o pajé taradão vive e uma reserva indígena de Albuquerque, nos Estados Unidos. Ele foi acusado de abuso sexual por 3 mulheres" (Alto Madeira, 01/10/1998).

Com relação aos Estados Unidos há uma matéria no Alto Madeira de Porto Velho-RO que se refere aos indígenas Ticunas, oriundos do Alto Solimões no Amazonas que estiveram em viagem à Washington. Ela aponta que os indígenas pelo menos desta vez não estavam buscando ajuda ou proteção como em outros momentos. Observamos como isso é representado pelo jornal:

Não para pedir proteção ou recursos ao governo norte-americano, mas para participar de um Salão de Arte, com uma mostra coletiva com 30 telas pintadas pelos próprios silvícolas que expressaram em pintura vibrante e colorida, a realidade do mundo que os envolvia, dando destaque principalmente, à fauna e a flora (Alto Madeira, 14/10/1998).

A matéria ainda faz um paralelo com os dias de hoje em que: "Hoje, não só os ticunas, mas a maioria das nações indígenas da Amazônia sofre uma acelerada perda de identidade, dando lugar a uma Cultura distante da sua realidade. A Arte para os índios, chega via internet, satélite ou via S.O.S" (Alto Madeira, 14/10/1998). No trecho da matéria é perceptível uma tentativa de reconhecimento das múltiplas culturas que compõem os povos indígenas, entretanto, ainda apresenta uma visão estereotipada desses sujeitos, mencionando-os como índios, e a cultura como estática e imutável. Como aponta Peter Burke (2003) ela não é pura, mas marcada por um hibridismo que denota relações de poder, encontros e confrontos.

O aspecto cultural ainda pode ser percebido a partir da reportagem: "Livro de História conta tradições indígenas". Ela afirma que: "O Ministério da Educação e Cultura (MEC) acaba de lançar o primeiro livro de história do País adaptado às

comunidades indígenas" (Alto Madeira, 20/08/1998). O livro é considerado inovador, por ser o primeiro, em nível nacional, a discutir temas que estão sendo atrelados à população indígena. Como afirma Manuela Cunha (1992) a história do país não começou em 1500, essa terra foi invadida e essa população se tornou invisível, sendo necessário os historiadores apresentar àqueles que estiveram à margem.

As discussões sobre temas indígenas, ainda hoje, são, em sua maioria, realizadas por não indígenas. A matéria apresenta que o referido material publicado pelo Ministério da Educação é um avanço, uma vez que: "O primeiro volume é destinado às comunidades que vivem no Parque Nacional do Xingu, em Mato Grosso. Livro de História – Parque Indígena do Xingu foi elaborado com base em textos produzidos por lideranças indígenas" (Alto Madeira, 20/08/1998). Ela enfatiza que: "Essa é a primeira vez que os índios começam a escrever suas histórias e lendas, já que a tradição indígena é oral" (Alto Madeira, 20/08/1998).

Ainda como um fato relevante na nossa análise é a temporalidade, nos dez anos após a publicação desse texto foi sancionada a lei n. 11.645 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e tornou obrigatório o ensino de culturas indígenas na Educação Brasileira. Essa publicação pode ser pensada como um avanço, a incorporação das culturas indígenas na produção de materiais educacionais.

Além do que, o livro é um dos mediadores culturais do curso de formação continuada de professores:

O livro, feito em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e com o Instituto Socioambiental (ISA) mescla textos sobre a cultura dos índios, o seu olhar sobre os brancos com explicações sobre o continente americano, a origem da escrita e a própria criação do parque. Esse é um dos materiais didáticos usado no curso de formação de professores índios para o ensino fundamental (1^a a 4^a séries). O Curso tem duração de seis anos e formará a primeira turma de 59 alunos em 1999. Das 15 etnias que vivem no parque, 13 participam desse projeto. O currículo das escolas do parque é aprovado pela Secretaria da Educação de Mato

Grosso. A constituição de 1988 estimula a adaptação dos currículos (Alto Madeira, 20/08/1998).

A necessidade de materiais como esses e outros que vem sendo realizados nos anos seguintes, apesar de ter muito a avançar, significa pensar história de sujeitos que foram esquecidos. Como afirma Giovani José da Silva e Anna Maria Ribeiro da Costa (2018) é necessário um respeito a diversidade cultural na sociedade brasileira e isso se torna essencial para a sobrevivência e a cidadania das populações indígenas, que podem ser consideradas um patrimônio cultural do país. Nesse sentido, o jornal Alto Madeira de Porto Velho-RO, mesmo que de forma tímida contribuiu com essa difusão de informações sobre a população indígena, divulgando informações governamentais e em parceria com outras instituições.

CONSIDERAÇÕES

O periódico Alto Madeira de Porto Velho-RO foi relevante por apresentar diversas faces da população indígena, mas mesmo com essa variedade, ele construiu/reproduziu padrões e práticas culturais como é comumente nos ideários de uma representação (Hall, 2016), a tentativa de homogeneização de sujeitos e fatos. Além do que, elas são oriundas de diversas regiões do país e de outros países, tendo em vista que ele reproduzia matérias de outros locais por meio dos correspondentes. Nesse texto, buscamos responder as seguintes questões: Como os indígenas são representações do periódico Alto Madeira durante o ano de 1998? Há avanços? Quais são os silenciamentos e os esquecimentos no referido periódico? Após a nossa análise, chegamos as seguintes constatações.

O significado que o Alto Madeira quer privilegiar é o de conflitos, não apenas físicos como simbólicos, tendo em vista que a sociedade é marcada por essas disputas. No âmbito internacional, ele se preocupou com pautas que representassem conflitos ou crimes. Ele representou os protestos como a manifestação na 4^a Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica. Além de uma anedota que pode

levar a um estigma da população indígena, ou ainda, como aponta Stuart Hall (2016) na estereotipagem, uma espetacularização do outro como o diferente. As questões sexuais, mais uma vez estiveram em pauta, como afirmava Michel Foucault (1988), não como um aspecto repressivo, mas de excitação. O indígena foi representado como um ser conflituoso, que trouxe problemas para a sociedade que se considerava “civilizada”.

Nas questões nacionais, os indígenas podem ser representados, em algumas vezes, como um problema social que precisa ser resolvido. Os periódicos de alguma forma representam a sociedade e são representadas por ela (Luca, 2008). A demarcação de terras indígenas é um dos pontos levantados no periódico. Além disso, a violência ainda imperou no periódico Alto Madeira, não apenas com os indígenas que não foram atendidos na demarcação, mas ainda acompanhamos nas páginas o julgamento do indígena Galdino e relatórios do Conselho Indigenista Missionário. O referido conselho denunciou que a década de 1990 é marcada por violências contra essa população, e na Amazônia, principalmente o Pará, é o foco principal do conflito.

Por fim, vale ainda ressaltar que a mulher indígena é representada de forma periférica. Os indígenas, se comparados a outros grupos sociais, são representados de forma marginalizada, em pequenas matérias geralmente em páginas pouco relevantes comercialmente para os jornais, são excluídos. Entretanto, as mulheres indígenas ainda são mais excluídas. Elas são notícias quando assassinadas cruelmente, pela brutalidade do crime que choca uma sociedade, como mãe e uma filha, enfatizada como criança, são queimadas ainda vivas, como forma de sensibilizar o leitor. Mesmo após dez anos de promulgada a Constituição considerada cidadã que agregou e demarcou os diversos direitos humanos no Brasil, muitos deles ainda são violados, principalmente às relacionadas às diversas populações indígenas. Acreditamos que cumprimos nosso objetivo de ampliar o debate e apontar para novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

ALTO MADEIRA, 22/05/1998; 15/09/1998; 06/11/1998; 22/05/1998; 16/09/1998; 13-14/12/1998; 15/05/1998; 01/10/1998; 14/10/1998; 20/08/1998 (Centro de Documentação da Zona da Mata Rondoniense – Universidade Federal de Rondônia- Campus Rolim de Moura).

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: Papirus, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura/ FAPESP, 1992.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? **Tempo e Argumento**, v. 10, n. 23, p. 39-79, 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS – FUNAI. Funai completa 57 anos com reconhecimento do indígena como protagonista. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2024/funai-completa-57-anos-com-avancos-na-politica-indigenista-e-consolida-protecao-aos-povos-indigenas>. Acesso em 25 jun. 2025.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS – FUNAI. Funai divulga imagens de indígenas isolados e reafirma necessidade de proteção territorial contra ameaças nas TIs Massaco e Kawahiva do Rio Pardo. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2025/funai-monitora-presenca-de-indigenas-isolados-nas-tis-kawahiva-do-rio-pardo-em-mato-grosso-e-massaco-em-rondonia#:~:text=Terra%20Ind%C3%ADgena%20Massaco,Guapor%C3%A9%2C%20no%20estado%20de%20Rond%C3%A3nia>. Acesso: 25 jun. 2025.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Apicuri, 2016.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54. 2005.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

NOGUEIRA, Mara G. C. Temperando palavras e degustando leitura: o jornal em sala de aula. In: NOGUEIRA, Mara G. C.; OLIVEIRA, Elis da Silva (Orgs.). **Narrativas sobre a cidade**: revisitando o jornal Alto Madeira. Porto Velho: Temática Editora, 2019.

OLIVEIRA, Juliana Aparecida de. **O processo de constituição e construção do Centro de Documentação Regional da Zona da Mata Rondoniense- CDR**: a construção de um lugar de memória. 100f. 2023. Monografia (Curso de Licenciatura em História). Rolim de Moura-RO, Universidade Federal de Rondônia, 2023.

PESAVENTO, Sandra J. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

RAMOS, André. **Munduruku**. Disponível em: Povos Indígenas no Brasil <https://pib.socioambiental.org/> Acesso em:06 jun. 2025.

SAMPAIO, Fernanda Tiosso; SANTOS, Rodrigo dos. Moda ecológica: representações sobre ecologia na revista Vogue Brasil (1992-2012). **Rev. Tempo, Espaço e Linguagem - TEL**, v. 16, nº. 01, Janeiro-Junho, 2025.

SILVA, Edson da; BARROS, Isabela Paes de. Povo Indígena Xukuru do Ororubá: uma história de mobilizações por afirmação de direitos. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, V. 13, N. 01, 2022, p.395-423.

SILVA, Giovani José da; COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M da. **Histórias e culturas indígenas na Educação Básica**. São Paulo: Autêntica Editora, 2018.

SILVA, Iglesio de Jesus. **Pataxó HâHâHâe e Kariri Sapuiá**: Galdino Pataxó e Outras histórias indígenas. 28f. Monografia (Curso de Licenciatura Intercultural Indígena). 2017. Porto Seguro – BA, Instituto Federal de Ciências e Tecnologia da Bahia -IFBA, 2017.

CAPITULO 13

ENTRE O RIO E O VERBO: O JURUÁ COMO ESCRITA DA AUSÊNCIA E PROMESSA DE REINVENÇÃO

Ramon Nere de Lima

O Juruá promete renascer.
(Onofre de Andrade, 1937)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: À BEIRA DO RIO, ANTES DA PALAVRA

Há livros que não apenas descrevem o mundo, mas o forjam com as palavras de uma língua que deseja ordenar o caos, redimir o inexplorado e escrever no mapa as margens ainda imprecisas do território. O livro de Onofre de Andrade, publicado em 1937 sob o título *Amazônia: esboço histórico, geographia physica, geographia humana e ethnographia do Rio Juruá*, não é apenas um repositório de dados sobre o Acre nascente — é, sobretudo, uma fabricação textual de realidade, um gesto de inscrição do Juruá como espaço do Brasil, como dobra civilizatória de um país que, àquela altura, ainda tateava a própria forma.

Neste capítulo, proponho-me não a uma leitura convencional da obra como fonte de informação ou simples fonte histórica, mas à travessia de seu tecido discursivo, de seus interstícios narrativos e das imagens que, longe de refletirem o real, o convocam a existir. Onofre de Andrade não apenas narra o rio — ele o conjura como personagem histórico, como linha de dobra entre o mito e a estatística, entre o delírio e o documento, entre a geografia e a linguagem.

A análise aqui empreendida inscreve-se no campo da crítica historiográfica e foi conduzida a partir de uma abordagem discursiva, articulando procedimentos interpretativos da análise de discurso — tal como formulada por Orlandi (2009) — com a inspiração desestrutiva advinda de Jacques Derrida (2011; 1994; 2001; 2017). Em vez de tratar o texto de Onofre de Andrade como uma fonte empírica transparente, optou-se por lê-lo como um artefato discursivo que fabrica realidades por meio da linguagem. Essa leitura privilegia os silêncios, espectros, deslocamentos e excessos

como chaves interpretativas, recusando a pretensão de totalidade ou de neutralidade descritiva que sustenta as epistemologias modernas. Como nos lembra Derrida, todo arquivo é atravessado por um desejo de controle que, paradoxalmente, produz também o esquecimento (*mal d'archive*), e todo texto é atravessado pela ausência do seu referente último — por rastros que insistem em comparecer como presença espectral.

A primeira imagem do rio Juruá que nos oferece o autor não é a de uma simples corrente fluvial, mas a de uma promessa de mundo: “Será, pois, o Yuruá o ‘Mano’ tão celebrado, o Amaru-Mayu, o rio-serpente, o Madre de Dios, em summa?” (Andrade, 1937, p. 7). A interrogação, feita à moda de Tavares Bastos, não é apenas retórica — ela insinua que há, no fundo da mata e da curva, algo por vir: uma identidade que ainda não se realizou. Ele projeta no Juruá uma teleologia da civilização, um curso que vai da floresta ao navio inglês, do mito ao vapor, da aldeia ao barracão com orquestra e farmácia.

A cada curva que o rio traça, dobra-se também a narrativa — não há linha reta no texto, como não há linha reta na paisagem. O autor, ciente da própria oscilação entre dado e devaneio, recorre a relatos fabulosos de frades e vigários: indígenas com cauda, anões de cinco palmos, cruzamentos entre mulheres e coatás. Não se trata apenas de credulidade científica — trata-se de uma poética da alteridade, onde o diferente só pode existir se for fantástico, excessivo, monstruoso.

Por vezes, o texto parece atravessado por uma necessidade de arquivar o que escapa. O desejo de classificar os povos, por exemplo, gera listas extensas, redundantes, movidas mais pelo horror ao vazio do que por rigor etnográfico. “Não é necessária grande argucia para descobrir [...] a diversificação de nomes sem razão de sér”, admite Andrade (1937, p. 17), como quem vislumbra o desmoronamento da própria tentativa de nomeação. O nome, aqui, é tentativa de fixação do que já se esvai.

É nesse ponto que o rio revela sua natureza não apenas geográfica, mas epistemológica. O Juruá é, para Onofre de Andrade, o rio mais tortuoso do mundo — e essa torção parece transbordar para sua linguagem, para sua história, para a própria

possibilidade de verdade que o texto deseja capturar. A curva do rio é também a curva da narrativa. E ao dobrar-se sobre si mesma, a história do Juruá torna-se menos um inventário e mais um eco espectral de vozes ausentes, fragmentos de presenças indígenas esvanecidas sob camadas de progresso, borracha e ruína.

Não há aqui apenas um documento. Há um ato de linguagem que funda mundo. Ao escrever o Juruá, Onofre de Andrade o faz existir como parte do corpo nacional, como veia periférica de um centro que, de tão ausente, precisa ser continuamente reafirmado. Por isso, ao final do texto, o renascimento prometido não é o da floresta, tampouco o dos povos, mas o da navegação, da exportação, do petróleo e da madeira. É o renascimento como reterritorialização econômica, mascarado sob a forma de esperança.

O que resta, porém, não são apenas os projetos de modernidade fracassados, mas também a própria possibilidade de reler esse texto como arquivo do desejo nacional, como cartografia discursiva de um Brasil que se escreve a partir das margens — e que, ao nomear, também oculta.

No livro de Onofre de Andrade, o Juruá não é apenas um rio: é um palimpsesto. Uma superfície sobre a qual foram escritas camadas sucessivas de histórias, de lendas, de apagamentos e de esperanças. Reler esse texto, hoje, é raspar a tinta das narrativas dominantes para escutar, no fundo, o rumor da água e das vozes que nela ainda se movem. Como espectros.

Se é verdade que todo texto sobre a Amazônia é, também, uma cartografia de intenções — escritas ora em nomes próprios, ora em apagamentos sistemáticos —, *Amazônia: Esboço histórico, geographia physica, geographia humana e ethnographia do rio Juruá* (1937), de Onofre de Andrade, oferece-se como testemunho e sintoma. Testemunho de um tempo em que se desejava firmar a Amazônia no mapa do progresso e da história nacional; sintoma de uma linguagem marcada pelo desejo de ordenação, pela normatividade classificatória e por uma fabulação que beira, por vezes, o delírio colonial.

Ela inscreve-se no conjunto de relatos de viagem que, sob o verniz de objetividade científica e geográfica, participaram ativamente da construção discursiva da Amazônia como espaço de domesticação, inventário e silenciamento. Publicado na primeira metade do século XX, o texto dialoga com a tradição dos naturalistas e exploradores que, desde o século XVI, converteram o território amazônico em narrativa imperial. Andrade, como um dos fundadores da Sociedade de Geografia de Alagoas, combina classificações geográficas, dados econômicos e listas etnográficas para produzir um retrato do rio Juruá que o insere nos marcos do projeto nacional-desenvolvimentista.

Conforme análise anterior (Lima, 2022), a obra revela uma clara adesão à lógica colonial da modernidade ao tratar os povos indígenas como resquícios de um tempo que deveria ser superado, exaltando os chamados “amansadores de índios” e descrevendo as línguas indígenas como “gírias” ou “dialetos”. Ainda que Andrade não se apresente como etnógrafo, sua escrita participa de uma epistemologia do apagamento, onde o indígena é nomeado, mas não escutado; referido, mas não representado. Tal configuração inscreve sua obra no regime do que Quijano (2005) denomina de *colonialidade do saber*, sustentado por práticas de racialização, epistemicídio e disciplinarização discursiva.

O livro de Onofre de Andrade se apresenta, em sua forma, como um relato de viagem, mesclando observações geográficas, impressões pessoais, estatísticas econômicas, listas etnográficas e fabulações sobre a floresta e seus habitantes. Trata-se de uma escrita que se situa no cruzamento entre ciência e imaginação, entre a pretensão documental e o gesto fundador de um território discursivo. A ambivalência entre testemunho e invenção confere ao texto uma plasticidade que o aproxima dos relatos de exploração do século XIX, ao mesmo tempo em que antecipa o discurso nacionalista e desenvolvimentista da primeira metade do século XX.

Esta leitura não toma o texto apenas como fonte empírica, mas como prática discursiva: uma escritura que produz aquilo que parece descrever. Onofre de Andrade não é mero cronista; ele participa da construção simbólica de um espaço em disputa.

Seu gesto é o de um fundador — não de cidades, mas de sentidos. Daí o interesse em abordá-lo não apenas com os instrumentos do historiador, mas também com os de um ensaísta que escuta as dobras, os lapsos e os espetros de sua linguagem.

Inspirado por uma perspectiva crítica da historiografia — aquela que recusa a transparência do real e reconhece, com Paul Veyne (1998), que toda história é história construída —, o presente capítulo propõe uma travessia. Relevar Onofre de Andrade como quem interroga não só o que ele viu, mas o modo como viu. Como nomeou, como organizou, como silenciou. Trata-se, portanto, de explorar sua escrita não apenas como espelho da história, mas como máquina de realidade, onde o rio Juruá deixa de ser apenas geográfico para tornar-se performativo, retórico, fabulado — e, por isso mesmo, político.

A leitura crítica do texto de Onofre de Andrade (1937) à luz da proposta conceitual de amazonialismo, formulada por Gerson Rodrigues de Albuquerque (2024), permite interrogar o próprio fundamento epistêmico a partir do qual o rio Juruá é narrado, mapeado e inscrito no discurso nacional. Em sua formulação, o amazonialismo não é um mero neologismo, mas um diagnóstico da maquinaria discursiva que, desde o século XIX, instituiu a Amazônia como uma unidade geográfica homogênea, um espaço naturalizado, transparente, redutível ao silêncio, ao vazio ou à exuberância (Albuquerque, 2024). Contra essa ficção de unidade, o autor propõe a desnaturalização da palavra-conceito “Amazônia”, compreendendo-a como resultado de práticas escriturárias coloniais, científicas e estatais que performaram, reiteradamente, a região como um lugar outro — ora edênico, ora bárbaro, sempre disponível à posse.

Nesse sentido, o texto de Andrade inscreve-se no que Albuquerque (2024) denomina como parte de um arquivo de imagens e textos que, ao projetar a Amazônia como coisa da natureza, apaga as multiplicidades ontológicas, linguísticas e territoriais que ali se inscrevem. O Juruá, nas mãos do autor de 1937, não é apenas um curso fluvial, mas uma dobra civilizatória, uma veia do corpo nacional que precisa ser nomeada, classificada, dominada. Através de estatísticas, listas étnicas, relatos

fabulosos e discursos desenvolvimentistas, Andrade participa daquilo que Albuquerque (2024, p. 453) aponta como uma estética do “vazio de humanidades”, pela qual a floresta e seus habitantes são sistematicamente representados como silêncios a serem preenchidos por palavras da modernidade.

O amazonialismo, assim, permite ler o texto de Andrade como parte de uma “unidade imagético-discursiva” (Albuquerque, 2024, p. 451) que não descreve a realidade, mas a produz enquanto objeto de governo, de mercado e de identidade. Ao nomear povos, rios e territórios, o autor não apenas os inscreve no mapa, mas os ressignifica sob os códigos da civilização nacional. A Amazônia — e, por extensão, o Juruá — torna-se, então, não um espaço, mas uma estratégia discursiva que legitima a ocupação, o apagamento e a reconfiguração da alteridade. Como afirma Albuquerque (2024, p. 454), a Amazônia “não é produto natural da floresta [...] mas objeto de uma prática discursiva a partir da qual diferentes humanidades foram nomeadas como carentes de racionalidade, de culturas e de civilização”.

Essa crítica ecoa a própria proposta metodológica aqui adotada: a recusa da neutralidade empírica em favor de uma arqueologia do dizer, em que o rio não é apenas descrito, mas fabricado pelo verbo. Onofre de Andrade não apenas vê o Juruá — ele o sonha, o projeta, o dobra, o reinscreve como linha da nação e como miragem do progresso. Através da chave do amazonialismo, essa escrita revela-se menos como crônica e mais como máquina de realidade, menos como reflexo e mais como operação performativa que arquiva, silencia, esvazia e promete.

A Amazônia, nesse gesto, deixa de ser apenas cenário para tornar-se um sintoma: do desejo de ordenação, da colonialidade do saber (Quijano, 2005), do epistemicídio de outras formas de habitar o mundo. Dizer o rio, nesse contexto, é também dizer o limite da linguagem que o nomeia. E o desafio — metodológico, político, historiográfico — talvez resida justamente em escutar, por entre essas dobradas, o que ainda murmura no que foi silenciado.

Esta escrita se deixa levar pelas sinuosidades do próprio rio que interroga — é intermitente, arqueológica, e por vezes cede ao lirismo, não como ornamento, mas

como forma de enunciar aquilo que escapa à rigidez conceitual. Pois a Amazônia, antes de ser um lugar, é uma forma de dizer — e todo dizer é já uma tomada de posição no mundo.

DIZER O RIO, FABULAR O MUNDO

O rio como arquivo narrativo: o texto como gesto de inscrição

No texto de Onofre de Andrade, o rio Juruá não é apenas um corpo de água que corre entre margens — ele é uma linha de inscrição. Uma escrita feita no tempo, onde cada curva, cada varadouro, cada ilha temporária ou definitiva transforma-se em signo de algo maior: uma tentativa de dizer o indizível da floresta, de capturar a pulsação irregular daquilo que resiste à gramática da história oficial. O Juruá, ali, é menos objeto e mais operador narrativo: uma forma de costurar o território à nação e, simultaneamente, de fixar o que escapa — seja o indígena, o delírio, o espetro ou a ruína.

A cada página, ele age como um arqueólogo da imaginação geográfica. Ao descrever o curso do rio, ele não apenas nomeia acidentes, lagos, fozes e afluentes — ele os transforma em memória, em política, em função civilizatória. “O Juruá é citado nas estatísticas, por fim, como rio de produção das mais apreciáveis”, escreve o autor (Andrade, 1937, p. 24), como quem confirma que o valor de um rio está na sua capacidade de ser quantificado, mapeado e transscrito. O arquivo aqui não é o repositório do passado — é o aparelho da legitimação, o local onde se arquiteta o reconhecimento. Mas o que esse texto arquiva, exatamente?

Arquiva promessas e apagamentos. Registra listas exaustivas de etnônimos indígenas, mas sem escuta. Preserva mitos — como os indígenas com cauda ou os gigantes do Tarauacá — ao mesmo tempo em que os desacredita. Registra a presença de povos em mapas e vocabulários, ao passo que naturaliza seu desaparecimento em meio à borracha e ao barracão. Nesse sentido, o livro é, como diria Derrida (2001), um “mal de arquivo”: deseja fixar, mas produz o esquecimento; deseja preservar, mas multiplica espetros.

Ao reler esse texto com os olhos da crítica historiográfica contemporânea, percebemos que o rio, ao ser narrado, torna-se ele próprio um documento — não apenas no sentido material, mas no sentido foucaultiano (Foucault, 2008) de um enunciado que delimita o possível, que regula o visível e o decifrável. O que se apresenta como relato geográfico é, na verdade, um gesto de produção de inteligibilidade do território, onde a própria paisagem se torna sujeito da história e o narrador assume a função de legislador dos sentidos.

Onofre de Andrade organiza o texto como um arquivo colonial moderno, uma compilação que se pretende racional, descritiva, confiável — mas que, em seu subtexto, revela a ansiedade de um tempo que ainda precisava provar que o Acre fazia parte do Brasil. A obsessão por medir, nomear, contar, classificar e documentar é também a angústia de quem sabe que essa terra resiste a ser completamente compreendida. Por isso, ele alterna entre a fala técnica e a narrativa fabulosa. Há uma tensão entre o saber enciclopédico e o encantamento do desconhecido, entre a régua e o espanto, entre a tabela de exportações e o sussurro dos espíritos da mata.

O Juruá, nesse sentido, é arquivo que respira — um corpo de memória que escapa à neutralidade documental. É um arquivo contaminado pelas imagens, pelos afetos, pelos ruídos da modernidade amazônica. E ao mesmo tempo em que Onofre de Andrade deseja conter o rio em seu texto, o texto se curva ao ritmo do próprio rio: tortuoso, exaustivo, por vezes delirante, por vezes silencioso.

Por isso, não é possível lê-lo senão como aquilo que Certeau (1982) chamaría de escrita estratégica — uma forma de fixar o território pelo discurso, de mapear a floresta pela linguagem. Ao escrever o Juruá, ele faz mais do que narrar um rio: ele o transforma em linguagem nacionalizada, em gesto de pertencimento, em margem alargada da modernidade. O arquivo, aqui, é o próprio ato de contar, de ordenar, de dizer: isto é Brasil.

O rio, arquivado, arquiva também o narrador. Onofre de Andrade emerge como personagem implícito, como aquele que, ao dar forma ao mundo, também se manifesta. Sua escrita é o espelho de seu tempo — um tempo em que a palavra ainda

podia crer em seu próprio poder de fundar realidade. Ao relermos seu texto, portanto, não buscamos apenas o que ele disse — mas os ecos, as reverberações, os vazios e os fantasmas que ainda residem entre as margens daquilo que foi escrito.

Imagens da alteridade: indígenas com cauda, anões e monstros civilizatórios

A floresta, para quem escreve da cidade, é quase sempre um espelho invertido. No texto de Onofre de Andrade, ela não aparece apenas como espaço geográfico a ser desbravado, mas como região do fantástico, como reino do estranho e do inadmissível. É nesse lugar simbólico — tão longínquo quanto linguístico — que emergem figuras que hoje poderíamos chamar de monstros coloniais: os indígenas com cauda, os anões de cinco palmos, os gigantes do Tarauacá, os curumins invisíveis que vivem sob o chão. Ao fazer circular tais imagens, ele não apenas relata o inusitado — ele participa de um longo processo de produção de alteridades dissonantes, onde o Outro indígena é representado como limite entre o humano e o animal, entre o conhecido e o indomesticável.

Esse gesto, embora travestido de curiosidade etnográfica, é profundamente político. O indígena fabuloso é o avesso da razão moderna. Sua cauda, sua estatura, seu cruzamento com coatás são metáforas de uma inassimilabilidade que precisa ser, de algum modo, narrada, classificada e, se possível, ridicularizada ou naturalizada. Trata-se de um gesto que se repete desde as crônicas coloniais, passando por frei Gaspar de Carvajal até os relatos de Castelnau, Saint-Hilaire e Humboldt, sempre entre o riso e o medo. O monstro amazônico — tal como o concebe o texto de Onofre de Andrade — é também uma forma de exorcizar o desconhecido, transformando-o em folclore, apagando sua densidade (cosmo)ontológica.

Por trás dessas imagens, habita uma epistemologia do controle. O riso, a anedota, a incredulidade do vigário que exige juramento por escrito de frei Santa Theresa Ribeiro (Andrade, 1937) — tudo isso compõe um quadro em que o insólito é contido pela gramática cristã, pelo poder do documento, pelo pacto com a veracidade colonial. Mesmo quando ele relativiza ou ironiza tais relatos, ele os mantém vivos. Ao

mencioná-los como algo que persiste na memória local, ou como eco de tradições orais entre intérpretes indígenas, ele reinscreve o fabuloso no coração da floresta, como um ruído permanente. Como uma sombra discursiva.

Essa figuração da alteridade como aberração revela o quanto a própria escrita amazônica está enraizada numa tradição em que a floresta só pode ser representada como lugar de exceção: espaço de seres deformados, anomalias biológicas, espécies híbridas, antropófagos e espectros. Tais imagens, por mais que soem hoje absurdas, continuam a estruturar parte do imaginário sobre os povos originários. São formas de desumanização difusa, nas quais o indígena não é exatamente um outro sujeito — mas um efeito de linguagem, um signo que performa o limite do mundo civilizado.

Trata-se, nesse ponto, de aproximar o texto de Onofre de Andrade daquilo que Glissant (2005) chamaria de uma opacidade da alteridade recusada. Se o Outro é sempre convertido em algo que precisa ser traduzido, esclarecido ou corrigido, sua potência própria — sua opacidade — é anulada. No caso dos povos indígenas do Juruá, essa opacidade é substituída por um jogo de luz e sombra, em que a luz do progresso lança sombras monstruosas sobre aquilo que não comprehende.

A monstruosidade, assim, não reside no corpo dos anões ou dos coatás — mas no olhar que os fabrica. A fabulação sobre a cauda não diz respeito à anatomia de um povo, mas à incapacidade da epistemologia colonial de reconhecer mundos não circunscritos à sua lógica. Em lugar de subjetividades, temos fábulas. Em lugar de palavras indígenas, temos o testemunho do frade. Em lugar de saberes, ruídos. E esse ruído, ao mesmo tempo em que nos incomoda, é revelador: nele ecoa o descompasso entre mundos e a fratura entre o que se vive e o que se escreve.

Por isso, reler essas imagens hoje é mais do que um exercício de crítica ao passado. É um gesto de reparação historiográfica. É reconhecer que a floresta — e os corpos que nela habitam — foram historicamente organizados em narrativas que os tornaram irreais. Caberia, então, à escrita que se faz agora não restaurar a verdade sobre os povos, mas romper o pacto da verossimilhança colonial, abrindo espaço para que outras vozes — mesmo espirituais — possam ser ouvidas.

A imagem do indígena com cauda, então, não é apenas uma curiosidade histórica. Ela é um sintoma. Um sintoma de um tempo em que a Amazônia precisava ser estranha para ser incorporada. Em que o corpo do Outro precisava ser deformado para que sua terra pudesse ser tomada. Ao fixar essa imagem no texto, ele nos oferece não uma informação, mas uma chave. E cabe à crítica girá-la, não para abrir as portas do passado, mas para ver o que ainda hoje se move atrás delas.

O silêncio dos nomes: etnias listadas como ruínas verbais

Nenhuma das vozes indígenas fala neste texto. Ainda que seus nomes preencham páginas inteiras, como se quisessem ocupar o lugar do que já se perdeu, o que resta são nomes sem som, inscrições sem corpo, presenças que apenas sinalizam ausências. Onofre de Andrade enumera, cataloga, empilha etnônimos com um zelo quase arquivístico — *catuquinas, canamarys, catauixis, nauás, araparys, chibarás, coatátapuias, apenaris, saindaiuís*, e tantos outros —, mas o gesto é o da taxonomia sem escuta. São listas como lápides: marcam o lugar do que houve, mas não permitem que se fale.

A repetição de nomes, sua variação tipográfica (ora com “y”, ora com “i”, ora com acentos arbitrários), o exagero das 98 designações para 49 povos (Andrade, 1937, p. 17), tudo isso revela não apenas a fragmentação do saber etnográfico, mas a lógica de um regime de enunciação que prefere o inventário à interlocução. Ele sabe que lida com restos — o próprio tom do texto, entre a nostalgia e o desejo de restauro, confirma isso —, mas mesmo ao reconhecer a “difícil reconstituição da lista geral das tribus juruáenses” (Andrade, 1937, p. 15), ele não cede lugar à dúvida: lista, compila, conserva. É um arquivo construído sobre a perda, mas que não permite o luto.

Há aqui, como diria Ann Stoler (2010), um tipo de resído colonial, em que a memória etnográfica se transforma em ruína linguística. Os nomes indígenas não são aqui vetores de presença, mas restos de um discurso que os precede e os circunscreve. Não falam, são falados. Não se articulam em discursos próprios, apenas aparecem como fragmentos na boca do outro. O texto dele, nesse aspecto, é exemplar da forma

como a linguagem colonial não precisa da presença física do indígena para continuar a produzi-lo discursivamente — seja como dado, como diferença ou como ausência legitimadora da posse.

Esse catálogo de nomes, longe de ser neutro, exerce uma violência sutil: ao dar lugar à nomeação exaustiva, esvazia a possibilidade da fala. Os povos, aqui, são significantes sem enunciação. Nenhuma cosmovisão é relatada, nenhum ritual, nenhum canto, nenhum traço de agência. Apenas fragmentos, vestígios, rastros. São identificados, distribuídos no espaço, atribuídos a trechos de rios, ilhas ou barracões, e imediatamente submergidos na fluidez de uma história que os reduz à condição de marcadores flutuantes da paisagem.

Tal gesto ecoa o que Michel-Rolph Trouillot (2016) chamou de “silenciamento da produção histórica”: um silenciamento que não se dá apenas pelo esquecimento, mas também pelo excesso. Excesso de nomes, de dados, de variações — que transforma a alteridade em ruído, até que ela se torne inaudível. As listas de Onofre de Andrade operam essa lógica: pretendem ser prova de conhecimento, mas são antes demonstrações de uma impossibilidade de saber. Nomear sem conhecer. Citar sem escutar. Arquivar sem memória.

E ainda assim — ou talvez por isso — esses nomes vibram. Não como testemunho da ciência, mas como trêmulos sinais de uma presença recalcada. Ao serem inscritos, mesmo que pela mão de um autor que não lhes concede fala, os nomes indígenas reabrem fissuras no texto. São espectros que rondam o discurso civilizatório, ruídos que desestabilizam a narrativa do progresso, da borracha, da navegação e do petróleo. Insistem em estar ali, mesmo que já tenham sido considerados desaparecidos.

Escutá-los hoje — não no sentido de traduzi-los, mas de reconhecer sua opacidade — é um gesto de restituição crítica. Não se trata de romantizar uma essência perdida, mas de reconhecer o peso do silêncio. E de compreender que toda ausência registrada é também uma forma de presença. As listas dele são, paradoxalmente, uma forma de arquivamento do espectral. O nome, aqui, é rastro.

Assim, ao percorrer essas páginas, não podemos ler os etnônimos apenas como marcas de povos extintos ou incorporados. Eles são marcas do próprio texto como lugar de apagamento. E mais do que isso: são indícios de que algo, mesmo silenciado, ainda insiste em permanecer. Como os rios ocultos sob o solo da várzea, essas presenças submersas reaparecem quando o tempo certo chega — não para serem plenamente conhecidas, mas para serem reconhecidas como parte irredutível de qualquer escrita sobre a floresta.

O renascimento como miragem: borracha, petróleo, vapor e ruína

Ao aproximar-se do fim, o texto de Onofre de Andrade abandona gradualmente o tom fabular e entrega-se ao ritmo da modernidade desejada. A floresta outrora habitada por indígenas com cauda e coatás-maridos cede espaço às estatísticas de exportação, às companhias de navegação, aos barracões com telhas elegantes e orquestras a bordo. O Juruá é finalmente reconhecido, diz-se, como “rio de produção das mais apreciáveis”, agora digno de atenção nacional e internacional (Andrade, 1937, p. 24). A natureza encantada, indômita, narrada como terra de assombros e lendas, dá lugar à economia política dos ciclos e dos colapsos.

Mas a promessa de renascimento contida nas últimas páginas do livro não é apenas econômica — é epistemológica. É o retorno triunfal do rio à narrativa do progresso, a reinserção da Amazônia nos mapas da civilização produtiva. Ele celebra a construção de navios na Inglaterra para abastecer os seringais juruáenses, relata a instalação de eletricidade, radiotelegrafia, grupos escolares, e indica com entusiasmo que aviões “já se elevam sobre o mundo verde das florestas” (p. 30). É o espetáculo do desenvolvimento que se ergue sobre as ruínas ainda frescas do colapso da borracha. E no entanto, algo falha.

Esse renascimento tem a estrutura de uma miragem. Os barracões desaparecem. As terras firmes afundam. “Mais de 40 barracões” haviam ruído até 1936 (Andrade, 1937, p. 29). Os nordestinos voltam para suas terras com passagens de terceira classe. As ruas desmoronam às margens de São Felippe. Os seringais hipotecados são

devorados pela erva e pelo capoeirão. A riqueza que se ergueu com a goma elástica não sustenta o peso da própria promessa. É como se o rio, depois de tanto ser escrito, se voltasse contra sua narrativa.

Onofre de Andrade registra esse processo com um misto de melancolia e esperança. Há na voz do autor o tom nostálgico de quem viu o apogeu e agora escreve para salvá-lo do esquecimento. Mas há também, e sobretudo, a fidelidade a uma lógica desenvolvimentista que se recusa a morrer. Mesmo diante da decadência, o autor aposta no futuro: o petróleo será descoberto, os navios voltarão a circular, a floresta ressurgirá como fonte de riqueza. O Juruá promete renascer. Mas que renascimento é esse?

É um renascimento que não inclui os povos indígenas. Não escutamos sua voz, não vemos sua reinserção no ciclo de decisões, não há retomada de autonomia. É um renascimento que continua a produzir a região como matéria-prima: borracha, madeira, peixe seco, óleo de copaíba. É a natureza que renasce como recurso — não como mundo.

Nesse ponto, o texto de Andrade revela seu alinhamento com o que Walter Benjamin (2012) denunciava como a tempestade do progresso: aquilo que, ao avançar, deixa atrás de si uma montanha de ruínas. O autor não nega as ruínas, mas nelas projeta o desejo de reconstrução. O problema é que essa reconstrução repete as estruturas do colapso. Ela não reimagina o rio — apenas o reinsere no fluxo das mercadorias.

Assim, o renascimento anunciado é menos uma possibilidade e mais uma ficção civilizatória. Uma tentativa final de reconciliar o Juruá com o Brasil, a floresta com a República, a várzea com a ordem. Mas como toda ficção fundacional, ela se sustenta sobre silêncios — o dos povos, o das memórias, o das formas de vida que recusam ser matéria bruta do desenvolvimento.

O texto termina com a esperança de que a borracha renasça, que o petróleo jorre, que os motores voltem a roncar. Mas talvez o renascimento do Juruá não esteja no que Andrade escreveu — e sim no que escapou à sua escrita. Talvez o rio precise renascer

como linguagem — não como mercado. Como um espaço de escuta — não de extração. Como história — não como estatística.

E talvez seja a tarefa do historiador não a de confirmar essa esperança, mas a de interrogar as ruínas do progresso e escutar, entre elas, os murmúrios que ainda resistem à correnteza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE O RIO AINDA MURMURA

Ao fim deste percurso — que é também travessia e retorno —, não é apenas o rio Juruá que emerge como personagem. É o próprio ato de narrar que se desvela, feito de hesitações, fantasias, silêncios e insígnias. Onofre de Andrade, ao escrever seu Esboço histórico... em 1937, não apenas registrou uma paisagem: ele a produziu como discurso, a inseriu no horizonte da nação, a nomeou com os instrumentos de seu tempo — classificatórios, celebratórios, redentores. O rio, por sua mão, tornou-se linha de progresso, curva da civilização, promessa de riqueza futura.

Mas ao relermos este texto com os olhos voltados para suas falhas, suas opacidades e suas ausências, percebemos que ele fala mais do que pretende e oculta mais do que reconhece. Fala de um tempo que quis converter floresta em mapa, voz indígena em dado estatístico, ruína em esperança. Oculta, por sua vez, o conflito, o despossessamento, a linguagem que escapa ao português, o mundo que resiste à medição.

Este capítulo propôs, portanto, uma leitura que não busca restaurar um passado perdido nem reconstituir fatos esquecidos. Ao contrário: tratou-se de compreender como uma linguagem histórica se organiza para construir um mundo possível — e, ao fazê-lo, apaga outros. Através do arquivo que Onofre de Andrade compõe, da figuração monstruosa dos corpos indígenas, da taxonomia silente das etnias listadas e da miragem do renascimento econômico, encontramos um texto que é tanto documento da modernidade tardia quanto memorial de fantasmas.

É preciso, como nos advertiu Derrida (1994), escutar o espectro. E o espectro aqui é múltiplo: são os nomes que não falam, os corpos que foram classificados e

esquecidos, os rios que mudaram de curso sem mudar de lugar na história. São, também, os próprios gestos de escrita que se tornam evidência da metafísica da presença, mesmo quando desejam apenas descrever o real.

Reabrir esse texto, então, é rasgar a superfície do tempo. É permitir que o rio não seja apenas uma linha d'água, mas uma corrente de memória, uma dobra narrativa, uma gramática da resistência que sobrevive ao apagamento. O Juruá, como figura textual, não se deixa capturar inteiramente. E talvez seja essa sua maior força: lembrar-nos de que a história, como o rio, não corre em linha reta. Ela serpenteia, retorna, engole suas margens, reinventa seus leitos.

Resta-nos, portanto, escrever à altura dessa torção — não para endireitá-la, mas para seguir seus rastros. Para escutar o que ainda murmura entre as margens do que foi dito. Para que a história — como o rio — não seja apenas passado, mas insistência e reexistência.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. Amazonialismo: revisitado. **Muiraqitã: Revista de Letras e Humanidades**, [S. l.], v. 12, n. 2, 2024. DOI: 10.29327/210932.12.2-30. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/mui/article/view/8211>. Acesso em: 8 jul. 2025.

ANDRADE, Onofre de. **Amazônia**: Esboço histórico, geographia physica, geographia humana e ethnographia do rio Juruá. Maceió: Casa Ramalho, 1937. Disponível em: <https://www.etnolinguistica.org/biblio:andrade-1937-amazonia>. Acesso em: 30 maio 2025.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras escolhidas, v. 1).

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DERRIDA, Jacques. **Espectros de Marx**: o Estado da dívida, o trabalho de luto e a nova Internacional. Tradução de Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. 2. ed. Tradução de Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2017.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Tradução de Rogério Bettoni. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. 4. ed. Tradução de Maria Beatriz Marques Nizza da Silva, Pedro Leite Lopes e Pérola Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GLISSANT, Édouard. **Poética da relação**. Tradução de Celia Berretz. Rio de Janeiro: Editora 34, 2005.

LIMA, Ramon Nere de. **Populações indígenas no rio Juruá através da perspectiva de Onofre de Andrade (1937)**. In: IV Seminário Latino-Americanano de Estudos em Cultura - SEMLACult. Anais | IV Seminário Latino-Americanano de Estudos em Cultura - SEMLACult, Foz do Iguaçu: Centro Latino-Americanano de Estudos em Cultura, 2022. Disponível em: <https://claec.org/semlacult>. Acesso em: 8 jul. 2025.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 8 ed. Campinas: Pontes, 2009. 100p.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

STOLER, Ann Laura (org.). **Imperial debris**: on ruins and ruination. Durham: Duke University Press, 2013. p. 1-35.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Tradução de de Sebastião Nascimento. Curitiba: huya, 2016. 272p.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora da UnB, 1998.

SEÇÃO 4

Ensino

CAPITULO 14

OPERACIONALIZAÇÃO E EDIÇÃO DE PERIÓDICOS ELETRÔNICOS: OFICINA COMO CONTIBUTO PARA ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Jardel Silva França

INTRODUÇÃO

O presente trabalho chama à baila a experiência vivida no ano de 2020 na condição de um dos ministrantes da oficina “Sistema OJS: operacionalização e edição de periódicos eletrônicos”, evento este promovido pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac), em parceria com as revistas Em Favor de Igualdade Racial (Refir) e Das Amazôncias/Revista Discente do Curso de História.

A formação partiu da necessidade de integrar e capacitar profissionais oriundos das áreas de Letras/Português e Comunicação Social/Jornalismo na plataforma *Open Journal Systems (OJS)* – sistema livre de construção e gestão de publicações periódicas eletrônicas. A estes profissionais recai o encargo da revisão dos textos submetidos às duas revistas.

Interessa-me aqui relatar o contexto, os processos, a metodologia e os resultados alcançados desta ação empreendida pelo Neabi/Ufac, em conjunto com tais publicações, a partir de um projeto designado “Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre como espaço de formações técnicas e remotas na luta por promoção de igualdade racial”.

“NKONSONKONSON”: NEABI/UFAC E DAS AMAZÔNIAS

O título desta seção faz referência ao adinkra “Nkonsokonson” (Dybax, 2016), simbologia que transmite provérbios e conhecimentos dos povos habitantes dos países de Gana e Costa do Marfim. Tal emblema representa “elos de correntes” e significa “união, relações humanas”, justamente o que motiva a escrita desta parte do

trabalho, pois foi através da união de dois grupos institucionais e sociais que foi possível desenvolver a ação de extensão.

A Revista Em Favor de Igualdade Racial (Refir) é organizada pelo Neabi/Ufac, que é um grupo de pesquisa regulamentado no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), bem como uma unidade administrativa da Ufac. Seu intuito reside em trazer a lume trabalhos afetos ao campo da promoção de igualdade racial, fomentando a luta contra o racismo, ampliando pesquisas e debates cujos focos venham a ser as relações étnico-raciais. A respeito da democratização do conhecimento e da importância da universidade nessa questão (por meio do Neabi), Rocha *et al* declina:

O ensino superior tem papel extremamente importante na luta por promoção de igualdade racial, por meio de seus currículos, sobretudo os de licenciaturas, bem como através das ações afirmativas para acesso e permanência da população negra, que têm enegrecido as universidades, que na maior parte do tempo foram espaços quase que exclusivamente da população branca, como também por meio de pesquisas e extensões (Rocha; Silva; Martins, 2020, p. 617).

Vinculada à área de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da Ufac, a Revista Das Amazôncias (DAM), por sua vez, visa impulsionar a produção científica dos pesquisadores, professores e estudantes de graduação/pós-graduação de Ciências Humanas, Educação e Linguagens, de modo que, inclusive, haja diálogo com as experiências docentes da educação básica e de movimentos sociais das florestas e cidades amazônico-andinas⁴⁷.

A DAM tem como horizonte principal evidenciar e divulgar as pesquisas/trabalhos dos alunos licenciandos e bacharelados do curso de História. Aliás, a valorização das produções de caráter científico/acadêmico e o aprimoramento

⁴⁷ DAS AMAZÔNIAS. Sobre a Revista – Foco e Escopo. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/>. Acesso: 14 maio 2021.

curricular foram pontos cruciais a encorajarem a criação desse periódico. A propósito disso, França e Carvalho asseveram:

O intuito da Revista é reunir em si o tripé: ensino, pesquisa e extensão, que configura a função da universidade pública em nosso país, uma vez que ao longo de todo o ano de 2020 teve suas ações normatizadas dentro do edital de fluxo contínuo da extensão de nossa instituição de ensino superior, atuando como veículo de divulgação das atividades executadas dentro do ensino e pesquisa (França; Carvalho, 2020, p. 65).

Em linhas gerais, o trabalho desenvolvido por essas revistas enseja particularmente “um espaço de veiculação de produções científicas, bem como a possibilidade de articulação de ideias de cientistas, pesquisadores, professores, discentes, profissionais e outros que queiram divulgar suas produções ou suas reflexões” (Santos, 2020, p. 05). Confluindo com essa ideia, Tommé e Costa (2018) assinalam a importância do periódico científico para que os indivíduos possam manter-se atualizados e continuamente revitalizados: “[...] são desafios impostos a muitas profissões e, em especial, aos professores, agentes geradores de novos conhecimentos científicos e incentivadores de experimentos” (Tommé; Costa, 2018, p. 453).

Em face da necessidade de capacitar os integrantes de ambas para melhor operacionalizar a ferramenta OJS, na qual estão abrigadas, resolvemos oferecer uma formação de 12 horas. Os profissionais selecionados foram convocados inicialmente via edital (Edital Neabi/Refir n. 01/2020 – chamada para seleção de revisores de texto; e Edital Revista Das Amazôncias n. 01/2020 – chamada para seleção de revisores de texto)⁴⁸.

⁴⁸ A divulgação da chamada da Das Amazôncias foi realizada nas redes sociais da própria revista. No Instagram @Dasamazonias: **Chamada para seleção de revisores de texto**, 25 jul. 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CDFjNh3hUrn/?igshid=OGRjNzg3M2Y%3D>. Acesso: 27 mar. 2023; e no Facebook: Chamada para seleção de revisores de texto, Rio Branco, 25 jul. 2020. **Facebook:** Revista Das Amazôncias. Disponível: https://www.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid0fHuqdjGeEphKCrGQgXZqLEczm5boK7vXb17bxyEp3632SWskNGpP7trqjocxN4xHl&id=107381684210570&mibextid=Nif5oz&paipv=0&eav=AfZgG

A princípio era voltada apenas à equipe de trabalho das duas revistas – em torno de 25 vagas disponibilizadas. Porém, ao pensarmos na importância dos periódicos acadêmicos para a divulgação de saberes científicos e para a democratização do conhecimento, as vagas foram ampliadas em nível nacional, totalizando 43 inscritos – de 14 instituições de ensino do Brasil.

Desenvolvidas de forma síncrona e assíncrona, as atividades deram-se durante o mês de setembro de 2020, divididas em quatro encontros, mediante o *Google Meet*⁴⁹.

APLICAÇÃO DA OFICINA: CONHECENDO O PROCESSO EDITORIAL DO SISTEMA *OPEN JOURNAL SYSTEMS* (OJS)

No primeiro encontro, designado **Introdução ao sistema de editoração em revista**, cuidamos em ambientar os alunos no tocante ao que seria abordado na oficina. Realizamos, então, uma contextualização dos periódicos científicos: sua criação, importância e globalização no meio científico e acadêmico, seus suportes, dando ênfase ao *Open Journal Systems (OJS)* e suas várias funcionalidades (fluxo editorial, funções editoriais e atribuições, processo editorial, fluxograma do processo editorial). Passamos, outrossim, uma atividade assíncrona, que consistia na diagramação⁵⁰ de um artigo científico a ser entregue no último encontro.

No segundo encontro, intitulado *Open Journal Systems (OJS) para administradores de portais*, apresentamos a função do administrador do portal de periódicos, buscando entender as configurações e acessos permitidos a ele e a cada integrante de um periódico científico; como os *layouts* apresentam-se em cada etapa do processo editorial de um texto submetido (fase de submissão, avaliação, edição de texto e editoração).

[F-7plCN4lcSWMIGbqh6lM7Y1Oq2-eq4wxy5Rd7TBdMrj3NpGGX08XroePtH2nE&_rdr](https://tinyurl.com/F-7plCN4lcSWMIGbqh6lM7Y1Oq2-eq4wxy5Rd7TBdMrj3NpGGX08XroePtH2nE&_rdr). Acesso: 27 mar. 2023.

⁴⁹ Para facilitar a compreensão do que estava sendo exposto, ao final de cada aula teórica utilizávamos o Portal de Periódicos da Ufac e a página das revistas Em Favor de Igualdade Racial (Refir) e Das Amazônias (DAM).

⁵⁰ Tratava-se de formatar o texto de acordo com as normas de submissão apresentadas na página das revistas.

Em miúdos, estudaram-se os seguintes pontos: configurações do portal; idioma do portal; *plugins*; funções administrativas; OJS para gerentes de revista; configuração da revista; contato e seções da revista; configurações do *website*; configurações de componentes; configuração do fluxo editorial; configurações de submissão; configurações de avaliação; formulários de avaliação; usuários e papéis; cadastro de usuários; gerenciamento de papéis. Tais elementos são imprescindíveis para se compreenderem as atribuições administrativas de um grupo de revista de uma instituição, assim como para orientar a criação de periódicos científicos dentro da plataforma OJS.

No penúltimo encontro, denominado *Open Journal Systems (OJS) para editores de revistas*, explicamos as funções e demandas de um editor de um periódico abrigado na plataforma OJS. Nesse sentido, abordamos o percurso de um editor relativo ao fluxo editorial de um trabalho: tela inicial do editor; categoria de submissões; designação de um editor responsável pela submissão; designação de avaliadores; condução da avaliação por pares; decisões baseadas nos pareceres; solicitação de modificações; solicitação de reenvio; aceite da submissão; rejeição da submissão; editoração; avaliação por pares; papel do avaliador; procedimentos para avaliação de um original; e editoração do texto aceito para publicação.

No último encontro – *Open Journal Systems (OJS) para autores e leitores* –, concentrarmo-nos na contribuição dos autores e dos leitores para o desenvolvimento dos periódicos, afora mostrar o passo a passo pertinente ao autor: seu cadastro, submissão de texto, acompanhamento das várias etapas do trabalho por meio da página do autor.

Por fim, procedemos à simulação de publicação de uma edição, utilizando o material elaborado pelos cursistas por ocasião da atividade assíncrona⁵¹. Após isso, houve um momento dedicado à socialização das experiências adquiridas durante os quatro dias de curso.

⁵¹ Durante a diagramação (atividade assíncrona), cada oficineiro ficou responsável por fazer o acompanhamento de um grupo de alunos, tirando dúvidas e orientando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com tal iniciativa, ao final, foi possível capacitar 26 revisores de textos para atuarem em ambas as revistas mencionadas, além de habilitar outros sujeitos(as) atuantes em outros periódicos acadêmico-científicos do país, aos quais franqueamos a participação.

Ações como essa são necessárias para que a tradição e o teor acadêmico-científico se mantenham, possibilitando aos usuários do sistema conhecer o passo a passo da tramitação de um trabalho acadêmico dentro de uma revista, as várias lentes científicas que se debruçam sobre o texto e com cautela e zelo contribuem significativamente da fase de submissão até a publicação do texto.

Para além disso, pensar a capacitação de revisores de texto é ampliar os campos de atuação de profissionais das áreas de Letras Português e Comunicação, que muitas das vezes se limitam aos seus nichos de atuação, não enxergando a outras possibilidades profissionais.

REFERÊNCIAS

CHAMADA PARA SELEÇÃO DE REVISORES DE TEXTO, Rio Branco, 25 jul. 2020.

Facebook: Revista Das Amazôncias. Disponível:

https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid0fHuqdjGeEphKCrGQgXZqLEczm5boK7vXb17bxyEp3632SWskNGpP7trjocxN4xHl&id=107381684210570&mibextid=Nif5oz. Acesso: 27 mar. 2023.

@DASAMAZONIAS. Chamada para seleção de revisores de texto, 25 jul. 2020.

Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/CDFjNh3hUrn/?igshid=OGRjNzg3M2Y=>. Acesso: 27 mar. 2023.

FRANÇA, Jardel Silva; CARVALHO, Lucas Nascimento Assef de. Experiência de editoração na Revista Das Amazôncias: Dossiê República Brasileira e Autoritarismo (2019), e Entre a sala de aula, pesquisas e historiografias: trajetórias na construção dos profissionais de história (2020). **Das Amazôncias**, Rio Branco, AC, v.3, n.2, (agosto-dez) 2020, p.64-76. Disponível em:

<https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/view/4283/2568>. Acesso em: 14 ago. 2021.

ROCHA, Flávia Rodrigues Lima da; SILVA, Andressa Queiroz; MARTINS, Wálisson Clister Lima. O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas como promotor de igualdade racial na Ufac. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, Rio Branco, AC. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/SAJEBTT/article/view/3432/2538> Acesso: 14 maio 2021.

SANTOS, Álvaro da Silva. A importância de uma revista científica na interface de Saúde e Ciências Sociais e Humanas. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, vol. 1, núm. 1, septiembre-diciembre, 2013, p. 05. Disponível: file:///C:/Users/Pc/Downloads/609-2672-1-SM.pdf. Acesso: 14 ago. 2021.

TOMMÉ, Cristinne Leus; COSTA, Débora Pereira Lucas. Revista Eventos Pedagógicos: de revista-escolar ao qualis B1. **Revista UFG**, Goiânia, v. 18, n. 24, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/58631>. Acesso: 27 mar. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. **Das Amazôncias**. Rio Branco, AC. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/index>. Acesso: 14 maio 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. **Edital Neabi/Refir n. 01/2020**, de 15 jun. 2020. Disponível em: <http://www2.ufac.br/editais/neabi/edital-neabi-refir-no-01-2020-chamada-para-selecao-de-revisores-de-texto/edital.pdf/view>. Acesso: 27 mar. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. Portal de Periódicos eletrônicos da Ufac. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/>. Acesso: 14 maio 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. **Revista Em Favor de Igualdade Racial**. Rio Branco, AC. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/index>. Acesso: 14 maio 2021.

CAPITULO 15

ANALISANDO PODER BÉLICO E IDEOLOGIA COMO FERRAMENTAS DO AUTORITARISMO A PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES CONSTRUÍDAS EM KUNG FU PANDA 2 (2011) E ONE PIECE (1997)

Lucas Nascimento Assef de Carvalho

INTRODUÇÃO

Quando se estuda autoritarismo dentro da área de História, para além das esferas políticas, sociais, econômicas de uma organização – considerando que as decisões financeiras do estado e/ou país passam a ser tendenciosas conforme interesse daqueles no poder⁵² - temos também as culturais, no qual assim como os demais citados anteriormente, sofrem influência diretamente dos regimes autoritários através de alguns fatores como por exemplo poder bélico e ideologia.

Essa dinâmica pode ser explicada ao entendermos o conceito de autoritarismo a partir de Bobbio (1998) que nos diz:

Na tipologia dos sistemas políticos, são chamados de autoritários os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas. Nesse contexto, a oposição e a autonomia dos subsistemas políticos são reduzidas à expressão mínima e as instituições destinadas a representar a autoridade de baixo para cima ou são aniquiladas ou substancialmente esvaziadas (Bobbio, 1998, p. 94).

Os traços mencionados pelo autor manifestam-se a partir da ideologia daquele indivíduo e/ou grupo no poder através de suas ações imperativas, que caso não sejam

⁵² Temos como exemplo o período da Ditadura Civil-Militar onde nosso Produto Interno Bruto (PIB) chegou a crescer 23,3% em 1975 ao passo que nossa dívida externa aumentou exponencialmente com a entrada de dinheiro advindo de multinacionais e instituições internacionais. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c17d57rqeexo>. Acesso em: 01 jun. 2025.

obedecidas são punidas através do elemento bélico⁵³, esse podendo ser desde armas de fogo a uma simples pessoa “executando” um interrogatório. A professora Juliana Bezerra⁵⁴ nos recorda que um sistema político autoritário também é caracterizado como sendo coercitivo, manipulador, ultranacionalista, reativo e constantemente necessita reafirmar sua permanência no comando, pois consideram que sempre existirá um inimigo ameaçando sua hegemonia, reforçando a necessidade não somente de ideais para culturalizar, mas também de elementos militares como alicerce dessa manutenção do status quo.

Mas como o autoritarismo está relacionado com uma animação de 2011 e um mangá publicado desde 1997? Chartier (1991) explica que representações podem ser entendidas como formas de distinguir diferentes registros do passado, pois segundo o mesmo, algumas ficções – por exemplo livros, filmes, mangás – tem a energia para transmitir aos seus leitores e telespectadores – pesquisadores também – mensagens/informações do pregresso, contemporâneo e porvir através de símbolos construídos dentro dessas obras que ao serem interpretadas por nós, proporcionam determinado entendimento sobre o assunto trabalhado.

Por além disso, considerando a ideia de que os registro do passado são frutos das ações do homem (Bloch, 2001), representar e/ou interpretar um símbolo leva em conta as vivências individuais e coletivas das pessoas, pois:

[...] representações sociais e históricas podem ser entendidas como processos vinculados as experiências de vida, somadas a narrativa, matéria sensível e comunicação entre indivíduos e/ou grupos que interagem com as esferas sociais, políticas, econômicas e culturais, resultando em um tipo conhecimento o qual pode ser reproduzido através de textos, diálogos, ilustrações, músicas, jogos, entre outras linguagens, ocasionando familiarização ao interagir com novas informações e vivências, gerando assim uma gama de interpretações sobre uma mesma temática (Carvalho, 2024, p. 23).

⁵³ Os Atos Institucionais (Ais) promulgados durante a Ditadura Civil-Militar são um exemplo. Foram ações que não carregavam somente as ideologias dos militares, mas também garantiam a ação violenta por parte deles, pois estariam “respaldados/justificados” em lei.

⁵⁴ Bacharelada e Licenciada em História pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), em 2001.

Logo, uma obra fictícia possui intenção ao ser pensada, escrita, dirigida, animada, ilustrada, pintada e renderizada – tratando-se dos jogos. Pode ser algo mais simples visando alcançar o público-alvo através de uma narrativa cativante que gerará reações emotivas ao explorar indiretamente suas vivências da infância por exemplo, como também criticar de maneira explícita ou implícita as esferas políticas, econômicas, sociais, culturais e históricas.

Portanto tenho por objetivo nesse texto, analisar como o poder bélico e a ideologia acabam sendo as principais ferramentas não apenas de estabelecimento, mas também de controle e manutenção do autoritarismo a partir dos símbolos construídos no filme *Kung Fu Panda 2* (2011) e em *One Piece* (1997) de Eiichiro Oda, comparando-os com alguns momentos históricos da Europa, América do Norte e Ásia, sendo não apenas territórios de origem dessas obras, mas também espaços que possuem elementos de inspiração ou homenagem⁵⁵.

METODOLOGIA

Inicia-se de forma qualitativa através de análises feitas enquanto assistia o filme e das leituras do mangá em ambiente online – principalmente dos capítulos mais recentes, pois a obra ainda segue sendo publicada há cada 15 dias – recortando as representações identificadas com a ferramenta de captura do sistema Windows.

A obra cinematográfica foi utilizada como um todo, pois os dois elementos analisados “poder bélico” e “ideologia” são o cerne trabalhado durante toda a trama, pois seu desenvolvimento apresenta-se não somente como problema que o protagonista precisa enfrentar, mas também responsável pelo seu amadurecimento. Já

⁵⁵ Pois somos sujeitos de espaço e lugar, agentes delimitadores de espaço-tempo – como afirma Yi-Fu Tuan na obra “Espaço e Lugar: A perspectiva da experiência” de 1983 – que ao se estabelecerem geograficamente em uma região, não apenas desenvolvem sua política, sociedade e economia, mas também a cultura e história objetivando a criação da nação e perpetuação da mesma no pregresso para lembrança, contemporâneo como prática e porvir sendo legado. Logo, cada região carrega seus próprios símbolos que vão sendo interpretados por seus comuns, quanto por aqueles de fora. Um exemplo bem simples disso é a maneira como nossos vizinhos americanos vêem o samba brasileiro.

o quadrinho japonês, por ser um conteúdo mais extenso com 112 tomos, 09 foram utilizados para a discussão deste texto, organizados por ordem de lançamento no Japão⁵⁶:

Tabela 01: Volumes de One Piece abordados no texto

Volume	Título	Ano de Publicação
36	A Nona Justiça	2005
41	Declaração de Guerra	2006
104	O Shogun do País de Wano Kozuki Momonosuke	2022
108	É Melhor Morrer Neste Mundo	2023
112	Sem título (aguardando publicação oficial)	2025

Fonte: One Piece Ex, One Piece Wiki e Manga Plus by Shueisha

O texto também adquire caráter bibliográfico por conta do levantamento de material em artigos, livros, dissertações entre outros, para estabelecer correlação com os diferentes pontos de vista dos dois elementos analisados e as representações identificadas, pois como cita Santos (2010) devemos “analisar os dados coletados à luz da literatura vigente de modo a refletir sobre a sociedade, tecendo comparações, críticas e análises, aprofundando o seu problema de pesquisa” (p. 20)⁵⁷.

PORQUE MANGÁS E UMA ANIMAÇÃO?

Desde quando os mangás começaram a ser produzidos, lá com o Emakimono – ilustrações feitas em pergaminhos de papel de arroz que retratavam o comportamento da sociedade japonesa em animais antropomorfizados – eles foram conforme tempo e recursos se atualizando, não apenas quanto as temáticas trabalhadas, mas também na técnica, contudo a ideia de representar algo sempre permaneceu, como por exemplo o

⁵⁶ Alguns recortes foram retirados do meu acervo pessoal criado durante a escrita da monografia – referenciada dentro deste trabalho – pois de 2020 a 2024 utilizei o site One Piece Ex para leitura, identificação e captura de tela das representações, mas por conta da remoção do conteúdo devido a operação CODA, os capítulos vêm sendo lidos pela plataforma oficial da editora responsável pelo mangá, o “Manga Plus by Shueisha”.

⁵⁷ Ressalto que também se soma para a metodologia de pesquisa e escrita os minicursos ministrados nos anos de 2022 e 2023 em eventos promovidos pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi) que trabalharam a temática de gênero, racismo, relações étnico-raciais e transfobia a partir de One Piece e outros mangás.

Teatro das Sombras (Oricom Shohatsu no séc. XI) e Tetsuwan Atomu (famoso Astro Boy) de Osamu Tezuka em 1952, que é um herói responsável por proteger o Japão de ameaças externas⁵⁸.

Não é por acaso que para fins de pesquisa, Feijó (2013) nos explica o mangá:

[...]como fonte de produção do conhecimento histórico. Aqui o mangá pode ser utilizado para identificar como os mangakás, cuja obra tenha pano de fundo histórico, recontam o período em que se baseiam suas obras, bem como o modo como eles representam nas mesmas os personagens históricos do período narrado. Não nos esqueçamos, como já observara Sonia Bibe Luyten (1987, p. 7), que a arte sequencial, é um “[...] excelente veículo de mensagens ideológicas e de crítica social, explícita ou implicitamente” (Feijó, 2013, p. 33).

Mensagens essas que nos alcançam porque segundo Garone e Kunz (2011) os quadrinhos japoneses por serem obras gráfico-visuais tornam-se mídias atrativas e de fácil compreensão por todos⁵⁹, as quais somadas com nossas vivências geram diferentes interpretações sobre um mesmo tema.

Com os filmes, a caminhada é semelhante. Iniciada em 1888 pelo francês Charles Émile Reynaud que lança o “Teatro Ótico” o qual projetava desenhos para plateias, mas foi no ano de 1890 que o Cinetoscópio – inventado por Thomas Edison, aparelho com película de celuloide e lentes – projetou a 1º obra cinematográfica durante 15 minutos. Contudo em 1895 os irmãos Lumière aperfeiçoaram o equipamento criando o Cinematógrafo que funcionava a manivela e negativos perfurados, exibindo-o dia 22 de março no Grand Café Paris o filme “La Sortie de l’unsine Lumière a Lyon”. Os enredos das películas giravam em torno de documentários, comédias e/ou musicais.

Tanto que, segundo Davson (2017) o material cinematográfico, o cinema como um todo:

⁵⁸ Dados fornecidos por Neves (2007) em sua dissertação intitulada “Os mangás e a produção de marcas identitárias dos modos de ser jovem: um novo olhar para a relação entre mídia e educação”.

⁵⁹ É fato que ao longo da evolução das histórias em quadrinhos é feito uso de palavras e imagens, e muitas vezes a combinação destes dois elementos pode resultar numa interessante mensagem (Garone; Kunz, 2011, p. 2).

[...] pode servir como instrumento de pesquisa auxiliar de outras áreas, como uma ferramenta adicional para a história oral, ou mesmo registro étnico para alguma pesquisa de cunho antropológico (BARROS, 2012, p. 60). Além de ser verificado como “agente histórico”, já que um filme pode influenciar um determinado setor da sociedade, em relação a roupas, acessórios ou produtos de variadas funções, bem como servir de manipulação ou sofrer algum tipo de censura. Ser um objeto a serviço da indústria cultural e com conotações claramente políticas e ideológicas (2012, p. 62). Assim podem-se verificar os vários usos e formas de se utilizar o cinema como fonte para o estudo da história, como análise do passado por meio de imagens filmicas que não tinham essa função ao serem registradas em cena, ou como diria Lagny (2012, p. 115) os filmes “nos deixam vestígios concretos do passado” (Davson, 2017, p. 268)

E como já foi abordado nesse texto, o passado é fruto da ação do homem, portanto mangás e filmes carregam intenções, significados e representações dos seus autores/diretores, que por também serem pessoas interagindo com esferas do âmbito político, social, econômico, cultural e histórico, empregam em suas obras as interpretações deles. Por isso McCloud (2008, p. 150) diz “Primeiro, procure histórias que estejam enraizadas em sua própria, e que se comuniquem com as experiências de seus leitores”

Por fim, o uso desses dois tipos de obra como fonte para escrita de trabalhos acadêmicos também se dá porque segundo a professora Bittercourt (2008) as transformações tecnológicas seguem afetando todas as formas de comunicação, começando pelo rádio – muito usado em uma época anterior a televisão – e alcançado nossos aparelhos celulares, englobando todos dentro da cultura das mídias, tornando-se necessário adaptarmos nossos métodos de ensino, pesquisa e extensão.

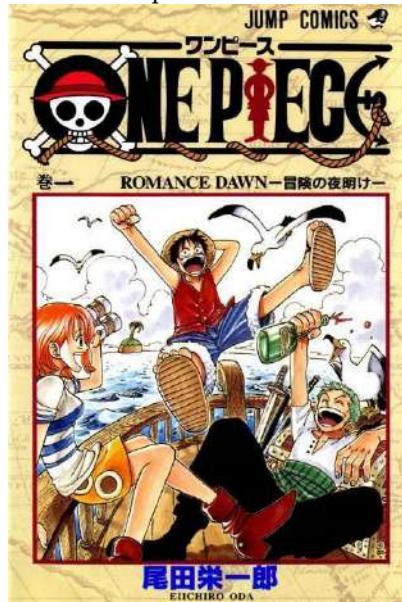
APRESENTANDO O PIRATA QUE ESTICA E UM PANDA LUTADOR DE KUNG FU

Escrito e ilustrado por Eiichiro Oda, as histórias do personagem Monkey D. Luffy tiveram seu início em 22 de julho de 1997 pela revista Weekly Shonen Jump – na qual é serializado – da editora Shueisha. Atualmente possui 1151 capítulos, pois a obra ainda segue sendo publicada a cada 15 dias, as vezes semanalmente.

O quadrinho por volume possui no mínimo 09, e no máximo 11 capítulos, organizados na média de 14 à 17 páginas, disponível para leitura gratuita no Manga

Plus da editora Shueisha, enquanto o anime pode ser assistido no streaming Crunchyroll⁶⁰. Vale mencionar que atualmente a obra possui uma série em formato Live Action – produções com atores e atrizes reais – disponível na Netflix.

Imagen 01: Capa do 0001º capítulo de One Piece – Volume 01 (1997)



Fonte: Acervo Pessoal.

One Piece conta como Luffy – um humano com poderes de borracha⁶¹ – partiu sozinho para o mar desejando torna-se um grande pirata e ao longo das suas aventuras foi reunindo tripulantes que também possuem sonhos a serem realizados, mas todos em comum tem por objetivo ajudar seu capitão a torna-se Rei dos Piratas⁶².

⁶⁰ Em 2025 completa 28 anos de circulação e no ano de 2021 chegou a vender 490 milhões de cópias, ultrapassando até Batman que havia vendido 480 milhões, lhe rendendo o título de “o 2º quadrinho mais vendido do mundo. Ficou através apenas das histórias em quadrinho do Superman com 600 milhões de cópias. Por conta disso, na época Eiichiro Oda tornou-se o 12º autor de ficção mais vendido de todos os tempos.

⁶¹ Luffy quando criança comeu a Gomu Gomu no Mi, vulgo fruta da borracha, e desde então se tornou capaz de esticar seu corpo, além de possuir as propriedades da mesma. No mundo de One Piece as AKuma no Mi são frutas que dão certas habilidades para quem as comem. Alguns personagem são capazes de se transformar em animais, outros em elementos da natureza, armas, objetos inanimados e até mesmo existem usuários capazes de utilizar dimensões paralelas, como Blueno – ex membro da Cipher Pol 9, uma organização de espionagem e assassinato secreta do Governo Mundial – que utiliza os poderes da Porta.

⁶² Alcunha para o pirata que conseguir chegar até a última ilha do mundo de One Piece, Lafel, e conquistar os tesouros de Gol D. Roger, personagem que já foi detentor deste título, morto no 1º capítulo

Os Chapéus de Palha – alcunha do bando – é composto por 09 membros, que seguindo a ordem de ingresso no navio, são: Roronoa Zoro (imediato e espadachim, a direta), Nami (navegadora, canto esquerdo segurando seu bastão), Usopp (Atirador, canto direito tendo em mãos um estilingue), Vinsmoke Sanji (Cozinheiro, ao lado de Nami), Tony Tony Chopper (médico, atrás de Luffy), Nico Robin (arqueóloga, na frente de Chopper e atrás do Zoro), Franky (carpinteiro, ao fundo, dentro do robô gigante), Soul King Brook (músico, atrás de Sanji) e por fim Jinbe (timoneiro, do lado esquerdo do capitão), como podemos ver na ilustração abaixo.

Imagen 02: Bando dos Chapéus de Palha reunidos em Onigashima



Fonte: Critical Hits.

Na história, Luffy e os chapéus de palha por serem piratas são considerados criminosos segundo as leis da organização política que rege o mundo de One Piece, o Governo Mundial (GM), e são perseguidos pela força militar Marinha. Ao longo das aventuras ele faz aliados, amigos, enfrenta outros piratas para salvar reinos/países da escravidão e declara guerra ao GM em prol de salvar a vida de um dos seus. Qualquer tipo de poder que objetive privar a liberdade dele, do grupo ou de qualquer pessoa – sim, inclusive figurantes – o mesmo finda arrumando uma briga, pois como ele bem acredita “as pessoas são livres para navegar por esse mar”.

da obra, sendo responsável pelo inicio da Grande Era dos Piratas, ao motivá-los a navegar afirmando que deixou todas as suas riquezas “naquele lugar”.

Já Kung Fu Panda é uma quadrilogia que teve seu primeiro filme lançado em 2008 pela DreamWorks, especificamente sua divisão DreamWorks Animation (DWA) que na época já havia lançado o primeiro filme do ogro verde Shrek. A empresa foi fundada em 1991 por Jeffrey Katzenberg, David Geffen e Steven Spielberg, mas em 2016 foi adquirida pela NBC Universal, passando a fazer parte da Comcast Corporation.

O primeiro filme conta a história do panda gordo Po, que sonha em ser um mestre do Kung Fu, mas por ser desastrado e desengonçado, passa os dias de sua vida vendendo macarrão com seu pai adotivo, o pato Sr. Ping. Toda ambientação da obra, bem como caracterização dos personagens, leva como base a cultura chinesa. Inclusive 03 dos 05 membros dos Cinco Furiosos – amigos de Po e mestres em suas respectivas formas de combate – são animais do zodíaco chinês⁶³

Imagen 03: Po ao lado de alguns personagens da saga



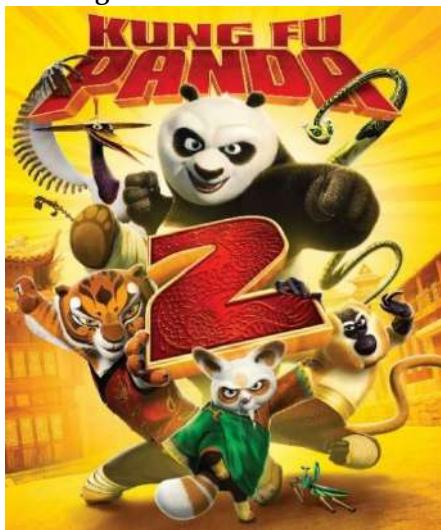
Fonte: Ingresso.com.

Contudo no dia em que o “Dragão Guerreiro” seria escolhido – alguém pertencente ao lendário prodígio das artes marciais – uma série de acontecimentos fazem Po o selecionado, desenrolando a trama e os desafios em cima da jornada dele em busca desse sonho, que se encerra com a derrota do antagonista e com o panda efetivando-se como um grande lutador de kung fu.

⁶³ Macaco, cobra e tigre. Além desse elemento, tratando-se dos aspectos culturais, também é presente nos filmes a arquitetura da China antiga, dos vilarejos aos grandes palácios.

O segundo filme, nosso objeto de estudo, lançado em 2011 com direção de Jennifer Yuh Nelson e roteiro escrito por Jonathan Aibel, Glenn Berger e Ethan Reiff – os mesmos da 1º animação – Kung Fu Panda 2 desenvolve sua trama em cima da missão de deter um vilão cujo objetivo é simplesmente conquistar a China com uma arma capaz de derrotar até os mais fortes mestres das artes marciais.

Imagen 04: Cartas do 2º filme



Fonte: Internet Movies Database.

Tendo que lidar com o seu passado – preso em uma busca por entender como foi adotado pelo Sr. Ping e qual fim seus pais biológicos tiveram – Po ao mesmo tempo precisar pensar em como derrotar o novo inimigo e sua arma de destruição. A saga encontra-se disponível para assistir na plataforma Prime Video, com média de duração de 1h30 cada.

IDEOLOGIA(S) E PODER BÉLICO: DA PALAVRA A ARMA

Partindo do conceito da ideologia como “aquilo que seria ou é ideal”, a palavra também pode ser considerada um conjunto de pensamentos, ideias, doutrinas e visões de mundo⁶⁴ sobre assuntos individuais ou coletivos, orientado conforme seu viés social, político, econômico, cultural e também histórico. Não é à toa que Silva (2015) diz:

⁶⁴ O que é ideologia: significado, conceito e definição. Disponível em: <http://significados.com.br/ideologia/>. Acesso em: 09 jun. 2025.

A ideologia “tem mais a ver com a questão de quem está falando o quê, com quem e com que finalidade” (EAGLETON, 1997, p. 22). Desse modo, podemos primeiramente compreender, que a ideologia “é um aspecto de massa das concepções filosóficas” existentes. Tendo em vista, que a ideologia representa uma forma ‘cristalizada’ de visão de mundo dos grupos sociais em suas relações sociais, políticas, econômicas e culturais cotidianas. Porém, esta forma de ver e de interpretar o mundo, não é algo homogêneo e uniforme em todas as camadas de classes sociais, mas sim, é uma expressão sociocultural extremamente heterogênea e multiforme, mas que se concretiza nas próprias ações dos sujeitos políticos. A ideologia é algo possível de ser transformada, recriada, ou até mesmo, de ser reproduzida e disseminada ao longo dos contextos históricos (Silva, 2015, p. 5).

Nesse sentido, um caminho semelhante é pavimentado nas obras fictícias. Seja na trajetória do “herói”, quanto do “vilão”⁶⁵, ambos possuem camadas de desenvolvimento – isso quando os autores e roteiristas desejam que o personagem seja assim – para justificar o porquê de determinado ideal e os fins para alcançá-lo. Para além da ideia de gerar familiarização e entendimento sobre o passado e objetivo do sujeito que está sendo apresentado no quadrinho/filme, a ideologia de um protagonista/antagonista carrega seus símbolos representados com início em algum elemento pertencente as esferas políticas, culturais, econômicas, sociais e históricas, que por tabela podem ser as mesmas influenciando o conjunto de visões de mundo daquela pessoa ilustrando, escrevendo ou animando.

Enquanto que o poder bélico⁶⁶, manifesta-se na capacidade armamentistas e militar de uma nação, bem como sua quantidade e qualidade em armas, munições e outras tecnologias militares. Como afirma Monteiro (2020) “A presença de um forte e preparado poderio militar é a garantia de que outros países não violarão os direitos ou questionar a soberania nacional do país que a possui” (p. 2), mas também de que aqueles sobre tal influência não manifestarão oposição caso discordem das decisões.

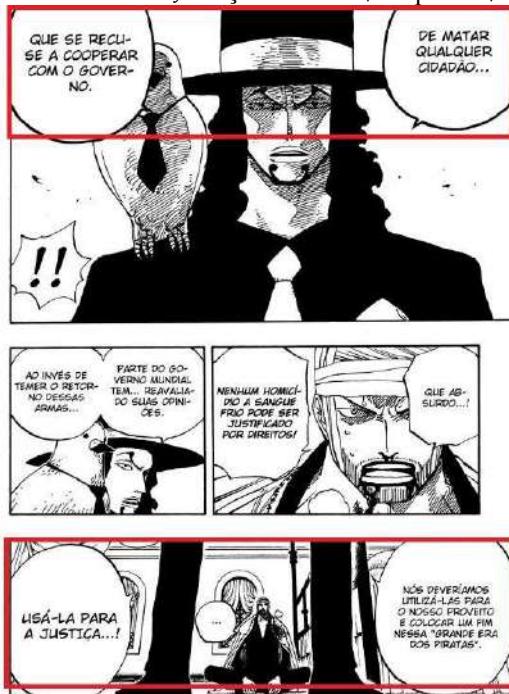
⁶⁵ Em aspas porque ambas as figuras são ambíguas, dependentes da interpretação do leitor/telespectador sobre suas condutas e posturas.

⁶⁶ Dicionário Informal. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/diferenca-entre/potencial%20b%C3%A9lico/poder%20b%C3%A9lico/>. Acesso em: 09 jun. 2025.

Não somente por medo, mas também por acreditarem serem desprovidos de força para bater de frente com tal organização⁶⁷

Seguindo essa lógica, temos alguns momentos em One Piece no qual os antagonistas do arco⁶⁸ discursam sobre aquilo que acreditam, bem como apresentam seu ideal. Rob Lucci, ex-membro da Cipher Pol 9 é um exemplo disso.

Imagen 05: A Nona Justiça – Vol. 36 / Cap. 346 / Pág. 07



Fonte: Acervo pessoal.

Durante o conflito na ilha estaleira Water 7, Lucci deixa bem explícito que em prol da “justiça” do Governo Mundial é permitido violência e assassinato – comportamento esse bastante semelhante as intervenções norte-americanas. O personagem é determinado e convicto de que o GM, especificamente seus responsáveis – os Cinco Anciões⁶⁹ – é detentor da verdade, bem como aquele que deve

⁶⁷ Fora aqueles sujeitos que compactuam de forma pública, outros em segredo, com as ideologias do indivíduo ou coletivo no poder, os quais por tabela contribuem para o processo de dominação, seja compartilhando os ideais, quanto alistando-se para servir, como ocorreu na alemã nazista.

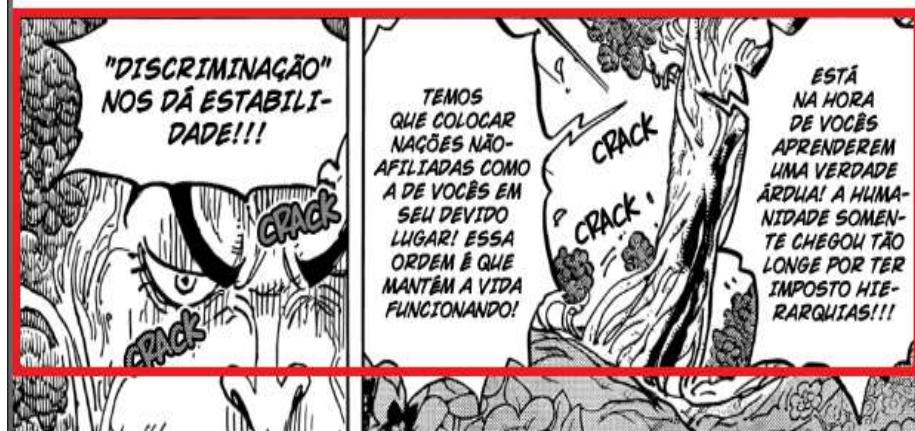
⁶⁸ Momento o qual a aventura se desenrola

⁶⁹ Figuras que em teoria “administram” somente as demandas políticas do Governo Mundial relacionadas a afiliação de reinos e gerenciamento da Marinha, pois o GM sustenta-se na bandeira de que os afiliados possuem independência e todos contribuem igualmente para uma organização na qual existem governança mutua, levando essa ideia ao pé da letra ao materializá-la com um trono vazio localizado no salão da terra sagrada Marigeoise, onde ninguém senta.

regir o mundo de One Piece por conta da sua autoridade/influência sustentada de forma política com a afiliação dos reinos, militar através das Marinha e demais Ciphers Pols, social devido aos estigmas propagados pela nobreza dos Dragões Celestiais⁷⁰ e cultural através da padronização/apagamento.

Além do personagem anterior, o almirante da Marinha Aramaki – alcunha de Touro Verde – durante o combate com samurais do país de Wano, afirma mais explicitamente do que Rob Lucci, uma das ideologias que sustenta o Governo Mundial – o qual no capítulo 1054 já está consolidado como uma liderança autoritária dentro da obra.

Imagen 06: Imperador das Chamas – Vol. 104 / Cap. 1054 / Pág. 04



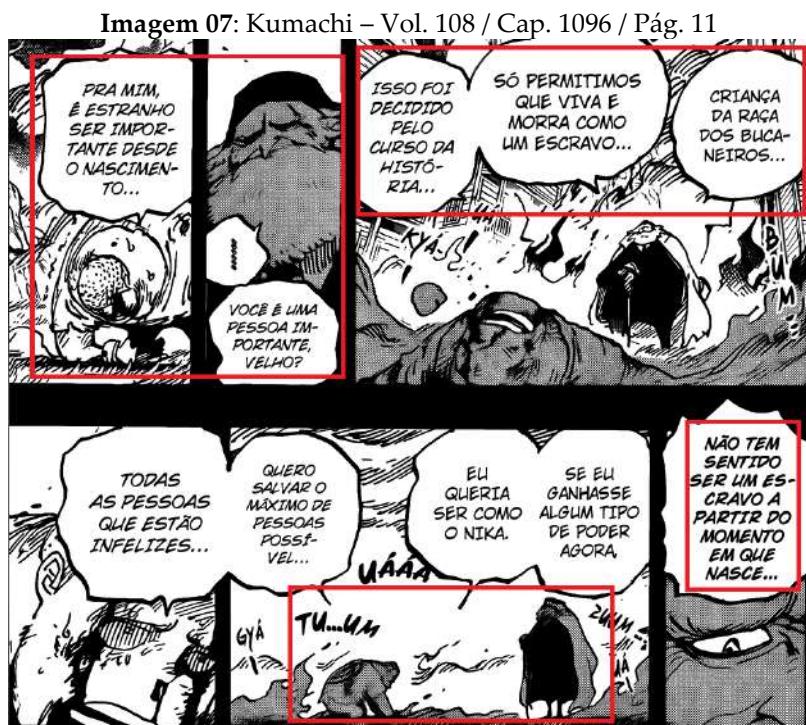
Fonte: Acervo Pessoal.

A historiadora Schwarcz (2016) explica que uma das marcas de governos/lideranças autoritárias é a ideologia da discriminação em âmbito racial, social, cultural/étnico, político e econômico. Dessa forma a ideologia desse indivíduo ou grupo autoritário alcança a esfera histórica, pois enquanto estiverem no poder perpetuam essa ideologia, tanto que em One Piece vemos personagens desprezados pelos Dragões Celestiais, humilhando quem está abaixo deles, no caso a raça dos tritões e sereias.

⁷⁰ Espécie de nobreza no mundo de One Piece que se considera acima de tudo e todos por serem descendentes das famílias fundadoras do Governo Mundial. São racistas, eugênicos e prezam por sua soberania não somente como classe, mas também raça. Posturas essas que são respaldadas pelo GM e Marinha.

E assim fizeram os japoneses que após superarem as dificuldades econômicas, militares e políticas decorrentes dos 200 anos de isolamento determinado pelo xogunato da família Tokugawa, considerando-se os verdadeiros asiáticos, as demais nações do continente – “não asiáticos” segundo eles – deveriam fazer parte do seu projeto “Esfera de Co-Prosperidade da Ásia Oriental, conforme explica Sakurai (2007), sendo essa uma visão de mundo que não passava de fachada para alcançar os recursos dos países, alargar suas exportações e obter controle territorial.

Não somente a ideologia da discriminação, mas o ideal de superioridade atrelado a narrativa histórica do Governo Mundial também pode ser observada na imagem a seguir:



Fonte: Acervo pessoal.

“Isso foi decidido pelo curso da história”. O homem que está na frente do garotinho ensanguentado, e responsável por essa fala, é um dos Cinco Anciões mencionado anteriormente, especificamente São Jaygarcia Saturn. Sendo uma das figuras que representa o Governo Mundial, ao falar abertamente que ser um escravo

foi algo “determinado” na história, essa narrada por eles há 800 anos, e por isso podem decidir se ele vive ou morre evidencia:

[...] o abuso das prerrogativas de poder pela ação ardilosa e muitas vezes truculenta do líder, que controla de maneira inquestionável a máquina governamental, exigindo adesão incondicional para sua agenda singular. O autoritarismo endurece as relações hierárquicas, tornando-as usualmente abusivas com os subordinados, e o gestor age por capricho, moldando, assim, sua atividade por um viés absurdamente personalista que se encontra sempre sob o risco de violar as regras constitucionais (Bittencourt, 2021, p. 245)

Esse endurecimento das relações e abuso com seus subordinados são posturas presentes tanto nos personagens citados anteriormente, quanto no vilão de Kung Fu Panda 2, o pavão branco, Lorde Shen.

Imagen 08: Lorde Shen e seu canhão



Fonte: GrgenOfficial – r/TopCharacterDesigns (Reddit).

Contudo o personagem também age por capricho a partir de um personalismo motivado pelo poder e na determinação em provar seu valor após ser rejeitado por seus pais que haviam percebido o quanto perigoso seu filho poderia virar caso assumisse uma posição de liderança. Shen sabia que ser um lutador habilidoso não seria o suficiente para derrotar os mestres de kung fu e por isso aumentou seu poder militar – já composto por um exército mercenário de lobos – com armas de fogo.

O personagem também carrega consigo um ideal de “em prol dos meus objetivos, todos são peças a serem descartadas” tanto que o mesmo executa o chefe dos lobos após ele recusar matar seus homens porque o pavão passou a vê-los como inúteis. Ao longo da trama também é revelado que Shen assassinou todos os pandas da China⁷¹, porque recebeu uma profecia atestando sua derrota para um guerreiro preto com branco, passando a vê-los como ameaça aos seus planos, comportamento semelhante ao de Adolf Hitler em relação ao povo judeu durante a 2º Guerra Mundial que os considerava um mal a ser exterminado.

[...] é preciso perpetuar a morte como forma de garantir o poder. Por isso, no Terceiro Reich, o terror — destinado a converter em realidade o ideal da história — toma o lugar das leis positivas. O crime não significa simplesmente o meio para oprimir a oposição; representa a essência de um Estado que nega a permanência e se afirma pela transformação (Martinelli, 2005, p. 179).

Transformação essa que se concretiza através da arma de fogo criada por Shen, um canhão de fogos de artifício – uso da pólvora⁷² – disparando esferas de metal explosivas ao colidirem com superfícies ou seres vivos, pois para exercer dominância não bastava conquistar território, ele precisava humilhar os mestres de kung fu com suas mortes. Apagando-os da história, afinal seriam forças opositoras a sua liderança, fazendo-os de exemplo, nos levando a perceber:

[...] que o objetivo por trás da destruição de uma memória é promover um esquecimento, uma “repaginação” da identidade de um determinado grupo social. Em consequência disso, surge espaço para uma nova era, ou um novo sistema. No caso do nazismo, existia além de um controle político, um controle ideológico em que os ideais nazistas eram considerados superiores, e a eliminação de uma identidade social causava uma certa vulnerabilidade, logo os ideais nazistas lhes eram impostos (Barros, 2021, p. 24).

⁷¹ Explicando o porquê Po no primeiro filme é o único panda apresentado na obra e como foi adotado por um pato.

⁷² Vasconcelos *et al* (2010) explica que “Há controvérsias em relação ao período em que a pólvora tenha sido descoberta e utilizada. Segundo Mason (1962), a descoberta é atribuída aos monges taoístas ou alquimistas, que procuravam pelo elixir da imortalidade, na China no final do período Thang, século XV, embora armas de fogo estivessem sendo usadas antes, no final do período Sung, século XII”.

E assim também foi feito com a ilha da arqueologia, Ohara. O Governo Mundial convocou 10 navios de guerra da Marinha para apagar com fogo a existência dos arqueólogos que estavam perto de descobrir informações sobre os 100 anos de história perdidos no mundo de One Piece⁷³, como podem observar na imagem a seguir.

Imagen 09: Ohara VS Governo Mundial – Vol. 41 / Cap. 395 / Pág. 18



Fonte: Acervo pessoal.

Por último e não menos importante, no arco atual de One Piece, o bando está interagindo/enfrentando um inimigo cujo objetivo na ilha dos gigantes – Elbaf – é de escravizá-los e transformá-los em força militar do Governo Mundial.

Imagen 10: Ohara VS Governo Mundial – Vol. 41 / Cap. 395 / Pág. 18



Fonte: Manga Plus by Shueisha.

⁷³ Ainda não foi revelado na obra os motivos do porque o Governo Mundial proíbe o estudo dessa lacuna, nem a razão para punir com a morte, apenas alega ser um crime imperdoável.

É uma fala simples, porém ao dizer que precisa de mais poder de combate, torna-se possível comparar com a corrida armamentista dos Estados Unidos da América vs União das Repúblicas Socialistas Soviéticas pós 2^a guerra mundial e o desespero para encher os arsenais com armas nucleares.

Como bem destaca Zubek (2015) “O soberano decide se existe uma emergência extrema e o que deve ser feito para eliminá-la (Schmitt, 2005, p. 7). As armas nucleares oferecem um meio de aniquilação ímpar que pode ser cogitado” (p. 72), e no caso da imagem a cima, ter os gigante no aglomerado bélico do Governo Mundial, seria o meio deles garantirem por mais tempo a perpetuação autoritária política, econômica⁷⁴, social, cultura e histórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nitidamente, por questões de duração, no filme Kung Fu Panda 2 o tempo de construção das representações de ideologia e poder bélico é bem menor ao comparar com um mangá publicado há 28 anos, contudo o caminho escolhido pelos roteiristas para desenvolver Lorde Shen é feliz ao entregar suas camadas e posturas. Assim como Oda (1997) fez ao trabalhar os personagens citados nesse texto – alguns com aparições mais frequentes como é o caso de Lucci, enquanto outros em momentos específicos, conforme ocorreu com Aramaki e São Jaygarcia.

Movidos por suas visões de mundo e acompanhados de força militar individual ou coletiva, os antagonistas apresentados manifestam suas doutrinas e percepções de mundo através da violência, coerção, manipulação de acontecimentos, ultranacionalismo e estigmas. Shen tentou extinguir a raça dos pandas por conta de uma profecia que o mesmo não tinha certeza de se concretizar e para além do exemplo de Hitler com os povos judeus – ciganos também e todos aqueles considerados não arianos – esse processo de apagamento “das ameaças” foi realizado também com os

⁷⁴ Explorada através dos altos tributos que os reinos precisam pagar aos Tenryubittos.

Maias, Incas e Astecas durante as conquistas espanholas e no Brasil executado sobre partidários do movimento esquerdista.

Ambos os exemplos citados no parágrafo anterior além de possuírem um ideal concreto para seus contextos – pureza étnica, eliminação de ameaças internas, influência religiosa e política – estavam acompanhados de algum nível de poderio bélico para garantir sua eficiência, manutenção e constância. O pavão branco, assim como os espanhóis, tinha a arma de fogo, Hitler a Schutzstaffel e um grande exército alienado, militares brasileiros possuíam apoio norte-americano, da população⁷⁵ e muitas armas. É como se para existir hegemonia, o autoritarismo – uma ideologia – possuisse relação de co-existência com o belicismo⁷⁶.

Não à toa, temos também Getúlio Vargas que durante o Estado Novo procura “reescrever” a história do Brasil, a partir da sua influência como presidente do país estando apoiado por militares, ativistas políticos e civis. Portanto ao fim deste texto considero que a análise feita é eficaz na proposta de entender ideologia e poder bélico como ferramentas do autoritarismo a partir das representações construídas em ambas as obras, principalmente por conta de terem sido feitas por “homens”.

REFERÊNCIAS

BARROS, Juliana Teixeira. **A destruição dos livros pelo nazismo na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro, 2021. 46 f. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Bacharel em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, 2021. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/15152/1/JTBarros.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2023

BEZERRA, Juliana. **Significado de autoritarismo**. Significados. Política e cidadania. Disponível em: <https://www.significados.com.br/autoritarismo/>. Acesso em: 01 jun. 2025.

⁷⁵ Por isso ditadura Civil-Militar

⁷⁶ Em One Piece esse entendimento concretiza-se quando pensamos que Arakami é um almirante da marinha – uma força militar – usuário de akuma no mi. São Jaygarcia Saturn é nobre, representante do GM e no volume 108 descobrimos que possui poderes demoníacos.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BITTENCOURT, Renato Nunes. Perfil autoritário e política da instabilidade institucional. **Revista Aquila**, n° 24. Ano XII. Jan/Jun, 2021. Disponível em: <https://ojs.uva.br/index.php/revista-aquila/article/view/158/116>. Acesso em: 09 jun. 2025.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história: O ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

CARVALHO, Lucas Nascimento Assef de. **Navegando pelas ondas em One Piece de Eiichiro Oda:** representações de autoritarismo e liberdade. Orientadora: Nedy Bianca Medeiros de Albuquerque. Rio Branco, 2024. 136 f. Disponível em: https://www.academia.edu/122395821/NAVEGANDO_PELAS_ONDAS_EM_ONE_PIECE_DE_EIICHIRO_ODA_REPRESENT_A%C3%87%C3%95ES_DE_AUTORITARISMO_E_LIBERDADE. Acesso em: 07 jun. 2025.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 5, 1991, p. 173-191. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/SZqvSMJDBVJTXqNg96xx6dM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 jun. 2025.

CICATELLI, Pollyana. História do cinema. **CineX**. Disponível em: <https://www.cinex.art.br/post/historia-do-cinema>. Acesso em: 08 jun. 2025.

DAVSON, Felipe Pereira da Silva. O cinema como fone histórica e como representação social: alguns apontamentos. **História Unicap**, v. 4, n. 8, jul./dez. de 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6538864.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2025.

FEIJÓ, Luiz Carlos Coelho. **Narrativa e representação nos quadrinhos: a restauração Meiji (1868) nos mangás / Luiz Carlos Coelho Feijó; Aristeu Elisandro Machado Lopes, orientador.** Pelotas, 2013. 134p.

GARONE, Priscilla Maria Cardoso Garone; KUNZ, Gilberto. O balão nas histórias em quadrinhos: organização da mensagem por meio da representação gráfica. In: **Anais... XX Simpósio Nacional de Geometria Descritiva e Desenho Técnico – Graphica**, 2011, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://ladij.ufes.br/wp-content/uploads/2022/03/o-balao-nas-historias-em-quadrinhos.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2025

Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

KUNG FU PANDA 2. Direção: Jennifer Yuh Nelson. Produção: Glenn Berger, Melissa Coob e Suzanne Buirgy. Roteiro: Jonathan Aibel, Glenn Berger e Ethan Reiff. Estados Unidos da América: Dreamworks Animation, 2011. 1 vídeo (1h30min). Disponível em: <https://www.primevideo.com/detail/amzn1.dv.gti.e4ba6579-5d5f-935a-6972-e02d1792022a>. Acesso em: 01 jun. 2025.

MARTINELLI, Verônica. Crime e Ideologia: Do terceiro reich ao assassinato de moisés. Ágora, Rio de Janeiro, v. VIII, n. 2, jul/dez 2005 175-191. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/j5qVwpcNY3LfTRh4sqKPRHx/?lang=pt>. Acesso em: 09 jun. 2025

MCCLOUD, Scott. **Desenhando quadrinhos**: os segredos das narrativas de quadrinhos, mangás e graphic novels. Tradução: Roger Maioli dos Santos. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2008.

MONTEIRO, Odilon Lugão *et al.* A importância do poder militar para a inserção internacional do Brasil. In: **Anais ... XIII Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional – CADN**, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ajuste-01/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn. Acesso em: 09 jun. 2025.

MR27. **One Piece Supera Batman em Vendas** – O 2º quadrinho mais vendido no mundo. Disponível em: <https://opexcast.com.br/one-piece-supera-batman-em-vendas/>. Acesso em 08 jun. de 2025.

NEVES, Leonardo Azevedo. **Os Mangás e a produção de marcas identitárias dos modos de ser jovem**: um novo olhar para a relação entre mídia e educação. Disponível em: http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2005_1-139-ME.pdf. Acesso em: 08 jun. 2025.

ODA, Eiichiro. **One Piece**. Weekly Shonen Jump. Tóquio: Shueisha, 1997

SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. São Paulo: Contexto, 2007.

SANTOS, Dayse Lúcide Silva. **Métodos e técnicas de pesquisa em História**. Minas Uimontes, 2010. Disponível em: https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalago/17513616022012Metodologia_da_Pesquisa_Historica_Aula_1.pdf. Acesso em: 08 jun. 2025.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p.294. Disponível em: www.mprj.mp.br/documents/20184/1330165/Sobre_o_autoritarismo_brasileiro.pdf. Acesso em: 09 jun. 2025.

SILVA, Sabrina Aparecida da. O conceito de ideologia: Tracy, Marx, Engels e Gramsci. *In: Anais...* Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, 2015, Florianópolis. Disponível em: https://seminarioservicosocial.pginas.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_2_21.pdf. Acesso em: 09 jun. 2026.

VASCONCELOS, Flávia Cristina Gomes Catunda de *et al.* Um pouco da história dos explosivos. *In: Anais...* XV Encontro Nacional de Ensino de Química (XV ENEQ), 2010, Brasília. Disponível em: <https://www.saq.org.br/eneq/xv/resumos/R0011-1.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2025.

ZUBEK, Izadora. Silêncio atômico: política, violência, exceção após Hiroshima e Nagasaki. **Carta Internacional**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 65–82, 2015. DOI: 10.21530/ci.v10n1.2015.174. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/174>. Acesso em: 10 jun. 2025

CAPITULO 16

LEITURAS VISUAIS NO ENSINO DE HISTÓRIA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA A PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO BÁSICO

José Marcos Nascimento Pontes
Lucas Matheus Araújo Bicalho

INTRODUÇÃO

A visão precede a palavra. A criança olha, vê e reconhece, antes de saber falar. Mas é também noutro sentido que a visão precede a palavra: é ela que nos situa no mundo circundante. Explicamos o mundo através da palavra, mas palavras nunca poderão contrariar que o mundo nos envolve. A relação entre o que vemos e o que sabemos está sempre aberta (Berger, 2022, p. 15, grifo nosso).

A afirmação de John Berger convida-nos a refletir sobre a primazia do olhar como forma inaugural de relação com o mundo. Antes mesmo que a linguagem se estruture, é pela visão que a criança reconhece e distingue aquilo que a cerca, situando-se no espaço e estabelecendo vínculos com a realidade. Nesse sentido, o ato de ver não é mero registro passivo, mas uma operação ativa de reconhecimento e construção de sentido. A palavra, embora essencial para a explicação e sistematização do conhecimento, surge sempre como uma tentativa de capturar aquilo que já foi apreendido visualmente. Assim, a visão não apenas precede a palavra no plano cronológico, mas também ocupa um lugar de fundação ontológica, pois é através dela que o sujeito se insere no mundo e se constitui enquanto ser perceptivo.

Contudo, Berger (2022) também nos adverte sobre a instabilidade dessa relação entre o ver e o saber. Por mais que a linguagem busque fixar significados, o campo da visão permanece aberto, oferecendo uma pluralidade de interpretações que escapam ao controle do discurso. Cada imagem convoca o espectador a um exercício de atribuição de sentido sempre situado, histórico e subjetivo. Dessa forma, a visão desafia a pretensão totalizante da palavra, ao lembrar que o mundo que nos envolve não se esgota nas categorias que usamos para descrevê-lo. É nesse intervalo entre a percepção visual e a construção discursiva que se instaura a potência crítica da

imagem, capaz de desestabilizar saberes cristalizados e de revelar as camadas ocultas da experiência humana.

A leitura, nesse contexto, vai muito além do simples ato de decodificar letras e palavras. Trata-se de uma competência ampliada, que envolve a habilidade de interpretar e compreender as múltiplas linguagens que permeiam nosso cotidiano, sejam elas imagens, xilogravuras, pinturas, fotografias ou símbolos. Como afirma Martine Joly (2012), a leitura do mundo precede a leitura da palavra, uma vez que o termo *imagem* carrega tamanha variedade de significados e manifestações que se impossibilita reduzi-lo a uma definição única e universal.

De fato, o que aproxima um filme, uma pintura, um cartaz, um grafite ou até mesmo uma imagem mental, senão essa capacidade de “falar por imagens”? A pluralidade de sentidos que cada forma visual carrega é vasta e, ainda assim, conseguimos compreendê-la. Isso porque, como destaca Joly (2012), a imagem, mesmo quando não remete diretamente ao visível, apropria-se de elementos do visual e sempre se constitui na relação com um sujeito. Seja ela imaginária ou concreta, toda imagem passa necessariamente pelo olhar e pela interpretação de quem a produz ou a reconhece. Nesse sentido, como também observa Manguel (2001), ler é um ato que mobiliza não só códigos gráficos, mas todo um repertório cultural e perceptivo profundamente enraizado na experiência humana.

Diante disso, Lucia Santaella (2012) esclarece que a leitura visual constitui uma estratégia pedagógica de grande relevância, pois é por meio da interpretação das imagens que podemos acessar dimensões de significado que o texto escrito, por si só, não consegue revelar. A leitura visual, portanto, expande as possibilidades de compreensão e interpretação do mundo, permitindo que o sujeito acesse conhecimentos essenciais para atuar nas múltiplas interseções da cultura contemporânea, especialmente no campo da comunicação visual, em que signos verbais e não verbais dialogam de forma integrada e complexa.

Nesse contexto, como observa Lucas Bicalho (2023), as imagens e as representações visuais sempre ocuparam um lugar de destaque na trajetória das

sociedades humanas, exercendo funções múltiplas e essenciais na mediação dos processos comunicacionais. No campo da educação, essa potência do visual torna-se ainda mais evidente, sobretudo no cenário contemporâneo, onde a circulação da informação se dá de forma acelerada e por meio de suportes digitais cada vez mais diversos e acessíveis. As imagens, assim, não apenas complementam o texto escrito, mas assumem um papel pedagógico estruturante, configurando-se como dispositivos de mediação cognitiva e cultural.

À vista disso, elas se mostram particularmente eficazes quando mobilizadas no ensino com estudantes que apresentam dificuldades na decodificação de códigos verbais ou com crianças em processo inicial de construção do pensamento simbólico (Bicalho, 2025). Por meio de práticas que envolvem desenhos, traços, gestos, mídias digitais, pinturas e charges, os(as) alunos(as) não apenas visualizam, mas também experimentam modos de conhecer e significar o mundo. Essas experiências sensório-perceptivas e simbólicas, próprias do universo das artes visuais, potencializam processos de aprendizagem mais integrados e inclusivos, ao articular linguagem, cultura e sensibilidade estética.

Sob tal perspectiva, este capítulo propõe investigar de que maneira a utilização da leitura visual, enquanto ferramenta pedagógica, pode contribuir para a superação das dificuldades enfrentadas no processo de aprendizagem. Parte-se da premissa de que a leitura de imagens, por mobilizar uma abordagem mais visual e menos dependente das competências estritamente textuais, pode oferecer um ponto de partida mais acessível para os(as) estudantes, favorecendo tanto a compreensão de conceitos quanto a construção de narrativas históricas. Assim, esta pesquisa se propõe a responder de que forma a leitura de imagens pode ser incorporada às práticas pedagógicas no ensino de História, com o objetivo de potencializar as habilidades de leitura, interpretação e compreensão dos conteúdos históricos por parte dos(as) alunos(as).

Para tanto, tendo em vista que o trabalho na educação escolar não é uma tarefa única, mas multidisciplinar e exige inovação constante, adaptando-se o ensino aos(as)

alunos(as) em contextos distintos, essa estratégia de utilizar a leitura visual como ferramenta pedagógica pode e deve ser adaptada conforme as especificidades de cada turma, considerando também o contexto social em que estes alunos(as) estão inseridos. Conhecer o público e o cenário onde se dá o processo educativo é o primeiro exercício fundamental do docente. A escola, projetada para educar crianças e adolescentes, constitui-se também como um espaço de relações humanas, em que os sujeitos carregam histórias, vivências e valores diversos (Oliveira; Alves, 2005). Por isso, estratégias como a leitura visual devem ser moldadas de acordo com as especificidades de cada turma e de seus contextos sociais, garantindo uma prática pedagógica mais sensível, significativa e inclusiva.

Posto isso, utilizaremos as abordagens de Lucia Santaella (2012) a partir de sua obra *Leitura de imagens*, ao estabelecer que ensinar a leitura de elementos não verbais é fundamental para ampliar as competências interpretativas dos(as) estudantes, uma vez que vivemos em uma sociedade saturada por imagens. Segundo Santaella (2012), a leitura visual não se limita a uma mera observação, mas implica um processo ativo de decodificação, interpretação e atribuição de sentido, considerando aspectos culturais, históricos e contextuais. Em uma sociedade marcada pela saturação de imagens, onde somos constantemente bombardeados por estímulos visuais, torna-se ainda mais urgente desenvolver nos(as) estudantes a capacidade de ler criticamente essas representações. No ensino de História, essa habilidade permite que os(as) alunos(as) compreendam como determinadas imagens não apenas ilustram, mas também constroem sentidos sobre o passado e o presente, contribuindo para a formação de identidades, memórias e narrativas sociais.

No entanto, observamos que a prática docente tem se tornado cada vez mais desafiadora, especialmente diante de salas de aula em que os estudantes demonstram desinteresse pelo aprendizado, comportamentos indisciplinados e outras dificuldades que impactam diretamente o processo de ensino-aprendizagem (Oliveira; Alves, 2005). Por outro lado, é fundamental que não percamos a esperança nem desistamos de buscar estratégias que fortaleçam o ensino. Dessa forma, ao incorporar essa prática no

ambiente escolar, cria-se um espaço onde os(as) alunos(as) desenvolvem não somente a leitura crítica da linguagem visual, como também habilidades cognitivas que os(as) preparam para interagir de maneira mais consciente e reflexiva com o mundo ao seu redor. Assim, cada proposta de leitura de imagens deve ser planejada levando em conta as especificidades do grupo, seus repertórios e suas necessidades, garantindo que o ensino seja não apenas inclusivo, mas que dê sentido.

A LEITURA VISUAL: CONCEITOS E ABORDAGENS

Como ler uma imagem? Ela está mesmo ali, à vista de todos, ou se esconde atrás dos signos que naturalizamos sem perceber? O que ela quer nos dizer e, mais ainda, o que ela prefere silenciar? Como uma figura sem palavras consegue instaurar sentidos, manipular significados, moldar percepções? Quem a produziu e com que intenções? E por que seguimos acreditando que as imagens apenas ilustram, quando, na verdade, elas também pensam, falam e, por vezes, dominam? Essas são algumas das inquietações que emergem quando se propõe levar a leitura visual para dentro da sala de aula, um território que precisa, urgentemente, ir além das páginas do livro impresso e do código linguístico, porque educar hoje é, também, ensinar a ver.

Conforme propõe Santaella (2012, 2017), toda imagem pode ser entendida como um enunciado que se articula em múltiplas dimensões — verbo-visuais, sincréticas ou multimodais — a depender da perspectiva teórica que as nomeia. Longe de serem simples representações imediatas, tais imagens carregam códigos, sistemas e camadas de sentido que exigem uma leitura atenta e uma percepção que abarque sua complexidade integral. Tal como a linguagem verbal, que só se realiza plenamente quando lida em consonância com seus sistemas e contextos linguísticos, a linguagem visual demanda procedimentos interpretativos que ultrapassam a superfície do visível, desafiando o olhar a romper com o evidente (Gaydeczka, 2013). Ainda que Santaella (2012) delimita sua investigação ao campo específico das representações visuais, a escolha de empregar o termo no plural — “imagens” — não é fortuita: ao

fazê-lo, a autora sublinha a pluralidade sínica que distingue uma forma visual de outra, demarcando suas especificidades e modos próprios de significação.

Isso porque as imagens, concebidas enquanto representações visuais, não se esgotam em sua materialidade estética, mas se distinguem fundamentalmente pelas funções que exercem e pelos contextos socioculturais em que circulam. Como sublinha Santaella (2012), elas podem operar em registros diversos: ora como dispositivos que ampliam nossa capacidade perceptiva e refinam a sensibilidade visual, ora como mecanismos que interpelam e capturam o desejo, mobilizando-o em favor da lógica do consumo disseminada pela publicidade.

A esta perspectiva, soma-se a leitura de Martine Joly (2012), que ressalta que a imagem não é um signo transparente ou neutro, mas um sistema complexo, que articula códigos visuais, culturais e ideológicos que precisam ser decifrados. Assim, outras modalidades de imagens assumem finalidades distintas e se inscrevem em circuitos específicos, sejam aquelas que compõem os livros didáticos, instaurando narrativas pedagógicas; as charges, que conectam crítica e humor; os calendários e revistas, que domesticam o olhar no cotidiano; ou ainda as criações do *design*, que reconfiguram e desafiam códigos visuais estabelecidos (Piana, 2010; Bicalho, 2023). Em cada uma dessas instâncias, a imagem não apenas representa: ela atua, persuade, e significa de modo singular, em função do contexto que a produz e do público que a interpreta.

Nesse sentido, uma das concepções mais antigas acerca da imagem remonta a Platão, que já nos oferece uma trilha inaugural para pensar sua natureza. Como afirma o filósofo, “chamo de imagens em primeiro lugar as sombras, depois os reflexos que vemos nas águas ou na superfície de corpos opacos, polidos e brilhantes, e todas as representações do gênero” (Platão, 2000, s.p.). Desde então, as imagens, sejam no espelho ou em qualquer superfície que reproduza esse processo de duplicação, revelam-se como objetos secundários, cuja existência depende de um referente primeiro que elas representam segundo leis e códigos específicos (Santaella, 2012, 2017, 2018; Joly, 2012). Nessa perspectiva, comprehende-se que a imagem é, antes de

tudo, uma instância representacional: ela é aquilo que, de algum modo, remete a algo para alguém, constituindo-se, assim, como um signo — um objeto que adquire sentido enquanto estabelece uma relação mediada entre o mundo e o olhar que o interpreta.

A BNCC E AS COMPETÊNCIAS RELACIONADAS À LEITURA VISUAL NO ENSINO DE HISTÓRIA

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) consolida o uso das imagens no ensino de História e das Ciências Humanas como um recurso didático essencial para a formação do pensamento crítico e para a ampliação das compreensões dos(as) estudantes sobre as múltiplas experiências e vivências sociais. Longe de serem tratadas como meras ilustrações ou adornos textuais, as representações visuais, como fotografias, pinturas, mapas, desenhos, gráficos e charges, são reconhecidas pela BNCC como documentos históricos e fontes legítimas de informação e análise. Ao serem mobilizadas no espaço escolar, essas imagens permitem que os(as) estudantes problematizem diferentes contextos históricos, transitem por distintas temporalidades e identifiquem a pluralidade de pontos de vista que atravessam a construção da narrativa histórica (BNCC, 2017). Assim, o trabalho crítico com essas fontes visuais favorece o desenvolvimento de competências fundamentais, como a comparação entre versões divergentes de um mesmo evento, a identificação de manipulações simbólicas presentes nas imagens e a compreensão dos processos sociais e culturais que estruturam as narrativas sobre o passado.

Nesse viés, a BNCC orienta que o ensino de História promova a análise de diferentes modelos de fontes, incluindo as imagéticas, de modo que os(as) estudantes compreendam que o conhecimento histórico é resultado da interpretação crítica dessas evidências (BNCC, 2017). Além disso, a Base reforça a necessidade de que os(as) alunos(as) reconheçam o papel das imagens na formação das identidades, na construção das memórias coletivas e na configuração das representações sociais, especialmente em um contexto contemporâneo marcado pela predominância da cultura visual (Bicalho, 2025). Assim, ao incorporar o uso consciente e reflexivo das

imagens no trabalho pedagógico das Ciências Humanas, contribui-se para a formação de sujeitos mais críticos, capazes de compreender as múltiplas dimensões do passado e suas reverberações no presente.

À luz disso, considerando que a BNCC enfatiza a importância de problematizar as fontes no ensino de História, cabe ao(a) docente ensinar o(a) estudante a ler e interpretar imagens não somente como ilustrações, mas como fontes históricas críticas que também constroem narrativas sobre o passado. Nesse sentido, no 4º ano, a habilidade EF04HI08 propõe que o(a) aluno(a) identifique as transformações nos meios de comunicação, como a cultura oral, a imprensa, o rádio, a televisão, o cinema, a internet e outras tecnologias digitais, discutindo seus impactos para diferentes grupos e estratos sociais. Já no 6º ano, a habilidade EF06HI01 orienta o reconhecimento das diversas formas de compreensão do tempo histórico, abordando as continuidades e rupturas, enquanto EF06HI02 destaca a necessidade de analisar o significado das fontes históricas e a gênese de sua produção. No 9º ano, as habilidades EF09HI01 e EF09HI02 buscam contextualizar a emergência da República no Brasil, descrevendo os principais aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos desse período e, mais especificamente, caracterizando os ciclos da história republicana e suas particularidades regionais até 1954 (Brasil, 2017).

Para tanto, o(a) professor(a) pode recorrer a um vasto repertório de fontes visuais, capazes de provocar uma leitura crítica do passado e do presente. As fotografias das marchas e manifestações populares, como as imagens das *Diretas Já* (1983-1984) ou dos protestos contra a carestia nos anos 1980, não apenas documentam a ação coletiva, mas inscrevem no olhar do espectador as tensões e esperanças de uma época. Os cartazes de propaganda oficial, como aqueles que exaltavam o milagre econômico durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), expõem com clareza as estratégias simbólicas usadas para legitimar o poder e silenciar dissensos.

Nas charges políticas publicadas em jornais e revistas, os traços do humor mordaz revelam camadas de crítica social que escapam à palavra escrita, tornando-se instrumentos privilegiados para compreender os conflitos de classe, gênero e raça que

atravessam a sociedade brasileira. Os mapas históricos, com suas distorções e hierarquias implícitas, convidam à reflexão sobre como o espaço e o território foram apropriados e representados por diferentes grupos ao longo do tempo. Por fim, os painéis e murais urbanos, como os grafites que floresceram nas periferias durante a redemocratização, emergem como gritos visuais de resistência e identidade, desafiando as narrativas oficiais (Guimarães, 2004). Assim, ao explorar essas diversas formas de leitura visual, o ensino de História se transforma num exercício de desvelar os códigos e significados ocultos nas imagens, formando sujeitos críticos e conscientes das múltiplas camadas que constituem a narrativa histórica.

APLICAÇÕES DA LEITURA VISUAL NO ENSINO DE HISTÓRIA

A leitura visual no ensino de História revela uma estratégia com potencial para deslocar o olhar do(a) estudante do texto escrito para um campo mais amplo de fontes e narrativas. Ao trabalhar com o uso de imagens, o(a) professor(a) não só ilustra o conteúdo, mas introduz o(a) aluno na análise crítica dos discursos e narrativas visuais que permeiam o passado em ainda seguem atuando no presente.

Dante desse contexto, o teórico da arte Ernst Gombrich (1971) sublinha que a imagem pode constituir um verdadeiro instrumento de conhecimento, enquanto nos permite não apenas ver o mundo, mas também interpretá-lo em suas múltiplas camadas de sentido. Para o autor, a imagem, seja ela uma fotografia, seja uma pintura, não deve ser compreendida como uma reprodução passiva da realidade, mas, antes, como “o resultado de um longo processo, durante o qual foram utilizados alternante representações esquemáticas e correções” (Gombrich, 1971, p. 62).

Nessa perspectiva, a análise da imagem assume uma função pedagógica decisiva, sobretudo quando exercida em contextos institucionais, como a escola, ou nos espaços de extensão cultural que se delineiam na mídia contemporânea, onde o uso sistemático da imagem se impõe de modo avassalador. É precisamente nesse movimento de apropriação crítica e interpretação que reside a possibilidade de o

espectador escapar à impressão de manipulação, ameaça constante e, como adverte Joly (2012), amplamente temida.

Ao tratar da leitura da imagem, Lucia Santaella (2012) recorre à expressão estadunidense *visual literacy*, ou letramento visual, para designar essa competência que se torna cada vez mais indispensável na cultura contemporânea. Na perspectiva da autora, para sermos capazes de ler uma imagem, “deveríamos ser capazes de desmembrá-la parte por parte, como se fosse um escrito, de lê-la em voz alta, de decodificá-la, como se decifra um código, e de traduzi-la, do mesmo modo que traduzimos textos de uma língua para outra” (Santaella, 2012, p. 12). E é precisamente nesse gesto de decodificação que se delineia uma abordagem unificadora: a de transpor os efeitos de sentido percebidos em uma linguagem para outro modelo linguístico, instaurando, assim, uma ponte entre diferentes sistemas semióticos. É nesse trânsito, nessa possibilidade de construir e buscar sentido em outras linguagens, que se realiza, de fato, a leitura, entendida não como mera recepção, mas como ato efetivo de interpretação e apropriação.

À luz dessas considerações, torna-se evidente que ler imagens, ou alfabetizar-se visualmente, exige o desenvolvimento de uma observação atenta e criteriosa dos aspectos e traços constitutivos que se inscrevem no interior da própria imagem, evitando projeções arbitrárias que extrapolam seu campo de sentido (Santaella, 2017; Gaydeczka, 2013). Nessa perspectiva, assim como um texto, uma imagem é capaz de suscitar múltiplas leituras, mas não qualquer leitura, pois permanece ancorada em uma materialidade significante que impõe limites à interpretação. Assim, é com base nesse princípio que, nesta seção, procuramos delinear as questões-chave que devem orientar a leitura da imagem, estabelecendo, portanto, os fundamentos que sustentam uma abordagem crítica desse processo.

Tabela 1 - Questões-chave para a leitura crítica da imagem

Nº	Descrição
1	Como as imagens se apresentam?
2	Como indicam o que querem indicar?
3	Qual é o seu contexto de referência?
4	Como e por que as imagens significam?
5	Como as imagens são produzidas?
6	Como elas pensam?
7	Quais são seus modos específicos de representar a realidade que está fora dela?
8	De que modo os elementos estéticos, postos a serviço da intensificação do efeito de sentido, provocam significados?

Fonte: Adaptação Lucia Santaella (2012)

No âmbito do ensino de História, essas questões orientadoras para a leitura visual de imagens oferecem uma via metodológica poderosa para a formação do olhar crítico dos estudantes. Segundo Lucia Santaella (2012), é possível conduzir esse processo partindo de um nível mais elementar e descritivo da análise, em que se identificam formas, cores, personagens e cenários para, gradativamente, alcançar um patamar mais abstrato e interpretativo. É nesse estágio mais elevado que a imagem se revela como documento histórico, permitindo a apreensão das representações de valores sociais, culturais, políticos e estéticos próprios de uma época. Assim, ao trabalhar com imagens no ensino de História, o educador não somente favorece a compreensão dos contextos do passado, mas também instiga a reflexão sobre a construção de subjetividades, identidades e sentidos que atravessam o tempo, possibilitando aos(as) estudantes estabelecer relações entre o ontem e o hoje por meio da tessitura dos significados visuais.

Análise imagética de um quadro que grita: *Independência ou Morte!*

No ensino de História, é possível observar que grande parte dos livros didáticos, tanto da rede pública quanto da privada, recorre a um repertório visual reiterado, reproduzindo imagens e pinturas consagradas para representar determinados episódios históricos (Bittencourt, 2018). Toma-se a exemplo a obra *Independência ou Morte!* (1888), de Pedro Américo, frequentemente destacada nas seções dedicadas à formação da República no Brasil.

Essa pintura não está inserida nos materiais didáticos de forma neutra ou apenas como recurso ilustrativo. Sua presença cumpre uma função ideológica: legitimar uma narrativa oficial que apresenta a independência do Brasil como um ato de conciliação e unidade nacional, silenciando os conflitos e contradições que marcaram esse processo (Bicalho, 2024; Bicalho et al, 2024). A imagem, portanto, não apenas representa, mas também constrói e reforça uma visão específica da história.

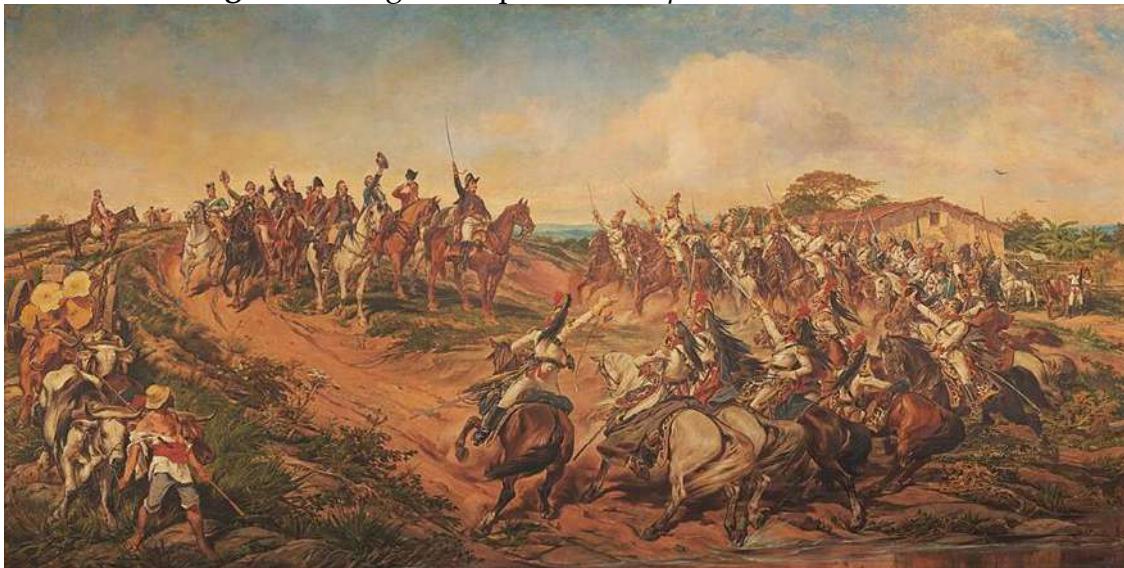
Nesse sentido, propomos uma análise crítica da obra, acompanhada de questionamentos que podem ser explorados e adaptados no ensino de História a partir da abordagem de Santaella (2012). O objetivo é estimular nos(as) estudantes uma leitura atenta e crítica da iconografia histórica, aproximando o conteúdo de suas vivências e dos territórios que habitam. Em contextos periféricos, onde a História ensinada muitas vezes se apresenta como algo distante ou sem relevância, torna-se essencial evidenciar que essas imagens, como a pintura *Independência ou Morte!*, participaram ativamente da construção de uma ideia de Brasil que exclui das narrativas heroicas o povo comum, os(as) negros(as), os(as) indígenas, as mulheres e os(as) sujeitos(as) marginalizados(as) da história considerada “oficial”.

Antes de apresentar a imagem à turma, é fundamental que o(a) professor(a) promova uma ativação do conhecimento prévio, perguntando aos(as) estudantes quem já viu a pintura *Independência ou Morte!* e o que sabem ou lembram a respeito dela. Esse primeiro movimento permite mapear as representações já internalizadas pelos(as) alunos(as) e abre espaço para a problematização posterior.

Em seguida, projeta-se a imagem, iniciando um debate orientado por questões inspiradas na metodologia de leitura de imagens proposta por Lucia Santaella (2012). Esse momento visa fomentar a curiosidade e despertar o senso crítico e interpretativo dos(as) estudantes, levando-os(as) a olhar para além da superfície estética da obra. Perguntas sobre quem está representado, quem está ausente, de onde vem a luz, qual o foco da cena e quais emoções são evocadas ajudam a desmontar a aparente neutralidade da imagem.

Após essa leitura inicial, o(a) professor(a) pode realizar uma contextualização histórica da obra, explicando seu processo de criação, os interesses políticos envolvidos e os impactos que a pintura teve na construção da memória nacional (Bicalho, 2024b). É essencial que essa explanação seja sempre atravessada por uma perspectiva crítica, relacionando a representação do passado com as questões do presente e incentivando os(as) estudantes a refletirem sobre como as imagens continuam a operar no imaginário social contemporâneo (Santaella, 2012). Abaixo, ao observarmos atentamente a pintura, podemos aprofundar essa interpretação crítica:

Figura 1. Imagem da pintura *Independência ou Morte!*



Fonte: Lima Júnior; Schwarcz; Stumpf, 2022, p. 218.

Não raro, uma nação se imagina a partir de suas imagens, e essas imagens, por sua vez, também são fruto da imaginação. A tela *Independência ou Morte!*, pintada por Pedro Américo em 1888, é um exemplo perfeito desse duplo jogo. Ao longo do tempo, a cena grandiosa retratada pelo artista se impôs como a própria fotografia mental da Independência de 1822, uma espécie de verdade visual que passou a ocupar o lugar dos fatos.

Mas Américo não era ingênuo. Sabia bem que Dom Pedro, naquele 7 de setembro, não cavalgava um garboso alazão, mas seguia montado numa mula. Estava ciente de que as margens do riacho do Ipiranga não apresentavam o relevo acidentado e heroico que ele escolheu pintar; eram, na realidade, planas e sem grande drama. Ainda assim, justificou a opção estética como um “sacrifício da geografia pelo bem da nação” (Schwarcz, 2022, p. 21). O riacho, deslocado no quadro, também não seguia a topografia real, mas foi reposicionado para melhor compor a cena heroica, ordenada e monumental (Lima Júnior; Schwarcz; Stumpf, 2022). Assim, mais do que uma descrição dos acontecimentos, a tela funciona como um projeto: ela inventa a cena fundadora e oferece ao Brasil um mito visual de origem, onde tudo parece harmônico, limpo e consensual, ao custo de apagar os ruídos e as contradições da história real.

Na composição de *Independência ou Morte!*, o povo aparece relegado à margem da cena, concentrado à esquerda da tela, em atitude de mera observação, como espectador passivo do ato fundador da nação. Abaixo, no primeiro plano, o olhar atento pode notar um detalhe revelador: um tropeiro, de pés descalços, negro, conduz uma mula que segue na direção oposta ao cortejo imperial. Trata-se de um gesto sutil, mas carregado de significado. A figura popular, desprovida de armas ou estandartes, caminha na contramão da independência oficializada, alheia ao espetáculo heroico que se desenrola acima. O carreiro, quase invisível na narrativa consagrada, atua como uma linha de fuga dentro da própria obra, apontando para os sujeitos que a história tradicional preferiu apagar ou reduzir ao papel de figurantes (Lima Júnior; Schwarcz; Stumpf, 2022).

A tela *Independência ou Morte!* foi finalizada e fotografada em 1888, em Florença, mas só chegou ao Brasil num contexto carregado de tensões: às vésperas da abolição da escravidão e pouco antes da queda da monarquia e da Proclamação da República. Curiosamente, não foi de imediato que a obra se impôs como símbolo nacional. Sua consagração como ícone da identidade brasileira se deu mais tarde, quando foi incorporada ao repertório oficial da nação, e, nesse processo, aquilo que era uma criação artística passou a ser tomado como registro fiel dos acontecimentos. Como lembram Lima Júnior, Schwarcz e Stumpf (2022), essa independência grandiosa, cheia de gestos heroicos, foi largamente inventada e imaginada pelo próprio Pedro Américo, que moldou a cena segundo os imperativos do mito nacional.

Temos aqui um exemplo marcante do que uma imagem pode fazer. Ela não é simples ilustração, no sentido etimológico de “dar lustro”, de apenas ornamentar um relato pré-existente. A imagem não é apenas consequência da história; ela atua como causa e efeito ao mesmo tempo. Muitas vezes, como bem observa Bicalho (2023, 2024) e Bicalho *et al* (2024), as imagens não só produzem realidades, mas chegam mesmo a inventá-las.

Esse poder de invenção da tela de Pedro Américo se evidencia especialmente quando observamos sua circulação ao longo do século XX. A pintura passou a figurar em livros didáticos, exposições cívicas, selos comemorativos e campanhas escolares, funcionando como uma espécie de “fotografia oficial” do nascimento da pátria. Ao ser repetida e disseminada nesses suportes, a cena imaginada pelo artista adquiriu o peso da evidência, como se traduzisse diretamente a realidade histórica de 1822.

Nesse processo, o quadro não apenas ilustrou o passado: ele o modelou. Ao apresentar um Dom Pedro heroico, altivo sobre um cavalo de guerra, cercado por tropas organizadas e uma paisagem monumental, a tela ajudou a construir uma narrativa consensual e harmoniosa sobre a Independência, uma narrativa que apaga as tensões sociais, silencia os sujeitos subalternos e oculta o caráter conflituoso do processo.

Destarte, *Independência ou Morte!* exemplifica com força o que as imagens fazem na cultura visual: elas não são janelas neutras para o passado, mas dispositivos de poder e memória que fabricam sentidos, moldam identidades e instituem esquecimentos. Nesse caso, a tela de Pedro Américo não apenas retratou a Independência; ela a constituiu no imaginário nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, evidencia-se que a leitura visual não pode mais ser tratada como um recurso acessório ou meramente ilustrativo no processo educativo, especialmente no ensino de História. Ao contrário, ela se configura como uma competência importante para a formação de sujeitos(as) críticos(as) e capazes de transitar com autonomia entre os múltiplos sistemas semióticos que estruturam a cultura contemporânea. Como demonstrado ao longo deste capítulo, as imagens possuem densidade histórica, cultural e ideológica, exigindo dos(as) estudantes um olhar atento e uma postura interpretativa que vá além da superfície do visível. No entanto, antes de cobrar esse olhar dos(as) alunos(as), é necessário que o(a) professor(a) também esteja disposto(a) a desenvolver essa sensibilidade e compreensão crítica, pois não se pode ensinar o que não se está disposto a aprender ou experienciar.

Ao incorporar a leitura visual como prática pedagógica, o ensino de História amplia seus horizontes metodológicos, permitindo que os(as) alunos(as) não apenas conheçam os acontecimentos do passado, mas também desvendem os processos simbólicos que constroem as narrativas históricas. Mais do que compreender o passado distante, trata-se também de reconhecer sua própria história — aquela que os atravessa — e entender o contexto social, cultural e político em que estão inseridos(as), favorecendo uma aprendizagem crítica e significativa. Logo, o trabalho com imagens, sejam pinturas, fotografias, cartazes ou grafites, potencializa a aprendizagem ao articular linguagem, cultura e sensibilidade estética, oferecendo uma via mais inclusiva e acessível para estudantes com distintos repertórios e competências.

Nesse sentido, a leitura visual, ao ser integrada de forma crítica e planejada nas práticas educativas, não somente favorece a compreensão dos conteúdos históricos, como também contribui para a formação de sujeitos mais conscientes e reflexivos diante da complexidade do mundo contemporâneo, saturado de imagens e representações. Trata-se, portanto, de um caminho promissor para renovar o ensino de História e para fortalecer a capacidade dos(as) estudantes de dialogar com as múltiplas linguagens que atravessam a sociedade atual.

REFERÊNCIAS

BERGER, Jonh. **Modos de ver**. São Paulo: Fósforo, 2022.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo. **Análise imagética de um crime nas capas da revista Veja, Época e IstoÉ**: o caso de Isabella Nardoni (2008-2010). Monografia (Graduação Licenciatura em História) -Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2023.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo. Olhar através da lente: a fotografia como ferramenta didática no ensino de História. **Revista Ciranda**, [S. l.], v. 9, n. 01, p. 12–28, 2025. Disponível em:
<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/ciranda/article/view/7916>. Acesso em: 7 maio 2025.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo. O sequestro da independência: uma resenha. **Revista Multidisciplinar**, [S. l.], v. 37, n. 2, p. 1-8, 2024. Disponível em:
<https://portalunifipmoc.emnuvens.com.br/rm/article/view/77>. Acesso em: 9 maio. 2025.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo; ALVES, Luís Fernando de Souza; MARQUIOLI, Stefany Reis; VIEIRA, Guilherme Carvalho; ATHAYDE, Andé Luiz Mendes; MEIRA, Virginia Gusmão; COSTA, Daniely Santos Ramos. Espreme que sai sangue: análise imagética em capas Veja, Época e istoé sobre o caso Nardoni (2008-2010). In: **Anais...** II Congresso Internacional de Educação e Inovação. Montes Claros, MG. Anais (on-line). Montes Claros: Unimontes, 2024.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. **Estudos avançados**, v. 32, n. 93, p. 127-149, 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2017.

ERNST, Gombrich. **L'art et L'art et L'ilusion, psychologie de la représentation picturale.** Paris: Gallimard, 1971.

GAYDECZKA, Beatriz. A importância da leitura de imagens no ensino. **Educação em Revista**, v. 29, n. 3, p. 335-344, set. 2013.

GUIMARÃES, Luciano. **A cor como informação:** a construção biofísica, linguística e cultura da simbologia das cores. 3. Ed. São Paulo: Anna Blume, 2004.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem.** 14. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

LIMA JÚNIOR, Carlos; SCHWARCZ, Lilia; STUMPF, Lúcia. **O sequestro da Independência:** uma história da construção do mito de Sete de Setembro. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MANGUEL, Alberto. **Lendo imagens.** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; ALVES, Paola Biasoli. Ensino Fundamental: papel do professor, motivação e estimulação no contexto escolar. **Paidéia**, n. 15, v. 31, p. 227-238, 2005. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/paideia/a/sjpNBLngmQKQByhSppptj7G/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 maio 2025.

PIANA, Andréa Gama. **A construção imagética de um crime:** análise das capas de revistas sobre o caso Isabella Nardoni. Dissertação (Mestrado em Comunicação) UEL – Universidade Estadual de Londrina, 2010.

PLATÃO. **A República.** Tradução de Carlos Alberto Nunes. 3. Ed. Belém: EDUFPA, 2000. E-book.

SANTAELLA, Lucia. **Introdução à semiótica.** São Paulo: Paulus, 2017.

SANTAELLA, Lucia. **Leitura de imagens.** São Paulo: Melhoramentos, 2012.

SANTAELLA, Lucia. **Semiótica aplicada.** 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O sequestro da Independência. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 133, p. 13-32, 2022.

CAPITULO 17

ENTRE RISCOS E RABISCOS: O INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DO “SER” DOCENTE

Lucas Santos Nobre
José Lucas da Costa Costa
Mariana Ferreira Maia

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo apresentar os principais aspectos da vivência do fazer docente experimentada pelos estagiários José Lucas da Costa Costa e Lucas Santos Nobre. Ao longo de seis semanas, eles acompanharam o trabalho da professora Iara da Silva Castro Almeida nas turmas do 6º “A” 1 e 7º “A” 1 da Escola Centro Educacional Marília Sant’ana - SESI.

Essa vivência não se limitou à observação cotidiana do ambiente escolar e da sala de aula, onde os princípios freirianos (Freire, 2001) são aplicados na prática. Ela também se desenvolveu a partir do contato com as particularidades de cada aluno(a), professor(a) e funcionário(a), atores essenciais na construção dos laços que fortalecem essa comunidade intercultural (Caudau, 2016) rica em diversidades.

As dificuldades inerentes ao cotidiano escolar também desempenharam um papel crucial na formação da identidade docente dos estagiários. Vivenciar experiências marcantes, como uma regência inesperada logo no primeiro dia de observação, desentendimentos entre alunos, a observação da implementação de atividades pedagógicas baseadas em metodologias ativas e a constatação dos desafios inerentes ao trabalho direto com crianças, se mostrou transformador para a trajetória desses futuros profissionais da educação.

Essas seis semanas, embora breves, culminaram em momentos marcantes durante o dia da regência. Essa etapa crucial foi acompanhada pela professora Marina Vieira de Carvalho, orientadora essencial no apoio aos estagiários para que alcançassem um resultado tão significativo. A aula ministrada aos dedicados alunos

do SESI reservou diversas surpresas positivas, as quais serão detalhadas ao longo deste relato, evidenciando a profunda marca deixada na formação docente desses futuros educadores.

ADESTRANDO NO MUNDO DAS INFINITAS POSSIBILIDADES

Este texto apresenta um relato minucioso de nossas vivências teóricas e práticas na disciplina “Estágio Supervisionado em Ensino de História V”, ministrada pela Prof^a Dr^a Marina Vieira de Carvalho no período de dezembro de 2024 a abril de 2025. As etapas iniciais da disciplina ocorreram na Universidade Federal do Acre - Ufac, onde tivemos nossos primeiros contatos com os referenciais teóricos que nos auxiliaram na elaboração de nossas propostas didáticas.

No artigo intitulado “Por uma educação histórica libertadora: sequências didáticas situadas –de(s)coloniais” (Carvalho, 2022) destacou-se como a obra mais relevante durante a construção do nosso fazer didático. O texto nos apresentou os elementos necessários para a edificação do que passamos a chamar de “Palácio do saber”, um espaço imaginário onde concebemos todas as possibilidades de um ensino fundamentado na diversidade dos alunos e onde, gradualmente, podemos materializar essas ideias, seja no ambiente escolar ou nas comunidades que contribuem para a formação de um contexto educativo intercultural (Candau, 2016).

Após esses primeiros passos em nossa formação como futuros docentes, o desafio seguinte foi a elaboração de uma proposta didática decolonial. Nós, como estagiários, optamos por aumentar o nível de complexidade e escolhemos trabalhar o período medieval sob uma perspectiva decolonial. Confessamos que foi um desafio considerável, mas o resultado alcançado foi extremamente gratificante para ambos.

A proposta que apresentamos para a turma do “Estágio Supervisionado em Ensino de História V” na Universidade Federal do Acre - Ufac teve como tema “O Medievo através da cultura cinematográfica do século XX e XXI”. Com ela, buscamos promover o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos(as), capacitando-os a identificar, comparar e refletir sobre as diferentes versões da História Medieval,

utilizando filmes e séries como ferramentas pedagógicas. Nossa objetivo era que compreendessem a multiplicidade de perspectivas que compõem o conhecimento desse período histórico.

Um aspecto crucial desta proposta que merece destaque são as avaliações que elaboramos. Essas foram concebidas em torno dos princípios das metodologias ativas, com a arte como elemento central do nosso trabalho pedagógico. Ao todo, criamos cinco opções de avaliação, permitindo que os alunos(as) escolhessem aquela com a qual mais se identificavam. As avaliações propostas foram:

- (Avaliação 1) A turma seria dividida em quatro grupos, cada um encarregado de produzir obras de arte que mesclavam elementos das culturas europeia e indígena.
- (Avaliação 2) Realização de uma simulação de um julgamento medieval no formato de RPG (*Role-Playing Game*).
- (Avaliação 3) Solicitar aos alunos(as) que trouxessem objetos ou elementos que considerassem representativos de nossa cultura, como uma busca por identidade.
- (Avaliação 4) Pedir aos alunos(as) que construíssem uma representação de uma paisagem medieval.
- (Avaliação 5) Os alunos(as) deveriam montar um mosaico ou infográfico de imagens do período medieval e do contemporâneo, comparando as interações sociais das crianças em ambos os períodos e estabelecendo conexões de semelhanças entre as “crianças” do período medieval e as crianças do mundo atual.

A realização dessas atividades se mostrou algo que transcendeu uma simples tarefa para obtenção de nota na disciplina. Ao superarmos o desafio da construção da proposta didática decolonial, sentimos que estávamos aptos a enfrentar qualquer obstáculo que encontrássemos no ambiente escolar e na sala de aula. Nossa espírito e nossa mente estavam fortalecidos com o saber docente e, a partir daquele momento,

nos sentíamos preparados para conduzir uma aula formal alicerçada nos princípios da diversidade, em que cada aluno(a) seria reconhecido em sua singularidade, com sua personalidade, vivências e saberes respeitados.

Na primeira parte deste relato, apresentamos aspectos de nossas primeiras experiências na construção do nosso “ser” docente, a que denominamos “os primeiros passos”. Esse período foi inteiramente vivenciado nas dependências da Universidade Federal do Acre - Ufac. Neste segundo momento, direcionamos nosso olhar para uma nova etapa, a imersão na escola de ensino básico, que consideramos a mais significativa em nossa jornada para nos tornarmos educadores de mente e alma.

Acreditamos ser fundamental, antes de prosseguir, apresentar ao leitor deste relato o local que tanto nos marcou como estagiários e futuros educadores. A Escola Centro Educacional Marília Sant’ana - SESI foi a instituição que nos acolheu calorosamente, em especial na figura de Melissa, a coordenadora dos anos finais, que nos recebeu com grande simpatia e possibilitou nossa presença durante essas seis semanas.

A ESTRUTURA DA ESCOLA: O PILAR FÍSICO

Como anteriormente citado, o estágio ocorreu no Centro Educacional Marília Sant’ana, uma instituição de ensino pelo Serviço Social da Indústria-SESI, a qual pode ser colocada como um serviço de ensino privado, enquadrando-se em um aspecto econômico “superior” a outras entidades da capital acreana. Observando a instituição em suas questões físicas/estruturais, devemos alavancar alguns pontos de antemão, sendo estes tanto à sua localização geográfica, visto que ela se encontra em um bairro considerado de classe média, quanto à sua representação social, uma vez que é mais acessível para pessoas com melhores condições financeiras.

Considerando esses dois pontos que podem se passar despercebidos em um primeiro momento, podemos elucidar melhor o panorama em que esse âmbito escolar se insere. Afinal, obviamente ele não terá os mesmos problemas que uma escola de rede pública geograficamente e economicamente marginalizada.

Diante disso, observamos que o Centro tinha uma estrutura focada no conforto dos alunos, dispondo-se de 03 unidades de ar-condicionado na sala em que trabalhamos, um *data show* ajustável, caixa de som na sala junto a cortinas blecaute cobrindo todas as janelas da sala. Quanto à estrutura da escola, também notamos redes de proteção nas rampas, impossibilitando incidentes.

Podemos observar, além disso, a boa estrutura nos materiais dispostos aos alunos, desde o livro didático individual que o aluno acompanha o orientando durante o semestre, até as cadeiras sem irregularidades ou rasuras, bem como um ambiente espaçoso e com “zonas de descanso” aos alunos durante seus intervalos.

Essas questões, por mais que possa parecer simples e banal, reflete muito as diferenças sociais das instituições de ensino. O local em que a escola se insere, bem como a forma como ela se posiciona, pode influenciar na criação de ambientes incentivadores aos alunos, enquanto lugares com pouca estrutura tendem a criar ambientes hostis para os mesmos.

O CORAÇÃO DA ESCOLA: VIVÊNCIA EM SALA DE AULA

Agora que o leitor possui uma breve visão do SESI e de sua estrutura, direcionamos nosso foco para o ambiente da sala de aula, mais especificamente para a turma do 7º “A” 1. O dia 19 de março de 2025 marcou o nosso primeiro contato e acompanhamento dos alunos(as) dessa turma. Logo nesse início, fomos surpreendidos por um imprevisto que nos colocou à prova de tudo aquilo que havíamos aprendido sobre o que significa ser um educador.

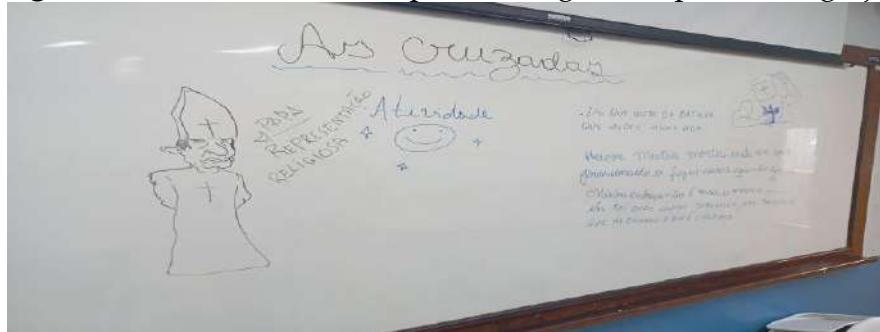
Devido a uma questão médica, a professora Iara da Silva Castro Almeida, nossa supervisora de Estágio e professora de História da turma, não pôde comparecer à aula. Diante disso, a organização da sala ficou sob a responsabilidade da estagiária do SESI, professora Karol. Sendo especialista em Letras Libras, a professora Karol solicitou o nosso apoio, enquanto estagiários do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre - Ufac, para conduzirmos a aula de História sobre o tema “As Cruzadas”.

Mesmo nos sentindo preparados para diversas situações, foi inevitável que o nervosismo nos atingisse. Afinal, era nosso primeiro contato com aquela sala e aqueles(as) alunos(as), e não tínhamos certeza de como conduzir as atividades com essas crianças. No entanto, após alguns minutos superando o choque inicial, nossos corações de educadores começaram a inflamar ao percebermos que os alunos, mesmo sendo a primeira vez que viam aqueles “tais” estagiários, estavam dispostos a nos acolher e a ouvir o que tínhamos para compartilhar.

Diante dessa situação inesperada, adotamos a estratégia de abordar os conceitos da Idade Média por meio de uma conversa aberta com os alunos(as), buscando, ao mesmo tempo, identificar o máximo possível de suas individualidades. Esse método se mostrou eficiente, quando percebemos que muitas daquelas crianças tinham afinidade com a arte. Alguns mostravam rascunhos e desenhos em seus cadernos, e outros até mesmo compartilharam conosco, com orgulho, seus portfólios artísticos.

Aproveitando essa afinidade pela arte que muitos ali compartilhavam, inclusive nós, os estagiários que naquele momento havíamos nos tornado seus professores, resolvemos incorporar a arte ao conteúdo da aula. Dessa forma, o professor José Lucas começou a expressar o conteúdo sobre a Idade Média por meio de desenhos no quadro branco. Essa abordagem capturou completamente a atenção daqueles alunos(as), que admiravam com sorrisos nos rostos aquela aula ministrada por professores até então desconhecidos.

Figura 1: As Cruzadas e o Papa como figura de poder da igreja



Fonte: Arquivo pessoal

Após a exposição do conteúdo, buscando incentivar a expressão artística que percebemos neles, propusemos aos alunos uma atividade criativa. Pedimos que imaginassem estar em um cenário medieval, durante ou após uma batalha das Cruzadas, e que escrevessem uma carta relatando suas vivências. Deixamos claro que a carta poderia ser breve ou extensa, assumir a forma de uma narração ou poema, e que a inclusão de desenhos era bem-vinda.

Assim, entre sorrisos e aprendizados, nos despedimos daquele primeiro dia com a turma do 7º “A” 1 com a certeza de que demos o nosso melhor. Sentimos que, de alguma forma, marcamos um pouco a vida dessas crianças que estão em pleno processo de formação como seres sociais, históricos e culturais da sociedade na qual, em breve, farão a diferença com suas particularidades, diversidades e brilhantismo.

Com um início que foi, no mínimo, desafiador, as semanas seguintes transcorreram de forma mais tranquila, e passamos a adotar uma postura mais observadora. Nesse período, acompanhamos o trabalho da Professora Iara, prestando atenção redobrada à maneira como ela conduz as turmas, como aborda o conteúdo, como realiza a avaliação dos alunos(as) e quais estratégias pedagógicas ela utiliza para promover uma educação libertadora.

Embora esses momentos de observação tenham sido de extrema importância para a nossa formação como docentes, não nos deteremos aos detalhes. Nossa desejo é que você, leitor, através de nossas palavras, possa vivenciar um pouco dos nossos momentos de prática pedagógica, pois foram eles que mais nos impactaram na compreensão do que significa ser um educador: um compartilhador de conhecimento e, ao mesmo tempo, um eterno aprendiz em seu ofício.

A REGÊNCIA: HISTÓRIA E ARTE, UMA INTERDISCIPLINARIDADE QUE TRANSFORMA

Durante nossa regência, vivenciamos diversos momentos marcantes, mas é unânime que a regência, a “aula formal”, foi o pilar estruturador central para a nossa futura carreira docente. Isso não se deu apenas por estarmos sendo avaliados por nossa

orientadora, mas, principalmente, por termos experimentado mais uma daquelas viradas de chave que as pessoas mais experientes e sábias costumam relatar aos mais jovens: o momento em que tiveram a certeza de estar trilhando o caminho certo.

No entanto, antes de compartilharmos os detalhes desse momento transformador, é preciso que retornemos alguns dias e falemos sobre o planejamento que o antecedeu. Em conversa com a nossa supervisora, a professora Iara, ficou decidido que daríamos continuidade ao assunto que ela vinha trabalhando, seguindo a ordem estabelecida pela escola e presente no livro didático de História dos(as) alunos(as).

Dessa forma, ficou estabelecido que no dia 26 de março realizaríamos nossa regência com o tema “Capítulo III – Formação dos Estados Nacionais Europeus”. Com o tema definido, começamos a refletir sobre o desafio de abordar esse assunto em uma aula de duas horas, buscando estratégias para não o tornar cansativo ou excessivamente teórico, evitando assim a perda da atenção dos alunos.

Para superar esse desafio, recorremos a todas as experiências que havíamos vivenciado até então: a elaboração da proposta didática decolonial, a inesperada regência no primeiro dia de estágio e as semanas de observação, durante as quais identificamos as individualidades dos(as) alunos(as) que poderiam enriquecer a nossa aula. Com essas lembranças em mente e no coração, iniciamos a discussão sobre o percurso que adotaríamos no dia 26 de março.

Unindo nossas próprias experiências como alunos e tentando imaginar o tipo de aula que mais os engajaria, aproveitamos essa oportunidade para esboçar algumas ideias que serviriam de base para estruturarmos uma aula que, além de apresentar o conteúdo a ser estudado, pudesse também estimular o senso crítico, as novas perspectivas de mundo e uma reflexão sobre o que eles já acreditavam entender sobre o assunto. Desejávamos criar uma aula e atividade que despertassem a curiosidade e a participação de todos.

Com essas ideias definidas, demos o próximo passo: a elaboração do material expositivo da aula, os slides. Cientes do apreço dos(as) alunos(as) por desenho e,

consequentemente, por animações, criamos uma apresentação que utilizava referências visuais para abordar o tema, trazendo um elemento já familiar em seu cotidiano.

Figura 2: Trecho do material utilizado na exposição da aula regência do dia 26 de março



Fonte: Arquivo pessoal

Como podemos observar na figura 2, inserimos referências ao anime *One Piece* e ao desenho animado *As Tartarugas Ninja* com o intuito de criar uma conexão de interesse dos(as) alunos(as) com os assuntos que seriam discutidos. O personagem Trafalgar Law do anime *One Piece*, por exemplo, possui esse nome em referência à Batalha de Trafalgar, um dos confrontos mais importantes das Guerras Napoleônicas.

Ao estabelecermos essa ligação entre o personagem e o evento histórico real, conseguimos despertar a curiosidade dos(as) alunos(as), que fizeram diversas perguntas sobre o tema, permitindo que aprendessem o conteúdo que desejávamos transmitir. Utilizamos essa metodologia ao longo de toda a aula, e ela foi muito bem recebida por todos, resultando em sorrisos gratificantes, perguntas interessantes e pedidos para que permanecêssemos por mais tempo.

Quanto à atividade que planejamos aplicar após a exposição do conteúdo, dentre as ideias discutidas, optamos por aquela que chamamos de “Construindo a Nação em 40 Minutos”. Nela, disponibilizamos materiais diversos para que os alunos, organizados em equipes, pudessem criar infográficos que sintetizassem os elementos que haviam absorvido durante a aula.

Nosso intuito era estimular a interação entre eles, promovendo a troca de ideias e a discussão sobre o entendimento individual de cada um. Para isso, providenciamos cartolinhas, imagens pertinentes ao tema, lápis de cor, giz de cera e recortes de textos relevantes. Dessa maneira, buscamos integrar, de forma interdisciplinar, a Arte e a História, como uma combinação capaz de gerar novas perspectivas e interpretações sobre o conteúdo apresentado.

Figura 3: Alunos(as) realizando a atividade “Construindo a Nação em 40 Minutos”



Fonte: Arquivo pessoal

Como visto na figura 3, a recepção dos discentes não poderia ser melhor. Eles participaram sem a necessidade de pedirmos. Com a ajuda da professora, eles se juntaram nos grupos e pudemos observar que o que tínhamos planejado deu certo. Além de ficarem conversando entre si sobre o assunto, corrigiam os colegas que não haviam entendido direito algum dos temas – mas claro, também nos perguntando se tinham entendido corretamente. Trabalharem em conjunto na construção do infográfico e puderam utilizar sua criatividade para transformar seus trabalhos nas identidades únicas de cada grupo, fazendo, assim, cada um incorporar os elementos específicos do assunto disposto e fornecendo suas interpretações sobre a temática.

Foi com os resultados incríveis desses trabalhos que encerramos mais um momento transformador em nossas vidas como educadores. A receptividade das crianças, dos funcionários da escola e da professora supervisora foram essenciais para o sucesso que alcançamos nestas seis semanas de observações e práticas. O tempo passou tão rápido que ainda não nos acostumamos com a ideia de não trabalharmos

mais com os formidáveis alunos do 7º “A” 1. No entanto, estamos extremamente felizes em saber que, de alguma forma, pudemos fazer uma pequena diferença em suas vidas, assim como eles fizeram nas nossas. Concluímos o “Estágio Supervisionado em Ensino de História V” com a certeza de que estamos no caminho certo, e esperamos que no futuro possamos compartilhar mais sobre nossas experiências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encontramos diversos elementos contrastantes durante estas seis semanas de estágio, que, de maneira subjetiva, nos fez entender a realidade da sala de aula e do ambiente escolar, demonstrando que existem diversos trâmites com os quais devemos lidar. Além disso, entendemos nosso novo papel, compreendendo as formas com as quais as escolas lidam com os diversos pensamentos e ideias colocados em sua gestão.

Portanto, entramos em acordo que esta fase de experiência que o estágio nos proporcionou fora essencial para nossos últimos passos como futuros profissionais docentes. A vivência que tivemos, além de nos dar a certeza de que este caminho da educação faz parte da nossa construção profissional, nos fortaleceu no campo da docência.

É importante destacar a escola em que realizamos o estágio: uma instituição em que não se percebe grandes problemas estruturais e de materiais. Trata-se de um local em que os alunos são de família com melhores recursos financeiros, o que facilitou a realização das atividades devido aos recursos que todos eles, tanto alunos quanto escola, já disponibilizavam.

Acreditamos que como ressalvas, gostaríamos de ter participações mais ativas nas outras responsabilidades do professor, como: questões administrativas/com a coordenação, mais tempo para realização das atividades pedagógicas, mais tempo de análise de aula, bem como mais liberdade com o ambiente.

Assim, alinhados com as atividades que construímos em conjunto, a ótima recepção do corpo gestor da escola, o amparo de nossa professora e coordenadora bem como de nossa colega de equipe, tornaram esta etapa do estágio uma parte necessária

e gratificante. Ao mesmo tempo, colocou-nos à prova, fazendo-nos refletir sobre o que é ser um educador.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação outra?**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

CARVALHO, Marina Vieira de. **Por uma educação histórica libertadora: sequências didáticas situadas –de(s)coloniais**. Estágio Supervisionado do Ensino de História. Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

Sobre os autores

Amilson Albuquerque Limeira Filho

Advogado, Analista de Licitação, Consultor Jurídico, Professor Substituto - Ifac, Doutor e Mestre em Gestão de Recursos Naturais pelo Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais (PPGRN/UFCG), Especialista em Direito Internacional (FMU/SP) e Eleitoral (ESA/PI). Presidente da Comissão de Relações Internacionais - OAB/AC. Vice-presidente do Comitê Estadual de Apoio aos Migrantes, Apátridas e Refugiados – CEAMAR. Membro da Comissão de Direito Internacional do Instituto dos Advogados da Bahia (CDI-IAB), da Curadoria: Matrizes Energéticas e Meio Ambiente do Instituto de Estudos da Ásia (IEÁsia) e dos grupos de pesquisa: Saberes Ambientais e Culturais - Estudos em Homenagem a Enrique Leff (ESAEL); História, Meio Ambiente e Questões Étnicas e Gestão e Ordenamento Ambiental (GEOAMB).

E-mail: *amilson.filho@ifac.edu.br*

Ângela Nunes Silva Manchinery

Licencianda em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Bolsista do PET indígena: Conexões de Saberes: Comunidades Indígenas.

E-mail: *angelamanchinery@gmail.com*

Arnaldo Szlachta

Doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor da Universidade Estadual de Maringá e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Líder do Grupo de Estudos e pesquisa em Didática da História - GEPEDH do CNPq.

E-mail: *arnaldo.szlachta@ufpe.br*

Jardel Silva França

Mestre em Letras: Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre (PPGLI/ Ufac). Professor temporário da área de História na Universidade Federal do Acre. Filiado à Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e Negras (ABPN). Membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac).

E-mail: *jardel.franca@ufac.br*

João Pacheco Rodrigues

Doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente da área de História da Universidade Federal do Acre (Ufac). Docente do Mestrado Profissional em Ensino de História (PPGPEH/Ufac). É Editor-Chefe da Revista Acadêmica Das Amazôncias. Desenvolve pesquisas na área de História, com ênfase em Patrimônio Cultural e História Regional. Investiga ainda os processos de patrimonialização, os desafios da salvaguarda e a valorização das narrativas locais. Atua também na análise de fontes contemporâneas, como fotografias, jornais, vídeos e relatos orais,

empregadas na construção do conhecimento histórico e na compreensão das dinâmicas sociais.

E-mail: *joao.pacheco@ufac.br*

João Pedro de Souza Santos

Licenciado em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Atuou como bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência Núcleo 3 (Pibid).

E-mail: *pedrosouza.12376@gmail.com*

José Lucas da Costa Costa

Licenciando em História pela Universidade Federal do Acre-Ufac. Atualmente atua como bolsista no Programa de Pró-cultura da Proaes-Ufac, e Programa de Educação Tutorial (PET) Educação Antirracista do Neabi/Ufac.

E-mail: *lucas.jose@sou.ufac.br*

José Marcos Nascimento Pontes

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB), com formação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/CH). Professor da Rede Pública e Privada de Ensino.

E-mail: *j.marcoxs@gmail.com*

Lívia Oliare Cardoso Pessoa

Graduada em Licenciatura em História. Atualmente é bolsista no Pibid/História/Ufac, núcleo 1 - Patrimônio Histórico e Cultural.

Email: *liviapessoa35@gmail.com*

Lucas Matheus Araújo Bicalho

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (PPGH/Unimontes) e graduado em História pela mesma instituição. Atua como colaborador e membro do Centro de Memória do Esporte (CEMESP) da UNIMONTES.

E-mail: *bicalholucas7@gmail.com*

Lucas Nascimento Assef de Carvalho

Bacharel em História pela Universidade Federal do Acre (2025). Técnico em Segurança do Trabalho pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (2019). Editor de Indexação, Técnico e Layout na Revista Discente de História da UFAC - Das Amazôncias (2019-2025). Estagiei no setor de cultura do Serviço Social do Comércio - SESC/AC (2021 a 2023). Atuando principalmente nos seguintes temas: mangás, representações e história.

Email: *lucasamazonia19@gmail.com*

Lucas Santos Nobre

Discente do Curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre - Ufac. Bolsista do Programa de Iniciação Científica - Pibic/CNPq, com o projeto intitulado “Entrecruzos socioculturais: os enunciados dos “corpos” e o mosaico étnico nas/das Interamazônica” com vigência de 2024 a 2025.

Email: *lucasnobre1508@gmail.com*

Maria da Luz França Maia

Mestra em Letras: Linguagem e Identidade - Universidade Federal do Acre/Ufac. Gestora de Políticas Públicas no Governo do Acre. Chefe do Departamento Proteção e Defesa dos Direitos Humanos (DEPDDH), na Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH). Integrante do Comitê Estadual de Apoio aos Migrantes, Apátridas e Refugiados (CEAMAR). Integrante do Fórum Estadual de Educação (FEE). Integrante do Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados, Apátridas e Migrantes (FONACCERAM). Integrante do Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos (FEEJA/AC). Integrante do Conselho Estadual de Direitos Humanos e Cidadania (CEDHC/AC).

Email: *marialuz_ac@yahoo.com.br*

Mariana Ferreira Maia

Licencianda em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac)

E-mail: *mariana.maia@sou.ufac.br*

Marlene Schulz

Especialista em História. Docente EBTT lotada no Departamento Acadêmico de História da Universidade Federal de Rondônia (Unir), campus de Rolim de Moura.

Email: *marlene.schulz@unir.br*

Nicolas Smith Oliveira dos Santos

Licenciado em História pela Universidade Federal do Acre.

Email: *nssantos0739@gmail.com*

Ramon Nere de Lima

Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestre em História pela Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila). Especialista em Metodologia de Ensino de História pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi). Licenciado em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac)

Email: *ramonnere99@gmail.com*

Raylane Ferreira Gomes

Licenciada em História pela Universidade Federal do Acre, com participação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). Possui interesse nas

áreas de educação, memória e narrativas históricas, com foco na construção crítica do conhecimento histórico.

Email: *raylane123591@gmail.com*

Roberta Duarte da Silva

Doutoranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), bolsista CNPQ, professora do fundamental anos finais da rede municipal de Jaboatão dos Guararapes (PE), membra do Grupo de Estudos e pesquisa em Didática da História - GEPEDH.

Email: *profrobertaduartes@gmail.com*

Rodrigo dos Santos

Doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente do Curso de História da Universidade Federal de Rondônia (Unir), campus de Rolim de Moura.

E-mail: *rodrigo.santos@unir.br*

Sara Thalita Monteiro Cordeiro

Discente do curso de Bacharelado em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Bolsista do programa administração científica (Pibic), atualmente desenvolve pesquisas na área de patrimônio, com ênfase em Devocão e Patrimônio: A Festa de São Sebastião em Xapuri-AC (1903-2023).

Email: *sara.cordeiro@sou.ufac.br*

Sergio Emory Pereira Da Costa Ugalde

Discente do curso de Bacharelado em História pela Ufac, bolsista do projeto de Iniciação Científica, sob orientação do professor Dr. João Paulo Pacheco Rodrigues, na qual examina a Festa de São Sebastião em Xapuri-AC a partir da perspectiva do Patrimônio Imaterial.

E-mail: *sergio.ugalde@sou.ufac.br*

Tiago Boruch

Doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá – UEM

E-mail: *boruch.tiago@gmail.com*